

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

**CLÁUDIA ALVES DURANS**

**LIMITES DO SINDICALISMO E REORGANIZAÇÃO DA LUTA  
SOCIAL:**  
um estudo das experiências de ferroviários e metalúrgicos maranhenses

Recife –PE  
2006

**CLÁUDIA ALVES DURANS**

**LIMITES DO SINDICALISMO E REORGANIZAÇÃO DA LUTA  
SOCIAL:**

um estudo das experiências de ferroviários e metalúrgicos maranhenses

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de Pernambuco, como exigência parcial para a obtenção do título de doutora em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Doutora Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes.

Recife-PE

2006

Catálogo na Fonte  
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

D9491 Durans, Cláudia Alves  
Limites do sindicalismo e reorganização da luta social: um estudo das experiências de ferroviários e metalúrgicos maranhenses / Cláudia Alves Durans. - Recife: O Autor, 2006.  
223 folhas : il. 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes.  
Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2014.  
Inclui referências.

1. Capitalismo. 2. Crise econômica. 3. Sindicalismo. 4. Grupos de trabalho. I. Fernandes, Ana Elizabete Simões da Mota (Orientadora). II. Título.

361 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2015 – 001)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

**CLÁUDIA ALVES DURANS**

**LIMITES DO SINDICALISMO E REORGANIZAÇÃO DA LUTA SOCIAL: um estudo  
das experiências de ferroviários e metalúrgicos maranhenses**

APROVADA EM 08/03/2006

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. ANA ELIZABETE SIMÕES DA MOTA FERNANDES/UFPE

Profa. Dra. ANGELA SANTANA DO AMARAL/UFPE

Profa. Dra. EDELWEISS FALCAO DE OLIVERIRA/UFPE

Profa. Dra. FRANCI GOMES CARDOSO/UFMA

Prof<sup>o</sup> Dr FERNANDO JADER MAGALHÃES DE MELO/UFPE

Para Helena Durans Silva e Marcos Silva

## AGRADECIMENTOS

Um trabalho desta natureza é sempre resultado de reflexões teóricas, de polêmicas, de vivências e experiências coletivas. Nesse sentido, não poderia deixar de agradecer a pessoas fundamentais na sua realização.

A Ribamar Durans e Maria do Carmo Durans, meus pais, meu porto seguro.

A Marcos Silva, companheiro de vida e de lutas, pelo seu exemplo cotidiano de dedicação à luta revolucionária, pelo seu carinho, amor, apoio e estímulo constantes, além das contribuições teóricas e reflexões sobre a luta dos trabalhadores no Maranhão.

A Helena Durans Silva, minha filha querida, amor sem limites.

A Ana Elizabete Mota, pela orientação firme, segura e rigorosa, sem dúvida decisiva a este trabalho. Minha admiração e respeito.

A Edmundo Dias Fernandes, meu mestre, pela atenção, carinho e contribuição às minhas reflexões teóricas, pelo seu exemplo de vida e militância sempre nos lembrando o desafio de construir com a classe uma direção que permita a construção de uma subjetividade e uma objetividade para além do capital.

Aos professores do programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE.

A Franci Cardoso, Edelweiss Falcão e Ângela Amaral pelas ricas intervenções no processo de elaboração deste trabalho.

Aos colegas com quem convivi, trocando reflexões teóricas e experiências de vida, em especial Tânia Krüger, Aura Gonzalez e Reiva Marinho.

A Edileuza, pelo apoio e amizade em Recife.

A Família Durans, com quem socializo mais de perto a vida, a luta e as conquistas.

Aos trabalhadores e dirigentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos e Ferroviários do Maranhão, pelo apoio na pesquisa empírica.

Aos meus camaradas de Jornada na luta por uma sociedade socialista.

A Universidade Federal do Maranhão e ao Departamento de Serviço Social.

*A mais bela  
De todas as certezas  
É quando os fracos e desencorajados  
Levantam suas cabeças  
E deixam de crer  
Na força de seus opressores*

*Bertold Brecht*

## RESUMO

Análise do sindicalismo nos anos 1990 e a reorganização da luta social a partir da experiência dos metalúrgicos e ferroviários no Maranhão. Caracteriza-se o capitalismo contemporâneo, enfatizando a crise estrutural que o assola desde os anos 1970, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a financeirização, como mecanismos de enfrentamento a essa crise, por parte do capital, que se configuraram numa ofensiva ao trabalho em todo o mundo. Ressalta-se, nos anos 1990, o ressurgimento de lutas populares, transclassistas, antiglobalização, anticapitalistas, etc. como reação à ofensiva do capital. Discute-se, a partir de autores como Marx e Engels, Lênin, Luxemburgo e Trotski como historicamente foi construída a luta dos trabalhadores, particularmente a relação sindicato/partido/ movimento de massas, segundo cada estágio das forças produtivas. Aborda-se a luta organizada dos trabalhadores brasileiros, sintonizada com o desenvolvimento capitalista nesse país, ressaltando o protagonismo do movimento sindical nos anos 1980, bem como a crise e refluxo nos anos 1990, face à reestruturação industrial e a reforma do Estado. Analisam-se as lutas sindicais no Maranhão, especialmente de ferroviários e metalúrgicos, destacando sua constituição, a partir dos anos 1980, com a industrialização desencadeada com o Projeto Grande Carajás, suas lutas e conquistas no período. Enfatiza-se o refluxo nos anos 1990, com a reestruturação industrial (ALUMAR) e a privatização da CVRD, que geraram a terceirização, a precarização e a fragmentação do trabalho e impactaram e nas lutas sindicais, provocando modificações na forma de ser dessas entidades. Verifica-se ainda, a partir das tendências de sua ação atual, em que medida estes sindicatos se articulam com outros movimentos sociais e como respondem aos desafios postos pela complexidade do capitalismo contemporâneo.

Palavras-Chaves: Capitalismo Contemporâneo, Crise, Sindicalismo, Trabalho, Lutas Sociais, Maranhão, Reestruturação Produtiva

## ABSTRACT

This research analyses the labor union in the present context. So, in the beginning it makes a characterization of the contemporary capitalism, emphasizing the structural crisis that devastate it since the years 1970 and the Neoliberalism, the productive restructuring and the financial support, as a facing mechanism of this crisis, by the capital, that configure it as an offensive for work around the world. It shows, in 1990, the resurgence of popular, tranclass, antiglobalization, anticapitalist political movements, etc, as a reaction to the capital offensive. It discusses, based on authors like Marx and Engels, Lênin, Luxemburgo and Trotski, how it was historically constructed the workers political movements, particularly the connections labor/political party/mass movement, according to each level of the productive force. It deals with the brazilian workers organized movement in connection to the capitalism development in this country, showing the protagonism of the syndical movement in the years 1980, as well as the crisis and reflow in 90's, considering the industrial restructuring and the state reform. It analyses the syndical political movements in Maranhão, especially the railwaymen and metallurgist ones, pointing out its constitution, since the year 1980, throughout the industrialization that have started with the Grande Carajás Project, its political movement and conquest at that time. It emphasizes the reflow in the years 1990, throughout the industrial restructuring (ALUMAR) and the privatization of (CVRD), that created the outsourcing, the precariousness and the work fragmentation and impacted on the syndical political movements, causing changes in the way of how these corporations used to work. It verifies still, considering the trends of its actual configuration, how the labor union articulate themselves with another social movements and how they answer to the challengers that come together with the contemporary capitalism complexity.

**Key Words:** contemporary capitalism, crisis, unions, work, social struggles, Maranhão, productive restructuring

## RÉSUMÉ

Ce travail analyse le syndicalisme dans le contexte actuel. Dans ce sens, initialement il fait une caractérisation du capitalisme contemporain, en soulignant la crise structurelle qui le dévaste depuis les années 1970 et le néolibéralisme, la réorganisation productive et la financierization, comme mécanismes de confrontation à cette crise, de la part du capital, qui se sont configurés dans une offensive au travail dans le monde entier. Se rejaillit, dans les années 1990 la résurgence de luttes populaires, transclassistas, antiglobalização, anticapitalistes, etc comme réaction à l'offensive du capital. Se discute em auteurs comme Marx et Engels, Lénin, Luxembourg et Trotski comme historiquement a été construite la lutte des travailleurs, particulièrement la relation syndicat / parti / mouvement de masses, selon chaque stage des forces productives. Il s'agit de la lutte organisée des travailleurs brésiliens syntonisée avec le développement capitaliste dans ce pays, en rejaillissant la défense du mouvement syndical dans les années 1980, ainsi que la crise et le reflux des années 1990, devant la réorganisation industrielle et la réforme de l'État. Nous analysons les luttes syndicales dans le Maranhão, spécialement de cheminots et de métallurgistes, en détachant sa constitution, dans les années 1980, avec l'industrialisation déchaînée avec Projeto Grande Carajás, leurs luttes et conquêtes dans ce période. Se souligne le reflux nous années 1990, avec la réorganisation industrielle (ALUMAR) et la privatisation de la CVRD, qui ont produit la terceirização, la precarização et la fragmentation du travail et impactaram et dans les luttes syndicales, en provoquant des modifications dans la forme d'être de ces entités. Il se vérifie encore, à partir des tendances de son action actuelle, où mesurée ces syndicats ils s'articulent avec autres mouvements sociaux et ils comme répondent aux défis à des grades par la complexité du capitalisme contemporain.

Mots clés: capitalisme contemporain, la crise, les syndicats, le travail, les luttes sociales, Maranhão, restructuration productive

## LISTA DE TABELA

Tabela 1 - População Urbana e Rural do Maranhão .....	153
Tabela 2 - Quadro Demográfico do Maranhão (15 maiores cidades) .....	153
Tabela 3 - Quadro socioeconômico .....	157
Tabela 4 - Salário base dos metalúrgicos da ALUMAR e do ABC-SP .....	163
Tabela 5 - Quadro de Demissões de 1990-2004 .....	165
Tabela 6 - Produção de alumina e alumínio de 1990 a 2004.....	181

## LISTA DE SIGLAS

AI 5 - Ato Institucional n °5  
AIT- Associação Internacional dos Trabalhadores  
ALBRAS Alumínios do Brasil  
ALCA- Área de Livre Comércio das Américas  
ALCAN Alumínio do Brasil SA  
ALCOA Alumínio SA  
ALCOMINAS - Alumínios de Minas SA  
ALUMAR - Alumínios do Maranhão SA  
ALUNORTE - Alumínio do Norte SA  
AMZA - Amazônia Mineração  
ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático  
BEM - Banco do Estado do Maranhão  
CCQ - Ciclo de Controle de Qualidade  
CDI - Companhia de Direitos Industriais  
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base  
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica  
CEFVM - Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas  
CEMAR - Centrais Elétricas do Maranhão  
CGT - Central Geral dos Trabalhadores  
CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores  
CGT Comando Geral dos Trabalhadores  
CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes  
CLA - Centro de Lançamento de Alcântara  
CLT- Consolidação das Leis do Trabalho  
CMTC - Companhia Maranhense de Transportes Coletivo  
COB - Central Operário Boliviana  
Cominter - Comitê Central da III Internacional  
CONAIE - Confederação das Nações Indígenas do Equador  
CONCLATs - Conferências Nacionais da Classe Trabalhadora

CONCUT - Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores  
CONLUTAS - Coordenação Nacional de Lutas  
COPEMA - Companhia Industrial de Produtos Agropecuários do Maranhão  
CSC - Corrente Sindical Classista  
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce  
ELN - Exército de Libertação Nacional  
EUA - Estados Unidos da América  
FARCs, - Forças Armadas Revolucionarias Colombianas  
FERROMAR - Empresa de Ferro do Maranhão  
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio  
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
ICM - Índice de Correção Monetária  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados  
LNT - levantamento das necessidades de treinamentos  
MARGUSA - Maranhão Gusa  
MERCOSUL - Mercado Comum do Cone Sul  
MG - Minas Gerais  
MTS - Movimento por uma Tendência Socialista  
MUT - Movimento Unificado dos Trabalhadores  
NAAC - Nippon Amazon Aluminium Company  
NAFTA - Acordo Norte Americano de Livre Comércio  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
OLT - organização por local de trabalho  
ONU - Organização das Nações Unidas  
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte  
PARE - Programa de Apoio e Recuperação de Empregados  
PAS - Plano de Aposentadoria Suplementar  
PATCO - Sindicato dos Controladores de Tráfego Aéreo

PC do B - Partido Comunista do Brasil  
PCs - Partidos Comunistas  
PDT - Partido Democrático Trabalhista  
PEA - População Economicamente Ativa  
PGC - Programa Grande Carajás  
PIB - Produto Interno Bruto  
PMDB - Partido do Movimento democrático Brasileiro POSDA - Partido Operário Social  
Democrata Alemão POSDR- - Partido Operário Social Democrata Russo PSTU - Partido  
Socialista dos Trabalhadores Unificado PT - Partido dos Trabalhadores PUA - Pacto de  
Unidade e Ação PUI - Pacto de Unidade Intersindical RFFSA - Rede Ferroviária Federal  
RH - Recursos Humanos  
SAS/MA - Sindicato dos Assistentes Sociais do Maranhão  
SEEB/MA Sindicato dos Bancários do Maranhão  
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SENGE/MA - Sindicato dos Engenheiros do Maranhão  
SIMASA - Siderúrgica do Maranhão SA  
SINDMETAL - Sindicato dos Metalúrgicos  
SINDSPREV/MA - Sindicato dos Previdenciários do Maranhão  
SINTRAJUFE/MA - Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal do Maranhão  
STEFEM - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Maranhão e Pará  
SUDAM - Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia  
SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste  
TPM - Manutenção Total de Produção  
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviética

## SUMARIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>CAPÍTULO 1 - CRISE, APROFUNDAMENTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA</b> .....	23
<b>1.1 Transformações contemporâneas e acumulação capitalista</b> .....	26
<b>1.2 As redefinições do Estado e a reprodução da classe trabalhadora</b> .....	37
<b>1.3 Acumulação capitalista e financeirização</b> .....	47
<b>1.4 Ofensividade do capital sobre o trabalho e lutas contemporâneas</b> .....	65
<b>CAPÍTULO 2 - CONDIÇÕES DE TRABALHO E REPRODUÇÃO, FORMAS DE RESISTÊNCIA E LUTAS NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA CLASSE OPERÁRIA</b> .....	73
<b>2.1 As condições sócio-históricas de emergência do capitalismo, a classe operária e suas primeiras formas de organização</b> .....	86
<b>2.2 Movimento operário e luta socialista no contexto da II internacional</b> .....	96
<b>2.3 Resistência e lutas dos trabalhadores em torno da III internacional</b> .....	110
<b>CAPÍTULO 3 - A LUTA ORGANIZADA DOS TRABALHADORES E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL</b> .....	123
<b>3.1 A Organização político-sindical dos trabalhadores brasileiros nos anos 1970 e o protagonismo do movimento sindical nos anos 1980</b> .....	128
<b>3.2 Crise e refluxo do movimento sindical nos anos 1990 em face à reestruturação produtiva e neoliberalismo</b> .....	133
<b>CAPÍTULO 4 - AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES SÓCIOECONÔMICAS DO MARANHÃO E AS LUTAS SINDICAIS DOS METALÚRGICOS E FERROVIÁRIOS</b> .....	144
<b>4.1 Estratégias econômicas e a inserção do Maranhão na nova divisão internacional do trabalho</b> .....	144
4.1.1A ALUMAR e a COMPANHIA VALE DO RIO DOCE: principais alavancas do processo de transnacionalização do capital .....	160
4.1.1.1 O Consórcio de Alumínio do Maranhão SA – ALUMAR .....	160
4.1.1.2 Principais mudanças na gestão da força trabalho e a nova configuração do trabalhador da ALUMAR .....	162
4.1.2 A Companhia Vale do Rio Doce – CVRD .....	173
<b>4.2 O processo de organização dos trabalhadores: principais reivindicações, lutas e tendências atuais</b> .....	177
4.2.1 O Sindicato dos Metalúrgicos do Maranhão .....	177
4.2.2 O Sindicato dos Ferroviários .....	198
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	207
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	218
<b>APÊNDICE A</b> .....	222

## INTRODUÇÃO

Investigar sobre os processos organizativos da sociedade, particularmente o modo como os trabalhadores enfrentam sua situação de exploração econômica e subordinação política, sempre fez parte do nosso interesse, tanto acadêmico como militante. No Mestrado, realizamos estudos sobre a reestruturação produtiva e os impactos sobre os trabalhadores, partindo da realidade de uma empresa multinacional do ramo do alumínio, em São Luís do Maranhão. Nesse trabalho, realizamos uma análise intra-fábrica, verificando as conseqüências das inovações tecnológicas e das novas formas de organização e gestão do trabalho para a luta dos trabalhadores metalúrgicos maranhenses. Os estudos realizados no Mestrado serviram como pesquisa exploratória para o presente trabalho, no qual investigamos o sindicalismo no contexto do capitalismo contemporâneo.

Assim, para investigar acerca dos limites do sindicalismo e a reorganização da luta social, utilizamos como referência empírica os metalúrgicos e os ferroviários do Maranhão. Nossa pesquisa priorizou a análise qualitativa, incluindo dois momentos operacionais: a pesquisa teórica e a pesquisa empírica, como etapas de um mesmo processo que buscou penetrar na realidade da organização dos trabalhadores, numa permanente relação teoria/prática.

Nesse sentido, um dos eixos temáticos centrais neste trabalho constitui-se exatamente do capitalismo na etapa atual, caracterizado pelo aprofundamento de sua crise estrutural e implementação de alternativas de enfrentamento, segundo a perspectiva do capital. Isto porque, no final do século passado, a luta dos trabalhadores, seja através dos sindicatos, seja por meio dos partidos políticos de cariz de esquerda, sofreu grandes abalos em função da mudança nas estratégias de acumulação capitalista, postas em prática com a reestruturação produtiva e o neoliberalismo.

A partir dessas mudanças, no final do século passado, muitos se apressaram em apregoar o fim da história, o fim da sociedade do trabalho, o fim da luta de classes, bem como a insuficiência da teoria social de Marx para explicar os novos fenômenos do capitalismo contemporâneo, especialmente depois da queda da União Soviética e dos regimes pós-capitalistas do Leste Europeu.

Entretanto, no início deste século, o conjunto de políticas recomendadas pelo Consenso de Washington, tão propaladas como alternativas para a crise do Estado de bem-estar, começou a ser desmistificado e, após duas décadas de ampliação da situação de miséria

global, começamos a assistir ao retorno de lutas e mobilizações populares em várias partes do mundo. Essas lutas respondem à ofensiva capitalista contemporânea e possuem características diferenciadas das lutas do período anterior, que contavam com a presença central da classe operária fabril. São lutas transclassistas, antiimperialistas e algumas anticapitalistas. Como caracteriza Antunes (2005, p. 8):

Os diferentes movimentos e explosões sociais, bem como a variedade de greves e rebeliões que estamos presenciando, nesta fase de mundialização dos capitais, indicam que adentramos também numa nova fase de mundialização das lutas sociais e das ações coletivas. Ações estas que são desencadeadas ora a partir dos confrontos que emergem diretamente do mundo do trabalho, como as greves que ocorrem cotidianamente em tantas partes do mundo, ora mediante ações dos movimentos sociais dos desempregados, que compreendem a crescente e enorme parcela dos que se *integram* no mundo do trabalho pela forma do *desemprego, da desintegração...* Desde Seattle, passando por Praga, Nice, pela confrontação social e política em Gênova e, ainda mais recentemente, pela explosão social na Argentina, desde dezembro de 2001, e também em vários outros países da América Latina, exemplos por certo multifacetados, mas eivados de significados e conseqüências e que se constituem em *importantes sinais de que uma nova era de embates sociais mundializados serão traço constitutivo desse novo Século XXI que se inicia.* São, portanto, ricos exemplos das *novas formas de confrontação social* em curso contra a lógica destrutiva que preside a (des)sociabilidade contemporânea. Morfologia que deve ser compreendida a partir do *(novo) caráter multifacetado do trabalho.* (grifos do autor).

Assim sendo, neste início de século, podemos afirmar que o trabalho não acabou, nem perdeu o seu sentido ontológico. A classe operária industrial, apesar da fragmentação, também não desapareceu. Tampouco a luta de classes foi elidida e os sindicatos permanecem como uma importante instância político-organizativa da luta dos trabalhadores.

O que buscamos discutir aqui é, se frente às mudanças operadas na esfera do trabalho e na sociedade capitalista como um todo, os sindicatos, na sua forma atual, estão aptos a responder aos desafios que lhes são postos, tendo em vista as transformações pelas quais atravessou a classe trabalhadora em todo o mundo.

Com esse intuito, discutimos no capítulo I inicialmente a caracterização contemporânea do capitalismo, marcado por uma profunda crise, que vem se aprofundando, com o esgotamento da estratégia de acumulação capitalista do pós Segunda Guerra Mundial, baseada no taylorismo/fordismo no âmbito da produção, no Estado de Bem Estar Social, fundamentado na teoria keynesiana.

Esta crise, que reúne em torno de si um relativo consenso sobre sua existência, tem sido discutida por estudiosos de diferentes matizes. Para Mészáros (2000, p. 7), por exemplo:

Vivemos na era de uma crise sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos mais frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa como as vividas no século passado, mas uma crise estrutural,

profunda do próprio sistema produtor do capital. Como tal, esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado.

Periodicamente o sistema necessita reorganizar o ciclo da acumulação. A reestruturação produtiva atual teria esse sentido. Dias (1997) assim caracteriza a reestruturação produtiva:

Partimos da premissa segundo a qual todo o processo conhecido como reestruturação produtiva nada mais é do que a permanente necessidade de resposta do Capital às suas crises. Para fazer-lhes frente é absolutamente vital ao Capital – e aos capitalistas – redesenhar não apenas sua estruturação “econômica” mas, e sobretudo, reconstruir permanentemente a relação entre as formas mercantis e o aparato estatal que lhe dá coerência e sustentação. Assim, o momento atual da subsunção real do trabalho ao capital – conhecido ideologicamente como III Revolução Industrial – exige modificação das regras da sociabilidade capitalista, modificação essa necessária para fazer frente à tendência decrescente da taxa de lucro.

Essa reorganização introduziu uma nova dinâmica no capitalismo. Há ocorrência de fenômenos novos dentre os quais podemos destacar a financeirização, o recrudescimento do imperialismo estadunidense e a superexploração do trabalho em âmbito global em nível admirável.

A financeirização é conseqüência da extraordinária liberdade de capital, da autonomia financeira com o crescimento excessivo do parasitismo, e redução drástica nos investimentos produtivos. Tal fenômeno, como analisa Chesnais (1998) surgiu entre 1979 e 1987 a partir da desregulamentação e liberalização iniciadas pelos Estados Unidos e Inglaterra, seguidos posteriormente, pelos demais países centrais, significando a abertura externa e interna dos sistemas nacionais com interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros dos países. Estas medidas favoreceram o surgimento de um espaço financeiro mundial, sem, no entanto, suprimir os mercados nacionais. Na realidade, foi formado um mercado mundial fortemente hierarquizado, sob a dominância dos Estados Unidos, que não possui nenhum mecanismo de controle e supervisão e cuja unidade é dada pelos operadores financeiros.

Além da financeirização, ou melhor, como parte de um mesmo processo, assistimos neste final de século o processo de recolonização, baseado no avanço do imperialismo estadunidense. Como discute Welmovick (2002, p. 10) acerca da estratégia dos países imperialistas no mundo, comandados pelos Estados Unidos:

A estratégia do imperialismo é passar a controlar as fontes de riqueza e as regiões estratégicas, destruindo qualquer tentativa de oposição a seus desígnios. Daí o famoso ‘eixo do mal’, que seria composto por Iraque, Irã e Coreia do Norte. É evidente que com essa tática, Bush tenta estender a vários lugares estratégicos da luta de classes a linha da ‘guerra contra o terror’.

Segundo o autor, nesta fase denominada globalização, o capital tem avançado o seu domínio sobre a riqueza produzida mundialmente, em dupla direção: 1) a ofensiva recolonizadora, a exemplo dos velhos impérios, cuja expressão se verifica na expansão das áreas de livre comércio (como o NAFTA), que significam a abertura de mercados e a queda de uma série de países, com a invasão comercial e industrial das transnacionais; 2) a ofensiva exploradora sobre os trabalhadores, com a imposição de ritmos exaustivos de trabalho e uma extração de mais-valia ainda mais brutal; ataque à legislação trabalhista e conquistas sociais, conduzindo ao aniquilamento de fontes de trabalho e a uma elevação espantosa do desemprego. Por fim, a destruição da natureza em função da necessidade do lucro capitalista (WELMOVICK, 2003, p. 09).

Ressaltamos que esta reorganização do capital, com grande ataque sobre o trabalho, foi facilitada graças à queda da URSS e Leste Europeu, a partir do entendimento de que a força motora que impulsiona as transformações sociais é a ação das classes. Ou seja, se do ponto de vista histórico, a realização da Revolução de Outubro de 1917, constituindo o primeiro Estado Operário, teve importância e repercussão para as lutas de classes no mundo inteiro, inclusive para a própria constituição de regimes social-democratas, a queda do que representava a perspectiva do trabalho, também teve efeito semelhante.

Assim, a luta dos trabalhadores sofreu impactos objetivos, dados pela conformação atual do capitalismo, e subjetivos, dados pela correlação de forças francamente desfavorável às lutas do trabalho.

Um outro eixo analítico, apresentado no capítulo II, refere-se ao próprio processo organizativo dos trabalhadores, particularmente o sindicalismo, nos diferentes momentos do desenvolvimento capitalista, isto é, como os trabalhadores têm se organizado para responder à sua situação objetiva de exploração. Partimos das afirmações marxianas (1998) de que o proletariado passa por diferentes fases de seu desenvolvimento e desde o seu nascimento começa a luta com a burguesia. Assim, destacamos o movimento ludista, o cartismo, as *trade unions* na Inglaterra, berço da Revolução Industrial e do movimento operário; ressaltamos no século XIX o encontro do movimento operário com o movimento socialista que, a nosso ver, representou um salto qualitativo na luta dos trabalhadores. Buscamos nos estudos dos

clássicos da tradição marxista, no próprio Marx, em Engels, Lênin, Rosa Luxemburgo e Trotski, entender como historicamente ocorreu a relação sindicato/partido/movimento de massas, destacando os importantes momentos de constituição das Internacionais e a elaboração teórica desses autores.

Tratamos ainda, da luta dos trabalhadores no Brasil, particularmente o movimento sindical, considerando as condições histórico-estruturais, bem como as conjunturas distintas através das quais foi se configurando o modelo de desenvolvimento capitalista. Este país apresenta especificidades dado à sua integração ao capitalismo em âmbito mundial de forma subordinada e hipertardia, bem como pelo papel desempenhado pelo Estado, que engendrou um modelo de desenvolvimento extremamente concentrador e excludente. Nesse sentido, o ano de 1930 é uma referência histórica importante, período no qual ocorreram expressivas mudanças político-econômicas e sociais (de agro-exportação para o modelo de substituição de importações), com a chamada Revolução de 1930. Para as pretensões do Estado brasileiro nesse momento, era preciso aniquilar o movimento sindical livre e autônomo, existente, influenciado, de início pelo anarco-sindicalismo e, posteriormente, pelos comunistas. Nesse sentido, o Estado varguista implementou um conjunto de políticas objetivando regulamentar a relação capital/trabalho, controlando a luta dos trabalhadores, atrelando os sindicatos à estrutura estatal.

O Estado brasileiro cumpriu papel crucial no processo de industrialização do país, por isso atendeu a reivindicações históricas da classe trabalhadora, estabelecendo uma relação dialógica com alguns setores, inaugurando o que foi denominado por vários autores de “política populista”. Porém, no período de 1950 até 1964, o país atravessou uma crise econômica que gerou dificuldades para a burguesia prosseguir no seu projeto de desenvolvimento autônomo. Em função da crise internacional e da pressão do movimento de massas, por reformas de base, tal estratégia derruiu.

Com a ditadura militar em 1964, aprofundou-se no país a dependência ao capital internacional. A ditadura utilizou todos os métodos da era Vargas para controlar a ação sindical dos trabalhadores, aperfeiçoando-os e combinando com a repressão.

Com a política industrial conduzida pela ditadura, a classe trabalhadora cresceu de cerca de 7,7 milhões para um contingente de 14,3 milhões, centrada no sul e sudeste do país. Com a crise do chamado “Milagre brasileiro” houve a retomada das lutas sindicais no Brasil, inicialmente no ABC paulista, com as grandes greves metalúrgicas que se disseminaram pelo país, rompendo o silêncio imposto pela ditadura.

Os anos 1980, no Brasil, foram marcados pelo protagonismo do Movimento

Sindical. Nesse período, os trabalhadores conseguiram construir importantes instrumentos de luta como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), que foram decisivos para a experiência recente da classe trabalhadora brasileira.

Nos anos 1990, com a reestruturação industrial e a reforma do Estado brasileiro, o movimento sindical entrou em crise, ocorrendo ainda mudanças substanciais nas ferramentas construídas nas décadas anteriores, assim como no projeto estratégico e nas táticas do movimento dos trabalhadores.

No Estado do Maranhão, *locus* da nossa pesquisa, as últimas décadas do século XX foram de grandes modificações na sua estrutura econômica, com a sua inserção na nova divisão internacional do trabalho. Esta inserção está relacionada à reorganização da economia mundial, no contexto de crise capitalista, cujas alternativas de enfrentamento têm como um dos aspectos importantes a necessidade de estabelecimento de uma estratégia de acumulação mais flexível, incorporando inovações tecnológicas, para o aumento da produtividade e a superexploração do trabalho. Com esse espírito, as empresas multinacionais buscaram novas terras articuladas ao sistema produtivo mundial, para facilitar e acelerar a expansão da produção flexível, em contraposição à decadência das regiões industrializadas mais antigas. (TARSITANO NETO, 1995, p. 71).

A inclusão do Maranhão no Projeto Grande Carajás gerou uma nova situação, de forma que este passou a se integrar como espaço de transnacionalização do capital, em função da posição geográfica estratégica da Ilha de São Luís. Isto obviamente refletiu nas lutas sociais. A constituição do operariado maranhense nas configurações atuais está relacionada a esse processo que, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, culminou com mobilizações e avanço de uma perspectiva classista.

Embora a implantação das empresas em São Luís tenha ocorrido já no contexto da chamada globalização e do toyotismo, a partir da qual há perdas de direitos, no início da sua construção, pela forma como foram instaladas, tiveram que ser feitas várias concessões que posteriormente foram revertidas, através de processos de reestruturação (ALUMAR) e privatização (no caso da CVRD), que impactaram fortemente no emprego, nas condições de trabalho e na organização das categorias.

Com a implementação de novas formas de organização e gestão do trabalho e a automação, o sindicalismo, desenvolvido pelo sindicato dos metalúrgicos – SINDMETAL e sindicato dos ferroviários – STEFEM, passou a enfrentar novos desafios. Neste trabalho, investigamos como os trabalhadores ferroviários e metalúrgicos maranhenses enfrentam os problemas postos pela reestruturação industrial, quais sejam: a fragmentação dos coletivos de

trabalho, a terceirização, a automação, a redução de direitos; quais as suas atuais reivindicações, lutas e projetos em execução, e ainda, em que medida superam os limites da luta corporativa e se articulam com os demais movimentos sociais, tendo em vista o enfrentamento às novas tendências do capitalismo contemporâneo.

Para isso, recorreremos a levantamento documental, mas principalmente a fontes primárias utilizando a entrevista semi-estruturada com diversos sujeitos: diretores do sindicato dos metalúrgicos e membros da oposição metalúrgica, além de trabalhadores da ALUMAR; entrevista coletiva com a diretoria do sindicato dos ferroviários. Os dados empíricos nos indicam que os sindicatos analisados, diante da nova dinâmica do capital e da correlação de forças na luta de classes, continuam sendo uma referência importante para as suas categorias, porém possuem limites políticos que não estão sendo suplantados devido aos ataques sofridos, e também por questões teóricas, organizativas, institucionais e políticas que os colocam cada vez mais dentro da fronteira da corporação. Portanto, não conseguem fazer o trânsito entre as reivindicações imediatas e econômicas, e mesmo locais, para pensarem e agirem enquanto sujeitos políticos, numa ordem que é cada vez mais internacionalizada.

Esperamos, com estas reflexões, contribuir para o debate acerca das práticas organizativas da classe trabalhadora, particularmente no Maranhão, e suscitar novos estudos e pesquisas.

## **CAPÍTULO 1 - CRISE, APROFUNDAMENTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

De modo geral pode-se afirmar que no final dos anos 1960, esgotou-se o ciclo de acumulação capitalista engendrado no pós-segunda guerra mundial, que havia gerado um ciclo de três décadas de expansão e crescimento. Esse esgotamento pôs como imperativo a redefinição das estratégias de acumulação e reprodução do sistema, conduzindo-o a um conjunto de mudanças tanto na base econômica como na superestrutura, reorganizando o papel do Estado.

Assim, no final do século XX, mediante as crises cíclicas cada vez mais breves, o capitalismo buscou se reestruturar através de medidas que aprofundaram globalmente a exploração do trabalho e a dominação dos países centrais, principalmente EUA, através do recrudescimento do imperialismo.

Durante a década de 1990 mediante o avanço do neoliberalismo, e da retração das lutas dos trabalhadores, formularam-se vários questionamentos e afirmações acerca dos novos fenômenos do capitalismo e das perspectivas para a humanidade. Nas ciências sociais houve a polêmica em torno dos paradigmas questionando toda a racionalidade moderna, tanto o pensamento clássico burguês, quanto a teoria marxista. Diversos teóricos<sup>1</sup> argumentaram a inépcia explicativa da teoria social de Marx em relação aos fenômenos emergentes do capitalismo contemporâneo, “a ortodoxia marxista não tem mais muita respeitabilidade científico-social” afirmava Offe (1989)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Habermas, Claus Offe, Robert Kurz, André Gorz, dentre outros, questionaram as perspectivas teórico-metodológicas que partem da centralidade do trabalho, tanto o pensamento clássico burguês quanto a teoria marxista. Os teóricos proponentes da perda da centralidade do trabalho, em que pese a diversidade de matizes filosóficos, teóricos e políticos, centravam seus estudos a partir da realidade dos países de capitalismo avançado, concluindo, preconizando o fim da história, o fim da sociedade do trabalho, o desaparecimento da classe operária industrial, das classes fundamentais e reafirmando, seja enquanto “sociedade informática” (Sharff), “sociedade do tempo livre” (Gorz), “comunismo das coisas” (Kurz), a possibilidade da “nova sociedade”, no entanto, prescindindo da ação revolucionária da classe operária. (BRAGA, 1996)

<sup>2</sup> Segundo Offe (1989), para as análises dos princípios da organização, da dinâmica das estruturas da sociedade, na contemporaneidade, a manutenção da posição chave do trabalho na teorização sociológica coloca imensos obstáculos para cientistas e teóricos políticos. Segundo estudo de exame contemporâneo realizado nas ciências sociais, verifica-se, atualmente, o “declínio do modelo de pesquisa social centrado no trabalho” afirmando que “o trabalho aparece muito mais como uma variável dependente da humanização do trabalho iniciada pelo Estado e das políticas sociais e trabalhistas”. Partindo dessas observações o autor conclui que: o trabalho e a posição dos trabalhadores no processo de produção não são tratados como princípio básico da organização das estruturas sociais; a dinâmica do desenvolvimento social não é concebida como emergente dos conflitos a respeito de quem controla a empresa industrial; a otimização das relações entre meios e fins técnicos-organizacionais ou econômicos através da racionalidade capitalista industrial não é compreendida como a forma de racionalidade precursora de mais desenvolvimento social.

Tais questionamentos tinham como fundamentos as reais transformações processadas na sociedade em seus aspectos econômico, cultural, social, político, ético, moral, etc., porém, estava em debate se de fato tais transformações revolucionaram o modo de ser e produzir a ponto de tornar obsoleta a perspectiva marxista no que tange à centralidade do trabalho (BRAGA, 1996).

Nesse debate houve resistências e oposições. Já na década de 1990, Dias (1997, p. 108) questionava: “Onde o capitalismo venceu?” “Onde implementou a plena liberdade?” E desmistificando o discurso apresentado, afirmava que a imensa maioria dos países que vive no pólo subalterno tanto econômica como politicamente, além de não conseguir resolver seus problemas básicos de saúde, educação e alimentação, coloca amplas massas na miséria e na fome.

Braga (1996, p. 59) chamava a atenção de que, o que estava posto nessa polêmica era muito mais que um questionamento à centralidade do trabalho, mas um “verdadeiro teste à validade analítico-estratégica da teoria da luta de classes e sua eficácia em elaborar um projeto alternativo e emancipador para a totalidade social, tendo a clara intenção de retirar do debate as determinações classistas dadas pela existência da luta de classes”, e como consequência política a supressão da função histórica dos oprimidos e explorados do processo de transformação social que poderia implodir a ordem do capital, na medida em que apontam a ciência e a tecnologia como motor da História. Após duas décadas de vigência do neoliberalismo, podemos afirmar que o trabalho não acabou<sup>3</sup>, como prognosticavam alguns, nem a organização de luta dos trabalhadores se esgotou.

Todavia, inegavelmente sofreram modificações importantes, dentre as quais podemos destacar o refluxo político organizativo do movimento sindical e emergência do

---

“As evidências empíricas” isto é, as intensas transformações ocorridas no âmbito do trabalho devido às grandes inovações tecnológicas deste final de século (informática, micro eletrônico, automação) e suas consequências como o desempenho estrutural, diferenciação do trabalho, bem como declínio da ética do trabalho, apontam para Offe, a limitação do paradigma centrado no trabalho. Noutras palavras, não seria mais possível analisar a sociedade atual compreendendo o trabalho e o trabalhador como princípio organizador da sociedade, a partir do conflito estabelecido intrafábrica (trabalhador X capital), expandido para toda a sociedade.

Assim, mediante o declínio do materialismo histórico emergem vários modelos de pesquisas baseados na vida cotidiana no “mundo vivido”, abordando temas que privilegiam variáveis como sexo, idade, status, família, saúde, identidade étnica, direitos coletivos e exigências legais. (OFFE, 1989, p. 167-173)

<sup>3</sup> Entendemos o trabalho, a partir da concepção marxiana, como categoria central de análise, isto é, pressuposto fundante da sociabilidade humana, a partir do qual o ser social organiza a produção e distribuição da riqueza. Quer dizer, o trabalho como atividade consciente e proposital do ser humano sobre a natureza, mediada pela técnica, orientada pela inteligência, transformando-a no sentido da satisfação das necessidades de sobrevivência. (MARX, 1984).

protagonismo de grandes movimentos de massas<sup>4</sup>. Quais determinações presentes no capitalismo contemporâneo levaram a esse refluxo do movimento social que tinha como principais protagonistas o movimento operário e os partidos políticos de cariz de esquerda?

Este debate passa necessariamente por entender a configuração contemporânea do capitalismo.

### **1.1 Transformações contemporâneas e acumulação capitalista**

Há uma relativa concordância em torno da idéia de que o capitalismo desde os anos 1970 atravessa uma crise. Qual a natureza dessa crise? Segundo Grespan (2004), a utilização corriqueira do vocábulo em contextos diversos termina causar ambigüidades e imprecisões que obstam a sua captação em todo o seu rigor teórico. Embora não seja esse o nosso objetivo, queremos pontuar alguns aspectos que consideramos essências para a atualidade da sociedade burguesa, principalmente pelos possíveis desdobramentos para os trabalhadores, tanto do ponto de vista objetivo, quanto subjetivo.

Diversos autores concebem a crise dos anos 1970 como crise estrutural do capital, que tem como determinação principal o fator econômico. Mota (2000, p. 55), por exemplo, reafirma a concepção clássica de que “a crise expressa um descompasso entre produção e circulação, enquanto processo de produção e realização de mais-valia e, ao mesmo tempo, momento a partir do qual a lei do valor se impõe”.

Para a autora, a crise dos anos 1970 “expressa um movimento convergente em que a crise de superprodução é administrada mediante expansão do crédito para financiar tanto os *déficits* dos países hegemônicos como a integração funcional dos países periféricos ao processo de internacionalização do capital” (MOTA, 2000, p. 55).

Mészáros (2000, p. 795) analisa que a crise do capital hoje é fundamentalmente uma crise estrutural. Para ele, não há nenhuma inovação em vincular capital e crise. Pelo contrário, “as crises de magnitude e duração variadas são maneiras do capital avançar para além de seus limites imediatos para assim estender, com dinamismo cruel, seu campo de operação e dominação”. Por isso, afirma: “a última coisa que o capital almejaria seria uma superação permanente de todas as crises, ainda que seus ideólogos e propagandistas freqüentemente sonhem com (ou ainda reivindicuem a realização de) exatamente isso”.

---

<sup>4</sup> Tratamos aqui como movimento de massas todas as mobilizações populares mais amplas que os setores organizados.

Para o autor esta é uma crise insólita, como nenhuma outra que tenha existido, e não possui saída nos limites da ordem burguesa. As contradições atuais são de tal monta que se exacerbaram a ponto de colocar em risco a humanidade como um todo, a continuar percorrendo o ritmo de “desenvolvimento”, ou melhor, de destruição das forças produtivas.

Mészáros (2000, p. 798) reafirma que a disposição de mundializar o mercado é própria do capital e que os limites surgem como entraves a serem superados. Para o autor, só pode haver crise estrutural quando a engrenagem vital de auto-expansão (produção, consumo e circulação/distribuição/realização), que são as dimensões fundamentais do capital e o mecanismo para superação interna das contradições, não consegue mais esta supressão. Dessa forma, podem acontecer crises de diversos tipos, duração, frequência e gravidade, porém só se poderá caracterizar como estrutural se o sistema como um todo colocar em questão os limites últimos da estrutura global.

A crise dos anos 1970 significou que iniciamos a experiência de que a tripla dimensão interna de auto-expansão do capital enfrenta contradições cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema. (MÉSZÁROS, 2000, p. 56).

Destaca ainda alguns aspectos que considera novidade histórica da crise atual: é universal, de alcance verdadeiramente global; do ponto de vista da duração é extensa e contínua, ou seja, permanente. (MÉSZÁROS, 2000, p. 56).

Duménil e Lévy (2003, p. 16), em ensaio intitulado “Superação da Crise, Ameaça de Crises e Novo Capitalismo”, ressaltam que no final anos 1970 e a partir dos anos 1980 os países de capitalismo avançado enfrentaram uma forte crise estrutural cujas principais manifestações foram: investimentos reduzidos e crescimento pouco vigoroso, elevado desemprego, inflação, arrefecimento no ritmo do progresso técnico, lentidão na progressão do salário e redução da rentabilidade do capital. Para os autores, é preciso analisar as crises do capitalismo, em perspectiva histórica, apreendendo as suas lições. Nesse sentido, recorrem ao caso dos Estados Unidos, país mais forte da economia capitalista presente, afirmando que a crise atual é semelhante à do fim do século XIX, entre o fim da Guerra de Secessão (1865) e período da Grande Depressão (1890) e a reiniciada a partir de 1920, com a Primeira Guerra Mundial. “O capitalismo atravessa, assim, crises estruturais e as supera através de transformações profundas em seu funcionamento”.

Ressaltam os autores que esse movimento histórico do sistema do capital não é apenas resultante de choques “fortuitos e desordenados”, mas de um combate histórico

fundamental “que remete à dialética marxista das forças produtivas e das relações de produção e ao papel motor da luta de classes”. (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 16).

Um grande processo de interconexão, de coordenação dos diferentes agentes e iniciativas, é estimulado pela acumulação e pela tendência do capitalismo a concentrar e centralizar os meios de produção. Marx o havia descrito como um processo de socialização. A continuidade desse processo requer ajustes recorrentes nas formas de propriedade capitalista. As formas antigas, tais como a propriedade individual, periodicamente colocam obstáculos a este desenvolvimento, suscitam o aparecimento de novas configurações mais propícias à mudança, como a sociedade anônima no início do século XIX ou os grandes investidores institucionais do capitalismo contemporâneo. O controle do aparelho produtivo e os processos de alocação do capital entre diferentes empresas e ramos são cada vez menos realizados pelos proprietários, sendo delegados cada vez mais a pessoal assalariado, composto por gestores e empregados. Isso provoca, para os proprietários, um problema de poder. Os recuos e avanços desse poder são uma questão primordial da luta de classes e permitem periodizar, a sua maneira, o desenvolvimento do capitalismo – em e para além dele mesmo. (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 17).

Os autores destacam como expressão mais evidente da crise estrutural dos anos 1970/80 o aumento exacerbado do desemprego, que atingiu tanto a Europa como os Estados Unidos, não obstante tenha sido mais acentuado na Europa. Qual foi então a causa desse aumento exagerado do desemprego? Para os autores, foi exatamente a diminuição da acumulação do capital (investimento) e do crescimento da produção.

Essa redução da acumulação foi ela própria o efeito da diminuição mais sensível da rentabilidade do capital. As taxas de lucro, que atingem 20% no início dos anos 1960, caem para cerca de 12% em 1982 ou 1983, visto que os lucros realizados pelas empresas são tanto uma fonte de financiamento interno quanto um incentivo ao investimento, a queda da taxa de lucro acaba por desencorajar a acumulação e prejudicar o crescimento do emprego.

A queda da taxa de lucro foi a expressão de uma deterioração regular das performances da mudança técnica. No curso das décadas de baixa, a produtividade do trabalho continuou a aumentar, mas a uma taxa constantemente reduzida, constituindo uma primeira expressão dessa deterioração. Uma variável-chave para compreender esse movimento é, entretanto, a relação da produção anual frente ao estoque de capital fixo (imóveis, máquinas...) necessário a sua realização. Essa relação chamada produtividade do capital não cessou de crescer no período: obtém-se uma quantidade cada vez menor de produto para o mesmo estoque de capital ou, de maneira equivalente, investe-se uma quantidade cada vez maior de capital para o mesmo produto. A rentabilidade do capital depende também do salário. Ainda que, nesse mesmo período, a taxa de crescimento do salário real tenha diminuído, essa diminuição não é suficiente para compensar o declínio das performances do progresso técnico. (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 18).

Partimos da compreensão de que as crises são intrínsecas à existência do capitalismo. O capitalismo tem como imperativo a permanente acumulação de capitais, vez que, desde o seu surgimento, vem engendrando novas relações sociais de produção que têm gerado contradições insolúveis, visto que “o capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos dos membros, em última análise, pela

atividade combinada de todos os membros da sociedade”. (MARX e ENGELS, 1998, p. 52). Sendo assim, é impossível ao capital desenvolver-se sem o proletariado, mais ainda, a concentração de riqueza em mãos dos capitalistas pressupõe a concentração da miséria para as classes destituídas da propriedade dos meios de produção.<sup>5</sup>

Esta situação de polarização da riqueza e da miséria em extremos opostos e contraditórios, como consequência de um mesmo processo, é para Marx e Engels (1998) um dos determinantes das crises periódicas de superprodução, que por sua vez, são resultantes da anarquia da produção e da livre concorrência. Sendo assim, as crises de superprodução denotam que as relações de propriedade e de produção capitalistas são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas.

Para saída da crise, na época analisada por Marx (1998, p. 45), era possível buscar a desvalorização ou destruição de forças produtivas, procurando novos mercados, o que não resolvia o problema e ainda potencializa novas crises. Porém, na atualidade, com um “mundo globalizado”, o enfrentamento por intermédio da busca de novos mercados ficou ainda mais complexo. Em suas vicissitudes, o capital agora busca a racionalização dos mercados existentes, potencializando a sua capacidade de realização, sem necessariamente implicar o crescimento do número de consumidores, mas por um alargamento horizontal dos mercados, como analisa Teixeira (2000).

O autor ao dissertar sobre as transformações contemporâneas, afirma que há profundas mudanças no sistema do capital, no entanto, estas expressam um desdobramento das contradições da grande indústria em novas bases. Nesse sentido, defende que o capital está vivendo mais uma forma de produção da mais-valia, que denomina cooperação complexa, atestando que os fenômenos do capitalismo contemporâneo são resultado de um processo de evolução.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Marx (1983) explica esta contradição a partir da mercadoria, cujo valor é dado pelo tempo necessário à sua produção. No capitalismo, a própria força de trabalho foi transformada em mercadoria e o seu valor é determinado pela quantidade de trabalho necessário à sua produção. Quer dizer, dos meios de subsistências necessários à reprodução física do trabalhador e de suas futuras gerações. Esse valor é mediatizado através do salário que condensa a exploração e o seu nível/flutuação depende tanto da concorrência entre os próprios operários, do exército industrial de reserva e do ritmo da acumulação dos capitais. Em período de alta é possível o aumento temporário dos salários, mas principalmente em períodos de crise e de desemprego muito elevado, há queda do salário abaixo do mínimo necessário, conforme observamos atualmente no Brasil. “No curso da evolução, o salário do operário age num duplo sentido: primeiramente, num sentido relativo, em relação ao desenvolvimento da riqueza geral; em segundo lugar num sentido absoluto, nesse sentido de que a quantidade de mercadoria que o operário recebe em troca se torna cada vez mais reduzida. (MANDEL, 1980, p. 61-62).

<sup>6</sup> Como forma de conviver ou se mover dentro de seus limites e contradições, o capital inventa e reinventa formas sociais para valorizar o valor (a cooperação, a manufatura e a grande indústria). Estas formas significaram a luta do capital para adequar a base técnico-material do processo de trabalho às exigências da valorização do valor. E essa adequação exige a transformação permanente da tecnologia, assim como a reestruturação da divisão técnica do trabalho. (TEIXEIRA, 2000)

Para ele, vivemos em uma fase que não representa uma ruptura com as formas pretéritas de produção de mercadorias, mas sim uma superação das contradições que limitavam a autovalorização do valor. (TEIXEIRA, 2000).<sup>7</sup>

Conforme analisa Grespan (2004, p. 175):

O nexos profundo entre as crises econômicas e o capital – relação social estrutural da sociedade moderna – é um dos aspectos principais, talvez o decisivo, do entendimento dessa sociedade por Marx e raiz de todas as complexidades do capitalismo, fundadas na contradição construtiva desse sistema e manifestas objetivamente nos momentos de desvalorização mais ou menos intensa e prolongada do valor até ali produzido, quando o capital nega sua própria definição de valor que se (auto)valoriza.

O capitalismo historicamente tem construído estratégias de acumulação que ora produzem períodos mais extensos de crescimento e valorização do valor, ora momentos mais curtos e, pelo que assistimos no final do século XX e início do século XXI, ciclos cada vez mais breves. Analisamos que isto é consequência das alternativas construídas ao longo do século XX (falando do período histórico mais recente), a partir das estratégias adotadas pelos capitalistas, permeadas pela acentuação da polarização das lutas de classes, expressando o desdobramento do confronto da base econômica (capital/trabalho) e da não superação das contradições capitalistas.

Todo o primeiro quartel do século XX foi permeado pelo confronto das perspectivas capitalista e socialista, foi um século de guerras (duas guerras mundiais), crises e revoluções (Russa, Chinesa, Cubana, Nicaragüense, etc.). Nesse contexto, a análise das estratégias de acumulação capitalista, adotadas principalmente após a segunda guerra mundial, é de importância fundamental para o entendimento da configuração atual desta sociedade.

Na primeira metade do século passado, em função da luta dos trabalhadores internacionalmente, dos avanços sociais alcançados com as revoluções socialistas em vários países, o mundo capitalista, necessariamente, desenvolveu alterações na estrutura produtiva, na forma do Estado e na relação deste com a sociedade civil, que ocorreu de forma diferenciada nos diversos países. Com os Estados Unidos assumindo a hegemonia do mundo

---

<sup>7</sup> Teixeira, a partir de Marx, analisando o capital e suas formas de produção da mais – valia, afirma ser esta uma contradição permanente do modo de produção capitalista, destacando que neste modo de produção há o desenvolvimento das forças produtivas para a criação de valores de uso como em nenhum outro precedente. Entretanto, esse desenvolvimento é limitado pela necessidade de valorização do valor. Na análise de Teixeira, com a qual concordamos, essa contradição não pode desaparecer nos marcos do próprio capitalismo, isto porque necessitaria colocar o desenvolvimento das forças produtivas a serviço do ser humano e não do capital. Isto seria avesso à sua lógica.

capitalista, exportaram seu padrão de produção industrial para os demais países; padrão esse que teve como setores de ponta as indústrias automobilística, siderúrgica e bélica. Como analisa Harvey (1992, p. 125):

O período pós-guerra viu a ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entre-guerras e levadas a novos extremos de racionalização na Segunda Guerra Mundial. Os carros, a construção de navios e de equipamentos de transportes, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha, os eletrodomésticos e a construção se tornaram os propulsores do crescimento econômico, concentrando-se numa série de regiões de grande produção da economia mundial – o Meio Oeste dos Estados Unidos, a região do Rur-Reno, as Terras Médias do Oeste da Grã-bretanha, a região de produção Tóquio-Iocoma. As forças de trabalho privilegiadas dessa região formavam uma coluna de demanda efetiva em rápida expansão. A outra coluna estava na reconstrução patrocinada pelo Estado de economias devastadas pela guerra, na suburbanização (particularmente nos Estados Unidos), na renovação urbana, na expansão geográfica dos sistemas de transporte e comunicações e no desenvolvimento infra-estrutural dentro e fora do mundo capitalista avançado. Coordenadas por centros financeiros interligados, tendo como ápice da hierarquia os Estados Unidos e Nova Iorque, essas regiões-chave da economia mundial absorviam grandes quantidades de matérias-primas do resto do mundo não-comunista e buscavam dominar um mercado mundial de massa crescentemente homogêneo com seus produtos.

Vale dizer que, no âmbito da produção, desde o final do século XIX vinham se gestando diversas experiências concernentes à organização, controle e subordinação do trabalho. Com o crescimento das empresas em número e dimensão, a organização dos monopólios da indústria colocou cada vez mais a necessidade do desenvolvimento de novos métodos condizentes com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, que requeria cada vez mais o conhecimento científico.

Com Taylor iniciou-se a gerência científica, que representou o esforço para utilizar métodos científicos nos complexos e crescentes problemas do controle do trabalho nas fábricas. O taylorismo sistematizava os fundamentos da organização dos processos de trabalho e do controle sobre os trabalhadores:

Taylor propôs que a gerência reunisse o conhecimento sobre o trabalho anteriormente possuído pelos trabalhadores e eliminasse toda a atividade de concepção do chão da fábrica, concentrando-a nos escritórios de planejamento, como forma de impedir a prática generalizada dos trabalhadores nas oficinas de conter o ritmo da produção. Através da expropriação do saber operário e do domínio sobre o processo produtivo que essa iniciativa permitiria ao capital, estariam dadas as condições para que a gerência racionalizasse a produção, estabelecendo rigidamente os rendimentos dos trabalhadores. (LEITE, 1994, p. 60).

Desse modo, os operários ficariam sob uma rígida estrutura hierárquica que teria a responsabilidade pela supervisão da produção para garantir o cumprimento de todo o

planejamento. Historicamente, o controle do processo de produção sempre foi almejado pelos capitalistas, no sentido de retirar qualquer poder de decisão dos trabalhadores. Antes de Taylor, o controle gerencial foi sendo incluído progressivamente: a reunião dos trabalhadores numa oficina e a fixação da jornada de trabalho; a supervisão dos trabalhadores para garantia de aplicação diligente, intensa e ininterrupta; execução das normas contra distrações (conversas, fumo, abandono do local de trabalho, etc.) que se supunha interferir na aplicação - a fixação dos mínimos de produção, etc. A partir de Taylor, o conceito de controle assumiu uma nova dimensão quando este apontou como necessidade absoluta a determinação ao trabalhador da maneira rigorosa como o trabalho deve ser executado.

Admitia-se em geral antes de Taylor que a gerência tinha o direito de controlar o trabalho, mas na prática esse direito usualmente significava apenas a fixação de tarefas, com pouca interferência direta no modo de executá-las pelo trabalhador. A contribuição de Taylor foi no sentido de inverter essa prática e substituí-la pelo seu oposto. A gerência, insistia ele, só podia ser um empreendimento limitado e frustrado se deixasse ao trabalhador qualquer decisão sobre o trabalho. Seu “sistema” era tão-somente um meio para que a gerência efetuasse o controle do modo concreto de execução de toda atividade no trabalho, desde a mais simples à mais complicada. Nesse sentido, ele foi o pioneiro de uma revolução muito maior na divisão do trabalho que qualquer outra havida. (BRAVERMAN, 1987, p. 86).

Segundo Braverman (1987, p. 103), as formulações de Taylor não estavam voltadas para o avanço tecnológico, mas sim, para o controle do trabalho em qualquer estágio do desenvolvimento tecnológico. Para este autor, o taylorismo pode ser sintetizado nos seguintes princípios: 1) dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores - o processo deve ser independente do ofício, da tradição e do conhecimento dos trabalhadores; 2) separação da concepção e execução, ou seja, separação do trabalho mental e manual; 3) utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução.

Estes princípios que conduziram a gestão da força de trabalho, através da qual os capitalistas consolidaram o seu controle no processo de produção, separando crescentemente o trabalhador do domínio da totalidade do processo, tiveram um salto de qualidade com o desenvolvimento do fordismo na indústria automobilística.

Antes a fabricação de automóveis era feita por profissionais altamente qualificados. Com o desenvolvimento do Modelo T e, frente à alta demanda que gerou, houve a necessidade de reestruturação dos processos de produção e, em 1914 ocorreu a introdução da primeira esteira-rolante sem fim para a montagem final na fábrica Ford de *Highland Park*, que foi fundamental para a redução do tempo de produção e controle direto do processo de trabalho pela direção da empresa. O aceleração do índice de produção, neste caso, dependia não apenas da mudança na organização do trabalho, mas do controle que a gerência conseguiu, de um só golpe, sobre o ritmo da montagem, de modo que podia agora dobrar e triplicar o

índice a que as operações a serem executadas deviam obedecer e assim submeter seus trabalhadores a uma intensidade extraordinária de trabalho. Tendo conseguido isso, Ford então passou a achatar a estrutura de pagamento como medida adicional de redução de custos. Desse modo, foram estabelecidas, primeiro na *Ford Motor Company*, as novas condições de emprego que deveriam tornar-se características da indústria automobilística, e daí por diante, de um número crescente de indústrias. O ofício cedeu lugar a operações pormenorizadas e repetidas, e as taxas de salário padronizaram-se em vários níveis uniformes. (BRAVERMAN, 1987, p. 130).

Entretanto, com a forte reação dos trabalhadores, o crescimento da sindicalização nos EUA e a evasão dos trabalhadores das fábricas Ford, sua administração foi forçada a adotar a política salarial de cinco dólares/dia. Nas palavras do próprio Ford (apud BRAVERMAN, 1987, p. 130), “era uma das mais refinadas manobras de redução de custos”, uma vez que assegurava salários relativamente altos para uma parcela de trabalhadores, garantindo a produção ininterrupta, ao mesmo tempo em que para uma grande maioria de trabalhadores eram destinados salários baixos. Tal prática foi generalizada no pós 2ª guerra mundial.

As preocupações de Ford, tanto quanto as de Taylor e dos capitalistas em geral, eram no sentido de suprimir os desperdícios de tempo na produção, a porosidade do trabalho, o absenteísmo, as formas de resistência organizada ou não dos trabalhadores, que Taylor identificava como *marca-passo natural e/ou sistemático*; ou seja, objetivava quebrar a resistência operária, ter o processo produtivo sob controle, subordinando os trabalhadores, para assim assegurar a elevação da produtividade. Com a introdução da linha de montagem e submissão dos operários ao ritmo da mesma, tal proposição foi em muito facilitada.

Para Leite (1994, p. 61), um dos aspectos que distinguia taylorismo e fordismo é que, para o primeiro, a gerência deveria se relacionar com os operários individualmente, visando garantir a atomização do trabalho na fábrica, como forma de dividir ao máximo os trabalhadores, que teriam como alternativa de comunicação seus chefes imediatos, também submetidos a uma rígida hierarquia. Soma-se a isso a exortação à competição premiada, objetivando eliminar qualquer forma de solidariedade operária. Já o fordismo, com o incremento dado pela implantação da linha de montagem, em função da cadência imposta pela esteira rolante, efetivamente socializava o trabalho e possibilitava que a extração da mais-valia se efetivasse sob uma base mais ampla que incluía tanto a gerência científica quanto a produtividade do trabalho, via maquinaria.

Entendemos que a diferença entre os dois está muito mais no momento capitalista vivido quando do surgimento dessas políticas de gestão. Sendo assim, taylorismo e fordismo não são contraditórios e formaram o padrão dominante da organização e gestão do trabalho

durante o século XX, que se caracterizava pela produção em massa, a partir de uma produção homogênea, verticalizada e fabricação realizada inteiramente na fábrica, recorrendo muito secundariamente a fornecedores externos. Isto, com uma ação sistemática de combate ao desperdício, com o tempo mais reduzido possível a partir do aumento do ritmo do trabalho.

Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor dos veículos. Paralelamente à perda de destreza do labor operário anterior, esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. A mais-valia, extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e pelo acréscimo de sua dimensão absoluta, intensifica-se de modo prevalecte a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria, estava consolidada. (ANTUNES, 1999, p. 36).

Este aspecto denominado por Antunes (1999) de desantropomorfização do trabalho, embora já tivesse sido apontado por Marx em *O Capital*, foi ocorrer de maneira mais completa nesse período, quando mais evidentemente o trabalhador se tornou apêndice da máquina. Por isso, esse modelo foi tão fundamental para a “prosperidade” capitalista no período pós-segunda guerra mundial. Verifica-se ainda a superexploração tanto com a elevação da produtividade do trabalho, a partir da introdução da esteira rolante, como pelo prolongamento da jornada de trabalho.

Dias (1997, p. 88) analisando o período de vigência do americanismo (taylorismo/ fordismo), ressalta o processo de reestruturação do capital nos EUA a partir de uma dimensão mais ampla, enfatizando os aspectos políticos do enfrentamento entre as classes:

O fordismo não implicou nenhuma grande inovação tecnológica, mas representou um importante momento de reestruturação do capital nos EUA. Representou mais que uma reestruturação econômica, fundamentalmente, significou a conformação da classe trabalhadora segundo as exigências do projeto social capitalista, nesse estágio de desenvolvimento. O fordismo incorporou e ampliou o taylorismo e esta associação, do ponto de vista do capital, foi vitoriosa porque conseguiu, no processo da luta entre as classes, subordinar os trabalhadores à disciplina do capital, criando o operário-massa.

Consideramos importante esta perspectiva analítica de Dias, que supera as análises economicistas que fragmentam o político, o econômico, o social, etc., retirando de cena o

papel das classes sociais. Analisa a reestruturação produtiva não apenas do ponto de vista da esfera da produção, mas apontando para uma dimensão mais ampla que este processo possui. Nesse sentido, ressalta que o capital, na tentativa de impor a sua objetividade, buscou construir uma nova subjetividade operária, utilizando a coerção e o convencimento dos trabalhadores, articulando o “velho puritanismo protestante” às novas técnicas de gestão. E, concordando com Gramsci, ressalta o controle ideológico excessivo do fordismo sobre os trabalhadores, inclusive no âmbito da sexualidade, da família, do patriotismo e da religião, onde a família perde o *status* de elemento socializador básico, passando a fábrica a assumir este papel. (DIAS, 1997, p. 89).

Na análise de Dias (1997, p. 91) o americanismo significou “a criação de um novo tipo humano, correspondente ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo, de uma nova fase de adaptação psicofísica à nova estrutura industrial”. A conjunção taylorismo e fordismo significou a resposta, no plano da produção, a essas novas necessidades, que combinavam consenso e repressão. Tratava-se não apenas da gestão da força de trabalho e da racionalização da produção, mas também da generalização de um modo de vida.

Harvey (1992, p. 131) também apontou no mesmo sentido, de analisar o fordismo para além da produção. “O fordismo do pós-guerra tem que ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total. Produção em massa significava padronização do produto e consumo de massa, o que implicava toda uma nova estética e mercadificação da cultura...”

Duménil e Lévy (2003, p. 26) desenvolvem uma rica análise econômica. Lembram que a crise estrutural do final do século XIX na Europa e EUA foi superada a partir da Primeira Guerra Mundial, com a alta produtividade do capital, quando foi retomada também a tendência geral do crescimento econômico. Essa recuperação deveu-se aspectos importantes: a uma revolução técnico-organizacional e à explosão dos mecanismos monetários e financeiros e das rendas financeiras, e às políticas correspondentes.

A crise dos anos 1890 foi seguida, nos EUA, por uma transformação das instituições do capitalismo, portadora de uma revolução da técnica e da organização das empresas. O tamanho das unidades de produção já havia aumentado e a mecanização da produção havia conhecido novos desenvolvimentos no final do século XIX. Essa tendência provocou uma verdadeira revolução, a revolução da gestão (*managerial revolution*), cuja maturação demandou décadas. Mas, essa revolução não teria sido possível sem a transformação concomitante da propriedade. Ao final de uma crise da concorrência (marcada pelo desenvolvimento de trustes e cartéis), formaram-se, no intervalo de dois ou três anos antes e após 1900, grandes sociedades anônimas, num momento em que ocorria uma vaga de fusões sem precedentes. As novas leis sobre as sociedades e as *holdings* forneceram as bases jurídicas dessa revolução, conhecida nos Estados Unidos como *corporate revolution* (revolução das

corporações). As grandes corporações contribuíram para o desenvolvimento de vastos Estados-maiores de gestores e de empregados, distribuídos em uma organização hierárquica. (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 26).

Para Duménil e Levy (2003, p. 27), as mudanças no interior das empresas, do ponto de vista da tecnologia e da organização, foram favorecidas pelo taylorismo que revolucionou a organização da produção, a comercialização, a gestão dos estoques, do financiamento e da tesouraria, a gestão do pessoal, dentre outros aspectos. A organização científica do trabalho e a linha de montagem proporcionaram a economia do trabalho, a elevação da produtividade do trabalho, mas sobretudo o aumento da rentabilidade do capital, favorecendo a elevação da taxa de lucro, mesmo com uma taxa de crescimento real dos salários.

No pós-segunda guerra mundial a associação taylorismo/fordismo no mundo da produção favoreceu o aumento da produtividade do trabalho, conjugando meios organizacionais e técnicos com a evolução da maquinaria, colocando cada vez mais o trabalhador como apêndice da máquina, o qual passou a realizar tarefas especializadas e rotineiras. Com esse chamado padrão de acumulação os capitalistas conseguiram retirar o controle do processo de trabalho das mãos dos produtores, transferindo-o para a gerência.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Para Marx, “antes de tudo, o motivo que impele e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior expansão possível do próprio capital, isto é, a maior produção possível da força de trabalho. Com a quantidade dos trabalhadores simultaneamente empregados cresce sua resistência e com ela, necessariamente, a pressão do capital para dominar essa resistência. A direção exercida pelo capitalista não é apenas uma função especial, derivada da natureza do processo de trabalho social e peculiar a esse processo; e por isso, tem como condição o antagonismo inevitável entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração. Com o volume dos meios de produção que se põem diante do trabalhador como propriedade alheia, cresce a necessidade de controlar, a cooperação dos assalariados é levada a efeito apenas pelo capital que os emprega simultaneamente. A conexão entre as funções que exercem e a unidade que formam no organismo produtivo estão fora deles, no capital que os põe juntos. A conexão entre seus trabalhos aparece-lhes idealmente como plano, e praticamente como autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que subordina a um objetivo próprio a ação dos assalariados.”(MARX, 1984, p. 380).

Marx discute ainda a direção capitalista quanto à forma e conteúdo. Assim, quanto ao conteúdo é dúplice devido à dupla natureza do processo de produção (processo de produção do produto e de mais-valia), quanto à forma é despótica, e vai assumindo diversas formas na medida em que a cooperação se amplia. Por exemplo, o capitalista se afasta da função de supervisão direta e atribui tal função a outros trabalhadores assalariados. “*O capitalista não é capitalista por ser dirigente industrial, mas ele tem o comando industrial porque é capitalista.. O comando supremo na indústria é atributo do capital, como no tempo feudal a direção da guerra e a administração da justiça eram atributos do proprietário da terra*”. (MARX, 1984, p. 381-382).

Portanto, o capitalista assume essa direção por ter a propriedade do capital. O controle sem a centralização do emprego era difícil, por isto a necessidade de reunir os trabalhadores sobre um único teto, no sentido de determinar horários regulares e a extensão da jornada de trabalho, objetivando produzir um excedente a ser apropriado pelo burguês, dentro das condições materiais existentes. E, dessa forma, no modo capitalista de produzir, a função de direção é muito mais que originária do processo coletivo de trabalho, mas decorre do caráter do processo produtivo, do antagonismo entre patrão e empregado. Aspectos preservados e incrementados com os avanços tecnológicos tanto na grande indústria quanto na chamada pós-grande indústria, mesmo que, nesta última, tentem aparentar processos mais democráticos.

## 1.2 As redefinições do Estado e a reprodução da classe trabalhadora

Essa nova estrutura produtiva provocou, evidentemente, mudanças na superestrutura, exigindo uma redefinição do papel do Estado, superando o liberalismo clássico. A nova forma consubstanciou-se no *Welfare State*, Estado Social ou Providência, sustentado nas teses keynesianas, que defendia a ingerência do Estado na administração dos conflitos entre as classes, implementando, através das políticas sociais e fiscais, uma distribuição de renda para contrapor a falência do mercado, mantendo a essência do modo de produção. Isto através da ampliação do consumo de massa, estimulado pela intensa propaganda nos meios de comunicação e de políticas compensatórias.

Harvey discute como no pós- segunda guerra as disputas no âmbito da produção aconteceram e como refletiram na consolidação da hegemonia econômico-política dos EUA, exportando seu padrão de produção e respondendo às exigências de reprodução da força de trabalho.

Tudo isso se abrigava sob o guarda-chuva hegemônico do poder econômico e financeiro dos Estados Unidos, baseado no domínio militar. O acordo de *Bretton Woods*, de 1944, transformou o dólar na moeda-reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana. A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura de mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações. Sob essa proteção, o fordismo se disseminou desigualmente, à medida que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público, limitados internamente pela sua posição hierárquica na economia mundial pela taxa de câmbio fixada com base no dólar. Assim, a expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder. (HARVEY, 1992, p. 131).

Como consequência o Estado tomou a responsabilidade da reprodução da força de trabalho, utilizando a legislação sindical e trabalhista, respondendo às reivindicações históricas dos operários, evidentemente, pressionado pelo crescimento das idéias comunistas. Tal feito permitiu ao Estado uma margem de reforma com certo retorno para os trabalhadores, enquanto medida de contra-tendência para a crise anterior.

Harvey (1992) mostra como o Estado agiu decisivamente na garantia da reprodução do sistema, a partir de investimentos públicos necessários à indústria (transporte, equipamentos públicos, etc.), que também geravam inúmeros empregos. Além disso, ressalta ainda a importância das políticas sociais para a reprodução dos trabalhadores e da ação do Estado na relação com os setores organizados.

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção em massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar os ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período do pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos, etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam o emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc., além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. (HARVEY, 1992, p. 129).

Para Dias (1997, p. 11), o Estado de Bem-Estar Social representou um “grande pacto social despolitizado e despolitizante”, visando através de políticas sociais compensatórias a “fidelidade das massas”. Com o êxito de tal estratégia, incorporou objetiva e subjetivamente os subalternizados à ordem burguesa.

O capitalismo e seus intelectuais orgânicos e práticos, construíram uma experiência combinada de keynesianismo e *welfare state*, único ordenamento sócio-político que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos. Gestaram-se formas combinadas de liberalismo e de social-democracia. Reconstruir-se o capitalismo como único horizonte possível era a tarefa; e se conseguiu, com bastante êxito, fazer as classes trabalhadoras aceitarem esse patamar, esse horizonte histórico. (DIAS, 1997, p. 100).

Acerca do período pós 2ª Guerra Mundial, sobre o momento de grande prosperidade econômica e estabilidade política, concordamos com Dias (1997), quando afirma que o que ocorreu foi a criação de uma ideologia dos “anos gloriosos”, “anos dourados”, etc., que mistifica a realidade. Para o autor, “esse período, não foi em absoluto, nada tranquilo”. Mas, em função do perigo constante do comunismo, dos trabalhadores dos diversos países terem como exemplo o proletariado russo, os capitalistas tiveram que adotar medidas de contra-tendência para combater o avanço de tais idéias.

Mesmo nos EUA, apesar dos avanços do taylorismo e do fordismo, as lutas das classes trabalhadoras no interior da sociedade americana tornaram necessária outra política de contra-tendência: o *New Deal*. O mesmo irá ocorrer na Europa onde, apesar do Plano Marshall, e paralelamente a ele, foi necessária a criação do chamado *Welfare State* e sua articulação com o chamado processo de social-democratização, pelo qual uma esquerda redistributivista acabou por permitir um arco de alianças aparentemente duradouro em relação às necessidades do capital. (DIAS, 1997, p. 16).

Dias (1997, p. 16) ainda ressalta a importância capital da Revolução Russa de 1917 para a nova configuração do Estado capitalista, destacando que a polarização da racionalidade burguesa e socialista marcou o século XX:

Foi um período marcado pela processualidade da revolução em escala mundial. Isto tornou necessário o reconhecimento pela burguesia de uma ampla gama de direitos sociais em benefício das classes trabalhadoras. Trata-se aqui de um novo horizonte da luta política de classes na sociedade capitalista; mas também, da tentativa dos dominantes de ‘sugar’ a subjetividade histórica dos dominados.

Apesar da experiência no chão de fábrica do taylorismo/fordismo de retirar o controle da produção e subordinar os trabalhadores, nos anos 1960 há o ressurgimento das lutas operárias, estudantis, de gêneros e de etnias, assim como os movimentos de libertação nacional. Harvey (1992) discute o que estava na base do surgimento dessas lutas dos anos 1960, que tiveram como protagonistas as mulheres, a juventude e trabalhadores excluídos dos “benefícios” do fordismo.

Nem todos eram atingidos pelos benefícios do fordismo, havendo na verdade sinais abundantes de insatisfação mesmo no apogeu do sistema. Para começar, a negociação fordista de salário estava confinada a certos setores da economia e a certas nações-Estado em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhada por investimento de larga escala na tecnologia de produção em massa. Os setores de alto risco ainda dependiam de baixos salários e de fraca garantia de emprego. E mesmo os setores fordistas podiam recorrer a uma base não-fordista de subcontratação. Os mercados de trabalho tendiam a se dividir entre um setor ‘monopolista’ e um setor ‘competitivo’ muito mais diversificado, em que o trabalho estava longe de ter privilégios. As desigualdades resultantes produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos – movimentos giravam em torno da maneira pela qual a raça, o gênero e a origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado. Essas desigualdades eram particularmente difíceis de manter diante do aumento das expectativas, alimentadas em parte por todos os artifícios aplicados à criação de necessidades e à produção de um novo tipo de sociedade de consumo. Sem acesso ao trabalho privilegiado da produção em massa, amplos segmentos da força de trabalho também não tinham acesso às tão louvadas alegrias do consumo de massa. Tratava-se de uma fórmula para produzir insatisfação. O movimento dos direitos civis nos Estados Unidos se tornou uma raiva revolucionária que abalou as grandes cidades. O surgimento de mulheres como assalariadas mal-remuneradas foi acompanhado por um movimento feminista igualmente vigoroso. E o choque da descoberta de uma terrível pobreza em meio à crescente afluência gerou fortes contra-movimentos de descontentamento com supostos benefícios do fordismo. (HARVEY, 1992, p. 132).<sup>9</sup>

Bernardo (2000, p.26) em “Transnacionalização do Capital e Fragmentação do Trabalho” desenvolve uma interessante análise sobre o papel dos sindicatos, e numa discussão

---

<sup>9</sup> Harvey (1992, p. 133) lembra ainda os movimentos desencadeados no chamado Terceiro Mundo: “Devem-se acrescentar a isso todos os insatisfeitos do Terceiro Mundo com um processo de modernização que prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo, mas que, na prática, promovia a destruição das culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de ganhos bastante pífios em termos de padrão de vida e de serviços públicos (por exemplo no campo da saúde), a não ser para uma elite nacional muito afluente que decidira colaborar ativamente com o capital internacional. Movimentos em prol da libertação nacional – algumas vezes socialistas, mas com mais frequência burgueses nacionalistas – que mobilizaram muitos desses insatisfeitos sob formas que por vezes pareciam bem ameaçadoras para o fordismo global”.

histórica sobre a vaga de lutas nos anos 1960, acentua que sua grande novidade é que aconteceram por fora e apesar da burocracia sindical que acessava aos privilégios do acordo fordista. Além disso, do ponto de vista das formas de organização, contaram com a ampla participação das bases, controle dos próprios trabalhadores sobre o movimento, surgimento de organismos independentes como as comissões de trabalhadores, dentre outros. Ressalta ainda como muito importante não só a discussão, mas a vivência de experiências de controle direto da produção. Com isso, os trabalhadores demonstraram que eram capazes de “levar o processo revolucionário até o nível muito mais fundamental, alterando as próprias relações sociais de trabalho e de produção”.

Na análise de Bernardo (2000, p. 26), estas novas formas de luta dos trabalhadores tiveram conseqüências decisivas, posto que aconteceram negando o consenso estabelecido entre dirigentes sindicais e patrões, base sobre a qual se assentava o *Welfare State*, ou seja, o chamado acordo fordista. A partir das experiências de controle das empresas e das lutas, fugindo ao controle dos sindicatos, os empresários foram capazes de remodelar as relações de trabalho e a disciplina de empresa, pondo em questão inclusive a legitimidade do socialismo existente, que se limitou a alterar as formas de propriedade, mantendo as relações de produção capitalista.

De acordo com Bernardo (2000, p. 28), os movimentos nesse período foram fundamentais, pois criticaram e superaram tanto o sistema dos países ocidentais, como também o do “capitalismo de Estado Soviético”, mais ainda, esta forma de auto-organização operária obstou o funcionamento do capitalismo, sendo, em sua apreciação, talvez o elemento mais importante no desencadear da grave crise econômica em 1974. “Os capitalistas conseguiram reorganizar-se, criando um quadro social diferente, o que impediu aquelas formas de luta de prosseguirem da mesma maneira. As classes dominantes adquiriram assim um vasto espaço de manobra e retomaram o rumo ascensional. É esta a fase que estamos atravessando”.

Em outras palavras, a reestruturação produtiva atual impôs-se mediante a derrota das lutas operárias e da juventude dos anos 1960 e 1970 e representa as reivindicações dos trabalhadores distorcidas. “Os trabalhadores que se haviam demonstrado capazes de se organizar nas lutas, foram depois levados a auto-organizar a sua submissão ao capital”. (BERNARDO, 2000, p. 29).

Nesse aspecto, Antunes (1999, p. 40) também analisa no mesmo sentido, destacando que, o ciclo de ampliação e vigor do *Welfare State* deu sinais de esgotamento,

ocorrendo o “ressurgimento de ações ofensivas do mundo do trabalho e o conseqüente transbordamento da luta de classes”.

O autor ressalta a explosão do operário-massa, no final dos 1960 e início dos anos 1970, componente majoritário do proletariado taylorista/fordista inserido no espaço produtivo homogêneo e concentrado, que mediante a perda de identidade cultural do período do artesanato e da manufatura, vivenciava novo momento, se readaptando de modo relativamente ‘homogeneizado’. Destaca ainda Antunes (1999, p. 40) que o trabalho parcelizado, a perda da agilidade anterior e a desqualificação, bem como as formas de socialização exteriores ao espaço fabril, permitiram o nascimento, de um novo proletariado, cuja forma de sociabilidade industrial, marcada pela massificação, ofereceu as bases para a construção de uma nova identidade e de uma nova forma de consciência de classes. Se o operário-massa foi a base social para a expansão do ‘compromisso’ social-democrático anterior, ele foi também o seu principal elemento de transbordamento, ruptura e confrontação, da qual foram forte expressão os movimentos pelo controle social da produção ocorridos no final dos anos 1960.”

O boicote e a resistência ao trabalho despótico, taylorizado e fordizado assumiam modos diferenciados. Desde as formas individualizadas do absenteísmo, da fuga do trabalho, do *turnover*, da busca da condição de trabalho não-operário, até as formas coletivas de ação visando a conquista do poder sobre o processo de trabalho, por meio de greves parciais, operações de zelo (marcados pelo ‘cuidado’ especial com o maquinário, que diminuía o tempo/ritmo de produção), contestações da divisão hierárquica do trabalho e do despotismo fabril emanado pelos quadros da gerência, formação de conselhos, propostas de controle autogestionárias, chegando a inclusive à recusa do controle do capital e à defesa do controle social da produção e do poder operário. (ANTUNES, 1999, p. 42).

Apesar do ascenso do movimento operário questionando o acordo fordismo-burocracia sindical, as lutas operárias na França, Itália, Inglaterra, EUA, etc. foram derrotadas pelo capital. Antunes (1999, p. 44) destaca alguns elementos que conduziram a essa derrota, dentre esses aspectos, o fato de estas lutas terem se mantido no interior da fábrica, não conseguido transformar-se em um projeto societal para contrapor-se à hegemonia do capital, ou seja, estabelecer alianças com demais setores explorados e oprimidos:

Estas ações, entretanto, encontraram limites que não puderam transcender. Primeiro, era difícil desmontar uma estruturação organizacional social-democrática consolidada durante décadas e que tinha deixado marcas no interior do próprio proletariado. A luta dos trabalhadores, se teve o mérito de ocorrer no espaço produtivo fabril, dimensão da divisão social hierarquizada que subordina o trabalho ao capital, não conseguiu se converter num projeto societal hegemônico ao capital.

Antunes (1999, p. 44), baseado em Bihl (1998), enfatiza a questão do movimento não ter conseguido articular-se além da esfera do trabalho, com os chamados ‘novos movimentos sociais’ (movimentos ecológicos, urbanos, antinucleares, feministas, dos homossexuais, etc.). Apesar da radicalização, não conseguiu superar tais limites, enfraqueceu e refluíu. “Com a derrota da luta operária pelo controle social da produção, estavam dadas as bases sociais e ídeo-políticas para a retomada do processo de reestruturação do capital, num patamar distinto daquele efetivado pelo taylorismo e pelo fordismo”.

Harvey (1992) aponta que no período entre 1965 a 1973 o fordismo e o keynesianismo deram mostras da incapacidade de continuar contendo as contradições inerentes ao capitalismo. Essas dificuldades vão ser identificadas de imediato na rigidez, no poder alcançado pela classe trabalhadora na correlação de forças e na onda inflacionária.

Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor monopolista). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greves e os problemas trabalhistas do período de 1968-1972. A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão, etc.) argumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. E, assim, começou a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra. Por trás de toda a rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas, cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir, a acumulação do capital. (HARVEY, 1992, p. 136).

Antunes (1995) aponta os traços constitutivos da crise capitalista dos anos 1970: queda tendencial da taxa de lucro; avanço das lutas sociais e questionamento ao acordo fordista; esgotamento do taylorismo/fordismo, com forte retração dos níveis de consumo; hipertrofia da esfera financeira, com relativa autonomia frente aos capitais produtivos; fusões de capitais; crise do *Welfare State*. Finalmente, analisa Antunes que a partir dos anos 1970, ocorreu o aprofundamento da lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias, que realiza um hiato entre as necessidades humanas e a lógica do capital.

Complementarmente, a burguesia buscou elidir as grandes conquistas sociais que fora obrigada a incorporar na legislação, devido à pressão das lutas dos trabalhadores e do avanço da alternativa socialista.

Para Dias (1997, p. 108) o capitalismo, buscando soluções para suas crises e mediante o “desmonte objetivo das experiências ditas socialistas”, conseguiu reorganizar-se, rapidamente. “O capitalismo articula e põe em cena a passivização da ordem do capital: trata-se da revolução passiva como conjunto de medidas de contra tendência e articulação da ‘nova’/velha institucionalidade. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva são suas estratégias e constituem uma unidade indissolúvel”.

Assim é que a burguesia imperialista redefiniu o papel das forças produtivas na recomposição do ciclo do capital. Para Mota (2000, p. 66), essa estratégia ocorre em duas frentes: uma relativa à recomposição do processo global de acumulação, expresso na chamada reestruturação produtiva; outra, no âmbito da superestrutura, onde ocorre a ação política das classes e situa-se todo o aparato estatal – concernente aos mecanismos sócio-políticos e institucionais, fundamentais para a reprodução social, incidindo na luta de classes e na relação entre ordem econômica e projeto político.

É nesse sentido que, na esfera da produção, os capitalistas desenvolvem um conjunto de ações visando à recomposição da taxa de lucro, através do aumento da produtividade do trabalho, associando novas tecnologias e novas formas de organização e gestão, fundados em várias experiências dentre as quais a japonesa é a mais vultosa. Essas ações são voltadas para a substituição do taylorismo/fordismo ou associação/mesclagem destes com o modelo japonês. Este padrão de acumulação, conhecido como toyotismo, acumulação flexível, ohonismo, pós-fordismo, apresenta como traços básicos: a linha de produção flexibilizada, organização do trabalho em células ou ilhas de produção, *just in time*, *kanban*, qualidade total, polivalência ou multifuncionalidade, desconcentração do espaço fabril / terceirização, estoque mínimo, produção vinculada à demanda, produção enxuta, gestão participativa, dentre outros aspectos. (ANTUNES, 1995).

Cabe ressaltar que nos momentos de crise e de busca de superação pelo capital, no processo de estabelecimento de um novo padrão, se por um lado deixa uma massa de trabalhadores fora do processo produtivo, como neste momento verificamos através do desemprego estrutural, por outro, necessita derrotar as resistências e insatisfações existentes, individuais e/ou coletivas, bem como ganhar ideologicamente a parcela que permanece no emprego formal. Foi assim no estabelecimento do taylorismo, com o “pagamento por tarefa”,

no fordismo com a “política dos *“five dollars day”* e no toyotismo com o emprego vitalício no Japão, e nos países ocidentais a com a gestão participativa.

Destaca-se nessa política a redefinição das formas de reprodução do operariado, a partir das políticas assistenciais baseadas na meritocracia e no engajamento nos planos empresariais.

É importante ressaltar que esta administração da crise pelo capital tem implicado mudanças profundas sem, contudo, romper com a lógica capitalista de acumulação. E esta redefinição só está sendo possível, graças às mudanças na correlação de forças nas lutas de classes internacionalmente, que pôs os trabalhadores e a luta socialista em posição defensiva.

Segundo Mota e Amaral (1998, p. 30):

Para os trabalhadores, além dos impactos objetivos da crise, especialmente em função do desemprego, da precarização do trabalho, dos salários e dos sistemas de proteção social, observa-se a construção de outras formas de sociabilidade marcadas por iniciativas pragmáticas de enfrentamento da crise, fraturando suas formas históricas de organização e esgarçando uma cultura política que comporta alternativas à ordem do capital.

A análise dessa fratura apontada é fundamental para compreensão das determinações objetivas da crise organizativa dos trabalhadores. Para as autoras, a emergência da sociabilidade atual tem a ver com a necessidade do capital de criação de novas formas de subordinação do trabalho, que permitam flexibilizar a produção e intensificar a produtividade do trabalho, eliminando a tradição conflitiva presente na relação patrão–empregado, buscando estabelecer uma “sociabilidade harmoniosa”. Segundo as novas necessidades do processo de acumulação capitalista, emerge como estratégia do capital a fragmentação objetiva do trabalho que se manifesta através da constituição de dois grupos de trabalhadores: os empregados estáveis e os trabalhadores excluídos do emprego formal, precarizados, que são os que desenvolvem o trabalho desprotegido. (MOTA; AMARAL, 1998, p. 31).

Para Antunes (1995, p. 15), “as transformações no mundo do trabalho foram tão profundas que a classe trabalhadora sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser”.

O autor assinala algumas dimensões, significados e conseqüências dessas mudanças, que se expressam através: da diminuição da classe operária industrial tradicional; subproletarização do trabalho; crescimento do contingente feminino; exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho; expansão dos assalariados médios; Intensificação da

exploração do trabalho infantil; desemprego estrutural, expansão do trabalho socialmente combinado. (ANTUNES, 1995, p. 41).

Antunes (2001, p. 38) destaca também duas manifestações mais graves dessa reorganização do capital: “a destruição e/ou precarização, sem paralelo em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica voltada prioritariamente para a produção de mercadorias que destroem o meio ambiente.”

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando uma monumental “sociedade do descartável” que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se entretanto, o circuito reprodutivo do capital. (ANTUNES, 2001, p. 38).

Toda a estratégia de enfrentamento da crise pelo capital, na realidade, se traduz numa ofensiva capitalista na produção e nas diversas esferas da vida, visando eliminar os obstáculos à elevação da taxa de lucro, ou seja, dissipar toda e qualquer forma de resistência operária e implementar as inovações tecnológicas (robótica, microeletrônica, automação), novas formas de organização e gestão, objetivando o aumento da produtividade do trabalho, a redução de custos, às custas da superexploração do trabalho.

O enfrentamento vivido pelo mundo capitalista é exemplar. Dos neoliberais (que só ganham força total nos anos 70) aos regulacionistas (na sua maioria de “esquerda”) surge a palavra de ordem que unifica o exército: o trabalho estava sobrevalorizado. Era preciso destruir essa corrupção para que a acumulação fosse possível, para que esse limite fosse ultrapassado. As lutas de classe na produção eram inimigos mais perigosos que a luta de classes no campo político. Como diziam os industriais: “na fábrica não pode haver dois poderes”. Era preciso quebrar a resistência dos trabalhadores (CADERNO DE TEXTOS DO XX CONGRESSO DO ANDES, 2001).

Se na base econômica, o chamado padrão de produção taylorista fordista foi “substituído” por processos denominados mais flexíveis, no âmbito da superestrutura o Estado teve seu papel ajustado ao novo momento, esteado nas teses neoliberais. Segundo os neoliberais, esta crise é conseqüência da excessiva interferência do Estado na economia e dos custos sociais elevados. Nesse sentido, apontam a necessidade de privatizações, abertura comercial e desregulamentação financeira e do mercado de força de trabalho, indicando como alternativa, segundo Frigotto (1996, p. 80):

A necessidade da restrição dos ganhos de produtividade e garantias de emprego e estabilidade de emprego; a volta das leis de mercado sem restrições; o aumento das taxas de juros para aumentar a poupança e arrefecer o consumo; a diminuição dos impostos sobre o capital e diminuição dos gastos e receitas públicas e conseqüentemente dos investimentos em políticas sociais.

Bianchi (1997, p. 107) se contrapõe aos argumentos neoliberais assinalando que o neoliberalismo tem como pressuposto fundamental a revalorização do mercado, instrumento de regulação econômica. Isto tem como conseqüência a retirada do Estado das atividades produtivas e a abertura de novas frentes de expansão para o capital. Sobre o chamado “Estado mínimo”, argumenta que se refere a um “Estado barato” na medida em que se retira das funções econômicas e produtivas tentando manter suas “contas equilibradas”. Nesse sentido, torna-se crucial o controle inflacionário, realizado em vários países através dos chamados planos de ajuste econômico, a exemplo do Plano Real no Brasil, como condição para recomposição da taxa de lucro. Por isto, tornam-se necessárias as reformas (denominadas por muitos de contra-reformas), com o fito de reduzir os gastos públicos, principalmente os gastos sociais com ênfase nos salários, a Lei de Responsabilidade Fiscal, reforma da previdência, sindical e trabalhista, etc.

Dessa forma, Bianchi (1997, p. 110) argumenta que o Estado é mínimo no plano econômico e no plano político é maximizado, uma vez que, para impor sua nova forma de ser, precisa derrotar o movimento sindical e romper com o padrão de negociação-conflito salarial, entendido pelos neoliberais como responsável pelo solapamento das bases do capital, evitando explosões e conflitos sociais, conseqüência da exclusão e desemprego gerados pela sua política de ajuste, ou seja, revitaliza as funções repressivas do Estado.

Além disso, o capital necessita avançar no seu processo de internacionalização, para isso precisa suplantar as barreiras dos estados nacionais, para realizar a integração do mercado em âmbito mundial. Dessa forma, torna-se necessária a abertura das fronteiras econômicas dos países, a ampliação da liberdade do capital com o fim das barreiras alfandegárias e das restrições aos investimentos estrangeiros, redução de impostos às empresas transnacionais, além da ofensiva à legislação trabalhista.

Todo esse processo, aliado ao desenvolvimento tecnológico, permite o crescimento do capital volátil, fruto da telemática e suas aplicações no mercado financeiro, permitindo às grandes empresas penetrarem diariamente em qualquer país em busca de lucro imediato. Ou seja, alcançou-se uma extraordinária agilidade do mercado financeiro, acentuando a luta desenfreada por mercados.

Mota (2000, p. 66) aponta também a reestruturação dos mercados, destacando que as mudanças interferem no âmbito da circulação, gerando novas alternativas de saída dos produtos e a reorganização dos tradicionais mercados consumidores. Assim, ressalta que foram redefinidas as relações econômicas internacionais (as relações entre os países centrais e destes com o terceiro mundo), a regulação estatal, avançando na globalização dos ciclos da mercadoria, a divisão internacional do trabalho e do mercado, assim como os processos sociopolíticos e culturais (expressos nas questões ligadas à relação entre sistema econômico e regime político, a correlação de forças entre classes e a definição de projetos sociais).

### **1.3 Acumulação capitalista e financeirização**

Sem dúvida, um dos novos fenômenos que marcaram o capitalismo contemporâneo é essa extraordinária liberdade de capital, a autonomia financeira com o crescimento excessivo do parasitismo, em detrimento dos investimentos produtivos. Chesnais (1998, p. 11) analisa que a financeirização foi “um dos fatos mais espetaculares dos anos 1980” e marcou os anos 1990. Destaca que a esfera financeira representa a ponta-de-lança do movimento de mundialização da economia, pois é neste espaço que as operações do capital envolvem as quantias mais elevadas e a mobilidade é maior.

Esse fenômeno surge entre 1979 e 1987 a partir da desregulamentação e liberalização tomadas inicialmente pelos Estados Unidos e Inglaterra, seguidos posteriormente pelos demais países centrais, significando a abertura externa e interna dos sistemas nacionais com interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros dos países que propiciaram o surgimento de um espaço financeiro mundial. Vale ressaltar que os mercados nacionais não foram suprimidos, como destaca Chesnais (1998, p. 12), mas foi formado um mercado mundial fortemente hierarquizado sob dominância dos Estados Unidos que não possui nenhum mecanismo de controle e supervisão, cuja unidade é dada pelos operadores financeiros.

Contudo, Chesnais (1998, p. 12) observa como um equívoco atribuir unidade financeira dos mercados essencialmente às tecnologias. Estas efetivamente asseguram a interligação dos sistemas financeiros. “Essa interligação nasce das operações que transformam uma virtualidade técnica em fato econômico”.

A integração internacional dos mercados financeiros nacionais tornou-se possível a partir de sua abertura regulamentar e de sua interligação em tempo real. Mas o efetivo contexto dessa integração decorre, de forma concreta, das decisões tomadas e das operações efetuadas pelos gestores das carteiras mais importantes e mais internacionalizadas. (CHESNAIS, 1998, p. 12).

Para Chesnais (1998, p. 12) a financeirização, juntamente com o novo regime salarial, com a repartição de rendas entre os países e no interior de cada um deles, o ressurgimento de rendimentos rentistas significativos, a distribuição da poupança mundial entre os investimentos e aplicações financeiras, constituem traços característicos da acumulação capitalista atual. Para o autor, a ascensão do setor financeiro foi consequência de pelo menos três processos: 1) do movimento de relativa autonomização da esfera financeira em relação à produção e, sobretudo, em relação à capacidade de intervenção das autoridades monetárias. 2) do ‘fetichismo’ (ressaltado por Marx e Keynes) das formas de valorização do capital de natureza especificamente financeira. 3) do fato de que são operadores que delimitam os traços da mundialização financeira e que decidem quais os agentes econômicos, de quais países e para quais tipos de transação, que participarão desta.

Sobre o primeiro aspecto, Chesnais (1998, p. 15) chama-nos atenção para a utilização, com cautela, dos termos “autonomia” e “autonomização”, pois se é verdade que uma parcela extremamente elevada das transações financeiras, a exemplo dos cerca de 1,4 trilhão de dólares que circulam diariamente no mercado de câmbio, sem nenhuma contrapartida em investimentos, não significa dizer que não existam vínculos fortes entre a esfera da produção e comércio internacional e a das finanças.

A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de certa força de trabalho de múltiplas qualificações. Os capitais que os operadores financeiros põem para valorizar, através de suas aplicações financeiras e das arbitragens entre diversos tipos de ativos, nasceram invariavelmente do setor produtivo e começaram por assumir a forma de rendimentos que se constituíram na produção e intercâmbio de bens e serviços. Uma parcela desses rendimentos – hoje em dia, uma parcela elevada – é captada ou canalizada em benefício da esfera financeira, e transferida para esta. Só depois dessa transferência é que podem se dar, dentro do campo fechado da esfera financeira, vários processos, em boa parte fictícios, de valorização, que fazem inchar ainda mais o montante nominal dos ativos financeiros. (CHESNAIS, 1998, p. 15).

Esse processo tem a ver diretamente com o endividamento do chamado Terceiro Mundo. Os créditos concedidos aos chamados países em desenvolvimento foram o início de uma imensa transferência de riquezas, no período recente, gerada pela crise aberta nos anos 1974/75, com o choque do petróleo e elevação dos insumos básicos. A reciclagem dos petrodólares, realizada pela OCDE, permitiu que estes países superassem sua recessão, aumentando suas exportações. Por outro lado, tal reciclagem originou a dívida externa dos países latino-americanos, que representa a maior sangria para esses povos.

Essa reciclagem deu origem a essa dívida externa esmagadora que tantos países do terceiro mundo carregam, há vinte anos, como uma bola de ferro à qual vivem acorrentados. Sucessivamente, as transferências para as instituições financeiras dos países avançados, dos juros que foram pagos pela obtenção de créditos bancários de consórcios desses países, fizeram com que a esfera financeira se consolidasse ainda mais. Embora alguns grandes bancos tenham ficado enfraquecidos com o aumento de seus créditos duvidosos, o processo de transferência de riquezas não se interrompeu quando eclodiu a crise da dívida, em 1982. pelo contrário, a partir de meados da década de 80, assistiu-se à inversão dos fluxos de capital entre o Sul e o Norte. (CHESNAIS, 1988, p. 15).

Acrescente-se a contribuição dos salários e benefícios sociais, para o crescimento da esfera financeira, como impostos apropriados pelo Estado, e posteriormente transferidos para o sistema financeiro, como pagamento de juros da dívida pública. (CHESNAIS, 1998, p. 16).

Sobre a origem da mundialização financeira, Chesnais (1998) destaca que esta se desenvolveu progressivamente, num período muito curto, principalmente após o fim do sistema de *Bretton Woods* (1966-1971) e periodiza esse processo:

- De 1960 a 1979 – existência de sistemas monetários e financeiros isolados, marcados por um sistema de finanças administradas e uma internacionalização financeira limitada. Esta etapa foi propiciada pelo desvio do mercado de eurodólares, que se formou paralelamente aos sistemas financeiros nacionais. Nesse período ocorreu a expansão acelerada do mercado de eurodólares, reciclagem dos petrodólares, empréstimos bancários tomados de consórcios; internacionalização acelerada dos bancos americanos; início do endividamento do terceiro mundo; surgimento de mercados de derivados sobre moedas e as taxas de juros. Aqui os bancos ainda eram as instituições financeiras hegemônicas nacional e internacionalmente.
- A segunda etapa refere-se ao período de 1980 a 1985 – quando ocorreu a passagem simultânea para as finanças de mercado e para a interligação dos sistemas nacionais pela liberalização financeira: início do monetarismo nos EUA e Reino Unido; liberalização dos movimentos de capitais; securitização da dívida pública; rápida expansão do mercado de bônus; início da desintermediação da demanda privada de liquidez dos grupos industriais e das instituições financeiras; expansão internacional dos fundos de pensão e dos *mutual funds*, etc.

- Na terceira ocorreu a acentuação da interligação, extensão de arbitragem e incorporação dos ‘mercados emergentes’ do terceiro mundo – correspondeu ao período entre 1986 a 1995, com as seguintes características: abertura e desregulamentação dos mercados de ações; explosão das transações dos mercados de câmbio; abertura e desregulamentação dos mercados de matérias-primas; explosão dos derivativos; aceleração do crescimento dos mercados de bônus; abertura e desregulamentação dos mercados de bônus e acionário dos NPI e de países do terceiro mundo a partir de 1991; expansão para além da zona da OCDE do regime das finanças diretas e da securitização da dívida pública; discussões sobre o papel do Fundo Monetário Internacional (1995), após a crise mexicana.

No regime de finanças, as instituições dominantes não são mais os bancos, e sim, os mercados financeiros e as organizações financeiras não-bancárias. Os bancos sofrem precisamente a concorrência dessas formas recentes de centralização e concentração de um capital que atua quase exclusivamente na esfera financeira: os fundos de pensão e sociedades de investimento coletivo, perto das quais os bancos parecem nanicos. (CHESNAIS, p. 28).

Sobre este aspecto, cabe ressaltar a importância dos fundos de pensão, que surgem como um “filão” para o grande capital financeiro. Conforme nos adverte Chesnais (1998, p. 28) a caracterização econômica desses fundos é complexa, sendo resultado acumulado de contribuições sobre os salários e benefícios dos trabalhadores, tendo por fim garantir-lhes aposentadoria e pensão regular e estável. “São, portanto, formas institucionais de centralização de poupança, muitas vezes nascidas de regimes empresariais privados, obrigatórios, tendo como fonte inicial os rendimentos salariais”. Quando excedem um determinado limite de poupança acumulada, tornam-se instituições financeiras não-bancárias, “tendo a função de fazer frutificar um montante elevado de capital monetário, preservando a liquidez e a máxima rentabilidade deste. Com isto, muda a natureza dos fundos, e já não se pode escamotear o alcance e as conseqüências dessa mudança. Passam a ser instituições centrais do capital financeiro, e encabeçam as ‘finanças especulativas’.”

Em toda essa configuração contemporânea do capitalismo, é importante tratar ainda da chamada “nova ordem” no âmbito da política mundial. Se como alternativa à ordem do pós-segunda guerra mundial, sustentada na polarização do mundo entre EUA e URSS, na experiência recente ocorreu a emergência dos blocos econômicos (Acordo Norte-Americano de Livre Comércio-NAFTA, Comunidade Comum Européia - OCDE, Associação das Nações do Sudeste Asiático - ASEAN, Mercado Comum do Cone Sul - MERCOSUL, dentre outros),

apesar dos conflitos intranações dominantes, o que vemos é a consolidação do imperialismo estadunidense, o que suscita todo um debate acerca desse fenômeno.

Principalmente a partir do dia *11 de setembro de 2001* e posteriormente ao massacre do Iraque, uma nova situação política internacional foi gerada, demarcando um novo momento nas lutas de classes. Na verdade, os acontecimentos de setembro de 2001 deram pretextos para o imperialismo norte-americano, em coalizão com outros países centrais (França, Inglaterra, Espanha, Alemanha, etc.), prosseguirem mais intensivamente em suas políticas neocolonizadoras por todo o mundo, preterindo inclusive deliberações da Organização das Nações Unidas (ONU). Tal política conforma-se no que foi denominado “doutrina da guerra preventiva”, que objetiva a redefinição global da correlação de forças no mundo, consolidando a hegemonia do imperialismo norte-americano no planeta. Como discute Welmovick (2003, p. 10) sobre esse processo de neocolonização:

A estratégia do imperialismo é passar a controlar as fontes de riqueza e as regiões estratégicas, destruindo qualquer tentativa de oposição a seus desígnios. Daí o famoso ‘eixo do mal’, que seria composto por Iraque, Irã e Coréia do Norte. É evidente que com essa tática, Bush tenta estender a vários lugares estratégicos da luta de classes a linha da ‘guerra contra o terror’.

Para Welmovick (2003, p. 9), nesta fase do capital mais internacionalizado e “ávido pela rapina dos povos” em todo o mundo, denominada globalização, tem ocorrido, na verdade, o avanço do domínio do capital sobre a riqueza produzida. Segundo o autor, verifica-se uma dupla ofensividade, parte de um mesmo processo: “uma ofensiva recolonizadora nos moldes dos velhos impérios” cuja expressão se verifica na expansão das áreas de livre comércio como o NAFTA e a ALCA, que significam a abertura de mercados e a queda em uma série de países com invasão comercial e industrial das transnacionais; a outra, ofensiva exploradora sobre os trabalhadores, com a imposição de ritmos exaustivos de trabalho e uma extração de mais-valia ainda mais brutal; ataque à legislação trabalhista e conquistas sociais, conduzindo ao aniquilamento de fontes de trabalho e a uma elevação espantosa do desemprego. Por fim, a destruição da natureza em função da necessidade do lucro capitalista.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Esta é uma característica do sistema capitalista já ressaltada por Marx e Engels (1994) no Manifesto Comunista, já em 1848: “A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações sociais de produção e, com isso todas as relações sociais... Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda a parte, criar vínculos em toda parte. Para exploração do mercado mundial, a burguesia imprimiu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou a indústria de sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as

Welmovick (2003, p. 9) destaca ainda como característica da globalização a extrema concentração de capitais via fusões e aquisições e a sua expressão acentuada enquanto capital financeiro, tendo conseqüências predatórias em todo o planeta, via capital volátil e a voragem privatizadora sobre os bens públicos. Além disso, chama a atenção para a concentração extrema da renda, do comércio e da produção nos países “ricos” (20% dos países concentram 80% da renda mundial). “Esta é a expressão mais visível desse longo processo de espoliação que deixa a maioria do restante da população sujeita a graves níveis de pobreza, chegando ao estado de indigência em muitas regiões do planeta”.

Mészáros (2003, p. 72) em “O Século XXI: socialismo ou barbárie” considera que na história é possível detectar três fases bem distintas do imperialismo: 1) o imperialismo colonial moderno construtor de impérios, criado pela expansão de alguns países europeus em algumas partes facilmente penetráveis do mundo; 2) o imperialismo redistributivista antagonisticamente contestado pelas principais potências em favor de suas empresas quase-monopolistas, chamada por Lênin de “estágio supremo do capitalismo”, que chegou ao fim com a Segunda Guerra Mundial; 3) o imperialismo global hegemônico, fase potencialmente fatal do imperialismo, em que os EUA são a força dominante, principalmente a partir da eclosão da crise estrutural do sistema do capital sob um governo global presidido pelo país globalmente dominante.

Com relação à fase presente do imperialismo, dois aspectos intimamente relacionados tem importância fundamental. O primeiro é ser a tendência material econômica mais recente do capital a *integração global* que, entretanto, não pode ser assegurada no plano político, por ter sido em grande parte articulada ao longo da história sob a forma de multiplicidade de Estados nacionais divididos e antagonicamente opostos. O segundo aspecto do problema, que também é o outro lado da mesma moeda, é que, apesar de todos os esforços visando a completa dominação, o capital foi incapaz de produzir o *estado do sistema do capital como tal*. Esta continua sendo a mais grave das complicações, apesar de toda conversa sobre “*globalização*”. O imperialismo hegemônico global dominado pelos Estados Unidos é uma tentativa coordenada de se impor a todos os outros estados recalcitrantes como o Estado “internacional” do sistema do capital. (MÉSZÁROS, 2003, p. 12).

Para Mészáros (2003, p. 13), a terceira fase do imperialismo que chama de potencialmente mortal, é a fase de profunda crise estrutural do sistema do capital no plano militar e político, que “não deixa espaço para tranquilidade ou certeza”. Os desafios colocados na atualidade tornam imprescindível enfrentar a necessidade sistêmica de o capital subjugar

---

nações civilizadas - indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais mas sim matérias-primas vindas de regiões distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. (MARX; ENGELS, 1998, p. 43).

globalmente o trabalho por meio de toda e qualquer agência social específica capaz de assumir o papel que lhe for atribuído. Naturalmente, tal confrontação só será viável por meio de uma alternativa radicalmente diferente do impulso do capital em direção à globalização imperialista/monopolista, no espírito do projeto socialista, corporificado num movimento progressista de massa.

Harvey (2004, p. 31) em “O Novo Imperialismo”, no qual analisa a atual condição do capitalismo global e o papel que um novo imperialismo exerce nesse contexto, adverte que “imperialismo” é uma palavra de fácil uso, mas que tem sentidos muito diferentes. Assim, define o que analisa na atualidade como “imperialismo capitalista”:

Defino aqui uma variedade especial dele (imperialismo) chamada ‘imperialismo capitalista’ como uma **fusão contraditória** entre ‘**a política do Estado e do império**’ (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e ‘**os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo**’ (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem primazia). Com a primeira expressão desejo acentuar **as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado** (ou por um conjunto de Estados que funcionam como bloco de poder político) em sua luta para afirmar seus interesses e realizar suas metas no mundo mais amplo. Com esta última expressão, concentro-me nas **maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais** (tais como Estados ou blocos regionais de poder) ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante. (grifos nossos).

Como fica evidente, Harvey (2004, p. 34) analisa a questão do imperialismo na atualidade, considerando a política do Estado e do império, os processos de acumulação no espaço e no tempo, ou seja, os aspectos econômicos, políticos, culturais e geográficos que são distintos mas, fundamentalmente (aquilo que denomina “lógicas territorial e capitalista do poder”) estão intrincadas de maneira complexa e contraditória:

A literatura sobre o imperialismo e império supõe com demasiada freqüência um fácil acordo entre elas: que os processos político-econômicos são guiados por estratégias do Estado e do império e que os Estados e os impérios sempre agem a partir de motivações capitalistas. Na prática, é muito comum que essas duas lógicas vivam em confronto em algumas ocasiões a ponto de um total antagonismo. Seria, por exemplo, difícil entender a Guerra do Vietnã ou a invasão do Iraque apenas em termos dos requisitos imediatos da acumulação do capital. Em verdade, pode-se alegar plausivelmente que esses empreendimentos antes inibem do que promovem as vicissitudes do capital.

Por outro lado, o imperialismo, em se tratando da lógica do capital, trata da exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação. Assim, ressalta Harvey, a riqueza e o bem-estar de alguns territórios dominantes se acrescem às custas de outros.

As condições geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais da dotação de recursos naturais e vantagens de localização; elas são também, o que é mais relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência de relações assimétricas de troca. Esse é o ponto no qual a dimensão política retorna ao panorama. (HARVEY, 2004, p. 35).

Isso posto, Harvey (2004) estabelece uma diferenciação entre a lógica do território e a lógica do capital, destacando que, o que difere o imperialismo capitalista de outros é o predomínio da lógica tipicamente capitalista. A grande questão nesta lógica é que o capitalismo promoveu uma acumulação formidável de capital ou uma sobreacumulação, trata-se, então, de encontrar sempre meios lucrativos para o emprego do excedente de capital. Nesse sentido, apoiando-se em Arendt, Harvey lembra que o processo ilimitado de acumulação do capital requer a estrutura política de um ‘poder ilimitado’ em tal grau que seja capaz de proteger o aumento da propriedade pelo aumento constante de seu poder.

Para compreender esse processo, recorre a categoria de hegemonia em Gramsci, destacando a ambigüidade do termo, mas destacando que, ou refere-se somente ao poder político exercido mediante liderança e consentimento dos governados (em oposição ao poder político exercido através do domínio, via coerção), ou à combinação coerção/consentimento. Deste modo, parte para verificar como isto ocorre na prática histórica recente, de como ascenderam os imperialismos burgueses, mais precisamente o norte-americano, tendo em vista que toda hegemonia no âmbito capitalista se baseia nos pilares: dinheiro, capacidade produtiva e força militar, apresentando três grandes períodos: ascensão dos imperialismos burgueses (1870-1945); o período pós-guerra da hegemonia americana (1945-1970); a hegemonia neoliberal (1970-2000). (HARVEY, 2004, p. 45).

A primeira etapa iniciou com a primeira grande crise de sobreacumulação do capitalismo, quando ocorreu a falência econômica no continente europeu entre 1846-1850. Tal situação esteve na base da emergência de uma onda de movimentos revolucionários burgueses que contou com a participação dos trabalhadores. Para esta crise, as alternativas de saída desenvolveram-se em duplo sentido: investimentos em infra-estruturas de longo prazo (programas de transporte, de água, esgoto, habitação, equipamentos públicos, etc.); e expansões geográficas voltadas principalmente para o comércio atlântico. Todavia, em

meados dos anos 1860, estas alternativas não mais foram satisfatórias e surgiram novas dificuldades em função da interrupção do comércio com o Atlântico devido à Guerra de Secessão e movimentos no interior da própria Europa (a exemplo da Comuna de Paris). Vale dizer que nos Estados Unidos também surgiram movimentos operários no bojo da Guerra Civil. (HARVEY, 2004, p. 44).

A saída da vez foi o expansionismo dos capitais excedentes da Europa, favorecendo amplamente a consolidação do poder político burguês nos Estados da Europa, enquanto condição *sine qua non* para a reorientação política e geográfica, seguindo a lógica capitalista.

Aqui se interpunha um problema, segundo Harvey (2004, p. 45): quando da consolidação do seu poder, a burguesia européia recorreu ao conceito de nação que, em decorrência, indicava mais para a política de consolidação interna do que para “aventuras externas”. “Como poderia então o problema da sobreacumulação e da necessidade de uma ordenação espaço-temporal encontrar uma resposta política adequada com base na nação-Estado?”, interroga Harvey. A resposta será a mobilização do nacionalismo para a construção de uma aliança no âmbito interno, da nação-Estado, pondo em suspensão a luta de classes. Isto levou inclusive à crise e falência da Segunda Internacional, quando os partidos social-democratas apoiaram as suas respectivas burguesias nacionais na Primeira Guerra Mundial, ferindo o princípio do internacionalismo proletário. A consequência disso, em médio prazo, foi o racismo impiedoso e cruel do início do século XX, que teve como pináculo a Segunda Guerra Mundial.<sup>11</sup>

A segunda etapa corresponde ao momento pós-segunda Guerra Mundial (1945-1970), período no qual os Estados Unidos saíram como francos vencedores, reunindo condições para assumir a hegemonia no mundo capitalista: tecnologias e produção de pontas, o dólar era a moeda do mundo, e possuíam um aparato militar superior a todos os demais países. Nesse contexto, avança a dominação norte-americana, que não se baseava em

---

<sup>11</sup> Ao mesmo tempo, no plano interno, estava arraigado o individualismo e a defesa dos direitos. Estava posta, então, uma dramática contradição entre nacionalismo burguês e imperialismo, cuja resolução não podia ocorrer enquanto a necessidade constante e crescente de busca por mercados pressionasse cada Estado imperialista no sentido da expansão do domínio geográfico. Como ressalta Harvey (2004), o resultado de tal situação foi cinquenta anos de rivalidade e guerra interimperialista. Nas primeiras etapas a hegemonia foi do Império Britânico, porém os Estados Unidos criaram sua forma própria de imperialismo. Após a Guerra Civil obteve um espantoso desenvolvimento capitalista, tornando-se dominante no mundo no que tange à tecnologia e à economia. Pelo seu processo de formação histórica, social e econômica, conseguiu uma forma de governo que espelhava os interesses corporativos e industriais, sendo desde a sua independência, burguês propriamente dito inalienáveis de propriedade privada e da taxa de lucro e, como uma sociedade multiétnica, não havia espaço para nacionalismo étnico como na Europa e Japão. (Harvey, 2004, p. 45).

expansão territorial, mas, como ressalta Harvey “os Estados Unidos buscaram ocultar a ambição territorial imperial num universalismo abstrato”. (HARVEY, 2004, p. 49).

Seu principal opositor, a União Soviética, saiu combalido do conflito mundial, sendo o principal responsável pela derrota nazista, suportando o peso das batalhas. Porém, a URSS conseguiu como vitória de guerra, vários territórios e preferiu estabelecer “regimes clientes” no Leste europeu e na Alemanha Oriental. “Para a União Soviética, a defesa de seus territórios equivalia à defesa de seu controle territorial” (HARVEY, 2004, p. 49).<sup>12</sup>

Do ponto de vista militar, os Estados Unidos utilizaram a ONU para promover acordos e alianças militares a exemplo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), apoiaram golpes militares que derrubaram governos eleitos como no Irã, Guatemala, Brasil, Congo, República Dominicana, Indonésia e Chile, foram criadas instituições de comércio e desenvolvimento econômico, através do Acordo de *Bretton Woods* visando estabilizar o sistema financeiro – tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Compensações, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Assim, o período que vai de 1945-1970 foi a segunda etapa do regime político da burguesia, funcionando sob a égide do domínio e da hegemonia globais dos norte-americanos, que promoveram uma época de notável crescimento econômico consistente nos países capitalistas avançados. Estabeleceu-se um coeso grupo global tácito envolvendo todas as grandes potências capitalistas, com os Estados Unidos num claro papel de liderança, a fim de evitar guerras intestinais e partilhar os benefícios de uma intensificação de um capitalismo integrado nas regiões nucleares. A expansão geográfica da acumulação do capital foi garantida mediante a descolonização e o ‘desenvolvimentismo’ como meta generalizada para o resto do mundo. A reprodução expandida parecia funcionar muito bem, chegando mesmo a provocar efeitos secundários fora do núcleo, se bem que de modo atenuado e desigual, por todo o mundo não-comunista. Internamente, o crescente poder do trabalho no âmbito do pacto capital-trabalho significou a extensão dos benefícios do consumismo às classes inferiores e mesmo a algumas minorias (embora de maneira não suficiente, como provaram as manifestações urbanas dos anos 1960). O problema da sobreacumulação do capital, embora sempre ameaçador, foi contido até o final dos anos 1960 por uma mistura de ajustes internos e de ordenações espaço-

---

<sup>12</sup> Segundo Harvey (2004), os ganhos territoriais e o poder em ascensão da União Soviética geraram o “estilo paranóide” dos Estados Unidos e gerou a Guerra Fria. Isso conduziu a uma onda repressiva violenta nos Estados Unidos sob pretexto do combate ao comunismo, conhecido como “*macarthismo*”. Tal política recaiu de forma violenta sobre a luta dos trabalhadores, dos sindicatos combativos, dos partidos comunistas, ao tempo em que buscou promover a conciliação de interesses do capital e do trabalho. Por outro lado, sua política externa era baseada no discurso da defesa da liberdade, na realidade, defensor das classes proprietárias e das elites políticas/militares nos seus países clientes. Assim, se apoiaram na ascensão do fundamentalismo *mujahedin* e islâmico contra a União Soviética, ao mesmo tempo em que ajudaram na derrocada de Mossadeg (que nacionalizou os campos de petróleo do Irã), contribuíram na consolidação de economias fortes fundadas em princípios capitalistas, desenvolvendo o Plano Marshal para a recuperação dos países da Europa, apoiaram a recuperação do Japão, Taiwan, Coréia do Sul e no Oriente Médio, buscaram penetrar nos países visando as reservas de petróleo.

temporais tanto dentro como fora dos Estados Unidos. Esperava-se que essas estratégias permitissem ao sistema superar os problemas econômicos que haviam perturbado os anos 1930 e protegessem da ameaça do comunismo. (HARVEY, 2004, p. 55).<sup>13</sup>

Essa etapa da hegemonia mundial sob a liderança dos Estados Unidos entrou em crise em torno de 1970, com o surgimento de variados problemas: a abrangência excessiva do império, a luta contra o comunismo, que foi bem mais dura e exigiu muito mais do que o país imaginava, gastos militares excessivos, contradições internas da acumulação de capital e crise fiscal do Estado desenvolvimentista norte-americano. (HARVEY, 2000, p. 56).

Disso resultaram as pressões inflacionárias mundiais. A consequência foi uma explosão da quantidade de capital 'fictício' em circulação, desprovida de qualquer perspectiva de resgate, uma onda de falências (cujo foco inicial foram ativos no ambiente construído), pressões inflacionárias incontáveis e o colapso das estruturas internacionais fixas que eram a base do superimperialismo norte-americano a partir da Segunda Guerra Mundial. Entrementes, o crescente poder do trabalho organizado por todos os Estados nucleares do sistema global elevou o nível de gastos sociais, bem como os custos com salários, o que implicou a redução de lucros. Disso decorreu a estagnação. As oportunidades de lucro desapareceram, e surgiu uma crise de sobreacumulação do capital. O endividamento crônico em que muitos governos caíram devido a vastos investimentos em infra-estruturas físicas e sociais produziu uma crise fiscal do Estado (culminando na espetacular falência da cidade de Nova York em 1975). Para completar, a força competitiva das indústrias revividas do Japão e da Alemanha Oriental afetou, e em algumas áreas chegou a superar, o domínio norte-americano na produção. A emulação do setor da manufatura estava cortando uma das principais pernas da hegemonia dos Estados Unidos – sua posição econômica parecia insustentável. Dólares excedentes inundaram o mercado mundial, e toda a arquitetura financeira do sistema de *Bretton Woods* entrou em colapso. (HARVEY, 2004, p. 57).

A terceira fase corresponde à hegemonia neoliberal (1970-2000). Com o fim do padrão ouro-dólar, surgiu um sistema monetário desmaterializado, com um fluxo de capital monetário que podia circular livremente no mundo através do mercado de eurodólar. Em 1973 a crise do petróleo prejudicou muito mais o Japão e a Europa que os EUA, os bancos norte-americanos conseguiram o monopólio de reciclar os petrodólares repatriando o mercado do eurodólar.

Os Estados Unidos, que se encontravam ameaçados no plano da produção por outras economias, se reorganizaram retomando sua hegemonia através das finanças. Porém,

---

<sup>13</sup> Não obstante, observa Harvey (2004, p. 56), que este período foi marcado por várias contradições: 1) os Estados Unidos recusavam o racismo europeu, mas eram uma sociedade em que reinava a discriminação racial, que esteve na base dos movimentos dos direitos civis e influenciaram movimentos em toda a parte do mundo; 2) o mercado interno aberto tornou os Estados Unidos frágeis à concorrência internacional. A Alemanha Ocidental e o Japão despontaram fortes na competição, nos anos 1960; 3) o país, de paladino da liberdade passou a opressor de todo movimento democrático, sempre defendendo as classes proprietárias para garantir seus mercados e domínios; outra contradição foi o surgimento do complexo militar-industrial poderoso.

tal estratégia requeria do mercado a abertura ao comércio internacional. Houve a passagem do equilíbrio de poder e de interesses da burguesia do investimento na produção para as instituições do capital financeiro. Segundo Harvey (2004, p. 58), esse poder financeiro foi importante para o disciplinamento da classe trabalhadora, possibilitando a realização de um ataque frontal ao poder do trabalho e a redução do papel de suas instituições no processo político. O governo Reagan desferiu um forte e exemplar ataque ao Sindicato dos Controladores de Tráfego Aéreo (PATCO), por exemplo.

Uma onda de militância operária varreu o mundo capitalista avançado no final dos anos 1970 e nos anos 1980 (com mineiros na proa tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos), quando movimentos da classe operária em todo o mundo se empenharam em preservar os ganhos obtidos nos anos 1960 e no começo de 1970. Em retrospecto, podemos ver isso antes como uma ação de retaguarda destinada a preservar condições e privilégios obtidos no âmbito e na área de influência da reprodução expandida e do Estado do bem-estar social do que como um movimento progressista voltado para ações transformadoras. Essa ação de retaguarda fracassou. A subsequente desvalorização do poder do trabalho e a consistente degradação relativa da condição da classe operária nos países capitalistas avançados tiveram então como paralelo a formação de um proletariado imenso, amorfo e desorganizado em boa parte do mundo em desenvolvimento. Isso gerou uma pressão descendente sobre as taxas do salário e as condições de trabalho em toda parte. Forças de trabalho de baixa remuneração facilmente exploradas associaram-se à crescente facilidade de mobilidade geográfica da produção na abertura de novas oportunidades de emprego lucrativo de capital excedente. Mas em pouco tempo isso exacerbou em todo o mundo o problema da produção de capital excedente. Mesmo assim, o desemprego se elevou e as taxas de salário e a militância da classe operária foram contidas. (HARVEY, 2004, p. 59).

Harvey (2004) explicou o caráter da onda de lutas nos anos 1980 nos EUA e Europa, principalmente na Inglaterra, como formas de manter condições e privilégios obtidos nos anos 1960/70, e não como ações progressistas voltadas para transformação, que foram derrotadas. Pela situação da classe trabalhadora após duas décadas de neoliberalismo, avaliamos que tais movimentos, mesmo não apontando para ações transformadoras, foram de fundamental importância, do ponto de vista da resistência à degradação das condições de trabalho e resistência aos desmontes das políticas sociais conquistadas pela luta social.

Por outro lado, viu-se também o endividamento crônico do Estado, facilitando todo tipo de atividade especulativa, tornando o Estado vulnerável às interferências financeiras. Dessa forma, o capital financeiro assumiu o predomínio, conseguindo incidir tanto sobre o Estado (principalmente onde este contraiu dívidas muito elevadas) como sobre os movimentos dos trabalhadores. No entanto, ressalta Harvey (2004, p. 60) que tudo isso não seria possível sem uma gama de mudanças tecnológicas e organizacionais que permitiram que a fábrica ficasse mais fluida e flexível. “As reduções no custo de transporte, associadas a

mudanças políticas promovidas pelos governos de todos os níveis com vistas a oferecer um clima positivo aos negócios e a cobrir parte dos custos fixos da relocação, promoveram o tipo de mobilidade geográfica do capital produtivo na qual o capital financeiro crescentemente hipervolátil podia se alimentar”.

A nova estratégia dos EUA, sob hegemonia do capital financeiro, embora tenha trazido saldos positivos, foi nefasta internamente para a estrutura industrial. Houve um intenso processo de desindustrialização em vários setores (têxtil, aço, estaleiros, etc.), além disso, no dizer de Harvey (2004, p. 60) “foram cúmplices do solapamento de seu domínio na manufatura ao desencadear por todo o globo o poder das finanças”. Com isso, os EUA tiveram que enfrentar a concorrência de vários países num ambiente global altamente competitivo, sendo necessário, para manter sua hegemonia no campo da produção, recorrer à ajuda governamental (tática que foi revertida tão logo conseguiu seu intento).

No nível internacional, o capital financeiro mostrou-se cada vez mais volátil e predatório. Vários surtos de desvalorização e destruição de capital viviam a ocorrer (em geral, pelas boas graças dos programas de ajuste estrutural do FMI) como antídoto para a incapacidade de manter a fluidez da acumulação do capital por meio da reprodução expandida. Em alguns casos, na América Latina nos anos 1980, por exemplo, economias inteiras foram varridas e seus ativos recuperados pelo capital financeiro dos Estados Unidos. Em outros, ocorreu de maneira mais simples, uma exportação da desvalorização. O ataque dos fundos derivativos às moedas indonésia e *thai* em 1997, apoiado pelas agressivas políticas deflacionárias exigidas pelo FMI, levou à falência mesmo empreendimentos viáveis por todo o Leste e o Sudeste asiáticos. O resultado disso foram o desemprego e o empobrecimento de milhões de pessoas. Do mesmo modo, essa crise também desencadeou convenientemente uma fuga para o dólar, confirmando o domínio de *Wall Street* e gerando uma incrível expansão dos ativos para os abastados dos Estados Unidos. As lutas de classes começaram a se concentrar ao redor de questões como os ajustes estruturais impostos pelo FMI, as atividades predatórias do capital financeiro e a perda de direitos gerada pela privatização. O tom do antiimperialismo começou a deslocar-se para o antagonismo aos principais agentes da ‘financeirização’ – com o FMI e o Banco Mundial apontados diretamente. (HARVEY, 2004, p. 61).

Aqui, Harvey (2004) aponta, pela situação gerada pela estratégia estadunidense de privilégio das finanças, com o caráter predatório e destrutivo do capital volátil, a quebra de várias economias na América Latina e no famoso Sudeste Asiático, gerados pelas políticas do FMI. O autor indica, a partir daí, o caráter das lutas que tiveram como alvo os ajustes estruturais do FMI e as perdas com as privatizações com forte tom antiimperialista. Podemos assim compreender as raízes das características das lutas de classes na atualidade.

Outro aspecto destacado por Harvey (2004) e interessante de se destacar foi o papel das crises das dívidas em diversos países que foram utilizadas para reorganização das relações sociais de produção internas em cada país, segundo os interesses do capital

financeiro, facilitando a penetração dos capitais externos (japoneses, europeus e norte-americanos). Com isso, acentuou-se o processo denominado por Harvey de acumulação por espoliação<sup>14</sup>, que se tornou central no capitalismo contemporâneo. As lutas de classes e a resistência deslocaram-se dos movimentos trabalhistas para movimentos anticapitalistas e antiimperialistas.

Harvey (2004) configura como está montado o sistema das finanças, que embora centrado em *Wall Street* – Tesouro norte-americano - tem como centros importantes Tóquio, Londres e Frankfurt dentre outros, destacando ainda a emergência das corporações transnacionais, que se espalharam pelo mundo. Além disso, chama atenção para o modelo de administração do mundo criado pelo presidente Clinton (EUA), baseado no multilateralismo governado pela América do Norte, Europa e países do Leste e Sudeste asiáticos.

Entretanto, Harvey (2004, p. 63) alerta que seria equivocado entender esse poder como onipotente e capaz de impor sua ambição irrestritamente, chamando atenção de que a própria natureza da financeirização a coloca numa situação de vulnerabilidade com relação à produção agrícola e industrial. Nesse contexto de destruição e desvalorização surgiram complexos industriais de peso no Leste e Sudeste asiáticos dispostos não só a adaptar-se às pressões financeiras, mas criaram efetivamente uma força de oposição, expondo a vulnerabilidade do capital financeiro à produção de valores reais.

Esse sistema vê-se agora em sérias dificuldades. Tal como em 1973 – 1975, as causas são múltiplas, ainda que, desta vez, a volatilidade e a fragmentação caótica dos conflitos de poder no âmbito da vida político-econômica tornarem difíceis discernir o que está ocorrendo por trás do jogo de sombras e espelhos (particularmente do setor financeiro). Mas, na medida em que a crise de 1997-1998

---

<sup>14</sup> Harvey (2004) analisando o processo de acumulação contemporâneo, traz à tona os estudos de Marx sobre a acumulação primitiva afirmando que todas as características da acumulação primitiva trabalhadas por ele permanecem fortemente em nossos dias. “A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista de acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos EUA, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agricultura familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual)... Alguns mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no ano passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lênin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973, foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dinamização por colapsos de ações e corporações decorrentes de manipulações do crédito e das ações) – tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo”. (Harvey, 2004, p. 121-123).

revelou que o principal centro de capacidade produtiva excedente estava no Leste e Sudeste asiáticos (e buscou lançar a desvalorização de modo singular naquela região), a rápida recuperação de algumas partes do capitalismo dessa região (a Coreia do Sul em particular) fez que o problema geral da capacidade excedente (sobrecumulação) voltasse ao primeiro plano das questões globais. O colapso da tão falada ‘nova economia’ num amontoado de empresas ‘virtuais’ falidas nos Estados Unidos, a que se seguiram escândalos contábeis que revelaram dramaticamente que o capital ‘fictício’ poderia com demasiada facilidade permanecer irresgatável, não só solapou a credibilidade de *Wall Street*, mas pôs em questão o relacionamento entre o capital financeiro e produção. A ameaça de uma desvalorização exagerada do capital estava pairando e, com a queda dos ativos, havia sinais tangíveis de ela já estar se realizando (de modo mais dramático com respeito aos fundos de pensão, que se viram em crescentes dificuldades para atender a suas obrigações). (HARVEY, 2004, p. 64).

Frente às múltiplas dificuldades colocadas ao capital, pelas suas próprias estratégias de acumulação, Harvey (2004, p. 66) discute que “ou se abrem novas arenas de acumulação lucrativa do capital ou, se isso não der certo, haverá uma nova fase de desvalorização do capital”. A explosão da bolha especulativa expôs a fragilidade dos Estados Unidos em relação à desvalorização. Desde o início de 2001, a recessão acelerada deu mais provas da vulnerabilidade e, antes mesmo dos atentados de 11 de setembro, a hegemonia estadunidense estava em risco. Para Harvey, as raízes deste perigo estão na utilização desequilibrada do capital financeiro como meio de afirmar a hegemonia.<sup>15</sup>

Enfim, verificamos nas duas últimas décadas do século passado o acirramento das contradições do sistema capitalista, após o chamado período de *boom* econômico pós-segunda guerra mundial e, ao mesmo tempo, o movimento de administração da crise pelo capital. Neste início de século podemos afirmar que apesar dos “esforços” para debelar suas crises, estas tem se acirrado, embora nas suas manifestações mais agudas (a exemplo das crises do México, da Rússia, da Argentina, etc.), o capital internacional e suas “instituições de salvação” (o FMI, Banco Mundial, etc.), tinham conseguido amainar e isolar as crises particulares, dificultando o colapso no centro do sistema.

Mesmo conseguindo controlar as crises mais agudas, o capital não o tem feito sem destruir intensamente forças produtivas. Assim, na sua volição pela acumulação e reprodução,

---

<sup>15</sup> Harvey (2004) lembra que, historicamente, as expansões financeiras são sinais não apenas da maturidade de uma etapa particular de desenvolvimento da economia mundial capitalista, como também o começo de uma nova etapa. “Se a financeirização é um prelúdio provável a uma transferência do poder dominante de um *hegemon* a outro (como tem sido o caso ao longo da história), a virada norte-americana para a financeirização dos anos 1970 parece ter sido uma manobra peculiarmente autodestrutiva. Os déficits (tanto internos como externos) não podem continuar indefinidamente em sua espiral de descontrole, e a capacidade e a propensão dos outros países (primordialmente a Ásia) para financiá-los não são inexauríveis. É impressionante o imenso volume de apoio aos Estados Unidos, que chegou a 2,3 bilhões de dólares por dia no começo de 2003. Qualquer outro país do mundo que apresentasse semelhante condição macroeconômica estaria a essa altura submetido à impiedosa austeridade e a procedimentos de ajuste estrutural do FMI. Mas o FMI são os Estados Unidos”. (Harvey, 2004, p. 66).

o capital internacional sob comando dos EUA não hesita em realizar as guerras, que são verdadeiros massacres, contra os povos em diversas partes do planeta. Seja no Oriente Médio, sob o discurso da Guerra contra o Terror, que têm como “cordeiros” da vez os muçulmanos (Palestina, Iraque, Afeganistão, Irã, etc.), seja contra China, Índia, Paquistão, sob o argumento de possuírem armas de destruição em massa, seja às nações que lutam por independência, livre etnia e autodeterminação como as guerras da Iugoslávia, Croácia, Chechênia, Kosovo, apresentando-se como paladino da democracia, através da ONU e suas tropas de “paz”, encarregados de “restituir a ordem” e “estabelecer a democracia”. Seja ainda através da destruição do continente africano e seus povos, onde em vários países impera a barbárie. Ou ainda a política de recolonização da América Latina através das tentativas de criação da Área de Livre Comércio das Américas.

Sobre o capitalismo neste início de século, Duménil e Lévy, (2003, p. 40), defendem que há um novo curso, que entramos em uma nova fase do capitalismo, baseado nos seguintes argumentos: 1) há a superação da crise estrutural, mesmo que isto não implique que o capitalismo esteja em sua melhor fase, mas que muitos elementos os quais permitiram caracterizar os anos 1970/80 como período de crise estão “prestes a desaparecer”; 2) há uma tendência de aumento da produtividade do capital, que favorece a elevação da taxa de lucro, potencializando o poder de compra dos trabalhadores que, entretanto, só poderá efetivar-se a partir da luta empreendida por estes; 3) uma etapa na evolução da gestão relacionada às novas tecnologias de informação e comunicação; 4) evolução da propriedade capitalista com delegação de poder, principalmente nos grandes fundos de investimentos, aos gestores. Nesse sentido esclarece que:

A associação desses quatro elementos e da nova hegemonia da finança (no neoliberalismo) é ambígua. Contrariamente ao que sugere a propaganda neoliberal, a preponderância atual da finança não é uma condição necessária ao prosseguimento da história. Seria errôneo fazer do neoliberalismo a nova fase do capitalismo, ainda que sob a hegemonia financeira. A finança desencadeou essas evoluções em uma certa medida, mas muitos de seus aspectos sobreviverão mesmo com a superação do neoliberalismo. Se uma grande crise, similar à ocorrida nos anos 1930, eclodisse no centro, a história repetir-se-ia de maneira desconcertante. Mas o neoliberalismo pode também se extinguir gradualmente, de maneira menos espetacular. Serão as lutas de classes – das classes dominadas e dominantes, de suas diferentes frações – que ditarão os calendários e seus conteúdos.

Estamos de acordo com os autores que afirmam que serão as lutas de classes que ditarão calendários, conteúdos e as pautas das lutas, ou seja, indicarão o caminho a ser percorrido, para onde caminhará a humanidade. No entanto, apesar dos argumentos apresentados, não concordamos que há a superação da crise estrutural. Apesar de o

capitalismo ter alcançado, nos anos 1990 e início deste século, um período de expansão e crescimento, isto se deu através do enorme aumento da exploração dos trabalhadores de todo o mundo e de um verdadeiro processo de recolonização dos países explorado, conforme discutimos neste capítulo. Alguns aspectos propiciaram esse período de recuperação do capitalismo:

- Restauração do capitalismo na China, Rússia, todos os Estados do Leste Europeu e Ásia. Isso permitiu que o imperialismo explorasse diretamente os trabalhadores desses países, principalmente da China, que se transformou na fábrica do mundo, pagando salários de fome e extraindo, assim, uma enorme massa de mais-valia. Abertura de novos mercados para os produtos das transnacionais nos países onde se restaurou o capitalismo e também nos países onde se impuseram os chamados Tratados de Livre Comércio (TLCs).
- Quebra dos monopólios para a exploração das riquezas naturais dos países pobres, seguida por uma verdadeira pilhagem desses recursos pelas transnacionais.
- Amplo e generalizado processo de privatizações de empresas estatais e serviços públicos, que permitiu às empresas imperialistas explorar diretamente todo um setor dos trabalhadores dos países periféricos e dos próprios países imperialistas e obter enormes lucros, o que antes só fazia de forma indireta.
- Criação novas formas de aumentar a exploração do trabalho assalariado, a chamada flexibilização trabalhista, isto é, terceirizações, todo tipo de contratos precários, eliminação de conquistas, aumento da jornada de trabalho etc.<sup>16</sup>

Mais ainda, consideramos que as teses de Lênin sobre o imperialismo permanecem atuais, quando afirma que ao final do século XIX, após um extraordinário processo de acumulação capitalista, há um grande avanço no desenvolvimento das forças produtivas. Tal processo foi a “anti-sala” para a época denominada de parasitismo e putrefação do capitalismo, ou seja, a época<sup>17</sup> imperialista, cujos traços principais são:

---

<sup>16</sup> Crise do capitalismo. A evolução da crise.. In: Liga Internacional dos Trabalhadores – IV nternacional.

<sup>17</sup> Quando se produz esse choque entre o desenvolvimento das forças produtivas e a velha estrutura social, abre-se para a humanidade uma época revolucionária. É uma época de grandes convulsões, na qual as novas classes progressistas lutam contra a velha classe exploradora que já não serve para nada e que freia todo o desenvolvimento. (Na história nem sempre ocorrem essas épocas revolucionárias. Houve sociedades, como o mundo antigo ou escravista, que frearam o desenvolvimento das forças produtivas, mas não foram revolucionadas por classes mais avançadas. Nesses casos, o velho sistema decaiu, degenera, e toda a sociedade retrocede.). Entre grandes épocas revolucionárias há etapas que não são revolucionárias. Enquanto a estrutura de classes e sua superestrutura estatal permitem o desenvolvimento das forças produtivas - mesmo havendo contradições - a sociedade vive uma época não revolucionária, de equilíbrio reformista.

Sob o sistema capitalista, por exemplo, deram-se grandes saltos ou revoluções nas forças produtivas. Passou-se, por exemplo, da energia hidráulica para mover as máquinas, ou do vento para mover as embarcações, ou dos cavalos para mover os carros, ao vapor, à energia elétrica, aos motores a explosão. Mas esses avanços nas forças produtivas não se chocavam com a estrutura social e o Estado capitalista. Pelo contrário, o capitalismo os incorporava instantaneamente e os levava asca máximo desenvolvimento e aplicação. Era uma época de auge da sociedade capitalista, de harmonia entre o desenvolvimento das forças produtivas e a estrutura social e seu e Estado. (LÊNIN, 2000, p. 5)

concentração da produção e os monopólios<sup>18</sup>; o predomínio do capital financeiro, fruto da fusão do capital bancário e industrial em escala sem precedentes; a exportação de capitais e não somente de mercadorias; a divisão do mundo entre grandes potências imperialistas que garantem o controle dos mercados e matérias-primas; a tendência a submeter os povos a condições de vida cada vez piores, ameaçando o planeta com guerras e uma decadência de todas as condições de vida do ser humano.<sup>19</sup>

Tais traços característicos evidentemente, após quase um século dos dados apontados por Lênin, estão exponencialmente mais graves e muitos autores contemporâneos estão buscando atualizar, conforme estudos indicados neste capítulo por Chesnais sobre a financeirização. Harvey (2004) também apresenta argumentos bem convincentes, mostrando que a financeirização é um prelúdio de uma provável transferência de poder e que os EUA, ao girar para a financeirização, adotou uma manobra autodestrutiva. Além disso, mostra que esse sistema se encontra em sérias dificuldades, tendo o desafio de encontrar novas arenas de acumulação, caso contrário entrará em nova fase de desvalorização, cenário que avaliamos como mais provável. Com relação às análises de Mészáros (2002) que considera que esta é uma crise inédita, que colocou a tripla dimensão interna de auto expansão do capital em contradições cada vez mais profundas, revelando uma falha na função vital de deslocar as contradições do sistema, seguindo a linha teórica que temos assumido, reafirmamos, a partir de Lênin, que isto vem ocorrendo desde o final do século XIX. Porém, não somos defensores das teses catastróficas e deterministas que entendem que o capitalismo poderá enredar-se em contradições tão profundas a ponto de se auto-destruir. Pensamos que esta é uma tarefa

---

<sup>18</sup> Quase metade da produção global de todas as empresas do país nas mãos de uma centésima parte do total das empresas! E essas 3.000 empresas gigantes abarcam 258 ramos da indústria. Daqui se infere claramente que, ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de empresas gigantes, é muito fácil chegarem a acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas. Esta transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes - para não dizer o mais importante - da economia do capitalismo dos últimos tempos. (Lênin, 2000)

<sup>19</sup> A partir de 1880 se produz o salto mais fantástico, até então, das forças produtivas. O desenvolvimento da produção é colossal. Nos países capitalistas avançados se produz uma imensa acumulação de capitais. Essa época de auge prepara a decadência do sistema capitalista. Como produto dessa tremenda acumulação de capitais surgem os monopólios e o imperialismo. Ramos inteiros da produção industrial se concentram em muito poucos proprietários e começam a substituir a burguesia clássica, com centenas de empresas competindo livremente entre si. Torna-se dominante o capital financeiro, que é a fusão do capital bancário com o industrial. As fronteiras nacionais ficam estreitas para esses imensos monopólios que devem, para continuar crescendo, exportar esses capitais aos países atrasados. O imperialismo, capitalismo em decadência, é precisamente isso: o domínio do capital financeiro e monopolista que invade todo o planeta. (MORENO, 1984)

histórica que cabe aos oprimidos e explorados conduzirem, que no entanto, pode ou não ser cumprida, dependendo da construção dos elementos subjetivos necessários.

E, neste aspecto concordamos com Mészáros (2002), “esta crise não tem saída nos limites da ordem capitalista”, bem como com Teixeira (2000), do mesmo modo, indicou as profundas dificuldades do capitalismo enfrentar suas crises e retomar processos de crescimentos vigorosos, “com a mundialização, o capital busca a racionalização dos mercados existentes, através da sua horizontalização, sem necessariamente ampliar o número de consumidores”. Para Teixeira vivemos mais uma etapa de busca de superação das contradições que limitam a autovalorização do valor, para ele, esta é uma contradição insolúvel e não pode desaparecer nos marcos do capitalismo.

#### **1.4 Ofensividade do capital sobre o trabalho e lutas contemporâneas**

É partir da situação objetiva internacional, do aprofundamento da internacionalização do capital que entendemos a emergência de grandes lutas sociais em várias partes do mundo, que vem surgindo desde o final da década passada e se evidenciam, principalmente, neste início de século.

Nos referimos aos movimentos antiglobalização: Seattle (1999), Gênova (2001), Cancun (2003); as mobilizações contra a guerra do Iraque em 2002 e 2003 que conduziram milhões de pessoas a protestarem em várias partes do mundo. As mobilizações da população espanhola contra a política interna e externa do presidente Aznar, que provocaram a sua derrocada e a retirada das forças militares das tropas espanholas do território iraquiano. Manifestações também contra a retirada de direitos, a exemplo das reformas de caráter neoliberal na França (contra a reforma da previdência) e em várias partes do mundo; os enfrentamentos no Oriente Médio onde a polarização é ainda maior, cenário das guerras do Afeganistão e do Iraque, da Segunda Intifada na qual os palestinos lutam contra o sionismo e imperialismo norte-americano; da resistência armada dos iraquianos, além da resistência em toda a região (Marrocos, Egito, Jordânia, Turquia, Irã, etc.).

Esta situação, principalmente com relação ao Iraque, tem colocado os EUA em situação complexa, principalmente porque não aconteceu uma “guerra cirúrgica” como anunciou o presidente W.Bush (EUA), mas há um grande número de perdas no exército estadunidense, o que tem levado vários setores da população desse país a se manifestarem contra a ocupação.

América Latina tem sido arena de muitas lutas e manifestações, muitas destas

chegando inclusive a atingir processos insurrecionais.<sup>20</sup> Podemos destacar a Argentina (o *argentino* - desempregados, piqueteiros e os setores médios, Assembléias de Bairros), do Equador (CONAIE, Assembléia dos Povos); da Bolívia (o movimento operário dirigido pela COB que enfrentou o presidente Sanches de Losada, a luta dos cocaleros, Coordenação das Águas de Cochabamba). Rebeliões camponesas que impediram privatizações de empresas no Paraguai; conflitos na Venezuela que desde o *caracazo* (1989), colocaram a população em ebulição, derrubando o presidente Perez e conduzindo Hugo Chavez ao governo central - desde esse fato a população (partidários de Chavez) já enfrentou com sucesso duas tentativas de golpes militares; acirramento da luta na Colômbia (FARCs, ELN); os levantes de Chiapas no México, eleição de um ex-operário metalúrgico no Brasil, numa evidente demonstração, ainda que pela via eleitoral, da negação da política neoliberal vigente no país desde 1989, além do Movimento dos Sem Terra e do funcionalismo público (com destaque para os Docentes das Universidades) na luta permanente contra as reformas neoliberais (previdência, universitária, sindical e trabalhista, etc.); a luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) que na 4ª Cúpula das Américas em Mar Del Plata na Argentina recebeu manifestações de repúdio em todo o continente. São simbólicas ainda as manifestações de repúdio em todos os países visitados pelo presidente W.Bush, numa clara reação ao imperialismo estadunidense.

Ocorreram também greves político-sociais ampliadas, como dos trabalhadores das empresas públicas, em 1995 (França), greve dos portuários em Liverpool (1995-1998/ Inglaterra), greve de dois milhões de metalúrgicos na Coreia do Sul em 1997 (contra a precarização e flexibilização do trabalho), greve dos transportadores da *United Parcel Service*, em agosto de 1997 em ação unificada entre os *part-time* e *full-time*. (ANTUNES, 2001).

Como vemos, há o ressurgimento de grandes lutas sociais em toda parte do planeta, ao contrário do que prognosticavam ideólogos burgueses e teóricos neoconservadores a respeito do fim das lutas de classes. Porém, há que se compreender esse processo de reorganização. Qual a sua composição? Que caminhos apontam? Contra quem lutam? Seguem qual direção política?

---

<sup>20</sup> Nos referimos aqui aos processos ocorridos na América Latina nos quais a população realizou mobilizações de rua provocando a queda de presidentes, clamando por uma nova realidade, em reação ao aprofundamento da miséria instalada no continente em decorrência da aplicação dos programas de ajustes estruturais. Estes processos, Arcary (2004, p. 28) qualificou como revoluções políticas citando como por exemplo: o Equador, Venezuela, Argentina e Bolívia.

Inicialmente entendemos que estes movimentos são uma reação aos ataques do capital às conquistas sociais, que manifestam uma reação dos povos ao aprofundamento da condição de pauperização absoluta em todo o planeta e uma resposta à falência dos planos neoliberais.

Em segundo lugar, não são movimentos uniformes, homogêneos. São movimentos que lutam por questões específicas de seus países (lutas econômicas de reação a perdas) e questões internacionais como guerras, globalização, com a participação ampla de setores médios, de juventude, entre outros, portanto, são policlassistas, multitudinários, expressando um progresso na mentalidade antiimperialista sem, contudo, apontar para a superação da ordem do capital, embora alguns sejam de caráter anticapitalista.

Este processo significa um grande avanço, apesar de ainda ser desigual e contraditório, mas já aponta um início de superação da confusão ideológica que abateu o movimento de massas pós-queda do muro de Berlim.

Do ponto de vista de classe, vale dizer que a reorganização atual não conta com a expressiva participação ou mesmo protagonismo da classe operária fabril tradicional. Isto, porém, não nos credencia a questionar o papel estratégico do operariado nas transformações sociais necessárias. Mas, indica que é preciso compreender que, após um longo período de ataques dirigidos contra esta classe, tanto no plano objetivo quanto subjetivo, que desmobilizaram e desmoralizaram as organizações dos trabalhadores, principalmente os sindicatos, estes se encontram recuados.

Antunes (2003) faz importantes anotações que nos ajudam no entendimento da materialidade e da subjetividade desta classe no momento atual e sua participação neste processo de mundialização das lutas sociais, contribuindo para a compreensão do “desenho multifacetado das ações coletivas” contemporâneas.

Para Antunes (2003), a classe trabalhadora hoje abrange o conjunto dos assalariados, do sexo masculino e feminino, que sobrevive da venda da sua força de trabalho, sob a forma de assalariamento. Neste conjunto de assalariados, ressalta como núcleo central os trabalhadores produtivos, ou seja, aqueles diretamente ligados à produção de mais-valia e participantes diretos do processo de valorização do capital, por intermédio da interação entre trabalho humano e maquinário científico-tecnológico.

São componentes ainda desta classe, segundo o autor, os trabalhadores improdutivos que trabalham no setor de serviços públicos e privados, além do grande número de trabalhadores precarizados, terceirizados (fabris e de serviços), marcados pelo signo do trabalho temporário, bem como o proletariado rural (os bóias-frias das agroindústrias) e a

imensa totalidade dos desempregados. Ficam excluídos da noção contemporânea ampliada de classe trabalhadora os gestores de capital, os que têm como fonte de renda a agiotagem (juros e especulação), assim como os pequenos empresários urbanos e rurais (estes últimos, sendo proprietários dos seus meios de produção, não vendem força de trabalho em troca de salário, mesmo que freqüentemente sejam aliados dos trabalhadores assalariados). (ANTUNES, 2003, p.216).

Compreender a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e são desprovidos dos meios de produção. Nessa (nova) morfologia da classe trabalhadora, sua conformação é ainda mais fragmentada, mais heterogênea e mais complexificada do que aquela que predominou nos anos de apogeu do taylorismo e do fordismo. (ANTUNES, 2003, p. 218).

Neste contexto, Antunes (2003, p. 220) aponta quem são os principais sujeitos dos novos embates e das ações sociais que emergem atualmente. Assim, pontua alguns aspectos fundamentais, reafirmando diante dos novos processos, a centralidade dos estratos mais qualificados e estáveis da classe trabalhadora. Por serem estes segmentos, mais intelectualizados e que desempenham um papel central no processo de criação de valores, são os setores dotados de potencialmente, mais força em suas ações. Por outro lado, são os mais atingidos pelo processo de manipulação e envolvimento no interior do processo produtivo de trabalho. Por isto, são subjetivamente mais envolvidos nos processos de subordinação, cooptação e tornando-se mais vulneráveis às ações de inspiração neocorporativista.

Já os trabalhadores submetidos à precarização, temporalidade e parcialização, juntamente com os desempregados, devido ao seu distanciamento do processo de criação de valores de troca, teriam menos peso político e poder de barganha, ou seja, um menor relevo nas lutas anticapitalistas. Dessa forma, em função da sua condição material, estão num pólo social capaz de assumir ações mais ousadas, uma vez que não têm nada a perder. Por isto, estariam mais predispostos à rebeldia e rebeliões. Antunes (2003), assim, demonstra como o caráter multifacetado e complexificado da classe trabalhadora influi decisivamente no novo formato das lutas sociais.

Concordando com esta análise de Antunes, queremos destacar ainda que tais movimentos, mesmo os que chegaram a insurreições, não colocaram a questão da tomada do poder, mas apontam como alternativa as saídas através dos processos eleitorais ou recomposição do regime democrático burguês. Isso nos coloca a necessidade de enfrentarmos o debate acerca do caráter de tais movimentos e sua direção política. Nesse sentido,

consideramos que Arcary (2004, p. 25) traz importantes contribuições para compreendermos o significado dessas ações:

La Paz, 2003, Buenos Aires, 2001, Caracas, 2002, Quito, 2000. O século XXI começou trazendo ventos revolucionários para a América Latina. Uma década e meia de ajustes inspirados no modelo neoliberal promoveram uma recolonização que não podia deixar de produzir furacões de ira popular. Não poderia haver maior refutação das ideologias a serviço do capital, as quais prometiam o respeito à propriedade privada e o mercado atrairia os investimentos estrangeiros, que associados ao ajuste das contas públicas, para garantir o serviço das dívidas, e às privatizações, para elevar a eficiência das empresas, impulsionariam o crescimento e a estabilização de regimes democráticos liberais. O crescimento não chegou, mas a revolução voltou.

O que Arcary (2004, p. 27) entende por revolução no século XXI? O autor parte da premissa de que na fase atual, o capitalismo não só não pode realizar concessões e negociações com os trabalhadores, como realiza uma ofensiva brutal e em escala mundial contra esta classe. Este o primeiro elemento essencial para o desencadeamento de uma situação revolucionária, ou seja, a existência de uma crise nacional. No entanto, a existência de crises econômicas não necessariamente deságua em crises revolucionárias. A revolução tem ritmos e formas próprias e dependem fundamentalmente da ação das classes, com suas frações e grupos de interesses, representações e lideranças, engajados em lutas, mas também acordos. “Os confrontos abertos dão lugar a situações em que predominam os compromissos e até a cooperação, ou equilíbrios instáveis, seguidos de pelejas parciais ou combates abertos que resultam em outras negociações e pactos, e novamente lutas.”

Arcary (2004) adverte que a miséria material e a opressão política em geral foram as duas causas principais da revolta popular. Entretanto, um fato que num determinado país, em determinadas condições histórico-sociais, foi considerado inaceitável provocando revoluções, em outros, não conseguiu nem mesmo desestabilizar regimes.

Revoluções aconteceram e continuaram ocorrendo, evidentemente, porque há injustiça e tirania no mundo. Injustiça e tirania, porém, são sempre conclusões político-morais subjetivas. A percepção do que seria inaceitável em uma sociedade é o resultado de uma experiência histórica dos sujeitos sociais, portanto, variável e incerta. Depende das referências de uma herança cultural e de uma memória política que cada geração recebe da anterior. Nunca existiu uma relação simples –de causa e efeito- entre a crise terminal de um regime e seu colapso revolucionário. Governos com bases sociais de sustentação muito minoritárias podem-se manter por muito tempo. Nenhuma ordem econômico-social desmorona sozinha. Não são as organizações revolucionárias, contudo, que fazem as revoluções. Revoluções são feitas pelos sujeitos sociais. A qualidade maior ou menor da representação política das classes exploradas pode acelerar ou retardar uma situação revolucionária e, finalmente, decidir a sorte da revolução. Mas nem o partido mais revolucionário pode substituir o movimento prático de milhões de pessoas mobilizadas. A improvisação da liderança demonstrou-se quase sempre uma regra nas revoluções

políticas do último quartel do século XX, sem que fosse todavia, decisiva. A força irreprimível da luta de massas foi suficiente para derrubar governos tirânicos e regimes ditatoriais, mesmo quando não dispuseram de direções temperadas em décadas de perseverante preparação. A debilidade subjetiva de comando foi sempre, no entanto, fatal em todas as revoluções sociais (ARCARY, 2004, p. 26).

Aqui encontramos o segundo elemento propulsor de crise revolucionária: a mudança na correlação de forças entre as classes, decorrente da entrada em cena das camadas oprimidas e exploradas através da ação direta. Conforme Arcary (2004, p. 29), as revoluções não são feitas pelos partidos políticos ou por suas direções; por mais revolucionárias que sejam ou possam parecer, são eventos postos em marcha pelos sujeitos sociais. No entanto, adverte Arcary, o conteúdo e a qualidade da direção das camadas em luta é fundamental. Uma revolução sem direção revolucionária não se completa como revolução social. A qualidade da sua direção é sempre decisiva. “As revoluções são rupturas inusitadas. Uma situação revolucionária exige, evidentemente, condições objetivas. Contudo, elas podem estar maduras há décadas, podem até ter apodrecido de tão maduras, sem que uma situação revolucionária tenha-se aberto”.

Então, as condições subjetivas, ou seja, a disposição revolucionária, só amadurece quando as classes exploradas já recorreram a todas as formas possíveis de lutarem por seus interesses.

Em condições normais, a consciência social das massas populares é sempre um amálgama complexo de idéias e valores que resultam tanto da pressão da cultura e visão do mundo das classes dominantes quanto do conhecimento que nasce de sua própria localização social e experiência prática. Opiniões e conceitos contraditórios convivem em conflito permanente: a resignação moral alterna-se com a radicalização sindical, a apatia política dá lugar à intensa militância. Todo tipo de heterogeneidades se manifesta. Experiências de luta desiguais e diferentes práticas coletivas traduzem-se em divisões políticas e disputas de projetos. Nenhuma classe social explorada pode ser tão homogênea a ponto de encontrar representação em um só partido ou aceitar uma só liderança. (ARCARY, 2004, p. 30).

Nesse processo, a disputa pela consciência de classe é decisiva. O combate político pode contribuir para esclarecer ou mascarar quem são os inimigos e quais são os interesses de quem trabalha. Porém, lembra Arcary (2004, p. 31) que a luta política não se resume em disputa de argumentos:

A luta de classes nas sociedades contemporâneas tem-se expressado, antes do mais, em uma luta entre partidos. A preservação de um regime político de exploração não seria possível sem a existência de aparelhos que cumprem um insubstituível papel de conter as massas. Ideologias de defesa da reforma da ordem podem ser muito influentes, e por muito tempo. Mas não para sempre, não indefinidamente. O lugar ocupado pelas organizações e lideranças na construção ou obstaculização da consciência de classe foi sempre decisivo e, historicamente, vem aumentando a centralidade do seu papel. A maioria dos que se reivindicaram socialistas no século XX curiosamente abandonou a perspectiva revolucionária, e uma parte considerável

dos revolucionários desconhecia o marxismo, e isso diz tudo. O balanço não parece, portanto, muito animador.

A partir de um balanço histórico das revoluções ocorridas, Arcary (2004, p. 31) afirma que nenhuma revolução política ocorreu onde existia governo com prestígio ou mesmo já sem crédito. Só aconteceu no momento em que a confiança nos dirigentes políticos moderados e as ilusões nas soluções negociadas caíram por terra. Em geral, os trabalhadores são incansavelmente pacientes com seus dirigentes, e as massas hesitam antes de romperem com as velhas organizações.

O reformismo, ainda quando não realiza as reformas que o levariam ao poder, não cai sozinho. No entanto, a regra de ouro da luta política, na tradição marxista-revolucionária, sempre foi denunciar sem contemplações o governo e o regime de turno, ainda quando as massas alimentavam ilusões sobre o seu destino, a não ser quando o perigo de contra-revolução fosse iminente. (ARCARY, 2004, p. 31).

Segundo Arcary (2004, p. 37), para resolverem suas tarefas históricas, as sociedades contemporâneas têm recorrido às revoluções políticas, estas são uma irrupção da mobilização popular, seja quais forem seus métodos de luta. “Entendemos por revolução a aceleração dos ritmos históricos da mudança, pela agudização da luta dos sujeitos sociais. Sem as massas não se fazem revoluções. Sem a luta pelo poder, não se fazem mudanças”. Se analisarmos a experiência histórica das revoluções em diversos países, explica Arcary (2004), chegaremos a um modelo genérico relativamente simples: “em princípio, mobilizações nacionais unificadas – na forma de passeatas e concentrações de milhões – ou greves nacionais unificadas, sempre quando expressem uma vontade de lutar para vencer, são táticas de luta que potencializam a abertura de situações revolucionárias”. Entretanto, adverte o autor, não são os métodos de luta, a forma da revolta popular, que determinam a deflagração de uma revolução política. “Uma revolução se põe em marcha quando surge entre as massas uma disposição de lutar pelas suas reivindicações até o fim, mesmo se ainda não concluíram que a conquista dessas reivindicações exigirá a derrubada do governo”.

Arcary (2004) faz a diferenciação entre revoluções políticas e revoluções sociais. As revoluções políticas são identificadas como revoluções de fevereiro e as revoluções sociais como revoluções de outubro, embora todas as revoluções tenham começado com revoluções políticas<sup>21</sup>. Ressalta que a revolução se coloca antes mesmo que a questão da insurreição

---

<sup>21</sup> Arcary (2004, p. 61) com essa analogia, refere-se às quatro revoluções ocorridas na Rússia, que o autor uniu, de maneira ininterrupta: “(1) a revolução política de fevereiro, democrático-burguesa na forma (porque a maioria popular quer derrubar o governo, mas ‘inconsciente’ da necessidade de tomar o poder) e nos resultados (porque

esteja posta.<sup>22</sup> Para o autor, a maioria das revoluções ocorridas no século XX foi revoluções tipo fevereiro, só excepcionalmente evoluíram para revoluções sociais (tipo outubro).

A maioria das revoluções estagnou na forma de revoluções políticas, a ‘estação’ de Fevereiro na Rússia, e não tiveram resultados anticapitalistas. O intervalo histórico entre a etapa de ‘fevereiro’ e ‘outubro’ não parou de aumentar. Em raras oportunidades, comparativamente, expropriou-se o capital, ou se avançou para além das relações mercantis, abrindo a conclusão de que não existia uma dinâmica anticapitalista nos seus processos. (ARCARY, 2004, p. 28).

Entendemos que, aqui, encontramos uma explicação para os processos que estão ocorrendo principalmente na América Latina.

Se as revoluções políticas demonstraram-se fenômenos quase repetitivos – como, mais uma vez, as situações no Equador, Venezuela, Argentina e Bolívia dos últimos anos, entre outras, confirmam -, foi porque as tarefas históricas que se propuseram resolver permaneceram pendentes. Suas espetaculares vitórias democráticas resultaram em mudanças econômico-sociais insuficientes, conquistas sempre incompletas, e frustraram as classes que as fizeram. As revoluções de ‘fevereiro’ recorrentes foram, nesse sentido, revoluções ‘abortadas’. As massas populares lutaram, uma e outra vez, com heróicos sacrifícios, para depois entregar o poder para representantes políticos de interesses de outras classes. Essas energias revolucionárias não são, como a História ensina, inesgotáveis. ‘Fevereiro’ crônicos preparam derrotas históricas. Ultrapassando um ponto-limite de máxima tensão sem uma solução favorável, a renovação de esperança exige longas durações para se recuperar. Essa realidade convida à perseverança – e à imaginação – de que outras revoluções são possíveis. (ARCARY, 2004, p. 28).

O exemplo mais emblemático foi o do Equador, onde uma insurreição indígena e camponesa conquistou a capital, dividiu as forças armadas e assumiu o poder, para em seguida, entregá-lo à classe opositora, recompondo o regime e a ordem burguesa. Em nossa análise, fatos como estes colocam a premência da discussão acerca da direção política do movimento social na contemporaneidade.

---

derruba o regime do czarismo), mas anticapitalista na substância (porque tem como sujeito social o proletariado e os camponeses, na forma da rebelião dos regimentos militares); 2) a revolução político-social de outubro de 1917, anticapitalista na forma (porque os bolcheviques se apóiam em uma maioria conquistada nos soviets, ‘conscientes’ da necessidade de ser governo) e socialista no conteúdo (porque produz uma mudança no controle do Estado, que deixa de ser um Estado a serviço dos interesses do capital); 3) uma revolução econômico-social de julho de 1918, que inicia a expropriação capitalista, e pela qual as relações sociais deixam de ser burguesas e passam a ser pós-capitalistas, portanto, transicionais (não mais capitalistas; ainda não socialistas); 4) a revolução militar-social, que só se concluiu com a vitória sobre o Exército ‘branco’, em 1920.”

<sup>22</sup> Segundo Arcary (2004), para os objetivos a que se propõe no seu livro, não importa se a revolução seja derrotada ou vitoriosa, ressalta, por exemplo, que a guerra civil espanhola da década de 1930, que foi derrotada, foi uma das mais impressionantes revoluções da história.

## **CAPÍTULO 2 - CONDIÇÕES DE TRABALHO E REPRODUÇÃO, FORMAS DE RESISTÊNCIA E LUTAS NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA CLASSE OPERÁRIA**

Neste capítulo, objetivamos compor um arcabouço teórico que nos permita apreender os determinantes da nossa problemática de pesquisa: os limites do sindicalismo e a reorganização da luta social. Dessa forma, analisaremos a luta dos trabalhadores, numa perspectiva histórica, buscando apreender como a classe operária organizou a resistência, o conteúdo das lutas, as formas organizativas no enfrentamento ao seu antagonico, destacando o pensamento dos clássicos e contemporâneos acerca dos processos organizativos da sociedade.

Segundo Marx e Engels (1998, p. 40), a luta do proletariado contra a burguesia começa com a própria origem do capital, ou seja, o conflito histórico tem raízes no próprio modo de produção. Com o desenvolvimento capitalista, os trabalhadores encararam vários processos de enfrentamento ao capital segundo a base tecno-material de cada momento histórico:

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado. A época burguesa caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado.

Pelas características da sociedade burguesa, podemos afirmar que desde os seus primórdios, os capitalistas têm lutado incessantemente pelo controle da produção e por estabelecer seus valores, ideologias, concepção de mundo, etc. ou seja, os capitalistas têm buscado impor seu domínio nas diversas esferas da vida social. Num primeiro momento, a luta se dava contra a nobreza (mesmo que em alguns países tenha havido uma conciliação de interesses), posteriormente contra a classe operária.

Como afirma Marx (1984, p. 211), o capitalista tem por objetivo a produção da mais-valia, ou seja, um capitalista ao ocupar o seu capital em um dado ramo de produção, não o faz puramente por apego ao valor de uso, ou prazer em produzir, mas, essencialmente, porque tem que investir em algo que possua valor de troca. Por isso, no processo de produção capitalista o valor de uso é substrato material do valor de troca, tendo como fim a acumulação de capital. Como nem sempre o capitalista deteve esse controle, desde o aparecimento do capitalismo, desenvolveu um combate feroz para trazer para si o controle da produção.

Na realidade, as transformações sociais que geraram a ruptura com o modo feudal de produzir, foram paulatinamente superando as constringências que impediam o controle do trabalho pelo capitalista, expandindo-o para além do espaço da produção, atingindo todas as esferas da sociedade, para assim garantir o pleno desenvolvimento da sociedade emergente.

Nos termos elaborados por Marx (1984), a produção e a reprodução da riqueza é um processo social, posto que se efetiva por intermédio das relações sociais, que são geradas e recriadas no interior do amplo processo da produção social. Assim, o processo de produção e acumulação de capital é um processo de reprodução ampliada do valor e das relações entre as classes sociais.

O desenvolvimento do capitalismo na metade do século XVI e início do século XVII, na Europa, teve um caráter extremamente revolucionário ao superar o sistema feudal carcomido, que obstava o avanço do desenvolvimento das forças produtivas. Como discutem Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista (1984), várias determinações possibilitaram a emergência desse sistema de produção: as grandes navegações, que abriram novos mercados (Índia, China, colonização da América) e expandiram o comércio; a substituição da indústria feudal (organizada em corporações fechadas) pela manufatura; a revolução industrial (introduzindo o vapor e a maquinaria no processo produtivo), possibilitando a consolidação da grande burguesia industrial, etc. Este foi um tempo de profundas transformações na infra-estrutura e relações sociais de produção, assim como na superestrutura da sociedade, quando a burguesia adquiriu o poder econômico e tratava de assumir o poder político e o controle do Estado.

Com efeito, o desenvolvimento do capitalismo, como modo de produção dominante, significou uma admirável revolução na produção e em todos os aspectos da vida humana nunca visto antes na história da humanidade e tão bem narrados na primeira parte do Manifesto do Partido Comunista por Marx e Engels (1998, p. 42).<sup>23</sup>

Onde quer que a burguesia tenha conquistado o poder, destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas... em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou a exploração direta, aberta e despudorada e brutal... criou maravilhas maiores que as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, as catedrais góticas. Enfim, esse sistema desenvolveu mais fontes de energia que os anteriores, as grandes descobertas e invenções revolucionaram constantemente a produção. A burguesia em seu domínio de apenas um século, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais do que todas as gerações passadas em seu conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da

---

<sup>23</sup> O Manifesto do Partido Comunista foi encomendado a Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) em novembro de 1847, pela Liga dos Comunistas, e publicado pela primeira vez em 1848, em Londres, num contexto em que eclodiam várias revoluções na Europa.

química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telégrafo elétrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização de rios, populações inteiras brotando da terra como por encanto - que século anterior teria suspeitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social?.

Importa destacar, no entanto, que a própria crise da sociedade feudal gerou ao capital as condições materiais para a sua destruição. Essa crise teve origem no auge do comércio internacional e na abertura de linhas de tráfico, primeiro para o Oriente, depois para a América. A necessidade de se procurar dinheiro para a compra de novos produtos levou a nobreza feudal a uma exploração sem precedentes do campesinato, sob sua “proteção”. Quando isso foi insuficiente, passou a expropriá-los, para converter-se ela própria em produtora de mercadorias, seja diretamente, seja arrendando suas terras para os novos ricos das cidades.

No âmbito da produção houve uma intensa luta dos capitalistas para suplantarem as estruturas das corporações e estabelecer o controle do processo de produção. Para que ocorresse a generalização do modo de produção capitalista, foi necessária a separação dos trabalhadores dos meios de produção, para só poderem ter acesso a estes mediante a venda da sua força de trabalho; a formação de um exército de homens livres legalmente; a relação entre trabalhador e capitalista ocorrendo sob as bases de um acordo no qual se estabelecem as condições de compra e venda desta mercadoria (a força de trabalho).

Esta massa de trabalhadores livres formou-se a partir da liberação dos servos das malhas dos senhores feudais e separando os pequenos produtores de seus meios de produção. É importante acentuar que a criação dessa força de trabalho proletária ocorreu de forma coercitiva e violenta, mediante a expropriação do campesinato e dos pequenos produtores independentes.

Originalmente, essa massa de desempregados veio tanto dos camponeses expropriados quanto dos soldados licenciados que, em situação miserável, iam para as cidades em busca de trabalho. Com isso, fez-se necessário o disciplinamento desses desempregados, conhecidos como massa de vagabundos e mendigos.

Os expulsos com dissolução dos feudos e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras - esse proletariado livre como o ar - não podia ser absorvido pela nascente manufatura com a mesma rapidez com que eram postos no mundo. Por outro lado, as pessoas subitamente tiradas de sua órbita habitual de vida não podiam adaptar-se de maneira tão rápida à disciplina de seu novo estado. Transformaram-se massivamente em mendigos, ladrões e vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos forçados pelas circunstâncias. Daí que em fins do século XV e durante o século XVI proliferará em toda a Europa uma legislação sanguinária contra a vadiagem. (MANDEL, 1980, p. 57).

Esse processo de destruição das velhas formas de produção e de disciplinamento da massa de desempregados e vagabundos assim criada aconteceu de forma semelhante em todos os países da Europa que desenvolviam processos capitalistas.

Com relação aos poucos proletários qualificados que existiam nos grêmios, foi aplicada legislação proibindo-os de emigrar. Enfim, a liquidação dos feudos auto-suficientes economicamente, a criação dessa massa de novos escravos assalariados, as novas necessidades provocadas pelo grande comércio terminaram por criar o mercado interno, em escala de uma nação inteira, que foi necessário da passagem da manufatura para a grande indústria capitalista.

Vale destacar que, sem uma massa de capital-dinheiro relativamente grande nas mãos dos capitalistas para que pudessem contrair os meios de produção e contratar trabalhadores, tal processo não seria possível. Assim, os capitalistas, por sua vez, quanto à origem social poderiam ter sido comerciantes, antigos nobres ou mestres artesãos enriquecidos, ou até servos libertados, contudo, o relevante é de onde vieram os capitais: do capital comercial e usurário; da colonização violenta da Ásia, África e América, primeiro através da pilhagem de metais preciosos, depois como fornecedores de matérias-primas para a grande indústria e alimentos para seus trabalhadores, através das grandes plantações sob regimes escravistas.

O descobrimento das regiões auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento nas minas da população indígena, a conquista e saque das Índias Orientais, a transformação da África em um quintal reservado para o comércio de peles negras caracterizavam o alvorecer da era de produção capitalista. Esses processos idílicos constituem fatores fundamentais da acumulação primitiva do capital. Os atos de barbárie e os perversos ultrajes perpetrados pelas chamadas raças cristãs em todas as regiões do mundo e contra todos os povos que puderam subjugar, não encontram paralelo em nenhuma época da história universal e em nenhuma raça, por mais selvagem e inculta, impiedosa e impudica que fosse. (MANDEL, 1980, p. 57).

Do ponto de vista marxista, entender as lutas de classes pressupõe a análise da base material, ou seja, compreender como a organização da produção reflete nas formas organizativas de resistência da classe operária. Nesse sentido, até atingir a situação atual, o capitalismo atravessou diversas formas sociais de produção visando realizar o seu objetivo, a acumulação, superando sempre as contradições e limites postos nas lutas de classes ao pleno

de desenvolvimento do sistema. Essas formas sociais foram profundamente analisadas em *O Capital* por Marx são: a cooperação, a manufatura e a grande indústria.<sup>24</sup>

No início da produção têxtil, capitalistas eram aqueles detentores de dinheiro que para investi-lo compravam matéria-prima e entregavam aos trabalhadores, que desenvolviam os seus trabalhos por encomenda, no próprio domicílio. A produção capitalista, mesmo, começou quando um capitalista agrupou numa mesma oficina um certo número de trabalhadores, alargando a escala de produção e o fornecimento de produtos. Esse foi um método de produção de mais-valia relativa no qual os trabalhadores agrupados trabalhavam, mediante um planejamento, lado a lado e conjuntamente, num mesmo processo de produção ou em processos diferentes. (MARX, 1984, p. 370).

Em relação à forma anterior, o artesanato das corporações, esta forma denominada cooperação possuía poucas diferenças, sendo essencialmente quantitativa. Entretanto, afirma Marx que na cooperação, dentro de certos limites, ocorria uma alteração significativa, quer dizer, o trabalho objetivado é o trabalho de qualidade social média, exteriorização da força média de trabalho, mesmo que sob a mesma base técnica do modo de produção anterior. “O dia coletivo de trabalho de grande número de trabalhadores simultaneamente empregados, divididos pelo número desses trabalhadores, é por si uma jornada de trabalho social média”. (MARX, 1984, p. 370).

A cooperação é a forma de trabalho em que uma certa quantidade de trabalhadores desenvolve sua tarefa de acordo com um plano prévio, no mesmo processo de produção ou em processos diferentes, mas associados. Significa a criação de uma força de trabalho nova, coletiva, que surge da fusão de muitas forças numa comum, possibilitando o aumento da capacidade de cada um, animando-os, estimulando-os. (MARX, 1984, p. 374).

Quer dizer, na cooperação, mesmo sem alterar o método de trabalho, o emprego simultâneo de grande número de trabalhadores realiza uma transformação nas condições materiais do processo de trabalho, no qual uma parte dos meios de produção passa a ser utilizada em comum, implicando assim, no barateamento da mercadoria e na alteração da relação entre mais-valia e o capital total adiantado, isto é, a soma de suas partes constantes e o capital variável. (MARX, 1984, p. 373).

---

<sup>24</sup> Trabalhamos aqui com a obra de Karl Marx, *O Capital* - Livro I - O Processo de Produção do Capital, Vol. I, com tradução. Reginaldo Sant'Anna. 9ª edição da DIFEL (1984). O original foi publicado em 1867, sob supervisão do próprio Marx.

Se a força produtiva social desenvolvida pela cooperação aparece como força produtiva do capital, a cooperação aparece como forma específica do processo de produzir capitalista, em contraste com o processo de produção dos trabalhadores isolados, independentes ou mesmo pequenos patrões. A transformação que torna cooperativo o processo de trabalho é a primeira que esse processo experimenta realmente ao subordinar-se ao capital. Essa transformação se opera naturalmente. Seu pressuposto, emprego simultâneo de numerosos assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida e marca a existência do próprio capital. Se o modo de produção capitalista se apresenta como necessidade histórica de transformar o processo de trabalho num processo social, essa forma social do processo de trabalho se revela um método empregado pelo capital para ampliar a força produtiva do trabalho e daí tirar mais lucro. (MARX, 1984, p. 384).

Em Marx (1984), a cooperação é analisada muito mais que uma forma de organização da produção que teve existência histórica no passado e que foi substituída por outras mais complexas. Deve ser percebida como uma forma histórica de organização do capital que se repõe em cada fase de desenvolvimento capitalista, uma vez que a tendência desse modo de produção é transformar uma massa crescente de trabalhadores em trabalhadores assalariados para o capital, o que ocorrerá efetivamente só no modo de produção propriamente capitalista, cuja consolidação somente ocorrerá com a grande indústria. (TEIXEIRA, 1995, p. 149).

De tal modo, na luta pela afirmação dessa forma de produção, os capitalistas tiveram que confrontar os grêmios que, pela sua forma e estrutura, obstaculizavam os interesses burgueses, impedindo os não associados de exercerem as profissões. Nesse sentido, as primeiras oficinas eram localizadas fora das cidades, visando fugir do domínio dos grêmios. Com o avanço da produção capitalista, os grêmios e as corporações foram suplantados.

É importante destacar, aqui, um aspecto trabalhado por Marx (1984, p. 379), com relação ao comando do processo de trabalho. Se inicialmente no artesanato, o comando do capital sobre o trabalho era a consequência formal, pois o trabalhador não trabalhava para si, mas para o capitalista, isto é, sob seu controle; na cooperação o domínio do capitalista tornase um imperativo do processo de trabalho, uma condição para o processo de produção. “O comando do capitalista no campo da produção torna-se então tão necessário quanto o comando de um general num campo de batalha”.

Evidentemente o trabalho coletivo, desenvolvido em escala elevada, requer uma direção que sintonize as atividades desenvolvidas individualmente com a dinâmica do todo, do organismo produtivo. Assim, se um violonista sozinho segue suas próprias deliberações, uma orquestra demanda necessariamente um maestro. No processo de produção é o

capitalista que assume o papel de direção e supervisão, assim que o trabalho passa a ser cooperativo. (MARX, 1984, p. 380).

No Capítulo VI Inédito<sup>25</sup>, Marx (2004, p. 87) analisa tal processo identificando que o processo de trabalho transforma-se no processo de valorização do capital, de criação de mais-valia. O processo de trabalho passa a ser o próprio processo de valorização do capital. O trabalho subsume-se no capital, quando o capitalista entra nele como dirigente, guia, sendo este um processo de exploração do trabalho alheio. Marx denomina tal processo de subsunção formal do trabalho ao capital.

Assim, o trabalho, que antes era autônomo, passa a ser subsumido e subordinado. O capitalista o administra e o controla, mediante um contrato de compra e venda da força de trabalho, agora a única mercadoria da qual é detentor o trabalhador. É neste sentido que desvanece a relação entre o mestre e o oficial. No processo anterior, todos os envolvidos no processo de produção se relacionavam como possuidores de mercadorias e mantinham entre si uma relação essencialmente monetária; agora, no interior do processo de produção a relação que passa a ocorrer é entre agentes personificados: o capitalista como “capital”, o produtor direto, como “trabalho”. E sua relação está determinada pelo trabalho como simples fator do capital que se autovaloriza.

Desse modo, o capitalista trata para que o trabalhador produza com qualidade e intensidade necessárias e atinja um coeficiente normal de qualidade e intensidade, não desperdiçando matéria-prima e instrumentos de trabalho, e busca dilatar o mais possível o processo de trabalho com o fim de majorar a mais-valia para o mesmo. Neste processo, o capitalista busca legitimar a relação capitalista: a capacidade que o trabalho possui de conservar o valor aparece como atributo de auto-conservação do capital. O trabalho objetivado aparece como se utilizasse o trabalho vivo, dessa forma busca a aparência necessária que naturaliza e legitima as relações sociais (MARX, 1984, p. 209).

Afirma Marx (2004) que, mesmo com essa transformação, não ocorreu uma alteração essencial na forma real do processo de trabalho. Pelo contrário, é normal que a subsunção formal do trabalho no capital acontecesse em base num processo de trabalho preexistente; o capital subsume em si determinado processo de trabalho existente, como por exemplo, o trabalho artesanal. Não é porque o trabalho se torna mais intenso ou por prolongar

---

<sup>25</sup> Redigido no período em que escreveu o Livro I de *O Capital*, não são conhecidos os motivos que levaram Marx, e mesmo Engels, que viveu até 1883 e publicou os Livros 3 e 4, a não publicar o Capítulo VI. A publicação somente ocorreu em 1933 pelo Instituto Marx-Engels-Lênin, de Moscou.

a duração do processo de trabalho, nem é pelo trabalho ganhar mais continuidade e, sob o olhar do capitalista, mais ordem, etc. que se altera em si e para si o caráter do processo.

Antes de tudo, o motivo que impele e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior expansão possível do próprio capital, isto é, a maior produção possível da força de trabalho. Com a quantidade dos trabalhadores simultaneamente empregados, cresce sua resistência e com ela, necessariamente a pressão do capital para dominar essa resistência. A direção exercida pelo capitalista não é apenas uma função especial, derivada da natureza do processo de trabalho social e peculiar a esse processo; e por isso, tem como condição o antagonismo inevitável entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração. Com o volume dos meios de produção que se põem diante do trabalhador como propriedade alheia, cresce a necessidade de controlar, a cooperação dos assalariados é levada a efeito apenas pelo capital que os emprega simultaneamente. A conexão entre as funções que exercem e a unidade que formam no organismo produtivo estão fora deles, no capital que os põe juntos. A conexão entre seus trabalhos aparece-lhes idealmente como plano, e praticamente como autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que subordina a um objetivo próprio a ação dos assalariados. (MARX, 1984, p. 380).

Marx (1984, p. 381) discute a direção capitalista quanto à forma e conteúdo. Assim, quanto ao conteúdo, é dúplice devido à dupla natureza do processo de produção (processo de produção do produto e de mais-valia), quanto à forma é despótica, e vai assumindo diversas formas na medida em que a cooperação se amplia. Por exemplo, o capitalista se afasta da função de supervisão direta e atribui tal função a outros trabalhadores assalariados. “O capitalista não é capitalista por ser dirigente industrial, mas ele tem o comando industrial porque é capitalista. O comando supremo na indústria é atributo do capital, como no tempo feudal a direção da guerra e a administração da justiça eram atributos do proprietário da terra”.

Portanto, o capitalista assume essa direção por ter a propriedade do capital. O controle sem a centralização do emprego era difícil, daí a necessidade de reunir os trabalhadores sobre um único teto, no sentido de determinar horários regulares e a extensão da jornada de trabalho, objetivando produzir um excedente a ser apropriado pelo burguês, dentro das condições materiais existentes. E, dessa forma, no modo capitalista de produzir, a função de direção é muito mais que originária do processo coletivo de trabalho, mas decorre do caráter do processo produtivo, do antagonismo entre patrão e empregado.

Nesta fase, entretanto, o capitalista tem ainda que resolver um grave problema: o controle do processo de trabalho que ainda estava sob o controle imediato dos produtores, uma vez que estes detinham o saber, as agilidades e as perícias do ofício. Então, para o capital, tratava-se aqui de realizar a separação entre concepção e execução no processo de trabalho.

A manufatura se desenvolve a partir do artesanato, sendo a forma clássica da cooperação, no período que compreende meados do século XVI ao final do século XVIII. Segundo Marx (1984, p.389),<sup>26</sup> a manufatura significou uma maior divisão do trabalho, implicando uma maior especialização do trabalhador. Mas, para o autor, mesmo introduzindo a maior divisão do trabalho, ou aperfeiçoando, combinando ofícios anteriormente distintos, o resultado é uma engrenagem cujos órgãos são seres humanos. Esta forma de produção decompõe o antigo ofício do artesão em operações dependentes das habilidades e do conhecimento dos produtores. E por continuar nessa dependência do trabalhador, é que este é absorvido por uma função parcial, sua força de trabalho é transformada em órgão dessa função parcial.

Assim, podemos afirmar que a essência da manufatura é a divisão do trabalho, mais precisamente o parcelamento do ofício do artesão em tarefas fixas e determinadas, ocorrendo aí a qualificação e especialização do trabalhador. Como consequência ocorre, por um lado, o aumento da velocidade e eficiência do trabalho, por outro, amplia o controle por parte do capitalista, a desqualificação relativa da força de trabalho (redução dos custos de aprendizagem, força de trabalho mais barata), maior dependência em relação ao patrão.

Através da parcialização e do trabalho coletivo combinado à manufatura, alcança a maior produtividade, eliminando a porosidade do trabalho, havendo também a redução do trabalho improdutivo. Ao mesmo tempo, cresce a produtividade do trabalho pela virtuosidade do trabalhador e pelo aperfeiçoamento de suas ferramentas.

O mecanismo específico do período manufatureiro é o trabalhador coletivo, constituído de muitos trabalhadores parciais... O trabalhador coletivo passa então a possuir todas as qualidades produtivas no mesmo grau elevado de virtuosidade e as despende ao mesmo tempo de maneira mais econômica, individualizando todos os seus órgãos em trabalhos especiais ou em grupos de trabalho aplicados exclusivamente em funções específicas. A estreiteza e deficiências do trabalhador parcial tornam-se perfeições quando ele é parte integrante do trabalhador coletivo. (MARX, 1984, p. 400).

É importante destacar que apesar dos avanços para o capital, a manufatura como forma histórica e método de produção de mais-valia relativa, não significou ainda a forma mais adequada para o capital. Isto porque o controle do processo de trabalho (habilidade e

---

<sup>26</sup> A manufatura assumiu duas formas fundamentais: heterogênea e orgânica. Manufatura heterogênea- quando os trabalhadores de diferentes e independentes ofícios são agrupados numa oficina sob direção de um capitalista. Pelas mãos destes trabalhadores passa o produto para que cada um execute uma parte da tarefa até o seu acabamento final, ou seja, trabalham ao mesmo tempo em colaboração e neste processo os produtores, pelo parcelamento da tarefa, perdem com o tempo a capacidade e o domínio da totalidade do seu ofício. Manufatura orgânica - trabalhadores de um mesmo ofício decompõem o ofício em diferentes operações particulares, tornando cada função exclusiva de um artífice especializado. O que determina esse duplo caráter é a natureza do produto trabalhado. (Marx, 1984, p. 386-387).

conhecimentos) continuou sob a dependência do trabalhador, ou seja, permaneceu sendo a base da manufatura e o mecanismo de produção não possuía independência frente aos operários. E nesse sentido, o capital permaneceu em sua luta constante contra a resistência e insubordinação dos trabalhadores, pois são estes que dão o ritmo e a velocidade do processo de produção.

O organismo coletivo que trabalha na cooperação simples ou na manufatura é uma forma de existência do capital. Esse mecanismo coletivo de produção composto de numerosos indivíduos, os trabalhadores parciais, pertence ao capitalista. A produtividade que decorre da combinação dos trabalhos aparece, por isso, como produtividade do capital. A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador, antes independente, mas também cria uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores. Enquanto a cooperação simples, em geral, não modifica o modo de trabalhar do indivíduo, a manufatura o revoluciona inteiramente e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o artificialmente a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas, lembrando aquelas práticas das regiões platinas onde se mata um animal apenas para tirar-lhes a pele ou o sebo. Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial. (MARX, 1984, p. 412).

Sobre a grande indústria, em *O Capital*, Marx (1984) aborda três aspectos essenciais: o desenvolvimento da maquinaria, o valor que a máquina transfere ao produto e as conseqüências imediatas da produção mecanizada sobre o trabalhador.

No que concerne ao desenvolvimento da maquinaria, o autor percorreu um longo e detalhado trajeto para explicar como ocorreu o seu surgimento a partir da manufatura. Se na manufatura o ponto de partida para revolucionar o modo de produção foi a força de trabalho, na grande indústria foi o instrumental de trabalho. Por isso, Marx (1984) investigou como o instrumental de trabalho se transformou de ferramenta manual em maquinaria, para em seguida estabelecer a diferença entre a maquinaria e a ferramenta.

Para Marx (1984), a maquinaria é um meio de produzir mais-valia e o seu surgimento deve ser entendido a partir da ferramenta manual de trabalho da manufatura, pois esta surgiu do meio de trabalho e não do trabalho. A princípio, o desenvolvimento da maquinaria possuía similitudes com qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ou seja, a finalidade de baratear a mercadoria e diminuir a parte da jornada de trabalho diária que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de aumentar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele entrega gratuitamente ao capitalista. É resultado de um processo de evolução histórica nos elementos técnicos materiais do processo de trabalho, por isso é um processo histórico-social e não uma construção individual. Este elemento histórico é fundamental para a compreensão do conceito de máquina. (TEIXEIRA, 1995, p. 157).

Como assegura Marx (1984), a revolução industrial apropriou-se primeiro da segunda parte da ferramenta e deixou para o ser humano a função puramente mecânica de força motriz, ao lado do novo trabalho de vigiar a máquina e corrigir, com a mão, seus erros. Porém, até aí nenhuma grande novidade, uma vez que ferramentas nas quais o homem, desde o início, agia como força motriz, cedo deram espaço à utilização de animais, da água e do vento como forças motrizes.<sup>27</sup> Noutras palavras, mesmo sendo utilizadas ferramentas desta natureza antes e durante o período manufatureiro, estas não revolucionaram o modo de produção. Foi exatamente com a criação da máquina-ferramenta que tornou necessária uma revolução na maquinaria a vapor.

Quando o ser humano passa a operar apenas como força motriz numa máquina-ferramenta, em vez de agir com a ferramenta sobre o objeto de trabalho, é que podem tomar seu lugar o vento, a água, o vapor e torna-se acidental o emprego da força muscular humana. Essas mudanças dão origem a grandes modificações técnicas no mecanismo primitivamente construído apenas para ser impulsionado pela força humana. (MARX, 1984, p. 428).

Assim, a máquina, da qual parte a revolução industrial, substituiu o trabalhador que manobra um único instrumento por um mecanismo que ao mesmo tempo atua com certo número de ferramentas semelhantes àquela, e é ativado por uma única força motriz, qualquer que seja a sua forma. (MARX, 1984, p. 428).

Na realidade, como ressalta Teixeira (1995, p. 158), o que ocorreu na grande indústria foi a quebra da fusão que mantinha unido o trabalhador à sua ferramenta de trabalho, processo este denominado dessubjetivação do processo de trabalho e sua emancipação dos limites da força humana.

Marx (1984, p. 426) caracteriza a maquinaria da grande indústria como “um mecanismo que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes. Quando a própria ferramenta é transferida do homem para um mecanismo, surge a máquina no lugar de uma mera ferramenta”.

Com isso, há uma transformação no processo de trabalho, que tem conseqüências mais amplas no redesenho das classes, mudando a qualidade destas e do antagonismo posto na sociedade. Como é sabido, para Marx (1984), a produção e reprodução da riqueza é um processo social que se desenvolve através das relações sociais que são criadas e recriadas no próprio processo da produção social. Assim, o processo de produção e acumulação de capital é um processo de reprodução ampliada do valor e das relações entre as classes.

---

<sup>27</sup> A própria máquina a vapor foi inventada no fim do século XVII e não provocou nenhuma revolução industrial.

Assim, na grande indústria desaparece o princípio subjetivo da divisão do trabalho. Aqui o processo é examinado objetivamente em si mesmo, em suas fases componentes e o problema de levar a cabo cada um dos elementos dos processos parciais e de entrelaçá-los é resolvido com a aplicação técnica da mecânica, da química, etc. “A produção mecanizada encontra sua forma mais desenvolvida no sistema orgânico de máquinas-ferramenta combinadas que recebem todos os seus movimentos de um autômato central e que lhes são transmitidos por meio do mecanismo de transmissão”. (MARX, 1984, p. 433).

O instrumental de trabalho, quando se converte em maquinaria, demanda a mudança da força de trabalho humana por forças da natureza e da rotina empírica pela utilização consciente da ciência. Na grande indústria, o organismo de produção que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material da produção é totalmente objetivo. Ao contrário da cooperação simples, nesta fase, a maquinaria só funciona por meio do trabalho diretamente coletivizado ou comum. O modo cooperativo do processo de trabalho torna-se uma necessidade técnica determinada pela natureza do próprio instrumental de trabalho. (MARX, 1984, p. 439).

Na grande indústria, o aumento da produtividade do trabalho e a produção em massa impõem coloca a necessidade da utilização das forças naturais no processo produtivo (a água, o vento, o vapor, a eletricidade), e é com o emprego da ciência dominando as forças da natureza que o capital consegue isto. Só na indústria moderna o homem aprende a fazer o produto do seu trabalho passado ser materializado, operar em grande escala, gratuitamente como se fosse força natural. A produção de mais-valia relativa exige um processo de trabalho controlado cientificamente. Por isso, a ciência torna-se um poderoso fator de produção de mais-valia, na medida em que o processo de trabalho é comandado pela aplicação consciente de princípios técnicos e científicos. Por outro lado, a aplicação da ciência no processo produtivo nada custa ao capital, embora sua apropriação pelo capitalista seja um meio de enriquecimento e, por conseguinte, da produção de mais-valia. (TEIXEIRA, 1995, p. 161).

No entanto, a máquina só serve como instrumento de produção de mais-valia se seu uso implicar em economia de trabalho. Acerca do valor que a máquina transfere ao produto, Marx (1984, p. 444) afirma que as máquinas entram por inteiro no processo de trabalho e apenas em parte no processo de formação de valor. Nunca acrescentam mais valor do que o que perdem com seu desgaste médio. Há, portanto, uma grande diferença entre o valor da máquina e a parte do valor que ela transfere periodicamente ao produto. E, quanto mais dure a máquina repetindo o mesmo processo, tanto maior a diferença. Essa diferença entre a utilização e o desgaste é, no entanto, muito maior na maquinaria do que na ferramenta,

porque ela é feita de material mais duradouro, tem vida mais longa, possibilita maior economia no desgaste de suas partes componentes e de seus meios de consumo; finalmente, porque seu campo de produção é incomparavelmente maior do que o da ferramenta.

Portanto, quanto maior a massa global das mercadorias produzidas tanto menor o componente de valor da maquinaria que aparece na mercadoria individual. Mas, o valor da mercadoria não depende exclusivamente do valor que a máquina transfere ao produto, depende também do trabalho vivo empregado na produção, uma vez que a valorização do capital é dada pela razão entre a massa de mais-valia produzida e o valor do capital variável adiantado. Assim, para o capital aumentar o seu grau de valorização, tem que diminuir o valor do capital variável, do trabalho vivo empregado. Por isso, precisa incessantemente investir em novas técnicas que elevem a produtividade do trabalho. Na grande indústria, a consequência imediata desse processo é a diminuição de trabalhadores contratados, uma vez que agora pode o capitalista, com um número menor de trabalhadores, produzir muito mais mercadorias. Para Marx (1984), a produtividade de uma máquina se mede pelo grau em que ela substitui o trabalho humano. (TEIXEIRA, 1995, p. 165).

Sobre as consequências imediatas da produção sobre o trabalhador, Marx (1984) enfatiza a apropriação pelo capital das forças de trabalho suplementares como o trabalho das mulheres e das crianças; analisa ainda a questão do prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho, como formas de obtenção de mais-valia extra.

No que concerne à grande indústria, quisemos dar um tratamento um pouco mais aprofundado, exatamente por entender que é fundamental compreender o caráter da indústria capitalista até que ponto se altera o caráter da luta dos trabalhadores, nesse período. Mais ainda, pensamos ser importante para compreender a forma atual da subsunção real do trabalho ao capital e em que medida pode-se falar na implosão da lei do valor trabalho como querem alguns, e qual o caráter estratégico da luta dos trabalhadores na atualidade.

## **2.1 As condições sócio-históricas de emergência do capitalismo, a classe operária e suas primeiras formas de organização**

Como vimos, a emergência e consolidação do sistema capitalista, em suas diversas formas sociais de produção da mercadoria, gerou uma situação inteiramente nova para os produtores: exploração totalmente livre, sem nenhuma lei que constrangesse os capitalistas, jornada de trabalho intensiva (mais-valia absoluta e relativa), salários absurdamente baixos que impeliam a família proletária a recorrer aos trabalhos de crianças,

adolescentes e mulheres, condições de trabalho e de moradia insalubres, sem saneamento, proliferação de doenças, média de vida extremamente baixa.<sup>28</sup>

Para responder a essa situação, os trabalhadores passaram a ser organizar de diferentes formas, segundo o momento histórico, as condições objetivas e as elaborações que faziam sobre estas. “A luta do proletariado contra a burguesia começou com a sua existência” (MARX; ENGELS, 1998, p. 47).

O proletariado passa por diferentes etapas de seu desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com a sua existência. No começo, empenham-se na luta operários isolados, mais tarde, operários de uma mesma fábrica, finalmente operários de um mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. Dirigem seus ataques não só contra as relações burguesas de produção, mas também contra os instrumentos de produção; destroem as máquinas estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram máquinas, queimam as fábricas e esforçam-se para reconquistar a posição perdida do trabalhador da idade média. Nessa fase, o proletariado constitui uma massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência. A coesão maciça dos operários não é ainda o resultado de sua própria união, mas da união da burguesia que, para atingir seus próprios fins políticos, é levada a pôr em movimento todo o proletariado, o que por enquanto ainda pode fazer. Durante essa fase, os proletários não combatem seus próprios inimigos, mas os inimigos de seus inimigos, os restos da monarquia, os proprietários de terras, os burgueses não-industriais, os pequenos burgueses. Todo o movimento histórico está desse modo concentrado nas mãos da burguesia e qualquer vitória alcançada nessas condições é uma vitória burguesa. (MARX; ENGELS, 1998, p. 47).

Durante a manufatura já existia alguma forma de expressão da luta proletária, mas foi somente com a introdução da máquina que o trabalhador passou a combater o próprio instrumental de trabalho - a configuração material do capital. Assim, os operários levantaram-se contra essa forma determinada dos meios de produção, vendo nela o fundamento material do modo capitalista de produção. (MARX, 1984, p. 489).

Na Europa, no final do século XVIII e durante o século XIX, sobretudo na Inglaterra, berço da Revolução Industrial e conseqüentemente onde se desenvolveram os primeiros movimentos dos operários, foi intensa a revolta dos trabalhadores contra o emprego das máquinas. Tal movimento, conhecido como Movimento Luddita<sup>29</sup>, sofreu forte repressão que culminou com a aprovação, em 1769, da lei que penalizava com a morte os trabalhadores que destruíssem fábricas. Nesse contexto, muitos trabalhadores foram assassinados, porém, apesar da repressão de 1811 a 1817, o movimento se expandiu. Convém destacar a reflexão de Marx (1984, p. 490) sobre o cerne da luta dos operários nesse período: “Era mister tempo

<sup>28</sup> Ver belíssimo estudo que Engels escreve entre 1844 e 1845, *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*, que foi publicado em 1845.

<sup>29</sup> Tributo a Ned Ludd, que destruiu os teares da oficina do patrão e se tornou líder do movimento.

e experiência para o trabalhador aprender a distinguir a maquinaria de sua aplicação capitalista e atacar não os meios de produção, mas a forma social em que são explorados.”

Analisando a luta operária nesse período, Marx (1984, p. 491) destaca que a luta no interior da manufatura pressupõe a manufatura e não se dirige contra a sua existência. “Os que combatem a criação de manufaturas não são os assalariados, mas os mestres das corporações e as cidades privilegiadas.”

É importante, também, enfatizar, o debate acerca da substituição do trabalhador pela máquina.

O instrumento de trabalho, ao tomar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador. A auto-expansão do capital através da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. Todo o sistema de produção capitalista baseia-se na venda da força de trabalho como mercadoria pelo trabalhador. A divisão manufatureira do trabalho particulariza essa força de trabalho, reduzindo-a à habilidade muito limitada de manejar uma ferramenta de aplicação estritamente especializada. Quando a máquina passa a manejar uma ferramenta, o valor-de-troca da força de trabalho desaparece ao desvanecer seu valor de uso. O trabalhador é posto fora do mercado como papel-moeda retirado da circulação. A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, não mais imediatamente necessária à auto-expansão do capital, segue uma das pontas de um dilema inarredável: ou sucumbe na luta desigual dos velhos ofícios e das antigas manufaturas contra a produção mecanizada, ou inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho e fazendo o preço da força de trabalho cair abaixo do valor. Quando a máquina se apodera, pouco a pouco, de um ramo de produção, produz ela miséria crônica na camada de trabalhadores com que concorre. Quando a transição é rápida, seus efeitos são enormes e agudos. (MARX, 1984, p. 493).

Como se vê, o debate atual acerca da utilização da tecnologia na produção, da substituição da força de trabalho pela máquina e todas as implicações decorrentes, não são temas novos como querem apresentar alguns, mas pertencente à forma como os meios de produção na sociedade burguesa são apropriados. Em nossa análise, esta compreensão é essencial para o movimento operário no sentido da definição mais acertada das estratégias e táticas para o enfrentamento da reestruturação produtiva.

Todas essas lutas e greves que ocorreram na primeira metade do século XIX vão configurando o princípio da organização do proletariado, ao mesmo tempo em que desperta a ação das classes patronais. Em termos da legalidade, podemos citar várias leis repressivas à atividade organizativa proletária: em 1721 a proibição da organização dos alfaiates; em 1726 dos marceneiros, em 1799 as *Combination Acts*, que impediram todas as organizações dos trabalhadores, e em 1791 a lei de *Le Chapelier* que impediu as organizações operárias, na França.

Em 1817 ocorreu a Marcha da Fome sobre Londres, em 1819 o Comício de 80 mil operários em Londres, quando ocorreu o Massacre de *Peterloo* (tendo como saldo dezenas de mortos), em 1820 aconteceram insurreições e revoltas na Inglaterra, França, Bélgica, etc.

Em 1824, na Inglaterra, aconteceram lutas pelo direito de livre associação, em 1825 foi fundada a União dos Fiadores de Algodão, com 100 mil membros. Vale ressaltar que as leis anti-sindicais foram derrotadas pelo movimento grevista e por todas as lutas implementadas pelos operários. A aprovação da lei de livre associação em 1824, pelo parlamento inglês, também foi fundamental para o avanço das lutas operárias. A partir daí, foi possível o desenvolvimento das uniões sindicais - as *trade unions* - por toda a Inglaterra. Estas associações lutavam pelo fortalecimento do operariado na luta contra a exploração patronal, por melhores salários, empreendiam esforços para quebrar o isolamento das categorias, representavam os trabalhadores nas negociações com o patronato, dirigiam as greves, criavam também as “caixas de resistência” como forma de aumentar o poder de pressão durante as greves.

Com o avanço da organização na Inglaterra, o movimento exigiu a unificação das várias categorias. Para isto, foi fundada a Associação Nacional de Proteção ao Trabalho, que funcionava como uma central sindical, agrupando operários têxteis, mecânicos, fundidores, ferreiros, mineiros, etc. Esta associação visava enfrentar a redução salarial e estear as greves, que eram parciais ou gerais. Em 1834, a partir da união das *trade-unions*, foi constituída a Grande União Consolidada dos Trabalhadores - que foi basilar na deflagração de greves que se generalizaram por todo o país.

Com efeito, as lutas operárias não ficaram circunscritas apenas ao território inglês. Onde a indústria se desenvolveu, com ela também as organizações, greves e lutas proletárias, elevando-se não só quantitativamente, mas também em elaboração teórica e perspectivas acerca de suas práticas. Neste sentido, o século XIX representou um período de grandes lutas e greves proletárias, por exemplo, o Cartismo na Inglaterra.

O cartismo testemunhou o surgimento da classe operária no cenário social europeu. Já fazia tempo que esta enorme força social, em pleno processo de formação, não se limitava ao pleno processo de formação, não se limitava ao plano defensivo ou à atividade puramente sindical, mas também se projetava na ação política. Em janeiro de 1792, oito homens criaram a *London Corresponding Society*, que se organizou em grupos de trinta membros, baseada em uma contribuição financeira acessível aos operários. No final desse ano, a sociedade contava já com três mil membros. Seus objetivos: sufrágio universal, igualdade de representação, Parlamento honesto, fim dos abusos contra os cidadãos humildes, fim das pensões outorgadas pelo Parlamento aos membros das classes dirigentes, menor jornada de trabalho, diminuição dos impostos e entrega das terras comunais aos camponeses. (COGGIOLA, 1998, p. 14).

Este movimento teve grande expressão na Inglaterra, mas no final de 1795 o começou a entrar em decadência com a prisão dos seus dirigentes. *A Carta do Povo* só foi proclamada em 1838 e teve conquistas como: o voto universal e secreto, abolição da qualificação (voto por nível de renda), pagamento aos membros do Parlamento para permitir o ingresso dos trabalhadores, nivelção dos direitos eleitorais, parlamentos anuais (controle efetivo e revogabilidade dos representantes).

Com base nesse programa democrático, o cartismo organizou manifestações de massas, e até uma greve geral em 1842, que abarcou mais de cinquenta mil operários e inaugurou a prática dos ‘piquetes móveis’, depois mundialmente difundida. Em 1847, a última onda de atividade cartista conquistou a jornada de dez horas: a primeira vitória histórica da classe operária foi produto de um movimento claramente político. Por volta de 1848, o movimento cartista já estava esfacelado e derrotado. No entanto, a sua importância histórica pode ser medida pelo fato de ter lançado e de ter dado uma base de massas a duas reivindicações centrais do operariado, que teriam influência decisiva na estruturação contemporânea da sociedade inglesa, e das sociedades capitalistas em geral: a) a redução da jornada de trabalho; b) o sufrágio universal e secreto. (COGGIOLA, 1998, p. 15).

Na França, na década de 1830 surgiram as primeiras organizações proletárias conhecidas como Sociedades de Auxílio Mútuo, Sociedades Benéficas, Uniões Operárias, Associações, Ligas, etc., cujas reivindicações eram: redução da jornada de trabalho, melhores condições de vida, aumento geral de salários, fim dos acidentes de trabalho que mutilavam os trabalhadores.

Na Alemanha e na França ocorreram as revoluções de 1830 e 1848, coincidindo com a primeira grande crise do capitalismo e, que no caso de alguns países, representou a própria transição para o capitalismo industrial. Destaca-se, em 1871, a Comuna de Paris como grande evento que trouxe importantes lições para o proletariado mundial.

Nesse contexto, é importante destacar a pluralidade de concepções que conviviam e disputavam influência no movimento operário no século XIX, dentre as quais podemos citar as posições defendidas por Sorel (francês) e Arturo Labriola (italiano),<sup>30</sup> que defendiam a luta exclusivamente econômica e a ação direta através da greve geral, posição conhecida como “revolucionária”; o anarquismo, cujos maiores representantes foram Proudhon, Malatesta e Kropotkin e Bakunin, que se inspiravam na corrente revolucionária, também a luta exclusivamente econômica, e os sindicatos como principal organismo de massas, único instrumento eficaz para as transformações necessárias e a construção da sociedade baseada na

---

<sup>30</sup> Economista italiano e estudioso do sindicalismo (1873-1959).

autogestão<sup>31</sup>; o sindicalismo reformista oriundo do *trade unionismo* inglês, que teve como principal expressão o sindicalismo estadunidense<sup>32</sup>; o sindicalismo cristão, também de caráter reformista e inspirado na *Encíclica Rerum Novarum* (1891) pregava a colaboração entre as classes e a necessidade de dar um cunho mais justo e igualitário ao capitalismo.

O movimento comunista nasceu ultrapassando tanto as concepções políticas do socialismo utópico,<sup>33</sup> como as correntes sindicais reformistas. Marx e Engels, fundadores do socialismo científico, a partir da análise da sociedade burguesa, dedicaram-se em várias obras a discutirem as táticas e estratégias do proletariado, entendido como sujeito político da revolução, para a destruição da ordem capitalista. Vale ressaltar que tais formulações não ocorreram apenas no plano teórico, mas profundamente intrincada no plano fático.<sup>34</sup> Como destacou Lênin (1977, p. 22):

Marx conclui pela transformação inevitável da sociedade capitalista a partir única e exclusivamente da lei econômica do movimento da sociedade moderna. A socialização do trabalho - que avança cada vez mais rapidamente sob múltiplas formas e que, no meio século decorrido depois da morte de Marx, se manifesta sobretudo pela extensão da grande indústria, dos cartéis, dos sindicatos, dos *trusts* capitalistas e também pelo aumento imenso das proporções e do poderio do capital financeiro - eis a principal base material para o advento inelutável do socialismo. O motor intelectual e moral, o agente físico desta transformação, é o proletariado, educado pelo próprio capitalismo. A sua luta contra a burguesia, revestindo-se de formas diversas e de conteúdo cada vez mais rico, torna-se inevitavelmente uma luta política tendente à conquista pelo proletariado do poder político (ditadura do proletariado). A socialização da produção não pode conduzir senão à transformação dos meios de produção em propriedade social, à ‘expropriação dos expropriadores. O aumento enorme da produtividade do trabalho, a redução da jornada de trabalho, a substituição dos vestígios, das ruínas, da pequena produção primitiva disseminada,

---

<sup>31</sup> Foi com os anarquistas de diferentes matizes que Marx e Engels desenvolverão intensa polêmica no contexto da Associação Internacional dos Trabalhadores, que ficou para a História como I Internacional.

<sup>32</sup> Esta corrente dirigia sindicatos muito combativos, que realizaram, em 1886, uma onda grevista cuja principal reivindicação era a jornada de 8 horas. Foram greves históricas que inclusive originaram o 1º de maio, em Chicago, mas não conseguiram avançar no questionamento à ordem burguesa, colocando como estratégia a sua destruição.

<sup>33</sup> Num primeiro momento o pensamento dos socialistas utópicos (Owen, Fourier, Saint Simon, entre outros) foi bastante significativo na medida em que questionava as injustiças e misérias do capitalismo. Entretanto, se constituíam em doutrinas que pregavam esquemas experimentais reformistas e utópicos. Somente sob as condições objetivas dadas com a consolidação do capitalismo, com o avanço do movimento operário, da constituição do proletariado como sujeito, que foi possível a “fusão” do movimento socialista com o movimento operário. Este fato representou um divisor de águas na história da luta dos proletários, que ganhou dimensões infinitamente superiores, pela sua emancipação.

<sup>34</sup> Marx e Engels, a partir de uma crítica radical das três fontes constitutivas do marxismo: a filosofia clássica alemã, o socialismo francês e a política econômica inglesa, elaboram uma síntese superior, com uma nova concepção de práxis, que parte das diferentes práticas humanas (produtiva, revolucionária, científica, artística, etc.), como uma totalidade. Como bem destaca Vázquez (1977): “...uma concepção do homem como ser ativo e criador, prático, que transforma o mundo não só em sua consciência, mas também praticamente, realmente. Com isso, por sua vez, a transformação da natureza não só não aparece dissociada da transformação do próprio homem, mas sim como condição necessária desta. A produção - isto é, a práxis material produtiva - não só é fundamento do domínio dos homens sobre a natureza, como também do domínio sobre sua própria natureza. Produção e sociedade, ou produção e história, formam uma unidade indissolúvel”. (VÁZQUEZ, 1977, p. 53):

pelo trabalho coletivo aperfeiçoado, tais são as conseqüências diretas desta transformação.

Assim, Marx e Engels foram profundamente ligados ao movimento e socialista da época. Participaram da Liga dos Justos<sup>35</sup>, que funcionava como uma federação, com seções em vários países. Nessa época era uma característica das organizações serem secretas, a exemplo das associações blanquistas<sup>36</sup>. Com a entrada de Marx e Engels na Liga dos Justos, abriu-se uma polêmica entre *Wilhelm Weitling*<sup>37</sup>, que concebia as associações com caráter clandestino, e Marx e Engels, que defendiam a necessidade de mostrar-se claramente ao movimento de massas no intuito de intervir e dirigir. Com a vitória das posições marxianas, a Liga dos Justos passou a Liga dos Comunistas e em seu segundo II Congresso, com redação de Marx e Engels, apresentou o *Manifesto do Partido Comunista*, obra na qual discutiram questões político-organizativas do proletariado.

A publicação do *Manifesto Comunista* ocorreu num contexto em que, na Europa, se iniciaram uma série de revoluções. Assim, no *Manifesto Comunista*, Marx e Engels (1998, p. 48) apresentam aspectos analíticos da sociedade burguesa, aspectos programáticos com relação à revolução proletária e apresentam estratégias e táticas da luta dos trabalhadores pela sua emancipação. Sobre a organização do proletariado analisam:

[...] Mas, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; cumpre-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela. Os interesses, as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda a diferença de trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. Em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si devido às crises comerciais que disso resultam, os salários se tornam cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária, os choques individuais entre o operário singular e o burguês singular tomam cada vez mais o caráter de confrontos entre duas classes. Os operários começam a formar colisões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se precaverem de insurreições eventuais. Aqui e ali irrompem montins.

Os autores destacam ainda a vitória dessas lutas, mas assinalam que são triunfos efêmeros. “O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores”, que são facilitadas pelo avanço dos meios de comunicação, que propiciam o contato dos operários de diferentes lugares.

---

<sup>35</sup> Fundada em 1830, em Paris, a partir de trabalhadores alemães exilados, cujo lema era “Todos os homens são irmãos”. Era o embrião do que posteriormente (em 1847), mediante as intervenções de Marx e Engels, tornou-se a Liga dos Comunistas, cujo lema passou a ser “Proletários de todo o mundo uni-vos”.

<sup>36</sup> Associações e sociedades secretas criadas por *Louis August Blanqui* (1805-1881), que era um revolucionário francês, membro da Comuna, que passou 36 anos encarcerado.

<sup>37</sup> Alfaiate, membro influente do movimento operário alemão, um dos defensores do socialismo utópico (1810-1878)

A organização do proletariado em classes e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, e cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa. Aproveita-se das divisões internas à burguesia para obrigá-la ao reconhecimento legal de certos interesses da classe operária, como, por exemplo, a lei da jornada de dez horas de trabalho na Inglaterra. (MARX; ENGELS, 1998, p. 48).

Dessa forma, no *Manifesto Comunista*, Marx e Engels (1998, p. 68), afirmam que “os comunistas lutam pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam, no movimento atual, o futuro do movimento”. Quer dizer, colocam claramente a questão da luta pelos interesses imediatos dos trabalhadores, mas também os históricos, ou seja, os objetivos estratégicos de revolução social. E assim concluem o *Manifesto Comunista* (1998):

Os comunistas se recusam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam à idéia de uma revolução comunista! Nela os proletários nada têm a perder e não ser seus os grilhões. Têm um mundo a ganhar. (MARX; ENGELS, 1998, p. 69).

O tema do papel da classe operária e a tomada do poder, nesse momento, foi polêmico no seio do movimento. Os autores do Manifesto deixam claro que “o objetivo imediato dos comunistas é a constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado”. (MARX; ENGELS, 1998, p. 51). Isto não ocorre por acaso, mas as condições sócio-históricas e econômico-culturais colocam essa possibilidade. Como sabemos, em 1848 ocorreram várias revoluções na Europa que foram derrotadas. “A causa dessas derrotas foi a negativa da burguesia em ir até o fim em sua luta contra a nobreza totalitária por temer que o movimento operário, que jogou um papel muito importante nesses processos, escapasse do seu controle e continuasse a revolução por suas próprias reivindicações de classe. Os anos posteriores a essas derrotas são chamados os anos da reação”. (SAGRA, 2005, p. 11).

Com o recuo após a onda de 1848 muitos foram exilados (burgueses democratas e proletários revolucionários), da França, Áustria, Itália, Polônia, Hungria, etc. encaminhando-se para Londres, onde organizaram associações, ligas, e outras formas de organização. Os que permaneceram nos países de origem lutaram por conservar o ideário revolucionário. Esta situação começou a ser revertida quando ocorreu a crise econômica de 1857, Guerra de Independência da Itália em 1859, juntamente com o início da Guerra Civil nos Estados Unidos (1861), que contribuíram do ponto de vista objetivo para que houvesse um salto de qualidade na luta dos proletários. (SAGRA, 2005, p. 12):

Esses fatos tiveram conseqüências. Na França, debilitaram a ditadura de Napoleão III e obrigaram a fazer concessões econômicas e políticas. Os trabalhadores conseguiram o direito ao voto e foram revogadas as leis que proibiam as organizações sindicais. Na Inglaterra, os operários haviam conquistado o direito à sindicalização em 1825, porém não tinham o direito de voto. O início da Guerra Civil americana e o embargo às exportações de algodão produziram uma crise algodoeira que causou grande migração aos operários têxteis ingleses. Essas condições tiveram impacto nos sindicatos e deram origem ao que ficou conhecido como “Novo Sindicalismo”, encabeçado por dirigentes de nível cultural bastante alto; todos eles eram operários qualificados das associações de mecânicos, carpinteiros, construtores e sapateiros.

Em 1864 foi fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores - AIT, que ficou posteriormente conhecida como a I Internacional. Já na abertura dos trabalhos do seu I Congresso, Marx defendeu que “A emancipação da classe trabalhadora será obra da própria classe trabalhadora”.<sup>38</sup>

A I Internacional era plural, internamente várias correntes de pensamento se faziam presentes<sup>39</sup>. Todavia, a polêmica central era entre o pensamento anarquista de Bakunin<sup>40</sup> e Proudhon<sup>41</sup> e as idéias comunistas de Marx e Engels. Os anarquistas destacavam os sindicatos como a organização natural das massas, como o instrumento de guerra eficaz para o alcance da sociedade autogestionária, assim como negavam qualquer forma de administração estatal. Proudhon, a partir de uma crítica ferrenha à grande propriedade privada, propunha a permanência da pequena propriedade individual e coletiva; a criação de um banco do povo com uma política de juros baixos, assim como a existência de cooperativas autônomas e do pequeno comércio privado. Tudo isso como forma de melhorar a condição dos proletários. “Proudhon não compreendia o papel histórico do proletariado, negava a luta de classes, a revolução proletária e a ditadura do proletariado. Partindo de posições anarquistas, negava também a necessidade do Estado. (LÊNIN, 1977, p. 690).

Essas posições foram duramente combatidas por Marx em *Miséria da Filosofia*<sup>42</sup>, como resposta à *Filosofia da Miséria* de Proudhon.

---

<sup>38</sup> Ver Sagra, Alicia. *História das Internacionais Socialistas*. Trad. de Paula Mafei. São Paulo: Ed. Instituto José Luís e Rosa Sudermann, 2005.

<sup>39</sup> Uma das polêmicas era com Ferdinand Lassalle (1825-1864), socialista alemão, fundador da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães. Para Lassalle, o movimento operário deveria aliar-se com setores burgueses na sua luta. Por exemplo, apoiou a política de Bismarck a favor dos latifundiários contra os burgueses. Por outro lado, era contra a entrada dos socialistas nos sindicatos se não tivesse um programa socialista e não estivesse sob sua direção. Marx e Engels criticaram duramente tais posições oportunistas e sectárias. (Sagra, 2005, p. 15).

<sup>40</sup> *Mikhail Alexandrovitch Bakúnine* (1814-1876) foi um dos criadores do anarquismo, revolucionário russo, participante da revolução alemã de 1848-1849, membro da Associação Internacional dos Trabalhadores, foi expulso da mesma em 1872.

<sup>41</sup> *Pierre Joseph Proudhon* (1809-1865) - economista e sociólogo francês, um dos fundadores do anarquismo e um dos teóricos da pequena burguesia.

<sup>42</sup> Escrito entre 1846-1847 e publicado em 1847.

Não é nosso objetivo examinar aqui as obras de Marx, mas queremos destacar um exemplo que nos parece ser importante nessa polêmica. Sobre as greves e coalizões dos operários, defendeu Proudhon (apud MARX, 1965, p. 157):

Todo movimento de elevação dos salários não pode ter outro efeito senão a alta do trigo, do vinho, etc., isto é, um recrudescimento da carestia. Pois que é o salário? É o preço do custo do trigo, etc; é o preço integral de todas as coisas. Vamos mais longe, ainda: o salário é a proporcionalidade dos elementos que compõem a riqueza e que são consumidos cada dia pela massa dos trabalhadores com o fim de levar a cabo a reprodução. Pois bem, duplicar os salários equivaleria a entregar a cada um dos produtores uma parte maior que seu produto, o que representa uma contradição; e se a alta não afetasse mais que a um pequeno número de ramos de produção, equivaleria a provocar uma perturbação geral nas trocas, em uma palavra, um recrudescimento da carestia...

Eu afirmo que as greves, seguidas de um aumento dos salários, não podem deixar de ocasionar uma elevação geral de preços: isto é tão certo como dois e dois são quatro.

Marx (1965, p. 157), por sua vez, polemizou desmistificando a questão da elevação dos salários e elevação geral dos preços e o papel das greves.

Negamos todas essas asserções, exceto a de que dois e dois são quatro. Em primeiro lugar, não pode haver elevação geral de preços. Se o preço de todas as coisas multiplicasse ao mesmo tempo em que o salário, não haveria modificação nenhuma nos preços; o único que mudaria seriam os nomes.

Em segundo lugar, uma elevação geral de salários não pode, jamais, produzir um encarecimento mais ou menos geral, de mercadorias. Com efeito, se todos os ramos da produção empregassem o mesmo número de operários em relação ao capital fixo ou aos instrumentos de trabalho de que se servem, uma elevação geral de salários produziria uma baixa geral dos lucros e o preço corrente das mercadorias não sofreriam qualquer alteração.

Mas, como a relação entre o trabalho manual e o capital fixo não é a mesma nos diferentes ramos de produção, todos aqueles que empregam uma massa relativamente maior de capital fixo e menos operários ver-se-ão forçados, tarde ou cedo, a baixar o preço de suas mercadorias. Caso contrário, se o preço de suas mercadorias não baixasse, seus benefícios se elevariam acima da quota comum de lucro. As máquinas não recebem salário. Portanto a elevação geral de salários afetaria em menor medida, os ramos que, em comparação com os demais, empregam mais máquina e menos operários... a alta e a baixa do lucro e dos salários não expressam senão a proporção em que os capitalistas e os trabalhadores participam no produto de uma jornada de trabalho, sem influir na maioria dos casos no preço do produto. Contudo, idéias como essas de que as "greves seguidas de um aumento de salários suscitam uma elevação uma elevação geral dos preços, um recrudescimento da carestia" somente pode nascer no cérebro de um poeta incompreendido.

Mais adiante, lembrou Marx (1965, p. 159) que:

Na Inglaterra, as greves serviram constantemente de motivo para inventar e aplicar novas máquinas. As máquinas eram, por assim dizer, a arma que os capitalistas empregavam para sufocar a rebeldia dos operários qualificados. A invenção maior da indústria moderna - o *self-acting mule* - pôs fora de combate os tecelões sublevados. Ainda quando as coalizões e as greves tivessem como único resultado que o pensamento inovador, no terreno da mecânica, dirigisse seus esforços contra ele, ainda nesse caso tanto umas

como as outras exerceriam uma influência imensa sobre o desenvolvimento da indústria.

Esse debate mostra com nitidez a ferramenta científica que Marx e Engels estavam criando e colocando à disposição do proletariado e sua organização.<sup>43</sup>

Nesses debates, o que estava em questão, na realidade, eram as concepções estratégicas sobre a tomada do poder e a destruição ou não da propriedade privada dos meios de produção, dentre outras polêmicas, considerando experiências concretas como a Comuna de Paris<sup>44</sup>, que deixou subsídios enriquecedores às formulações de Marx e Engels.

Engels (1979), em carta a Van Patter, em 1883, esclareceu como os fundadores do socialismo científico entendiam a estratégia dos revolucionários do proletariado, com relação à tomada do Estado, à violência revolucionária para derrotar a classe opressora.

Desde 1845, Marx e eu pensamos que uma das conseqüências finais da futura revolução proletária será a extinção progressiva das organizações políticas designadas pelo nome de Estado. Desde sempre, o fim essencial deste organismo foi manter e garantir, pela violência armada, a submissão da maioria trabalhadora pela restrita minoria afortunada. Com o desaparecimento desta restrita minoria, desaparece igualmente a necessidade de um poder armado de opressão, ou estado. Mas ao mesmo tempo, sempre pensamos que, para chegar a este resultado e a outros, ainda bem mais importantes da futura revolução social, a classe operária tem de primeiramente se apoderar do poder político do Estado, a fim de esmagar com ele a resistência da classe capitalista e reorganizar as estruturas sociais. É o que já se pode ler no Manifesto de 1847, Capítulo II. (ENGELS; MARX, 1979, p. 41).

Engels esclareceu ainda os pontos divergentes os anarquistas, tendo como centro a questão do Estado.

Os anarquistas põem as coisas em desordem. Declaram que a revolução proletária deve começar por abolir a organização política do Estado. Ora, a única organização de que o proletariado dispõe depois da sua vitória é precisamente o Estado. É certo que este Estado tem de sofrer alterações muito consideráveis antes de poder cumprir suas novas funções. Mas destruí-lo, neste momento, seria destruir o único organismo graças ao qual o proletariado vitorioso pode precisamente fazer valer o domínio que acaba de conquistar, esmagar seus adversários capitalistas e empreender a revolução econômica da sociedade, na ausência da qual todas as possibilidades de vitória poderão resultar numa nova derrota ou num massacre geral dos operários, como foi o caso da Comuna de Paris. (ENGELS; MARX, 1979, p. 41).<sup>45</sup>

<sup>43</sup> Na I Internacional há ainda os blanquistas, liderados por August Blanqui (francês), que polemizava contra o coletivismo de Proudhon, contra-argumentando que a libertação do proletariado só aconteceria pela conquista do Estado. Entretanto, quando da Comuna de Paris, onde os blanquistas eram hegemônicos, defendeu uma livre federação das comunas francesas.

<sup>44</sup> Primeiro governo operário (ou ditadura do proletariado) que existiu na história da humanidade, durou 72 dias (18 de março a 28 de maio de 1871).

<sup>45</sup> A Comuna de Paris durou 62 dias e ao final, com a sua derrota, foram fuziladas 30 mil pessoas.

Marx (apud SAGRA, 2005, p. 16) assim fez duros questionamentos às conseqüências das táticas adotadas pelos anarquistas no sentido do caráter autoritário de uma revolução e a necessidade das armas frente à contra-revolução:

Nunca viram uma revolução estes senhores? Uma revolução é, indubitavelmente, a coisa mais autoritária que existe; é um ato mediante o qual uma parte da população impõe sua vontade à outra parte por meio de fuzis, baionetas e canhões, meios autoritários sim há; e o partido vitorioso, se não quiser ter lutado em vão, tem de manter esse domínio pelo terror que suas armas inspiram aos reacionários. A Comuna de Paris teria durado por acaso um só dia se não tivesse empregado essa autoridade do povo armado frente aos burgueses? Não podemos, pelo contrário, reprovar-lhe o fato de que não a usou suficiente? Assim, pois, das duas uma: ou os anti-autoritários não sabem o que dizem, e neste caso não fazem mais que semear confusão; ou o sabem, e neste caso traem o movimento do proletariado. Em um e outro caso servem à reação.

Além dessas polêmicas, a I Internacional discutiu com prioridade temas fundamentais ao proletariado relativos às suas reivindicações de caráter imediato, tais como: a redução das horas de trabalho, a exploração dos trabalhos infantil e feminino, a luta contra o desemprego, o papel dos sindicatos, das associações operárias e da luta destas associações internacionalmente contra o capital, dentre outros, apoiando greves em diversos países.<sup>46</sup>

Após a destruição da Comuna de Paris em 1871, uma vaga repressiva abateu-se sobre os proletários em diversos países, devastou a seção francesa, a espanhola, dinamarquesa, austro-húngara, alemã. Com o afastamento das *trade-unions* inglesas da I Internacional, com a repressão e as polêmicas internas, esta organização entrou em crise e em 1876 foi dissolvida. Entretanto, convém destacar que ela teve o mérito de levantar a bandeira do internacionalismo proletário.

## 2.2 Movimento operário e luta socialista no contexto da II internacional

No final do século XIX, o capitalismo passou por mudanças fundamentais na sua estrutura econômica que refletiram profundamente no movimento operário e socialista. Essas

---

<sup>46</sup>Para Sagra (2005, p. 13), estas foram as principais conquistas da I Internacional:

- A luta pela reforma dos direitos políticos na Inglaterra;
- O desenvolvimento de uma grande campanha por uma legislação trabalhista que incluísse uma jornada de trabalho mais curta, o fim do trabalho noturno e todas as formas de trabalho prejudiciais a mulheres e crianças;
- Apoio e estímulo à organização sindical em vários países buscando elevar o nível político do movimento sindical. A I Internacional apoiou também as greves, que se estenderam de um país a outro, depois da crise econômica de 1866;
- Expressou solidariedade ativa em guerras civis e nacionais; apoiou, por exemplo, a luta de Lincoln contra os escravistas do Sul durante a Guerra Civil norte-americana;

Porém, o que desatou o ódio de toda a burguesia foi o apoio dado à Comuna de Paris.

mudanças significaram exatamente a transição do capitalismo concorrencial para a época monopolista. Lênin<sup>47</sup> (1977) analisou a economia capitalista nesse momento até meados da segunda década do século XX, no livro conhecido como “Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”.<sup>48</sup> Nessa obra, o autor apresenta um quadro da economia mundial capitalista nas suas relações internacionais, às vésperas da primeira guerra imperialista mundial.<sup>49</sup> Sustentando-se nos estudos de Marx acerca das leis do surgimento, desenvolvimento e decadência do capitalismo, Lênin (1977) apresentou os traços constitutivos dessa nova fase: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na economia; 2) fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação baseada nesse ‘capital financeiro’ da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitais, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. “O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.” (LÊNIN, 1977, p. 642).

“De tudo que dissemos sobre a essência econômica do imperialismo, deduz-se que se deve qualificá-lo de capitalismo de transição, ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante” (LÊNIN, 1977, p. 669). Da caracterização econômica, como parasitária e decadente, Lênin apontou a necessidade da revolução socialista, para a construção de um novo sistema social.

Dezenas de milhões de cadáveres e mutilados, vítimas da guerra - essa guerra feita para decidir que grupo de bandoleiros financeiros, o inglês ou o alemão, devia receber uma maior parte do saque -, e depois estes dois ‘tratados de paz’ (*Brest-Litovsk e Versalhes*), abrem os olhos, com uma rapidez até agora desconhecida, a milhões e dezenas de milhões de homens atemorizados, oprimidos, iludidos e enganados pela burguesia. Em consequência da ruína mundial, fruto da guerra, cresce, pois, a crise revolucionária mundial, que, por mais longas e duras que sejam as vicissitudes que a atravessar, não poderá, terminar senão com a revolução proletária e sua vitória. (LÊNIN, 1977, p. 583).

---

<sup>47</sup> Vladimir Ilich Ulianov - Lênin (1870-1924)

<sup>48</sup> Escrito em 1916 e publicado pela primeira vez em 1917, em Petrogrado-Rússia.

<sup>49</sup> Para Lênin (1977, p. 581) a Primeira Guerra Mundial foi uma guerra de conquista, de pilhagem, de rapina, de partilha do mundo pela divisão e redistribuição das colônias, das esferas de influência do capital financeiro.

A entrada na época do capitalismo monopolista, com suas guerras, crises e possibilidades de revoluções, favoreceu o surgimento de intenso debate no interior do movimento operário e socialista sobre o objetivo estratégico da luta operário-socialista.

Esse foi um período de transformações na economia capitalista - a expansão da industrialização, com o desenvolvimento da indústria automobilística, da siderurgia, do avanço das comunicações e transportes e dos grandes conglomerados urbanos decorrentes desse processo, foram fenômenos que possibilitaram modificações na classe operária e na luta dos trabalhadores. Tais modificações possibilitaram o crescimento e consolidação das formas organizativas desenvolvidas pelos trabalhadores, a exemplo de sindicatos e partidos do tipo social-democrata, com presença política forte, reivindicando questões econômicas e pondo questões políticas estratégicas.

Como discute Sagra (2005, p. 22), o final do século XIX, mais precisamente as décadas de 70 e 80, foi um período de reação política por toda a Europa. O crescimento da economia capitalista fortaleceu a classe burguesa e seus governantes, os quais conseguiram cooptar ideologicamente setores operários importantes que tinham cumprido o papel de vanguarda em processos anteriores, principalmente na França e Inglaterra. Ao mesmo tempo, esse avanço industrial deu grande impulsão ao movimento operário, para lutar por reivindicações econômicas, potencializando o espaço para o crescimento dos sindicatos e partidos socialistas (em alguns casos). Nesse período, aconteceram várias lutas, tendo como conquistas: aumentos salariais, legislação social e do trabalho, férias, etc. O centro mais importante onde ocorreram essas lutas foi a Alemanha. “Assim, como a Inglaterra foi o centro da I Internacional, a Alemanha o foi da II”.

Engels, em carta de dezembro de 1884, a August Bebel (1840-1913), carpinteiro e um dos principais dirigentes operários na Alemanha, justificava por que a Alemanha se tomara a dianteira no processo de mobilização dos trabalhadores.

Nossa grande vantagem é que a Revolução Industrial está em pleno apogeu, enquanto na França e na Inglaterra, no que concerne ao seu aspecto principal, está paralisada. Ali a divisão entre a cidade e o campo, entre o setor industrial e o agrícola, está tão marcada que só muda lentamente. As grandes massas do povo cresceram nas condições em que agora lhes toca viver e portanto estão acostumadas a elas; mesmo as flutuações e as crises são consideradas como algo normal. A isso se soma a sombra dos fracassos anteriores. Por outro lado, para nós, tudo está se desenvolvendo. Assim, tivemos uma revolução Industrial muito mais profunda e completa e especialmente mais ampla que a dos outros países; e isso com um proletariado perfeitamente fresco e intacto, não desmoralizado por derrotas e finalmente - graças a Marx - com um conhecimento das causas do desenvolvimento econômico e político, e das condições de uma revolução eminente, como não tiveram nenhum de nossos predecessores. (SAGRA, 2005, p. 22).

Assim, na Alemanha, ocorreu o fortalecimento dos sindicatos e do Partido Social Democrata, que se apoiava nas formulações marxianas. Além disso, vários partidos operários e socialistas foram constituídos em toda a Europa, e nos EUA, o Partido Socialista do Trabalho (1877). Para Sagra (2005) três fatores foram essenciais para alterar a situação da Europa, no final do século XIX: o fortalecimento e o crescimento gradual dos movimentos socialistas e dos sindicatos; a perda do monopólio industrial da Inglaterra com o conseqüente desemprego e crise econômica que levaram a Inglaterra a um novo sindicalismo; e o processo de lutas do movimento operário alemão.

Com relação ao primeiro aspecto, a queda do monopólio inglês no mercado mundial, gerando elevado desemprego e miséria, foi importante por ter provocado uma grande mobilização e o surgimento de novas organizações sindicais de operários não qualificados. Engels (apud SAGRA, 2005, p. 24) assim caracterizou estas novas organizações:

Os novos sindicatos foram fundados no momento em que a confiança na eternidade do sistema salarial estava seriamente deteriorada, seus fundadores e promotores são socialistas, seja de consciência ou de sentimento; as massas, cuja adesão lhes fortificou, são toscas e desprezadas pela aristocracia operária, porém há uma imensa vantagem de suas mentes serem terreno virgem, completamente livres da herança das 'respeitáveis' ilusões burguesas que enchem os cérebros dos 'velhos' sindicalistas melhor situados.

Com a morte de Marx (1883), os vários dirigentes operários e socialistas existentes em vários países se organizaram em torno de Engels, entre eles, Kautsky<sup>50</sup>, Bernstein<sup>51</sup>, Labriola<sup>52</sup>, Filippo Turati<sup>53</sup>, Jules Guesde<sup>54</sup>, Paul Lafargue<sup>55</sup>, Plekhanov<sup>56</sup>, estes continuaram a polêmica com os bakuniistas.

Em 1899, centenário da Revolução Francesa (1799) a partir de um congresso socialista realizado em Paris, foi fundada a II Internacional. A Internacional Socialista, como

---

<sup>50</sup> *Karl Kautsky* (1854-1938) dirigente do POSDA e da II Internacional. Foi marxista, renegando posteriormente as teses do marxismo, foi um dos centristas mais destacados, colocando-se abertamente contra a Ditadura do Proletariado com a Revolução Bolchevique de 1917.

<sup>51</sup> *Eduard Bernstein* (1850-1932) fundador do revisionismo e do reformismo, dirigente da ala oportunista do POSDA.

<sup>52</sup> *Arturo Labriola* (1873-1959) economista e teórico do sindicalismo, membro da II Internacional.

<sup>53</sup> *Filippo Turati* (1857-1932) membro do movimento operário italiano, com posições centristas e de colaboração de classes.

<sup>54</sup> *Jules Guesde* (1845-1922) fundador e dirigente do Partido socialista Francês, membro da II Internacional, foi dirigente da ala revolucionária do seu partido, antes da Primeira guerra Mundial, Com a guerra assumiu posição social-chauvinista e participou de governo burguês da França.

<sup>55</sup> *Paul Lafargue* (1842-1911) socialista francês, dirigente da I Internacional, teórico e propagandista do marxismo, foi amigo e discípulo de Marx e Engels, casado com Laura (segunda filha de K. Marx).

<sup>56</sup> *Gueórgui Valentínovitch Plekhánov* (1856-1918) dirigente operário socialista russo, fundador do primeiro grupo marxista na Rússia, *Emancipação do Trabalho* (1883), em 1903, no II Congresso do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR), aliou-se aos mencheviques

ficou conhecida, representou a unificação federativa de partidos sociais democratas independentes, abarcando todo o pluralismo que existia no seio do movimento operário socialista. Dentre as correntes de pensamento que estiveram presentes nesta Internacional podemos citar: o Partido Social Democrata Francês, de cariz marxista, dirigido por Jean Jaurès<sup>57</sup>; o Partido Social Democrata Russo, com Plekhánov e outros; o Partido Operário Belga, que possuía em suas fileiras socialistas, sindicalistas e cooperativistas; o *Labour Party*,<sup>58</sup> que surgiu a partir das *trade unions*; e o Partido Operário Social Democrata Alemão - fundado em 1875, no Congresso de unificação em Gotha<sup>59</sup> (lassalianos<sup>60</sup> e W. Liebeknecht<sup>61</sup>). Como diz Sagra (2005): “a II Internacional, diferentemente da I, não foi uma frente única entre organizações operárias, mas uma Federação de Partidos Social-Democratas, alguns dos quais tinham peso de massas, e todos eles se reivindicavam marxistas”. (SAGRA, 2005, p. 25).

As preocupações centrais, do ponto de vista das reivindicações imediatas nessa Internacional, foram em torno do aumento de salários e melhoria das condições de trabalho. Nesse contexto, na Alemanha, desenvolveram-se as condições para a emergência e o fortalecimento do movimento operário<sup>62</sup> e do Partido Operário Social Democrata, isto potencializou o surgimento de uma burocracia sindical e partidária forte. Nesse processo, o POSDA avançou na conquista de elevada densidade eleitoral.<sup>63</sup>

Com o crescimento pujante da estrutura sindical alemã e com os partidos sociais democratas conquistando cargos parlamentares, vários setores passaram a acreditar na possibilidade de transformação social gradual, sem a necessidade de ações revolucionárias

---

<sup>57</sup> Jean Jaurès (1859-1914) socialista francês, dirigente da ala de direita e oportunista do Partido Socialista Francês, fundador do jornal *l'Humanité*, morreu assassinado às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

<sup>58</sup> O Partido Trabalhista inglês (*Labour Party*) fundado em 1900, como uma confederação de sindicatos, na qual os membros dos sindicatos eram automaticamente membros do partido. Seu objetivo era levar representantes operários ao parlamento inglês.

<sup>59</sup> Em 1875 na Cidade de Gotha - Alemanha, reuniram-se em congresso os dois partidos socialistas alemães: os *ensenachianos* (dirigidos por Bebel e W.Liebeknecht) e os *lassalianos*, que efetivou a unificação. Os *ensenachianos*, que eram influenciados por Marx, para esta unificação fizeram concessões aos *lassalianos*, aceitando o rebaixamento do seu programa. Marx, em Carta a Bebel de 1885, fez uma crítica radical ao Programa aprovado em Gotha, qualificando-o como um retrocesso ao programa dos *ensenachianos* de 1869, obra que ficou conhecida como Crítica do Programa de Gotha.

<sup>60</sup> Lassalianos, seguidores de F.Lassalle (1825-1864) - dirigente socialista alemão, um dos fundadores da União Geral dos trabalhadores Alemães. Por suas posições oportunistas Marx e Engels mantinham com este posição bastante crítica.

<sup>61</sup> Wilhelm Liebeknecht ((1826-1900) dirigente operário e socialista alemão, um dos fundadores do Partido Operário Social Democrata Alemão (POSDA) e da Internacional Socialista.

<sup>62</sup> Já em 1904, os sindicatos dirigidos pelo POSDA possuíam mais de 1 milhão de sindicalizados. Esse dado demonstra que esse partido controlava uma poderosa burocracia, com grande influência na sociedade alemã.

<sup>63</sup> No ano de 1912, por exemplo, o POSDA conseguiu eleger a maior bancada de deputados no parlamento alemão, num total de 110 deputados. Essa votação correspondia a (35% do eleitorado, equivalente a mais de mais de 4 milhões de votos. Nesse momento, o partido contava com mais de um milhão de filiados.

radicais.<sup>64</sup> Estas condições contribuíram decisivamente para o surgimento no seio da social democracia alemã e, por conseguinte da II internacional, de um vigoroso debate acerca das estratégias e táticas para as transformações necessárias para o proletariado.

A II Internacional, no final da sua primeira década de existência, já sem a presença de Engels, foi polarizada pelo debate reforma ou revolução.<sup>65</sup>

Falcão (2001, p.169) em seus estudos sobre o pensamento de Luxemburgo, afirma que:

O reformismo é um fenômeno histórico presente no espaço de luta da social-democracia alemã, mas que tem origem muito anterior. Ele se apresenta mesclado com o revisionismo e o oportunismo, os três compondo diferentes dimensões de um mesmo processo manifestado no contexto sócio-econômico e ideológico-político que se estende em encaminhamentos práticos, levando a classe trabalhadora a acomodar-se diante da exploração capitalista, em vez de lutar pela sua própria emancipação e pela superação do capitalismo.

Por outro lado, Falcão (2001, p. 169) caracteriza a revolução social:

A revolução social é apreendida como um processo histórico que se desenvolve pela acumulação de forças revolucionárias, um processo em cujo contexto as reformas podem ser consideradas sínteses de conquistas parciais, resultantes da luta de classes: são ganhos sociais, de natureza econômica e/ou política, da classe trabalhadora. No entanto, a revolução é também entendida necessariamente como ruptura, como transformação radical da sociedade. Essa concepção de revolução, em um sentido mais restrito, pressupõe a reforma como acumulação de forças, como momento de cristalização das lutas em direção à construção da sociedade socialista, compreendendo-se esses dois processos como unidade dialética.

Essa visão, a partir de Luxemburgo, apresentada por Falcão (2001) é importante por ter havido até então, no contexto da luta operário-socialista, uma visão dicotomizada dessas estratégias. Foi a própria realidade do século XX que acirrou esse debate (reforma/revolução), a partir do qual Luxemburgo defendeu a unidade dialética dessas estratégias.<sup>66</sup> No contexto da II Internacional houve duas polêmicas centrais que se deram entre Luxemburgo e Bernstein, e entre Lênin e Kautsky. Na realidade as posições destes teóricos e dirigentes representavam as polêmicas, além das estratégias reformista ou

---

<sup>64</sup> A morte de Engels (1895) sem dúvida significou uma baixa na Internacional, que sem o seu mais importante e experiente membro, abriu espaço para posições reformistas e revisionistas.

<sup>65</sup> Nas palavras de Sagra (2005, p. 26) “a ala oportunista, apoiando-se no fato de que as condições objetivas ainda não estavam maduras para a revolução, buscou fazer da luta por reformas a essência do movimento socialista”.

<sup>66</sup> Pensamos, porém, que no século XXI, com o neoliberalismo, as condições econômico-sociais e políticas são diferenciadas das do início do século XX (evidentemente). Ao contrário de conquistas dos trabalhadores, há a redução de direitos a partir da necessidade da superexploração do trabalho, ou seja, vivemos um contexto de contra-reformas. Entendemos que o capitalismo não faz, e não pode fazer concessões aos trabalhadores, em decorrência da crise e, da queda da taxa de lucro. Este é um debate que faz Arcary (2004) recolocando como centro o debate reforma ou revolução.

revolucionária, em torno de temas como: a participação no parlamento, o caráter da democracia, ação sindical e revolução, a guerra e a luta proletária, a participação nos governos burgueses. Como ressalta Falcão (2001, p. 175):

Os temas básicos do debate interno do partido - em que Rosa Luxemburg foi uma das principais protagonistas - proliferam a partir das divergências dela em relação às estratégias e táticas adotadas pelo SPD, pois a direção partidária não se opunha radicalmente ao governo representativo burguês, prevalecendo, já então, uma política de composição de forças com objetivos eleitorais, no momento em que se solidificava o grupo parlamentarista. Isso deu margem a que as idéias reformistas se ampliassem cada vez mais, sem que a direção do partido tivesse rigorosamente tomado qualquer posição. Essas divergências e algumas polêmicas manifestavam-se em congressos do partido, fortalecendo a tendência para o revisionismo, problema que, de algum modo, era subestimado pelos dirigentes.

Luxemburgo (1999, p. 22), traduziu o caráter desse debate em seus escritos no livro “Reforma ou Revolução?”<sup>67</sup> concentrando sua argumentação na desconstrução da teoria bernsteiniana, a partir de seus argumentos sobre o curso do desenvolvimento objetivo da sociedade capitalista, para a qual o fim do capitalismo aparece cada vez mais um equívoco, porque esse sistema manifesta uma capacidade de adaptação cada vez maior e porque a produção se diferencia cada vez mais.<sup>68</sup> Segundo Bernstein (apud Luxemburgo, 1999), isto pode ser observado a partir de três elementos: 1) o desaparecimento das crises gerais, em função do desenvolvimento o sistema de crédito e das organizações patronais, das comunicações e do serviço de informações; 2) na tenacidade das classes médias como conseqüência da diferenciação crescente dos ramos da produção e da elevação de grandes camadas do proletariado ao nível da classe média; 3) melhoria da situação econômica e política do proletariado, em conseqüência da ação sindical. Como conclusão desta análise, para Bernstein, as tarefas colocadas à social democracia seriam a luta pela melhoria da situação da classe operária e da instituição do socialismo, não como conseqüência de uma crise social e política, mas por meio da extensão progressiva do controle social e aplicação gradual do princípio da cooperação.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> Escrito em 1899.

<sup>68</sup> Como explica Falcão (2001) Luxemburgo antes mesmo do debate com Bernstein, já identificava situações que demonstravam a presença do reformismo. “Mas, com o revisionismo, presente nos escritos de Bernstein, o reformismo ganhou maior lastro e potencialidade, pois contava com um intelectual reconhecidamente influente”. (Falcão, 2001, p. 175)

<sup>69</sup> Para Falcão (2001), “o caráter sistemático dos trabalhos de Bernstein, atacando severa e programaticamente a teoria social de Marx, fez deslanchar a polêmica. Ele “denunciava o comportamento *utopista* de Marx, ao colocar uma tese firmada antes de sua comprovação pela investigação científica” (Gorender, 1999:7, grifo do autor). No período das leis anti-socialistas, não eram permitidas, pelo governo, discussões públicas sobre pontos divergentes. “As atividades legais dos social-democratas no Império Alemão limitavam-se à propaganda eleitoral para renovação do Reichstag [...]” (Fetscher, 1982:257), o que de alguma forma justifica o retardo dessa discussão. Segundo análises de Bronner (1997), cristalizou-se com Bernstein a tendência do reformismo, que

Sobre o desaparecimento das crises gerais, Luxemburgo (1999, p. 22) contra-argumentou que só a teoria socialista defende a idéia de que “o regime capitalista, devido às suas próprias contradições internas, prepara por si mesmo o momento em que tem de ser desmantelado, em que se tornará simplesmente impossível”. Isto porque se baseia no fundamento científico do socialismo acerca das contradições inerentes desse modo de produção, quais sejam: a) anarquia crescente da economia capitalista, a qual conduz à sua ruína inevitável; b) a socialização crescente do processo de produção, que cria germes do regime social futuro; c) o reforço crescente da organização e da consciência do proletariado, que constitui o fator ativo da próxima revolução. Ou seja, Luxemburgo (1999) apresenta argumentos sustentados nas condições objetivas dadas pela anarquia crescente da economia capitalista e nas condições subjetivas dadas pela socialização efetiva do regime de produção, que prepara as condições para um futuro baseado em outro regime e o papel do proletariado.

Assim, para Luxemburgo (1999, p. 23), Bernstein renuncia ao próprio argumento do desmoronamento do capitalismo e não apenas a rapidez do desenvolvimento capitalista, mas a sua própria marcha, uma vez que ele (o capitalismo) não caminha mais para o craque geral, passando a ser então, objetivamente desnecessário, pois “para o socialismo científico, a necessidade histórica da revolução socialista, manifesta-se antes de tudo na anarquia crescente do sistema capitalista, anarquia essa que leva ao impasse”. Mais ainda, polemiza Luxemburgo, se para Bernstein “a supressão da teoria do desmoronamento em nada diminui a força de persuasão da doutrina socialista...”, em que consiste a importância dos fenômenos caracterizados por Bernstein como meios de adaptação capitalista? Em que eles suprimem as contradições internas da economia capitalista, e impedem o desenvolvimento e agravação destas? A supressão das crises significa a supressão do antagonismo entre a produção e a troca na base capitalista, implica a melhoria da situação da classe operária, quer como classe operária, quer na medida em que algumas frações penetram na classe média, não quer dizer a atenuação do antagonismo entre capital e trabalho. Se os chamados “meios de adaptação” servem para eliminar as contradições, como podem ao mesmo tempo ser ‘condições e germes’ do socialismo?.

Se resta apenas a consciência do proletariado como fator do socialismo, então:

Chegamos assim a uma explicação do progresso socialista por intermédio da ‘razão pura’, o que quer dizer, em linguagem mais simples, uma explicação idealista, ao passo que a necessidade objetiva do socialismo, isto é, a explicação do socialismo por toda a marcha do desenvolvimento material da sociedade, cai. A teoria

---

sensibilizou líderes dos sindicatos - alguns velhos lassalianos do partido burocrático, e também alguns marxistas. Estes se convenceram de que a velha teoria tinha de ser revisada. (FALCÃO, 2001, p. 178).

revisionista está diante de um dilema: ou a transformação socialista é, como em geral se admitia até agora, conseqüência das transformações internas do regime capitalista, e então, ao mesmo tempo em que ele, se desenvolvem igualmente as contradições que o regime encerra, resultando daí que o seu desmoronamento, de uma forma ou de outra, é inevitável, num momento dado, e nesse caso os ‘meios de adaptação’ são ineficazes e a teoria do desmoronamento é justa. Ou então, os ‘meios de adaptação’ são realmente de natureza a impedir um desmoronamento do sistema capitalista e, por conseguinte, tornam o capitalismo capaz de se conservar com vida, portanto de suprimir as contradições; mas, nesse último caso, o socialismo deixa de ser uma necessidade, e será então o que se queira, menos resultado do desenvolvimento material da sociedade. (LUXEMBURGO, 1999, p. 26).<sup>70</sup>

Falcão (2001, p. 176) discute como se deu a polêmica no interior do POSDA, principalmente no Congresso de Hannover, em 1899, no qual Luxemburgo se pronunciou em relação à distinção entre marxismo revolucionário e reformismo gradualista, esclarecendo sobre a questão do “colapso”, de “catástrofe social”, argumento dirigido contra as posições revisionistas acerca da “adaptação do capitalismo”.

Os textos de Rosa publicados em 1898, contestando o revisionismo, foram bem recebidos pela direção do partido. Kautsky concordou com aquelas formulações, da mesma forma que Bebel. Mas, pela demora em tomar posição em relação ao reformismo, pode-se supor que havia divergências entre eles. De qualquer maneira, o problema parecia estar sendo subestimado, pois as iniciativas de debater o tema só ocorreram após a intervenção de Rosa e de alguns outros participantes da Segunda Internacional. Primordialmente, aqueles dirigentes estavam mais preocupados em unir forças para os pleitos eleitorais do SPD. Segundo Bertelli (2000), Kautsky, “grande e fraterno amigo de Bernstein” (p. 26), “viu-se na contingência de reagir diante das teses de Bernstein” (p. 52), tendo publicado, ainda em 1899, uma crítica às suas posições em *Bernstein e o programa da social-democracia*. (FALCÃO, 2001, p. 176).

É célebre a frase de Bernstein (apud LUXEMBURGO, 1999): “o objetivo final, seja qual for, é nada; o movimento é tudo”, contra a qual Luxemburgo argumenta que “entre reforma e revolução deve haver um elo indissolúvel. A luta pela reforma é um meio e a revolução social é o fim”.<sup>71</sup>

<sup>70</sup> Concordamos centralmente com a tese aqui defendida por Luxemburgo. Porém, cabe ressaltar que, se ao longo de um século, não houve a supressão das crises através dos chamados meios de adaptação, como conjecturava Bernstein, reconhecemos que estes têm servido como atenuantes dos antagonismos entre capital e trabalho, funcionando como medidas de contra-tendência.

<sup>71</sup> Esse debate no interior da Internacional deve ser tratado com bastante atenção, uma vez que ao nosso ver, é uma contenda extremamente atual, com o agravante de que, ao contrário do final do século XIX, o capitalismo não se encontra em momento de prosperidade, as contradições internas não foram suprimidas, mas cresceram. Para os proletários, ainda que num dado período tenham sido possíveis reformas e obtenção de algumas conquistas, atualmente verifica-se a remoção dessas conquistas, com inclusão de mudanças intensas nas legislações social e trabalhista, além do espectro do desemprego que é atemorizante, até mesmo nos países de capitalismo avançado. Neste sentido, em nossa análise, se para a social democracia do século XIX, estavam apontadas possibilidades de transformações graduais, não revolucionárias, (ainda que no plano fenomênico, cuja essência do debate fora tão magnificamente apontada por Luxemburgo), na contemporaneidade, estas condições não estão postas objetivamente. Apesar de amplos setores do movimento sindical, partidos operários socialistas e mesmo governos, que se autoproclamam socialistas, defenderem propostas nessa direção (cooperativas de produção, bancos do povo, etc.), vários exemplos históricos evidenciam os limites de tais propostas, que

É relevante aqui entrar no debate acerca da relação sindicatos, partido e outras formas organizativas dos trabalhadores, no seio da II Internacional.

Com o desenvolvimento capitalista ocorreu a polarização crescente entre as classes fundamentais. A exploração do trabalho, seja através da mais-valia absoluta, seja pela mais-valia relativa, colocou para os trabalhadores a necessidade da luta contra o despotismo e a dominação do capital, que encontra dificuldades para sua união e organização, mesmo sendo superior numericamente.<sup>72</sup>

Os sindicatos surgem exatamente do empenho do proletariado em garantir que os seus salários não fiquem abaixo do mínimo necessário à sua sobrevivência e de sua família.<sup>73</sup> Na II Internacional esse debate retornou, principalmente entre Luxemburgo e Bernstein, em função do caráter que os sindicatos assumiram nesse contexto. Luxemburgo (1987) polemizou sobre o papel que os sindicatos desempenhavam, evidentemente não como um conceito sem base material e a-histórico, um dado a priori, mas como uma categoria que expressa o movimento o real.

Com a política revisionista de Bernstein, a decorrência imediata foi a revisão das estratégias e táticas da social-democracia alemã, que passou a privilegiar a luta parlamentar e sindical. Para Bernstein (apud LUXEMBURGO, 1999), o sindicato e as cooperativas eram os principais mecanismos condutores do progresso da sociedade capitalista, que por sua vez, através de reformas, gradativamente atingiria o socialismo.<sup>74</sup>

Luxemburgo (1999, p. 83) assim polemizou:

---

objetivam o melhoramento do capitalismo, como solução às condições de vida e trabalho de amplas massas trabalhadoras.

<sup>72</sup> Engels (1995) já havia chamado a atenção de que sua fragilidade se dá pela concorrência que estabelecem entre si. “A concorrência é a expressão mais acabada da guerra de todos contra todos que caracteriza a sociedade moderna... Cada um impede o caminho do outro, e é por isso que todos procuram eliminar quem quer que lhes atravesse o caminho e lhes tente tomar o lugar. Os trabalhadores concorrem entre si tal como os burgueses. Ora, esta concorrência dos trabalhadores entre si é o que há de pior nas condições de vida atuais do proletariado, é a arma mais afiada da burguesia na sua luta contra o proletariado...” (ENGELS, 1995, p. 93-94).

<sup>73</sup> Esse caráter dos sindicatos foi discutido anteriormente quando tratamos acerca das *trade unions*.

<sup>74</sup> “Quanto às cooperativas, e antes de tudo, às cooperativas de produção, são elas pela sua essência um setor híbrido dentro da economia capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, da completa dominação do processo de produção pelos interesses do capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa. Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado ou de atirá-la na rua, em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, verem-se os operários na necessidade contraditória de governarem-se a si mesmos com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel do patrão capitalista. É desta contradição que morre a cooperativa de produção, quer pela volta à empresa capitalista, quer, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução”. (LUXEMBURGO, 1999, p. 80-81).

Os sindicatos, a que Bernstein atribui a tarefa de dirigir o verdadeiro assalto, na luta emancipadora da classe operária, contra a taxa de lucro industrial, transformando-o por etapas em taxa de salário, não estão absolutamente em condições de dirigir uma política de ofensiva econômica contra o lucro, porque na verdade não são mais que a defesa organizada da força-trabalho contra os ataques do lucro, a expressão da resistência da classe operária contra a tendência opressora da economia capitalista.

Nesse sentido, apresentou dois aspectos através dos quais demonstra que estes organismos não possuem este caráter de dirigir a luta emancipatória do proletariado: o processo de proletarização das classes médias e o constante aumento da produtividade do trabalho. Nas palavras de Luxemburgo (1999, p. 83):

Primeiro: os sindicatos têm por tarefa influenciar, pela sua organização, a situação do mercado da mercadoria força-trabalho, mas esta organização transborda constantemente em virtude do processo de proletarização das classes médias, que traz continuamente novos contingentes daquela mercadoria ao mercado de trabalho. Segundo: os sindicatos propõem-se a melhorar as condições de existência da classe operária, a aumentar a parte da riqueza social que lhe cabe mas, como a fatalidade de um processo da natureza, esta parte é constantemente reduzida pelo aumento da produtividade do trabalho.

Por conseguinte, transforma-se a luta sindical nessas duas principais funções econômicas, em virtude das condições objetivas da sociedade capitalista, em uma espécie de trabalho de Sísifo. Aliás, esse trabalho de Sísifo é indispensável para que, de acordo com uma dada situação do mercado, o operário receba a taxa de salário que lhe cabe, para que seja aplicada a lei capitalista do salário, e a tendência depressiva do desenvolvimento econômico seja paralisada ou, com mais precisão, atenuada em seu efeito. Mas se pretende transformar os sindicatos em meio de redução progressiva do lucro em favor do salário, pressupõe-se, antes de tudo como condição social, primeiro, uma parada da proletarização das classes médias e conseqüentemente crescimento da produtividade do trabalho; por conseguinte, pressupõe em ambos os casos, tal como a realização da economia cooperativa do consumo, um regresso às condições pré-capitalistas.

As posições de Bernstein cresceram no seio da social-democracia alemã mediante o fato objetivo do crescimento do aparato sindical e do número de parlamentares. Por isso, parte da social democracia alemã passou a adaptar-se e a beneficiar-se da nova situação. Luxemburgo criticou duramente a posição majoritária, que denominou oportunista, no seio do sindicalismo alemão. Convém destacar que no POSDA vigorava uma concepção de partido revolucionário, como vanguarda do proletariado, forma de organização superior da classe que devia dirigir a luta dos trabalhadores.

Apesar de Luxemburgo vencer várias batalhas no interior da social democracia alemã contra o revisionismo, diversas deliberações de congresso foram revistas e conquistaram a maioria da direção alemã e da Internacional. O golpe letal ocorreu no contexto da eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando os parlamentares do POSDA capitularam à burguesia e ao nacional-patriotismo, votando a favor da alocação de recursos

para financiamento do conflito imperialista de 1914 (justiça histórica seja feita, à exceção do então deputado Karl Liebknecht ).<sup>75</sup>

Nesse contexto de guerra, a disputa ideológica tornou-se feroz entre os social democratas e revolucionários, estes últimos representados principalmente por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, na Alemanha, que fundaram a Liga Spartaquista em 1916, que posteriormente (1919) foi transformada no Partido Comunista Alemão.

Nas suas intervenções na fundação do Partido Comunista Alemão, Luxemburgo no “Discurso contra uma organização político-econômica unificada do movimento operário” assim se posicionou e foi amplamente apoiada por seus pares.

Camaradas! Não só não lamento que no debate atual se desenvolva o assim chamado debate sindical mas, ao contrário, congratulo-me com ele. Compreende-se que, no momento em que enfrentamos a tarefa de tratar dos problemas econômicos, imediatamente tropeçamos na enorme trincheira erguida perante nós nos sindicatos. A questão da luta pela emancipação é idêntica à questão da luta contra os sindicatos. Temos dez vezes mais razões para isso na Alemanha do que em outros países. Pois a Alemanha foi o único país em que, durante os quatro anos da guerra, não ocorreu qualquer movimento salarial, e isso em consequência de palavras de ordem dos sindicatos. Mesmo se os sindicatos não tivessem feito mais nada, só por isso mereceriam perecer. No decorrer da guerra, e na revolução, até os dias de hoje, os sindicatos oficiais revelaram-se uma organização do Estado burguês e da dominação de classes capitalistas. (LUXEMBURGO, 1987, p. 17).

Em consequência dessa crítica contundente aos sindicatos na Alemanha, o que propõe Luxemburgo como alternativa?

Em primeiro lugar, tratar de liquidar os obstáculos erguidos pelos sindicatos contra a socialização. De que maneira se poderá levar a cabo essa liquidação? Que estrutura positiva deve ser posta no lugar dos sindicatos? É hora de formar os conselhos de operários e de soldados como portadores de todas as necessidades políticas e econômicas e como órgãos de poder da classe operária. Este é, em primeiro lugar, o ponto de vista correto para os órgãos de poder da classe operária. Este é, em primeiro lugar, o ponto de vista correto para os órgãos de luta

---

<sup>75</sup> Nos primeiros anos próximos à guerra, a II Internacional desenvolveu muitas ações e manifestações de protesto. O Congresso extraordinário de Basiléia, realizado em 1912, publicou um “manifesto que declarava que a guerra que se aproximava tinha um caráter inter-imperialista, reafirmava os princípios da luta dos trabalhadores contra a guerra, adotados nos congressos anteriores, exemplificando com os casos da Comuna de Paris após a guerra franco-prussiana, a Revolução Russa de 1905, depois da guerra russo-japonesa. Partindo dessas afirmativas, conclamava os partidos e os trabalhadores, para, em situação de guerra, utilizar com todas as forças a crise econômica consequente da guerra, para levantar as massas contra o domínio burguês. (SAGRA, 2005, p. 31) “Em 29 de julho de 1914, quando as tropas austríacas entraram em Belgrado, foram organizadas imensas manifestações contra a guerra na Alemanha, na Áustria, na Itália, na França e na Bélgica. O partido alemão publicou um manifesto exigindo que seu governo não entrasse em guerra. Em 1º de agosto, quando a Alemanha declarou guerra à Rússia, o dirigente alemão Hermann Muller assegurou que seu partido não votaria a favor dos créditos de guerra. Os dirigentes social-democratas confiavam que todas essas ações obrigariam seus governos a retrocederem. Porém, isso não aconteceu. Não foi possível impedir a guerra inter-imperialista. Diante disto, a II Internacional e seus partidos tinham de por em prática o segundo mandamento do Manifesto de Basiléia. Essa era a prova de fogo. Aí ia se provar o verdadeiro internacionalismo. Havia que enfrentar seu próprio imperialismo. Havia que praticar o derrotismo revolucionário e transformar a guerra imperialista em guerra revolucionária. A guerra era o divisor de águas entre os verdadeiros revolucionários e os capituladores. As guerras e as revoluções são a grande prova.” (SAGRA, 2005, p. 31).

econômica. Nos *Princípios*, encontra-se exposta uma idéia diretriz: os conselhos de operários são chamados a dirigir e fiscalizar as lutas econômicas a partir das próprias fábricas. Conselhos de fábrica, eleitos por delegados de fábrica, em conexão com conselhos de operários, saídos igualmente das fábricas, unidos na cúpula dos conselhos econômicos do Reich. Vocês verão que outro resultado não tem senão um completo esvaziamento de todas as funções dos sindicatos (Aplausos). Expropriamos os sindicatos das funções que lhes foram confiadas pelos operários e das quais se desviaram. Substituímos os sindicatos por um novo sistema sobre bases totalmente novas... hoje precisamos concentrar-nos no sistema dos conselhos de operários e não associar as organizações por meio de combinações das velhas formas, sindicato e partido, erigi-las sobre uma base totalmente nova. Conselhos de fábrica, conselhos de operários, e numa ascensão contínua, um sistema totalmente novo, que nada tem em comum com as antigas e ultrapassadas tradições. (LUXEMBURGO, 1987, p. 18).

No contexto da Primeira Guerra Mundial com a traição dos partidos sociais democratas aos princípios socialistas e principalmente ao internacionalismo proletário, abriu-se uma crise profunda no seio da II Internacional. Os partidos e agrupamentos que continuavam reivindicando o marxismo, representados pelos Bolcheviques - na Rússia, liderados por Lênin e Trotsky, por Rosa Luxemburgo e Karl Liebecknet, na Alemanha, entre outros grupos minoritários em diversos países europeus, Argentina e Estados Unidos buscaram se reorganizar rumo a uma nova internacional.

É importante ressaltar que, se a Internacional se degenerou completamente com a I Guerra Mundial, essa degeneração teve começo no início do século a partir das consequências da derrota da Revolução Russa de 1905 e do surgimento da aristocracia operária. Como vimos, o combate às posições revisionistas e reformistas na Alemanha foi travado principalmente por Rosa Luxemburgo. Na Rússia, onde a sociedade civil se desenvolveu de forma diferente da Europa Ocidental, em função da presença do czarismo totalitário, que não permitia o desenvolvimento de liberdades democráticas, a questão central posta era a necessidade urgente da revolução proletária.

A partir da concepção de que o partido russo tinha que se preparar para dirigir a tomada do poder, enfrentando não só a burguesia, mas também o economicismo e o oportunismo, Lênin defendeu até as últimas consequências a necessidade de que o partido devia ter uma estrutura diferente. Que tinha de ser um partido altamente centralizado, com fronteiras delimitadas do resto da classe e conformado por quadros que se especializassem e que assumissem a revolução como profissão. (SAGRA, 2005, p. 38).

Já em 1902, quando escreveu “O que fazer?”, Lênin expressou claramente as divergências com a social-democracia, no âmbito da Rússia. Nesse livro, expôs suas teses sobre o caráter e o conteúdo principais da agitação política do POSDR, sobre as tarefas da organização, o plano de criação de uma organização de combate em toda a Rússia. Ainda nessa obra fez o debate sobre as correntes que compunham o movimento socialista russo,

chamando a atenção para a necessidade de unificação, assim como defendeu a idéia de partido centralizado democraticamente, pois as bases materiais do capitalismo na Rússia haviam gerado as condições para a revolução socialista. (LÊNIN, 1977, p. 81).

Em 1903, no Congresso do Partido Social Democrata Russo (POSDR) essa polêmica foi deflagrada a partir da concepção de militante. Para Lênin, consoante com a visão de partido que defendia, deveria ser considerado militante apenas aquele que tivesse atividade permanente de defesa e aplicação da política do partido no movimento de massas, que pertencesse e estivesse vinculado disciplinarmente a um organismo partidário. A partir desse debate, houve a cisão do POSDR entre bolcheviques (maioria) e mencheviques (minoria), sendo que estes últimos defendiam que, para ser militante bastava concordar com a política do partido. (SAGRA, 2005, p. 38).

Outra polêmica expressiva no interior do movimento socialista foi sobre a dinâmica de classe da revolução. Como relata Sagra (2005, p.40):

Marx e Engels estabeleceram uma ordem de progressão no processo revolucionário, de acordo com o grau de desenvolvimento capitalista em cada país. Para eles as primeiras revoluções operárias seriam nos países capitalistas mais avançados, já que neles haveria maior desenvolvimento do proletariado. A Revolução Russa de 1905 questionou esse esquema, já que a Rússia era um país atrasado, e foi aí que se deu a primeira revolução operária depois da Comuna de Paris.

A partir da Revolução de 1905, desenvolveu-se também uma controvérsia, na Rússia e no interior da II Internacional, sobre as tarefas a serem resolvidas pela revolução. Todos tinham acordo de que estas seriam burguesas: eleições livres, república, reforma agrária, autodeterminação das nacionalidades. Porém, a partir daí as opiniões se dividiam: O mencheviques entendiam que a revolução se daria em duas etapas: inicialmente proletariado, campesinato e intelectualidade formariam coalizão com a burguesia liberal para abater a monarquia, instaurando o regime democrático burguês, e a partir daí estariam colocadas as bases para o proletariado realizar a revolução socialista. Lênin e os bolcheviques eram opostos a esse esquema, criticavam principalmente a aliança com a burguesia liberal, sob o argumento de que quebrava o princípio da independência de classes, defendido por Marx e Engels. Para Lênin (1977), a burguesia possuía vínculos fortes com a monarquia czarista, por isso defendia que a revolução deveria, desde o início, enfrentar também a burguesia. (SAGRA, 2005, p. 40).

Sagra (2005) lembra que Trotsky, em seu livro “Balanço e Perspectivas” de 1905, quando este escreveu pela primeira vez sobre a Revolução Permanente, chamou a atenção para o papel desenvolvido pela burguesia nas revoluções de 1848, concluindo que esta não

teria mais um papel progressivo. Nesse sentido, caberia ao proletariado, apesar de numericamente reduzido, cumprir o papel de sujeito revolucionário e proceder às transformações para a revolução socialista.

Depois da revolução de fevereiro de 1917, nas Teses de Abril, Lênin modificou sua posição e conclamou a que os soviets tomassem o poder para implantar a ditadura do proletariado.

O processo revolucionário deu razão a Trotsky em relação à dinâmica de classes da revolução. Assim como deu razão a Rosa Luxemburgo sobre o caráter nefasto do setor de Kautsky. Porém, se foi possível obter o maior triunfo operário da história, se o proletariado pôde tomar e conservar o poder, foi porque se impôs a concepção de partido defendida por Lênin. O triunfo foi possível porque existiu um partido revolucionário, democraticamente centralizado, formado por militantes profissionais que esteve em condições de dirigir esse processo. (SAGRA, 2005, p. 41).

### 2.3 Resistência e lutas dos trabalhadores em torno da III internacional

As duas primeiras décadas do século XX foram bastante complexas para a luta dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que aconteceram várias conquistas econômicas, em meados da segunda década, se desenvolveram conflitos que culminaram com a Primeira Guerra Mundial. No período imediatamente anterior ocorreram vários eventos que contribuíram para a acumulação de forças e elaboração teórica e prática dos trabalhadores.<sup>76</sup>

Em face da degeneração da social democracia alemã e da II Internacional, o coletivo que continuava reivindicando o marxismo buscou se reagrupar, desenvolvendo esforços no sentido de recompor a luta internacional sob novas bases, ou melhor, dando seqüência à luta desenvolvida por Marx e Engels, tarefa que evidentemente exigiu muitos embates e debates em busca de confluência.

Este agrupamento constituiu a Esquerda de *Zimmerwald*, em 1915, no mesmo ano Luxemburgo escreveu o “Folheto Junius” (A crise da Social Democracia) e Lênin redigiu “A Falência da II Internacional”.

A II Internacional deveria ser testada no momento da guerra imperialista. Ela estava intelectualmente preparada. Estava à frente pela análise do caráter da guerra. Em diferentes oportunidades os congressos internacionais haviam decidido levar a luta mais enérgica e mesmo empregar a greve geral internacional contra a guerra...

<sup>76</sup> É desse período um conjunto de obras de Lênin: “O que fazer?” Escrito em 1902 e publicado no mesmo ano; *Problemas candentes do nosso movimento, Um passo em frente, dois passos atrás (A crise no nosso partido)* escrito e publicado em 1904; *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*, redigido e publicado em 1905. Todos esses escritos compõem a teoria leniniana sobre partido, questões organizativas, as tarefas do proletariado e das organizações revolucionárias. Defende a concepção de partido de combate, centralizado democraticamente, pois o desenvolvimento capitalista havia gerado as condições para a revolução socialista.

Declarada a guerra, foi feito o contrário, a II Internacional não foi capaz de um protesto sequer. Em vez de declarar a greve geral ou a luta contra a guerra imperialista, os líderes social democratas empenharam-se em dar sustentação à sua própria burguesia sob o pretexto da defesa nacional. Todos foram devorados pelo oportunismo e pelo chauvinismo, presos por mil laços à burguesia. Naturalmente a II Internacional não poderia ser diferente dos partidos que a integravam. As frases revolucionárias mascararam a realidade apenas por algum tempo, pois exigia-se a adequação dos atos às palavras. Eis por que o início da guerra mundial marca o desmoronamento da II internacional. (ANAIS DA III INTERNACIONAL COMUNISTA, 1988, p. 33).

Segundo Tau Golin (1988), as raízes da fundação da III Internacional devem ser buscadas em 1915, na Conferência de *Zimmerwald*, que representou a retomada das teses de Marx relativas ao internacionalismo proletário e à condenação do nacionalismo. “A Cominter buscava firmar-se sobre o tronco genealógico da Liga dos Comunistas (1847-52) e da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-76).” (ANAIS DA III INTERNACIONAL COMUNISTA, 1988, p. 11).

A Esquerda de Zimmerwald é considerada o embrião da III Internacional, quando reuniu na Suíça, em 1915, vários grupos de posição antibelicista que aglutinavam esforços contra a guerra, pregando a paz e a não-anexação. Entretanto, não foi possível a fundação da Internacional nesse período, embora Lênin já a defendesse. Em função dos acontecimentos na Rússia, com a Revolução de Outubro, era imperiosa a fundação de um partido internacional que impulsionasse a revolução na Alemanha e por toda a Europa, segundo as teses de Trotsky da Revolução Permanente.

Nesse sentido, Lênin travou um combate acirrado contra as posições daquele que era o principal teórico da II Internacional, considerado um grande marxista “paladino do patrimônio dos clássicos”: Kautsky. Tal batalha se tornou explícita quando este lançou seu livro *A Ditadura do Proletariado*, opondo-se ao governo dos soviets, defendendo a teoria da democracia pura, como valor universal. (GOLIN, 1988, p. 20). Lênin (2005, P. 139), por sua vez, replicou escrevendo *A Revolução Proletária e o renegado Kautsky*, atribuindo à democracia um conteúdo de classe, “não se pode falar de democracia pura enquanto existirem classes sociais”. Para Lênin (2005, p. 139), democracia, classe e Estado formam uma unidade indissolúvel, portanto o desaparecimento do Estado e da democracia só aconteceria com a extinção das classes. Nessa polêmica, a concepção de Kautsky foi de negação ao bolchevismo como um modelo para os proletários de outros países.

Como se podem ver, neste momento de crise da II Internacional e nascimento da Internacional Comunista, as polêmicas retomam questões estratégicas como o papel da classe operária e a tomada do poder (temas amplamente debatidos na I Internacional), ampliando-se

nesta etapa de desenvolvimento o movimento operário socialista, com temas relativos ao caráter do Estado, da democracia, da participação da sociedade civil, do papel e caráter do partido, a relação Estado/partido, dentre outros, postos pela realidade objetiva, referentes à construção de uma nova sociabilidade, gerida pelos próprios trabalhadores.

Dessa forma, Lênin (2005) fez uma verdadeira imersão nos estudos marxianos e, considerando a realidade da Rússia na qual estava inserido, desenvolveu uma perspectiva estratégica para a tomada do poder pelos trabalhadores, uma concepção de partido apto para dirigir a Revolução Proletária, uma concepção de Estado e a construção do Estado Operário e os caminhos para o seu definhamento. Na verdade, Lênin estava pondo em prática as teses defendidas por Marx e Engels, frente às condições objetivas dadas e as subjetivas que foram construídas.

Em *O Estado e a Revolução*<sup>77</sup> Lênin (2005, p. 28) afirmou:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo irreconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente a existência do Estado prova que as contradições de classes são irreconciliáveis... Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma 'ordem' que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes. Para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a submissão de uma classe por outra; atenuar a colisão significa conciliar, e não arrancar às classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores a cuja derrocada aspiram.

Assim, na revolução de 1917, quando a questão da significação do papel do Estado foi posta em toda a sua amplitude, posta, na prática, como que reclamando uma ação imediata das massas, todos os socialistas-revolucionários e todos os mencheviques sem exceção caíram, imediata e completamente, na teoria burguesa da 'conciliação' das classes pelo 'Estado'. Inúmeras resoluções e artigos desses políticos estão profundamente impregnados dessa teoria burguesa oportunista da 'conciliação'. Essa democracia pequeno-burguesa é incapaz de compreender que o Estado seja o órgão de dominação de uma determinada classe que não pode conciliar-se com a sua antípoda (a classe adversa). A sua noção de Estado é uma das provas mais manifestas de que os nossos socialistas-revolucionários e os nossos mencheviques não são socialistas, como nós, os bolcheviques, sempre o demonstramos, mas democratas pequeno-burgueses de fraseologia aproximadamente socialista.

Lênin (2005, p. 44), diante dessa caracterização de Estado, afirma que “o proletariado precisa do poder político, da organização centralizada da força, da organização, da violência, para reprimir a resistência dos exploradores e dirigir a massa enorme da população... na edificação da economia socialista.” Fica assim evidente em Lênin, a defesa da organização independente do proletariado na conquista do Estado.

---

<sup>77</sup> *O Estado e a Revolução* escrito por Lênin em fevereiro de 1917 e publicado em Moscou no mesmo ano.

Educando o partido operário, o marxismo forma a vanguarda do proletariado, capaz de tomar o poder e de conduzir todo o povo ao socialismo, capaz de dirigir e de organizar um novo regime, de ser o instrutor, o chefe e o guia de todos os trabalhadores, de todos os explorados, para a criação de uma sociedade sem burguesia, e isto contra a burguesia. O oportunismo, ao contrário, desliga das massas e educa, apenas, no partido operário, os representantes dos trabalhadores mais bem retribuídos, que se ‘instalam’ muito confortavelmente no regime capitalista e vendem por um prato de lentilhas o seu direito de primogenitura, isto é, renunciam ao papel de guias revolucionários do povo contra a burguesia. (LÊNIN, 2005, p. 44)

Uma vez tomado de assalto o Estado, Lênin (2005, p. 44) recupera Engels e Marx na experiência da Comuna de Paris, para pôr em prática na revolução de 1917.

O Estado, isto é, o proletariado organizado como classe dominante - essa teoria de Marx está indissolúvelmente ligada a todo o seu ensinamento sobre o papel revolucionário do proletariado na história. Esse papel tem como ponto culminante a ditadura proletária, a dominação política do proletariado. Mas se o proletariado precisa do Estado como uma forma particular da violência contra a burguesia, é natural que se pergunte se uma tal organização é realizável sem o prévio aniquilamento, a destruição prévia da máquina governamental que a burguesia criou para o seu próprio uso. O Manifesto Comunista conduz a essa conclusão, e dela se ocupa Marx quando resume as lições da revolução de 1848-1851.

E, sobre este aspecto concluiu:

Não somos utopistas. Nunca ‘sonhamos’ poder dispensar bruscamente, de um dia para o outro, toda e qualquer administração, toda e qualquer subordinação; isso são sonhos anarquistas resultantes da incompreensão do papel da ditadura proletária, sonhos que nada têm em comum com o marxismo e que na realidade não servem senão para adiar a revolução socialista até que os homens venham a ser de outra essência. (LÊNIN, 2005, p. 62).

No contexto da Internacional Comunista se configuraram as concepções de partido e a relação partido, sindicatos e movimento de massas. Houve potente discussão sobre o caráter das organizações operárias, tanto o partido como a relação com os sindicatos e as massas trabalhadoras. Isto tendo evidentemente presentes as concepções bolcheviques em relação à social democracia.

Para Lênin (2005) os sindicatos deveriam funcionar como “escola de guerra”, mas ainda não é a própria guerra, por isto, para ele, os revolucionários devem ter toda atenção e atuação no interior dos sindicatos nos quais apresentarão e disputarão sua política com as demais correntes que atuam no movimento operário, com o intuito de dirigi-la.

Sobre os Sindicatos os Anais da Internacional Comunista assim refletem:

Os sindicatos são uma organização mais massiva do proletariado, que tendem cada vez mais a abranger sem exceção todos os operários de cada setor da indústria e a fazer entrar para as suas fileiras não somente os comunistas conscientes, mas

também as categorias intermediárias e mesmo setores atrasados dos trabalhadores que, aos poucos, apreendem pela experiência da vida o comunismo.

O papel dos sindicatos, no período que precede o combate do proletariado para a tomada do poder, no período desse combate e, depois, após a conquista do poder, difere quanto às relações, mas sempre, antes, durante e depois, os sindicatos permanecem como uma organização mais vasta, mais massiva, mais geral que o partido, em relação a esse último eles desempenham, até um certo ponto, o papel da circunferência em relação ao centro.

Antes da conquista do poder, os sindicatos verdadeiramente proletários organizam os operários, principalmente sobre o terreno econômico, para a conquista de melhorias possíveis, para o completo desmoronamento do capitalismo, mas colocam no primeiro plano de sua atividade a organização da luta das massas proletárias contra o capitalismo, tendo em vista a revolução proletária.

Durante a revolução proletária, os sindicatos verdadeiramente revolucionários, de mãos dadas com o partido, organizam as massas para tomar de assalto as fortalezas do capital e se encarregam do primeiro trabalho de organização da produção socialista.

Após a conquista e a afirmação do poder proletário, a ação dos sindicatos se transporta sobretudo para o domínio da organização econômica e eles consagram quase todas as suas forças à construção do edifício econômico sobre bases socialistas, tornando possível assim uma verdadeira escola prática de comunismo. (III INTERNACIONAL COMUNISTA, 1988, p. 168).

No livro “*O que fazer?*” Lênin (1977) assim se pronunciou sobre a espontaneidade das massas e a consciência social democrata:

Dissemos que os operários não podiam ter consciência social-democrata. Esta só podia ser transmitida vinda de fora. A história de todos os países atesta que a classe operária, apenas com suas forças, só está em condições de elaborar uma consciência *trade-unionista*, isto é, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, reclamar do governo a promulgação de tais ou quais leis necessárias para os operários, etc. Em compensação, a doutrina do socialismo surgiu de teorias filosóficas, históricas e econômicas, elaboradas por representantes instruídos das classes dominantes, pelos intelectuais. Os próprios fundadores do socialismo científico moderno, Marx e Engels, pertenciam, por sua posição social, aos intelectuais burgueses. Do mesmo modo, a doutrina teórica da social democracia surgiu na Rússia absolutamente independente do ascenso espontâneo do movimento operário, surgiu como efeito natural e inevitável do desenvolvimento do pensamento entre os intelectuais revolucionários socialistas. Até a época de que tratamos, isto é, meados da última década do século passado, essa doutrina não só já constituía um programa completamente formado do grupo Emancipação do Trabalho, como também tinha chegado a conquistar a maioria da juventude revolucionária da Rússia. De modo que existiam tanto o despertar espontâneo das massas revolucionárias, o despertar para a vida consciente e para a luta consciente, como uma juventude revolucionária que, armada da teoria social-democrata, tendia com todas as forças para os operários. (LÊNIN, 2005, p. 56).

Nesse sentido, Lênin (1977, p. 46) destaca a importância da luta concreta, a exemplo das greves, para elevação da consciência dos trabalhadores:

As greves ensinam os operários a unirem-se, as greves fazem-nos ver que somente unidos podem agüentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Exatamente por isso, os socialistas chamam as greves

de “escola de guerra”, escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do capital. Mas a ‘escola de guerra’ ainda não é a própria guerra. Quando as greves alcançam grande difusão, alguns operários (e alguns socialistas) chegam a pensar que a classe operária pode conseguir uma grande melhora em sua situação e até sua própria emancipação. Vendo a força que representam a união dos operários e até mesmo pequenas greves, pensam alguns que basta aos operários deflagrarem greve geral em todo o país para poder conseguir dos capitalistas e do governo tudo que queiram. Esta opinião porém é errada. As greves são um meio de luta da classe operária por sua emancipação, mas não o único, e se os operários não prestam a atenção a outros meios de luta, atrasam o desenvolvimento e o êxito da classe operária.

As posições de Lênin estão disseminadas em várias obras e nos anais da III Internacional. Sobre a concepção de partido destacaremos alguns aspectos das resoluções da III Internacional:

- O Partido Comunista deve ser a vanguarda, o exército dirigente do proletariado, durante todas as fases de sua luta de classes revolucionária, e durante o período de transição em direção à realização do socialismo, primeiro degrau da sociedade comunista;
- Não pode haver nele nenhuma forma de organização imutável e absolutamente conveniente para todos os partidos comunistas. As condições da luta proletária se transformam constantemente e, conforme essas transformações, as organizações da vanguarda do proletariado devem também procurar constantemente formas novas e adequadas.
- A luta das organizações comunistas é contra a burguesia. A vitória sobre ela, a conquista do poder arrancado à burguesia, constitui para esses partidos e para a sua Internacional o objetivo principal.
- O essencial, portanto, para o trabalho de organização dos Partidos Comunistas nos países capitalistas, é definir uma organização que torne possível a vitória da revolução proletária sobre as classes possuidoras e que a assegure.
- Nas ações comuns, é indispensável para o sucesso da revolução ter uma direção, isto é necessário sobretudo em função dos grandes combates da história mundial. A organização de Partidos Comunistas é a organização da direção comunista da revolução proletária.
- Para bem seguir as massas, o Partido tem necessidade de uma boa direção. A tarefa essencial de organização que se impõe a nós é a seguinte: formação, organização e educação de um Partido Comunista puro e realmente dirigente para guiar o movimento revolucionário proletário.
- A direção da luta social-revolucionária supõe, nos Partidos Comunistas e em seus órgãos dirigentes, a combinação do maior poder de ataque e da mais perfeita adaptação às condições cambiantes da luta.
- Uma boa direção supõe, além do mais, a ligação da maneira mais absoluta e mais estreita com as massas proletárias. Sem essa ligação, o Comitê diretor não guiará jamais as massas, só poderá no melhor dos casos segui-las. Essas relações orgânicas devem ser obtidas nas organizações do Partido Comunista pelo centralismo democrático, que é a síntese, uma fusão da centralização e da democracia operária. A centralização não deve ser formal ou mecânica, deve ser a centralização da atividade comunista. (ANAIS DA INTERNACIONAL COMUNISTA, p. 168).

A Internacional Comunista tinha claro que nenhum partido comunista é vitorioso em sua batalha contra a burguesia e a social democracia, quando não conta com apoio e simpatia das grandes massas. Nesse sentido, é interessante anotar resoluções sobre tática:<sup>78</sup>

É necessário tomar cada necessidade das massas como ponto de partida da luta revolucionária, que em seu conjunto poderá constituir a corrente poderosa da revolução social. Porém, para realizar essa tarefa, os partidos comunistas devem propor as reivindicações cuja realização constitui uma necessidade imediata e urgente para a classe operária e devem defender essas reivindicações nas lutas de massas, sem se importar em saber se são essas reivindicações compatíveis ou não com a exploração agiota da classe capitalista. No lugar do programa mínimo dos reformistas e dos centristas, a Internacional Comunista introduz a luta pelas necessidades concretas do proletariado, por um sistema de reivindicações que em seu conjunto destruam o poderio da burguesia, organizem o proletariado e constituam as etapas da luta pela ditadura proletária e cada uma das reivindicações em particular expresse uma necessidade das grandes massas, ainda que essas massas não se situem ainda conscientemente no terreno da ditadura do proletariado. (SAGRA, 2005, p. 48).

Este debate introduz uma questão historicamente polêmica no movimento operário: a questão das reivindicações econômicas e políticas, mínimas e máximas. Como vimos, Luxemburgo, em contenda com a social democracia alemã, entendia que reforma e revolução formavam um elo indissolúvel. Esse era o espírito dos comunistas no início e até meados do século passado.

É tarefa dos partidos comunistas estender as lutas que se desenvolvem em nome dessas reivindicações concretas, de aprofundá-las e uni-las entre si (...). na medida em que a luta pelas reivindicações parciais ou as lutas parciais de diversos grupos operários se generalizem em uma luta geral da classe operária contra o capitalismo, o Partido Comunista tem o dever de propor consignas mais elevadas e mais gerais até colocar a derrota direta do adversário. Toda objeção contra a elevação de reivindicações parciais desse gênero, toda acusação de reformismo a pretexto das lutas parciais, parte dessa mesma incapacidade para compreender as condições vivas da ação revolucionária, a qual já se manifestou na oposição de certos grupos comunistas em participar dos sindicatos e na utilização do parlamento. Não se trata de pregar sempre ao proletariado os objetivos finais, senão em fazer progredir uma luta concreta que só pode conduzi-lo a lutar por esses objetivos finais. (SAGRA, 2005, p. 48).

Em que pesem todas as terríveis dificuldades que os bolcheviques enfrentaram para dirigirem a primeira sociedade socialista e os problemas daí decorrentes, do violento processo de burocratização no pós 1923, tornando permanentes medidas que deveriam ser temporárias, da mudança de estratégia de “revolução permanente” para “socialismo num só país” - questões polêmicas que exigem uma análise que foge do nosso objetivo neste texto -

---

<sup>78</sup> Essas resoluções sobre táticas foram tomadas no III Congresso da Internacional realizado de 22 de junho a 12 de julho de 1921, em Moscou. Ver III Internacional Comunista. Manifestos, Teses e Resoluções do 3º Congresso. Cadernos de Formação Marxista 5. Brasil Debates Editora, 1989.

cabe reconhecer o mérito do Partido Comunista Russo em saber aproveitar os momentos preciosos da luta dos operários e camponeses, da mobilização, captando os anseios das massas e transformando-os em política, do método da ação direta e, aprendendo com a experiência da Comuna de Paris, o momento da transição, para rebater a contra-revolução.<sup>79</sup>

Após a Revolução Russa de 1917, ficou estabelecida claramente a disputa entre duas perspectivas de sociabilidade. A capitalista, hegemônica no mundo, e a socialista que tentava se estabelecer como uma nova experiência, ao mesmo tempo em que, pelas disputas e opções feitas, sofria um violento processo de burocratização. Porém, sem sombra de dúvida, tornou possível o que era considerado até então mera utopia.

Trotsky<sup>80</sup> empreendeu uma batalha de vida e morte em defesa do marxismo e da revolução, apontando o abismo para onde estava caminhando a Revolução Russa, buscando reunir a esquerda antiestalinista no mundo que, em 1938, fundou a IV Internacional. Em “A Concepção Marxista de Sindicato”, já num contexto de burocratização e degeneração do Estado Operário Soviético, em 1931, Trotsky discutiu a relação Comunismo e Sindicalismo, recuperando, como veremos, as teses leninianas.

Para Trotsky (2004, p. 60) o sindicato, as cooperativas e os sovietes são organismos de massa da classe operária.

Para o Partido Comunista todas essas organizações são, sobretudo, um campo propício para a educação revolucionária de amplos setores operários e para o recrutamento dos operários mais avançados. Quanto mais amplas massas abarca uma determinada organização, maiores são as possibilidades que oferece à vanguarda revolucionária. É por isso que, geralmente, não é a ala comunista, mas sim a reformista que toma a iniciativa de dividir as organizações de massa.

Assim, o sindicato possuía uma importância destacada no contexto do movimento operário e também para a Oposição, uma vez que através dele o partido poderá ter influência junto às massas trabalhadoras. Trotsky (2004, p. 21) entendia o Partido Comunista como “a ferramenta fundamental para a ação revolucionária do proletariado, a organização de combate de sua vanguarda que deve erigir-se em direção à classe operária em todos os âmbitos de sua

---

<sup>79</sup> Concordamos com a análise de Dias acerca dos processos ocorridos na URSS: ...a dissolvente análise de Marx foi substituída pela vulgata estalinista. O marxismo de teoria da emancipação humana virou prática de planificação estatal e assim fez refluir o conjunto dos movimentos sindical e popular para o campo econômico-corporativo, abandonando, inteiramente, a perspectiva do momento ético-político, ou seja, do momento de construção de uma nova racionalidade, de uma nova cidadania, das classes trabalhadoras. Ao mesmo tempo, a burocracia estalinista tratou de reduzir a história das sociedades à sua história. Assim, em decorrência de não ter alcançado uma cidadania efetiva, uma socialização real das forças produtivas, a militarização forçada do trabalho, a coletivização forçada dos camponeses, a criação rápida e forçada de uma nova classe trabalhadora a experiência malogrou. (Dias, 1997, p. 77).

<sup>80</sup> Lev Davidovitch Bronstein - Trotsky (1879-1940) Dirigente revolucionário Russo, participou da Revolução de 1905 e de outubro de 1917, defensor da teoria da revolução permanente. Em 1929 foi expulso da URSS, sendo assassinado em 1940, no México).

luta, sem exceção, e, portanto, também no campo sindical”. Nesse sentido, discutia a relação sindicato/partido, no contexto do imperialismo, a partir de situações concretas, polemizando acerca da questão da autonomia dos sindicatos em relação aos partidos.

Aqueles que, em princípio, contrapõem a autonomia sindical em relação ao Partido Comunista estão contrapondo - queiram ou não - o setor proletário mais atrasado com a vanguarda da classe operária, a luta pelas conquistas imediatas com a luta pela completa libertação dos trabalhadores; o reformismo com o comunismo; o oportunismo com o marxismo revolucionário. (TROTSKI, 2004, p. 21).

Chama a atenção para o exemplo do sindicalismo francês que antes da Primeira Guerra Mundial, período de seu surgimento e expansão, trabalhou devidamente a relação partido/sindicato sem fazer apologia à autonomia das organizações de massas. “Pelo contrário, compreendeu e elogiou o papel dirigente da minoria revolucionária em relação às organizações de massas, que refletem a classe operária com todas as suas contradições, seu atraso e suas debilidades”. Porém, após a guerra, o sindicalismo francês retrocedeu, retomando os princípios do sindicalismo revolucionário (de base anarquista), contrapondo-se ao comunismo, não compreendendo que há nessa concepção uma debilidade teórica que tinha como consequência uma também equivocada concepção da natureza do Estado, do papel da luta de classes e do Partido. “Daí seus erros táticos, como o fetichismo da greve geral, o desconhecimento da relação entre a insurreição e a tomada do poder, etc”. (TROTSKI, 2004, p22).

Trotsky (2004) denomina os “epígonos do sindicalismo” aqueles que transformam a independência das organizações sindicais da burguesia e dos socialistas reformistas em independência em geral, incluindo aí os partidos comunistas.

Se em momento de expansão o sindicalismo considerava-se vanguarda e lutava pela hegemonia da minoria da vanguarda sobre as massas atrasadas, os epígonos do sindicalismo lutam agora contra idênticas intenções da vanguarda comunista, tentando, ainda que sem êxito, basear-se no pouco desenvolvimento e nos preconceitos dos setores mais atrasados da classe operária. (TROTSKI, 2004, p. 22).

Em Trotsky (2004, p. 23) a independência da luta do proletariado organizado em sindicato contra a burguesia deve se dar a partir de atos políticos concretos, isto é, luta concreta a partir de um programa, de uma organização e táticas de aplicação claras, quer dizer, organização, programa e táticas formam o partido. “Assim, a verdadeira independência do proletariado em relação ao governo burguês não pode se concretizar a não ser que avance sua luta sob condução de um partido revolucionário e não de um partido oportunista”.

Os epígonos do sindicalismo querem nos fazer acreditar que os sindicatos são auto-suficientes. Isso teoricamente não quer dizer nada, mas na prática significa a dissolução da vanguarda revolucionária na retaguarda das massas, ou seja, nos sindicatos.

Quanto mais amplas são as massas que os sindicatos abrangem, melhor eles cumprem sua missão. Um partido operário, ao contrário, se prestigia somente se for ideologicamente homogêneo, ligado pela unidade de ação e de organização. Pretender que os sindicatos sejam auto-suficientes porque o sindicato já alcançou a sua 'maioridade' é adular o proletariado, afirmando-lhe ser algo que ele não é e nem pode ser sob o capitalismo - que mantém no atraso e na ignorância a enorme massa de operários, permitindo somente à vanguarda a possibilidade de superar as dificuldades e chegar a uma clara compreensão das tarefas do conjunto da sua classe.

A autonomia real, prática e não metafísica, da organização sindical não se vê perturbada nem diminuída, um mínimo que seja, pela batalha do Partido Comunista para influir sobre os sindicatos. Todo membro do sindicato tem direito a votar como melhor lhe pareça e a escolher o que julgar melhor. Os comunistas, como os demais, gozam destes direitos...

O caráter da influência do partido, suas formas e seus métodos, podem diferir profundamente de acordo com as condições gerais de um determinado país ou o seu nível de desenvolvimento.

Está claro que a influência geral do Partido Comunista crescerá, inclusive nos sindicatos, quanto mais revolucionária se torne a situação. (TROTSKI, 2004, p. 23).

Trotsky escreveu, em 1938, o “Programa de Transição: a agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional”, no qual parte da situação objetiva do capitalismo internacionalmente, apontando as premissas objetivas da Revolução Socialista. Nesse texto defendeu a famosa e polêmica tese de que a crise histórica da humanidade se reduz à crise de direção revolucionária. Baseava-se no panorama internacional no qual as condições econômicas teriam alcançado o seu ponto máximo no capitalismo, conseqüentemente as forças produtivas teriam deixado de se desenvolver; as invenções tecnológicas não produziram mais o progresso da humanidade; a crise social impunha violentas privações e sofrimentos às amplas massas, desemprego, crise financeira do Estado. Por outro lado, naquele momento, os capitalistas, não encontrando alternativas para manter a sua dominação, tiveram que recorrer ao fascismo.

O panorama das relações internacionais não possui melhor aspecto. Sob a pressão crescente do declínio capitalista, os antagonismos interimperialistas atingiram tal extremo que os enfrentamentos isolados e explosões sangrentas (Etiópia, Espanha, Extremo oriente, Europa Central...) necessariamente se convertem num incêndio mundial. A burguesia dá-se conta, sem dúvida, do perigo mortal que uma nova guerra representa para seu domínio; mas é, atualmente, infinitamente menos capaz de preveni-la do que às vésperas de 1914. Os falatórios de toda espécie, segundo os quais as condições históricas não estariam ‘maduras’ para o socialismo, são apenas produto da ignorância ou do engano consciente. As premissas objetivas da revolução proletária não estão somente maduras, mas começam a apodrecer. Sem a vitória da revolução socialista no próximo período histórico, toda civilização humana estará ameaçada de ser conduzida a uma catástrofe. Tudo depende do proletariado e, antes de tudo, de sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade se reduz à crise da direção revolucionária. (TROTSKI, 2004, p. 11).

Se as condições objetivas estariam maduras para a revolução socialista, onde se localizaria então o problema? Para Trotski (2004, p. 12), “O principal obstáculo para a transformação pré-revolucionária da sociedade em situação revolucionária é o caráter oportunista da direção do proletariado, sua covardia pequeno-burguesa e os laços traidores que mantém com ela (a burguesia), mesmo em sua agonia”.

A orientação das massas está determinada, por um lado, pelas condições objetivas do capitalismo que se deteriora; por outro, pela política traidora das velhas organizações operárias. Desses dois fatores, o fator decisivo é, sem dúvida, o primeiro: as leis da história são mais poderosas que os aparelhos burocráticos. Por mais diverso que sejam os métodos dos sociais-traidores - da legislação ‘social’ de Leon Blum às falsificações judiciais de Stálin -, eles não conseguirão jamais quebrar a vontade revolucionária do proletariado. Cada vez mais seus esforços desesperados para deter a roda da história demonstrarão às massas que a crise da direção do proletariado, que se transformou na crise da civilização humana, só pode ser resolvida pela IV Internacional. (TROTSKI, 2004, p. 13).<sup>81</sup>

Então, mediante essa análise, Trotski entendia que a tarefa estratégica colocada era a superação entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade do proletariado e de sua vanguarda, ou seja, aproximar as condições objetivas das subjetivas. Para isso, estava posta a necessidade de contribuir com as massas no processo de suas lutas cotidianas a fim de estabelecer a ligação entre suas reivindicações imediatas e o programa da Revolução socialista. “Essa ponte deve consistir em um sistema de reivindicações transitórias que parta das atuais condições e da consciência de largas camadas da classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado”. (TROTSKI, 2004, p. 13).

Nesse sentido, Trotski (2004) criticou a social democracia clássica que realizava a dicotomia entre programa mínimo e programa máximo, destacando que esta atuava num momento em que o capitalismo era progressista e podia realizar reformas. No entanto, só lembrava do programa máximo, ou seja, as reivindicações históricas, em dias de festa. Trotski criticou duramente a *Cominter*, que desembocou no mesmo caminho da social democracia, só que em condições piores, numa época de decomposição do capitalismo.

Quando não há mais lugar para reformas sociais sistemáticas nem para a elevação do nível de vida das massas; quando a burguesia retoma sempre com a mão direita o dobro do que deu com a esquerda (impostos, direitos alfandegários, inflação,

---

<sup>81</sup> Para Trotski as condições objetivas dadas pela situação do capitalismo na década de 1930 eram o fator mais importante para a determinação, para a orientação política das massas. No entanto, aponta a importância da direção política das velhas direções (os sociais traidores). Então estava colocado para o proletariado resolver o problema da direção do proletariado, que só poderia ser resolvido pela IV internacional. Como sabemos, considerando os prognósticos de Trotski, há hoje uma variada gama de organizações nacionais e internacionais que se reivindicam trotskistas e defendem no pós queda da URSS, que as teses de Trotski permanecem atuais.

‘deflação’, carestia da vida, desemprego, regulamentação policial das greves, etc.); quando cada reivindicação séria do proletariado, e mesmo cada reivindicação progressista da pequena burguesia, conduz inevitavelmente para além dos limites da propriedade capitalista e do estado burguês. (TROTSKI, 2004, p. 14).

Como principal dirigente da IV Internacional<sup>82</sup>, Trotski deixava claro que a tarefa estratégica da Internacional naquele momento era a conquista do poder pelo proletariado para realizar a expropriação da burguesia. Chamava a atenção que, para a realização desta tarefa, era essencial atentar às questões de tática e estratégia, mesmo as pequenas e parciais lutas.

A IV Internacional não rejeita as reivindicações do velho ‘programa mínimo’, à medida que tenham conservado alguma força vital. Defende incansavelmente os direitos democráticos dos operários e suas conquistas sociais, mas conduz esse trabalho diário ao quadro de uma perspectiva correta, real, ou seja, revolucionária. À medida que as velhas reivindicações parciais ‘mínimas’ das massas chocam-se com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente - e isto ocorre a cada passo - , a IV Internacional propõe um sistema de reivindicações transitórias, cujo sentido é dirigir-se, cada vez mais aberta e resolutamente, contra as próprias bases do regime burguês. O velho ‘programa mínimo’ é constantemente ultrapassado pelo programa de transição, cuja tarefa consiste numa mobilização sistemática das massas em direção à Revolução proletária. (TROTSKI, 2004, p. 15-16).

Então quais seriam essas reivindicações transitórias? Trotski (2004, p. 15) analisa que, frente às condições miseráveis de vida das massas trabalhadoras, não se faz necessário enumerar as reivindicações, mas ter em conta que essas massas sob o capitalismo decadente, com a ameaça de serem submetidas à miséria total, se vêem obrigadas a defenderem seu alimento. Porém, enfrentar o desemprego e a carestia é fundamental, exigindo palavras de ordem e métodos de luta generalizados. Frente a isso algumas consignas foram apontadas como reivindicações da IV Internacional: trabalho e condições de vida digna para todos; escala móvel de salários; direito ao trabalho.

Nesse contexto, Trotski (2005) ressalta a importância dos sindicatos na época de transição, destacando a sua função na luta pelas reivindicações transitórias e considera que os operários necessitavam cada vez mais de organizações de massas.

Os bolchevique-leninistas encontram-se nas primeiras filas de todas as formas de luta, mesmo naquelas em que se trata de somente de interesses materiais ou dos direitos democráticos mais modestos da classe operária. Tomam parte ativa na vida dos sindicatos de massa, preocupando-se em reforçá-los, em aumentar o espírito de luta. Lutam implacavelmente contra todas as tentativas de submeter os sindicatos ao Estado burguês e de subjugar o proletariado pela ‘arbitragem obrigatória’ e todas as outras formas de intervenção policial não somente fascista, mas também ‘democráticas’. Somente tendo como base esse trabalho será possível lutar com sucesso no interior dos sindicatos contra a burocracia stalinista. As tentativas sectárias de criar ou manter pequenos sindicatos ‘revolucionários’, como uma

---

<sup>82</sup> Fundada em 3 de setembro de 1398, em Paris.

segunda edição do partido, significam de fato, a renúncia à luta pela direção da classe operária. É necessário colocar aqui um princípio inquebrantável: o auto-isolamento capitulador fora dos sindicatos de massa, equivalente à traição da revolução, é incompatível com a militância da IV Internacional. (TROTSKI, 2004, p. 17).

Por fim, Trotski (2004) alerta com veemência a fetichização dos sindicatos a partir dos seguintes aspectos: os sindicatos não substituem o partido, por isso não podem e não devem ter programa revolucionário acabado, em função de suas características de composição e função, sendo tarefa central a construção de partidos revolucionários; os sindicatos por mais amplos e organizados que sejam, não congregam o conjunto da classe, sendo necessário, portanto, criar organismos que ampliem e proporcionem a participação de toda massa operária oprimida, a exemplo dos comitês de greve, comitês de fábrica, os sovietes. Os sindicatos como expressão dos setores superiores da classe proletária desenvolvem uma tendência à conciliação com o regime democrático burguês; em tempos de paz, em tempos de guerra ou revolução os seus dirigentes tendem a neutralizar os conflitos de classe ou serem representantes da burguesia.

É por essas razões que as seções da IV Internacional devem se esforçar constantemente não só em renovar o aparelho dos sindicatos, propondo audaciosa e resolutamente, nos momentos críticos, novos líderes prontos à luta no lugar dos funcionários rotineiros e carreiristas, mas também por criar, em todos os casos em que for possível, organizações de combate autônomas que respondam melhor às necessidades da luta das massas contra a sociedade burguesa e que, se preciso for, não vacilem sequer frente a uma ruptura aberta contra a máquina conservadora dos sindicatos. Se é criminoso voltar as costas às organizações de massa para se contentar com facções sectárias, não é menos criminoso tolerar passivamente a subordinação do movimento revolucionário das massas ao controle de camarilhas burocráticas declaradamente reacionárias ou conservadoras disfarçadas ('progressistas'). O sindicato não é um fim em si, mas somente um dos meios da marcha para a revolução proletária. (TROTSKI, 2004, p. 18).

Assim, Trotski deixava claro que os sindicatos possuíam importância na luta proletária, mas possuíam limites, não sendo um fim em si mesmos, mas um dos meios para a revolução. Sendo, portanto, imprescindível a luta contra a burocracia sindical e a construção do partido revolucionário para a mobilização permanente dos trabalhadores.

### **CAPÍTULO 3 - A LUTA ORGANIZADA DOS TRABALHADORES E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL**

Neste capítulo abordamos como se desenvolveu a luta organizada dos trabalhadores no Brasil, sintonizando com o desenvolvimento capitalista neste país. Tratamos breve e inicialmente da constituição do operariado brasileiro antes de 1964, tendo como referência a mudança política econômica e social realizada em 1930, destacando a organização político-sindical dos trabalhadores nesse período. Num segundo momento, enfatizamos a organização político-sindical nos anos 1970 com as grandes greves de São Paulo no final da década e o protagonismo do movimento sindical nos anos 1980. Finalmente analisamos a crise do movimento sindical nos anos 1990, face a reestruturação produtiva e o neoliberalismo.

A luta organizada, sindical, dos trabalhadores no Brasil remonta ao final do século XIX, desenvolvendo-se em consonância com o desenvolvimento capitalista.

O desenvolvimento capitalista no Brasil, como parte de uma totalidade orgânica que é a sociedade burguesa, apresentou particularidades. Sua integração ao capitalismo mundial ocorreu, segundo Antunes (1988) de forma subordinada, dependente e hipertardia, tendo o Estado desempenhado um papel determinante, engendrando um modelo de desenvolvimento extremamente excludente e concentrador.

Diferentemente dos países europeus, o Brasil não atravessou as formas clássicas de transição ao modo de produção capitalista (do artesanato à grande indústria). Aqui, após o longo período de regime escravista, que chegou ao fim em 1888, o processo de industrialização tomou impulso a partir dos anos 1930. É certo que isto não ocorreu simplesmente pelo atraso histórico do país, mas foi um processo sintonizado com o capitalismo mundial (principalmente a Inglaterra) que, entre 1890 a 1914, viveu uma grande expansão tendo a necessidade de ampliação de mercados para seus produtos industrializados, conforme discutimos no capítulo anterior.<sup>83</sup>

Antes de 1930 a agro-exportação era o modelo reinante, a indústria era recente e residual, com uma pequena classe operária (em 1900 eram apenas 85 mil trabalhadores

---

<sup>83</sup> É importante localizar que nesse período ocorreu a expansão e o fortalecimento do imperialismo (Inglaterra, França, Rússia, Itália, Japão, EUA) e que o restante do mundo estava sob pesada opressão colonial. Como afirma Sagra (2005): “Os grandes lucros extraídos da exploração dos países coloniais e semi coloniais permitiram às grandes potências dar algumas migalhas a seus trabalhadores. Esses trabalhadores privilegiados constituíram a aristocracia operária que foi a base social de fortes burocracias político e sindicais.” (SAGRA, 2005, p. 30)

urbanos principalmente têxteis, gráficos, ferroviários, portuários, etc.),<sup>84</sup> sem acesso ao sistema de proteção social. Somente no início dos anos 1920 apareceram algumas leis voltadas mais diretamente aos trabalhadores que possuíam importância maior no sistema dominante, a exemplo da Lei Eloi Chaves em 1923. Isto ocorria em consequência da política que fundamentava o Estado, o liberalismo, para a qual o Estado não deveria intervir nas relações capital x trabalho<sup>85</sup>.

A partir de 1930 houve uma mudança no padrão de acumulação do país de agro-exportador para ao chamado modelo de substituição de importações, através da intitulada Revolução de 1930. Para Antunes (1988, p. 67) essa transição não foi revolucionária, ao contrário, significou um rearranjo no bloco de poder, uma vez que excluiu a participação das classes trabalhadoras. “A conciliação entre o velho e o novo, entre os vários segmentos representantes agrários e mesmo dos setores urbanos emergentes, foi um componente que caracterizou o processo de transformações no Brasil quando, a partir de 1930, iniciou-se uma etapa de transição para o capitalismo industrial no Brasil”.

Antunes (1988), discute que diferentemente de outros países (na França por exemplo) a burguesia não cumpriu um papel revolucionário, mas foi a principal beneficiária desses movimentos.

Apesar de 1930 marcar o início do processo de modernização e de transição para a industrialização, não se deve deduzir daí a presença da burguesia industrial naqueles eventos. Na verdade a ‘revolução pelo alto’ acarretou a formação de um novo bloco de poder onde os interesses agrários não vinculados à economia cafeeira exigiam do Estado medidas favoráveis à modernização daqueles setores agrários. Além desta modernização, a reestruturação da economia pós-30 visou também ao fortalecimento do mercado interno. Não é difícil concluir que mesmo não participando diretamente dos eventos de 1930 a burguesia industrial, em função das medidas tomadas pelo Estado varguista, foi a sua maior beneficiária. (ANTUNES, 1988, p. 67).

Não é nosso objetivo aqui realizar uma análise profunda desse período, mas apenas fazer uma demarcação histórica da importância desse evento para a formação do

---

<sup>84</sup> Ver Antunes, Ricardo. Sindicatos e Partidos no Brasil um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 2ª ed. Cortez Editora e Editora Ensaio: Autores Associados, São Paulo, 1988.

<sup>85</sup> Os primórdios da industrialização no Brasil remonta aos anos 1850, ainda incipiente concentrava-se nos ramos de bebidas: Bohemia (Petrópolis-1858), Brahma -RJ -1888, Antarctica - SP; Tecelagem 12 grandes fábricas no Maranhão, Sergipe, Juiz de Fora, São Paulo). Em 1900 o operariado era de 85 mil, em 1920 era 275 mil e em 1930 300 mil, concentrados em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Belém, São Luís entre outras. Era composta majoritariamente por imigrantes italianos, espanhóis, portugueses, eslavos, etc. Sob péssimas condições de trabalho e nenhum sistema de proteção social, conseqüentemente suas reivindicações giravam em torno da jornada de trabalho de 8 horas, salário mínimo, férias, descanso semanal remunerado, trabalho de mulheres e menores, etc. cuja resposta do governo era a Repressão (a Questão Social tratada como caso de polícia).

operariado brasileiro. Nesse sentido, vale destacar, no bojo desse processo, a redefinição do papel do Estado passando a intervir diretamente em todos os setores da sociedade, com o claro objetivo de favorecer a industrialização. Para isso, buscou regulamentar a relação capital X trabalho através de um conjunto de medidas sindicais e trabalhistas, através do atendimento de reivindicações históricas dos trabalhadores, estabelecendo uma relação dialógica com setores da classe trabalhadora, inaugurando a chamada política populista.<sup>86</sup>

Nesse sentido, adotou um conjunto de medidas de proteção social visando institucionalizar a presença e o comportamento político do proletariado. Além disso, criou o Ministério do Trabalho, da Indústria e Comércio, fixou a jornada de trabalho em 8 horas diárias, regulamentou o trabalho infantil e feminino, estabeleceu o salário mínimo, aviso prévio, a estabilidade no emprego, férias, carreira de trabalho, etc.

Entretanto, esta postura teve por objetivo garantir a subordinação da força de trabalho às necessidades da indústria nascente, buscando cooptá-la, manipulá-la, utilizando mecanismos institucionais de controle direto das entidades sindicais. É por isso que se diz que o Estado Vargas tratou a questão social como questão política, ou seja, reconheceu a importância política do proletariado no cenário nacional. Contudo, não significa dizer que reconhece o proletariado enquanto classe. “O Estado não quer e não reconhece a luta de classes”, dizia Vargas em seus discursos, mas que era necessário controlar e disciplinar os conflitos de classe, evitando a extrema espoliação da força de trabalho, para assim garantir a reprodução da ordem capitalista.

Se por um lado, esse conjunto de medidas significou conquistas históricas dos trabalhadores, por outro lado, representou também as bases de legitimação do regime, que visou a desmobilização e o controle desta classe, providenciando que suas organizações se tornassem elementos de colaboração com o Estado. Foi exatamente a partir do decreto 19.770 que foram erigidos pilares da estrutura sindical brasileira, baseada nos princípios do corporativismo e da colaboração de classes.<sup>87</sup>

---

<sup>86</sup> Nas palavras de Paulo Netto (1992), “justamente neste nível, dá-se a articulação das funções econômicas e políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista: para exercer, no plano estrito do jogo econômico, o papel de “comitê executivo da burguesia” monopolista, ele deve legitimar-se *politicamente* incorporando outros protagonistas sócio-políticos, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um *consenso* que assegura o seu desempenho. (PAULO NETTO, 1992, p. 22, grifos do autor)

<sup>87</sup> Cabe ressaltar que, frente a essa política, não houve a aceitação pacífica por parte do proletariado existente e ocorreu intensa luta e resistência para garantir a liberdade e autonomia sindical, principalmente nos setores hegemônicos por anarquistas e comunistas. É bom lembrar ainda que antes de 1930 importantes lutas foram travadas por um sindicalismo autônomo e combativo, que atingiu seu ápice com a eclosão das greves de 1917 e 1919.

Com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) o sindicalismo brasileiro, que inicialmente se inspirava nas idéias anarquistas e após a Revolução Russa de 1917 passou a ter influência comunista<sup>88</sup>, sofreu uma grande derrota relativa à sua liberdade e autonomia, quando foi definitivamente atrelado ao Estado. A partir da CLT formou-se uma nova concepção sindical onde as entidades foram transformadas em órgãos de prestação de assistência, desviando-se do papel de dirigente das lutas em defesa dos interesses da classe. A CLT utilizou vários instrumentos de controle dos sindicatos: o Imposto Sindical, o Estatuto Padrão, a Carta de Reconhecimento expedida diretamente pelo Ministério do Trabalho, Dispositivo de Intervenção, a proibição de organização unificada nacionalmente através de central sindical.

O modelo criado por Vargas favorecia as direções burocráticas que podiam prescindir da participação da base. E, mesmo com esse modelo diversos setores da classe trabalhadora lutaram e resistiram por seus interesses e auto-organização, principalmente considerando a conjuntura internacional polarizada pelas concepções socialistas e capitalistas e sob a influência das revoluções socialistas ocorridas.

As ilusões sobre a CLT e a repressão do Estado Novo desmobilizaram as lutas operárias autônomas. No entanto, em meados dos anos 1940 retornaram com mais intensidade através de manifestações, greves, etc., tendo inicialmente um caráter político, antifascista internacional, devido à situação de guerra e, posteriormente, passando a ter um caráter nacionalista com reivindicações econômicas, melhorias salariais e de condições de trabalho.

O período de 1952 a 1964 foi marcado por intensa crise econômico-político e social derivada das dificuldades do Estado e da burguesia em prorrogar o crescimento econômico, e dar continuidade ao desenvolvimento autônomo, ou seja, um projeto nacional, em função da crise internacional e da pressão dos movimentos sociais. Estes passaram a assumir posição de enfrentamento ao Estado, reivindicando a redistribuição dos frutos do desenvolvimento e as reformas de base. Este período foi de grande efervescência política, sinalizando o esgotamento do populismo.

Nesse contexto, foram desenvolvidos vários esforços pela unificação da classe trabalhadora brasileira com objetivo de quebrar o corporativismo imposta pela CLT: o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), Pacto de Unidade Intersindical (PUI),

---

<sup>88</sup> Em 1922 foi fundado o Partido Comunista, seção brasileira da Internacional Comunista.

Pacto de Unidade e Ação (PUA) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) este último existiu até 1964.

Com a instalação da ditadura militar, o Brasil passou a uma nova fase no seu desenvolvimento, em função da necessidade de internacionalização do capital e da redefinição dos rumos da industrialização do país, a partir da maior integração ao capitalismo mundial. Nesse sentido, do ponto de vista dos setores mais conservadores e não nacionalistas da classe dominante e das forças armadas, juntamente com o imperialismo norte-americano, foi necessária a militarização do poder estatal para enfrentar a “ineficácia” do populismo para aquele momento e à crescente politização dos setores populares, como forma de combater o avanço das idéias socialistas.

Tendo por fim consolidar seu regime, assim como alavancar o crescimento econômico, a ditadura enveredou pelo caminho do endividamento externo, contraindo recursos volumosos para investimento na infra-estrutura necessária ao crescimento industrial: aço, energia, portos, estradas e financiamento a juros baixos de insumos exigidos pela indústria nacional e estrangeira. Na verdade, a ditadura militar no Brasil e nos demais países da América Latina fez parte da estratégia do imperialismo norte-americano de internacionalização do capital e enfrentamento ao avanço da URSS, no contexto da Guerra Fria.

Nesse período, houve uma forte penetração de empresas estrangeiras que, fugindo à taxaçoão do *Welfare State* e à legislação ambiental no centro do capitalismo, viam nos países periféricos um “oásis” (força de trabalho, isenções fiscais, sindicalismo desarticulado) para suas pretensões de acumulação e reprodução.

Com essa política o Estado brasileiro alcançou alta taxa de crescimento econômico (PIB 10% a.a), uma indústria forte baseada principalmente nos bens de consumo duráveis e de produção. Em síntese, esse crescimento do chamado “milagre brasileiro” fundou-se em três aspectos básicos: 1) aprofundamento da exploração da classe trabalhadora através do arrocho salarial, difíceis condições de trabalho e repressão política; 2) ação estatal garantindo a expansão capitalista e a consolidação do grande capital nacional e internacional, 3) penetração elevada de capital estrangeiro através de investimentos e empréstimos. (HARBERT, 1992, p. 14)

Na década de 1970, sob o regime militar, acelerou-se o desenvolvimento da industrialização e a modernização tecnológica concentrada no sul e sudeste brasileiro. Com isto, cresceu a proletarização, a urbanização desordenada, o crescimento de bens de consumo duráveis, a expansão da capitalização da agricultura. Este crescimento célere do processo de

industrialização modificou o perfil da classe trabalhadora brasileira que duplicou de cerca de 7,7 milhões, passou para 14,3 milhões, representando 33% da população economicamente ativa (PEA). Evidentemente que isto mudou a feição da sociedade brasileira e esteve na base do ressurgimento do movimento sindical denominado novo sindicalismo.

O desencadear do movimento (político militar de 1964) estava alicerçado na necessidade de vencer as barreiras sociais e políticas que obstaculizavam o pleno desenvolvimento de um projeto internacionalizador, em gestão desde meados da década de 50. Daí o verdadeiro significado político do movimento político-militar de 1964: define-se como uma contra-revolução destinada a criar condições institucionais indispensáveis à acumulação de capital própria a uma etapa de desenvolvimento capitalista. (ANTUNES, 1992, p. 115)

A ditadura militar não só aproveitou o modelo corporativista de sindicalismo da “Era Vargas”, como o aperfeiçoou com a lei de greve, fixação dos índices salariais como prerrogativa do governo, fim da estabilidade no emprego com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Apesar desse quadro, verificaram-se várias formas de resistência, não só do movimento sindical, mas também do movimento estudantil e popular. Em julho de 1968 seis mil metalúrgicos paralisaram suas atividades por seis dias em Osasco (SP) e em outubro foram os metalúrgicos de Contagem (MG) que deflagraram greve. Estas greves foram exemplar e violentamente reprimidas. A partir daí o movimento sindical entrou num momento de profundo refluxo, quando ocorreu a edição do Ato Institucional nº5 (AI 5), o fechamento do Congresso Nacional, a cassação de mandatos, censura à imprensa, etc., dirigentes da luta operária foram presos, torturados, assassinados, ou ainda, exilados.

Em consequência dessa situação de repressão e refluxo, as ações desenvolvidas pelos sindicatos passaram a ser basicamente assistencialistas. Questões tradicionalmente inclusas nas pautas de lutas e reivindicações foram postas à margem pelas diretorias dos sindicatos: questões salariais e condições de trabalho eram resolvidas pelo governo, através da Justiça do Trabalho.

### **3.1 A Organização político-sindical dos trabalhadores brasileiros nos anos 1970 e o protagonismo do movimento sindical nos anos 1980**

No final dos anos 1970, quando o milagre econômico entrou em crise e ocorreram mudanças no contexto internacional: os juros internacionais dispararam após as crises do petróleo e a crise do padrão de acumulação, fatores que geraram uma exorbitante dívida

externa. O movimento dos trabalhadores começou a se modificar, havendo o reaparecimento das lutas operárias e sindicais, após um extenso período de desarticulação.

Esse fim de década assistiu a um levante grevista, que marcou a história da luta operária brasileira. Estas lutas germinaram na região paulista conhecida como ABC em 1977 e tiveram como elemento catalisador a campanha por reposição salarial de 34%, a partir da alteração do índice de inflação pelo governo.

Em maio de 1978 a vaga grevista começou pela Scania Vabis, em São Bernardo, posteriormente avançou para a Toshiba/São Paulo, a reivindicação básica era 20% de aumento salarial. No período de maio a julho desse ano, essa onda de greves alcançou todo o estado de São Paulo.

Oliveira (1987, p. 26) analisando o movimento operário em São Paulo no período de 1978-1985 destaca três fases:

- 1 Resistência e organização nas fábricas - em função da forte repressão desencadeada pela ditadura que impedia qualquer tipo de manifestação pública contra seu governo, o movimento operário transferiu suas atividades para o interior da fábrica, ao mesmo tempo em que, pelas condições concretas de vida e trabalho, foi se gestando uma nova geração de sindicalistas autênticos, em oposição aos pelegos. O principal recurso tático utilizado para esta reorganização foi as Comissões de Fábrica, que edificaram as bases para a renovação dos dirigentes e possibilitaram a acumulação de forças para a realização das greves;
- 2 Ofensiva e organização ampla - caracterizada pela luta contra a legislação autoritária e pela liberdade e autonomia sindical;
- 3 Ampliação e consolidação do movimento.

O ano de 1979 marcou a generalização do movimento paredista. Foram 430 greves e 3.200.000 grevistas em todo o país. Estas greves apresentavam reivindicações econômicas: aumento salarial, reajuste semestral, jornada de 40 horas semanais; e reivindicações político-organizativas: estabilidade, direito de greve e à organização no local de trabalho, liberdade e autonomia sindical, anistia, fim da ditadura militar. Quanto às formas organizativas, estes protestos caracterizaram-se por terem amplo apoio de base (grandes assembleias), longa duração, com comandos de greves interfábricas, piquetes, apoio popular (fundo de greve nos bairros e nos demais estados).

Foi um movimento marcado ainda pela repressão, com demissões políticas, prisões, mortes de operários em piquetes e manifestações (tanto em São Paulo, como em Minas Gerais). Tais greves tinham ainda um duplo enfrentamento a realizar: de um lado o patronato e a ditadura militar, e de outro os dirigentes conciliadores e burocráticos, os chamados pelegos.

As grandes greves, precedidas de assembléias plebiscitárias dos operários no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, mostravam a existência um outro ator, até aquele momento excluído do cenário político, mas que queria participar. Esse foi, sem dúvida, o sentido mais geral da emergência dos trabalhadores a partir de 1978 no Brasil. Esse fato desempenhou um papel importante na transição política naquele momento: as classes trabalhadoras queriam ter uma presença mais significativa nas novas regras do jogo que estavam sendo geradas no Brasil. Oriundos dos setores industriais mais modernos da economia nacional, esse movimento social representou, naquele momento, uma novidade na cena política brasileira. (RODRIGUES, 1999, p. 77).

Este período marcou o retorno da classe operária ao cenário nacional como sujeito político de mudanças, a partir de uma perspectiva classista, que avançou no nível de consciência coletiva, abatendo na prática a legislação autoritária vigente, a exemplo da lei antigreve. Nos anos 1980 ocorreu também o surgimento de novos sindicatos e das associações dos servidores públicos com caráter sindical, o que possibilitou grande mobilização desse setor, anteriormente proibido de organizar-se sindicalmente, com diversas greves de professores, bancários, médicos, funcionários públicos, etc. Destaca-se ainda o crescimento da organização por local de trabalho (OLTs).

A década de 1980 foi marcada pela intensa mobilização popular pelo fim da ditadura militar, por anistia, por liberdades democráticas, ao mesmo tempo em que ocorreu o aprofundamento da crise capitalista internacionalmente, tendo como consequência imediata para a América Latina a chamada crise da dívida externa. Se por um lado, do ponto de vista econômico a década de 1980 foi avaliada como a década perdida, por outro, analisando o movimento social, foi uma década bastante fecunda. No ano de 1980, fruto de todo o processo vivido no final da década anterior, houve um salto de qualidade nas lutas e na consciência deste proletariado, que iniciou um processo de construção de ferramentas políticas importantes como o Partido dos Trabalhadores (PT) e, posteriormente, em 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), estruturas que tencionavam a estrutura corporativista, vertical e burocrática, herança da era Vargas.<sup>89</sup>

O PT surgiu no processo de construção de novas formas de organização social dos trabalhadores pós-ditadura, reunindo uma ampla vanguarda composta por militantes marxistas de diversos matizes, setores da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação tendo como maior expressão as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com a participação decisiva, obviamente, do operariado que emergiu durante as greves. O PT na realidade

---

<sup>89</sup> Houve também a fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1986, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1998. Nosso estudo é centrado na CUT e os desdobramentos com sua crise nos anos 2000, pelo peso político que está central conquistou nas lutas da classe trabalhadora brasileira.

constituía se numa frente, com um programa classista, internacionalista, como um partido de massas, contrapondo-se ao modelo bolchevique, apesar de conter várias correntes marxistas.<sup>90</sup>

Essa reorganização política propiciou o surgimento de uma intersindical, a partir da coordenação e unificação das lutas, que desembocou no processo de formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), através de diversas Conferências Nacionais da Classe Trabalhadora (CONCLATs). Contudo, o movimento até então unificado, consubstanciado na Comissão Nacional Pró-CUT, sofreu cisão, tendo por base divergências na concepção de organização do movimento. O setor que originou a CUT defendia a independência de classe, a democracia interna, organização pela base, ratificação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), amplo e irrestrito direito de greve, além da união de sindicatos e oposições contra toda a estrutura sindical vigente. No outro pólo, a corrente que posteriormente formou a CONCLAT se aglutinava em torno do projeto liderado pelos sindicalistas ligados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), negava a ratificação da Convenção 87 e excluía a participação das oposições nos fóruns pró-central.

A divisão das direções e conseqüente construção das centrais sindicais de maior representação junto à classe, na época (CUT e CONCLAT), aparentemente enfraqueceu o movimento que atingia uma unidade orgânica. No entanto, analisamos que esta divisão teve a sua positividade, uma vez que os trabalhadores passaram a se identificar e consolidar uma direção nacional comprometida com seus interesses imediatos e históricos.

A fundação da CUT em 1983 representou a concretização de uma nova concepção sindical denominada novo sindicalismo. Tal concepção emergiu a partir da análise crítica dos dirigentes sindicais sobre a atuação do sindicalismo antes de 1964 dirigida pelos Partidos Comunistas (PCs), e do surgimento de uma nova geração de dirigentes organizados nas oposições sindicais, denominada autêntica. Estes setores reuniram condições objetivas necessárias para a construção de uma consciência da necessidade de superar o imobilismo e o corporativismo presentes no seio do movimento sindical. (Gianotti, 1987)

Antunes (1995, p. 28) assim analisa as correntes que contribuíram para a formação da CUT:

---

<sup>90</sup> A nosso ver, é muito importante atentar para o caráter do PT nesse momento e às disputas que se desenvolveram pela hegemonia ideológica e política no seu interior, que fizeram com que várias correntes marxistas fossem, no decorrer da história desse partido, expurgadas e se consolidasse uma direção, que não mais questiona a exploração capitalista em sua essência, mas defende a tese do desenvolvimento com distribuição de renda. O debate político ideológico que se desenvolveu no interior do PT, a partir da análise da realidade e das tarefas colocadas para a classe trabalhadora brasileira, são em muito, esclarecedoras para a compreensão da crise deste importante intelectual orgânico coletivo e dos reflexos para a direção política do movimento social no Brasil.

Duas grandes tendências confluíram nesta ação: de um lado o novo sindicalismo nascente em meados dos anos setenta e que, atuando por dentro da estrutura sindical, pouco a pouco foi iniciando um lento processo de mudança e transformação desta mesma estrutura sindical atrelada. O caso exemplar, que marcou a história sindical do país, e que por isso simboliza esta tendência, foi dado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo com Lula à frente. Metalúrgicos, petroleiros, bancários, médicos, professores, além de inúmeros sindicatos vinculados aos trabalhadores rurais, muitas categorias aglutinaram-se em torno em torno do novo sindicalismo. De outro lado, num trabalho árduo e persistente, nas situações as mais adversas, vinham as oposições sindicais, mais refratárias à ação por dentro da estrutura sindical, e que traziam como bandeira central a luta pelo organismo de base, especialmente pelas comissões de fábrica, independentes da estrutura sindical.

Assim, pode-se afirmar que a CUT nasceu da negação do velho sindicalismo corporativista, burocrático, atrelado ao Estado e da afirmação do novo que pode ser sintetizado nos seguintes princípios: democracia ampla em todos os organismos e instâncias; sindicalismo de base fortemente organizado no local de trabalho; sindicalismo de massas (independente de religião, etnia, concepções político-ideológicas, tendo como estratégia a organização e a mobilização); internacionalismo sem alinhamentos. (In: Estatutos da Central Única dos Trabalhadores de 1983)

Baseada nesses fundamentos, a CUT se fortaleceu e se consolidou enquanto dirigente das lutas em âmbito nacional, numa conjuntura crítica, que representou para os trabalhadores o aprofundamento da exploração, ao mesmo tempo em que propiciou a crescente mobilização por questões econômicas e pelo fim da ditadura militar.

A década de 1980 foi marcada pela presença ativa dos trabalhadores no cenário nacional, com intensas mobilizações que atingiram o ápice em 1985.

No início dos anos 1980, a Ditadura Militar ficou insustentável devido às fortes pressões dos trabalhadores, que atingiram o ápice em suas mobilizações em 1985, e população como um todo que exigia a redemocratização. A burguesia procurou então realizar o processo de transição sob total controle, através do Colégio Eleitoral, impondo a Nova República. Nessa conjuntura, apesar do discurso que privilegiava o social e do governo Sarney conchamar a participação da sociedade civil para a solução dos graves problemas do país, constatou-se concretamente a mesma política dos governos anteriores. E, nesse contexto a CUT teve atuação destacada e firme, recusando a transição negociada, denunciando o caráter dos planos econômicos (Cruzados I e II) e não aceitando as investidas do governo Sarney pelo Pacto Social.

Toda essa política da CUT teve culminância com a greve geral de 14 e 15 de março de 1989. Com tais posicionamentos, assevera-se que a CUT contrastou a política de institucionalização dos movimentos sociais, conduzida pela Nova República, cujo objetivo era a cooptação e desmoralização destes movimentos. Assim, podemos afirmar que a CUT atuou segundo seus princípios basilares.

Ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, no entanto, o novo sindicalismo que se mostrava promissor, começou a enfrentar graves dificuldades na condução das lutas. E, esse sindicalismo que insurgiu sob o signo da contestação à ordem estabelecida, iniciou um forte debate interno acerca da estratégia mais adequada a ser adotada, defrontando-se com uma posição dilemática: avançar nas táticas de enfrentamento a partir nos princípios de independência de classe e da luta anticapitalista ou aprofundar as estratégias propositivas.

Tumolo (2002) destaca três fases na trajetória do sindicalismo da CUT: 1) de 1978 a até aproximadamente 1988 - período marcado por uma ação sindical combativa e de confronto; 2) de 1988 a 1991 - uma fase transitória; 3) mais recente de um sindicalismo propositivo e negociador.

Trata-se, portanto, de uma mudança política substancial, de um sindicalismo combativo e de confronto, de cunho classista e com uma perspectiva socialista, para uma ação sindical pautada pelo trinômio 'proposição/negociação/por dentro da ordem capitalista' que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da cidadania. (TUMOLO, 2002, p. 129).

A que se deve essa mudança? Quais as determinações objetivas e subjetivas que levaram a essa mudança na subjetividade da significativa maioria do sindicalismo cutista?

### **3.2 Crise e refluxo do movimento sindical nos anos 1990 em face à reestruturação produtiva e neoliberalismo**

Como vimos, no Brasil, os anos 1970 e 1980 foram de avanço do movimento operário, com grandes greves e mobilizações a partir da própria fábrica, lutas por reivindicações salariais, melhores condições de trabalho e questões democráticas (liberdade e autonomia sindical, fim da ditadura). Nesse sentido, para o capital avançar em seus planos de reestruturação para o enfrentamento da tendência decrescente da taxa média de lucro, tornar-se mais competitivo no mercado mundial, estava posto a necessidade de sobrepujar a luta organizada dos trabalhadores.

Do ponto de vista da estrutura produtiva e do emprego, ocorreram intensas mudanças com a introdução dos processos de reestruturação industrial que incluiu as inovações tecnológicas e novas formas de organização e gestão do trabalho. No Brasil, tais processos atingiram de alguma forma a todos os setores industriais e mesmo o de serviços, no entanto, foi mais intenso nos setores da indústria multinacional e no setor financeiro. Segundo o discurso empresarial tais ações visavam o enxugamento de custos e a elevação da produtividade do trabalho, tendo em vista a adaptação do país às novas condições de competitividade e produtividade num mercado globalizado.

No Brasil, o avanço da automação trouxe conseqüências econômicas e sociais catastróficas, pensando um país com uma classe trabalhadora numerosa, um jovem proletariado que vinha avançando nas conquistas sociais e trabalhistas.

Dentre as graves conseqüências pode-se destacar: o crescimento do desemprego, com as dispensas por obsolescência e redução de postos de trabalho, eliminação de profissões e surgimento de novas especializações; exigência de maior qualificação para inserção nos processos flexíveis e automatizados, baseados em novos processos organizacionais (*just in time*, qualidade total, arranjos celulares, polivalência, gestão participativa, etc.); a precarização do trabalho (subemprego, terceirização, quarteirização, etc.); perdas salariais, corte nos chamados salários indiretos que passam a ser adotados a partir de critérios de “merecimentos”, assim como os cargos e os salários; aumento do controle gerencial (ritmo, conteúdo e intensidade) do trabalho do operário; entre outras questões.

Tais processos que geraram dissimilaridades e fracionamento da classe trabalhadora, tendo inflexões na subjetividade da classe trabalhadora. Estes aspectos são fundamentais para uma análise diligente acerca da crise do movimento sindical, para se compreender, por exemplo, as dificuldades de diversas categorias, seja do setor industrial seja do setor de serviços, da realização de campanhas e greves unificadas, com ampla participação das bases, como ocorria nos anos 1980, principalmente em função da terceirização.<sup>91</sup>

---

<sup>91</sup> Graça Druck (1999) analisando a implementação do modelo japonês no Brasil destaca que este se desenvolveu em três etapas: 1) nas décadas de 70/80 com os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ); 2) a partir da implantação de novas metodologias de inspiração japonesa: Programa de Qualidade Total (PQT), Controle do Processo Estatístico (CPE), *Just in Time*; 3) nos anos 90 expansão do modelo japonês em todos os setores produtivos de bens e serviços, deslanchando a cultura da qualidade.

A autora destaca que o modelo japonês no Brasil dos anos 1990 se desenvolveu basicamente através da qualidade total e da terceirização, como forma de intensificação da exploração, reduzindo custos com gastos sociais, etc. Afirma ainda que, para efetivar a flexibilização da produção e do trabalho as empresas têm desenvolvido um intenso processo de descentralização das empresas, que denominou de “externalização de atividades”. (DRUCK, 1999, p. 126)

A autora aponta que no Brasil a terceirização foi difundida não só no setor industrial, mas também nas áreas de serviço, comércio, setor público, etc; foi intensa não só nos serviços de apoio (alimentação, transporte,

Na análise de Ramalho (1997, p. 89) um dos aspectos mais importantes da reestruturação produtiva é a precarização do trabalho:

A utilização extensiva da terceirização/subcontratação conduz a um agravamento das condições de trabalho e a um aumento do grau de informalidade do mercado de trabalho. Em nome da produtividade e da competitividade atribui-se às firmas “terceiras” tarefas anteriormente realizadas pelas empresas principais. No entanto, diante de um mercado de trabalho pouco qualificado e com grande disponibilidade de mão-de-obra, a economia de custos tem efeitos devastadores sobre a oferta de empregos.

Nesse sentido, observa-se ainda a intensificação de esforços, atividades e programas, visando compor esse novo perfil de trabalhador, que envolve desde a qualificação técnica para os processos automatizados, como ideológica, através do trabalho sobre a subjetividade operária.

Para Antunes (1995), esse processo é ainda mais perverso que no “padrão” anterior, posto que, aquilo que é apontado pelo toyotismo como reaproximação das funções de pensar e fazer, tornando o trabalho menos extenuante, em essência, não significa a superação do trabalho alienado, mas o trabalhador passa a ser um ‘déspota de si mesmo’, controlando a si próprio e aos seus companheiros, principalmente com o trabalho em equipe ou os times de produção, no qual têm que cumprir metas, tendo em vista a premiação por produção, etc.<sup>92</sup>

Soares (1996, p. 57), em ensaio sobre a crise e perspectivas do movimento sindical nos anos 1990, analisa que, não só a ofensiva global do capital sobre o trabalho, seguida das inovações tecnológicas e organizacionais, da precarização do trabalho e dos

---

vigilância, etc.), mas, atingiu também atividades centrais como produção e manutenção; interferiu decisivamente na desintegração dos coletivos de trabalho; gerou efeitos para o mercado, tais como: segmentação, fragmentação, desorganização e informalização; implicou em conseqüências políticas para a ação coletiva dos trabalhadores, principalmente dos sindicatos, fragilizando as representações e práticas, reforçando o corporativismo, enfraquecendo a solidariedade e a união entre os trabalhadores; (DRUCK, 1999, p. 128-129)

Druck (1999, p. 127), analisa que, nos anos 1990 a implementação dos programas de qualidade são muito mais ideológicos e encontram solo político mais propício para resultados favoráveis às empresas porque contam com um processo de desintegração da força de trabalho, de dispersão dos trabalhadores, de enfraquecimento de suas identidades sociais, de precarização do emprego, do trabalho e da vida. Destaca ainda Druck que, nesse contexto da flexibilização desenvolve-se uma tendência nos trabalhadores em buscar demonstrar serviço e dedicação, objetivando manter o emprego e a sua permanência na empresa. A isto denomina ‘cooperação forçada’ visto que são submetidos permanentemente sob ameaças de demissão ou terceirização. Entretanto, pondera: “Esta ‘adesão’ obtida pela força da ‘coerção’ não deve assegurar o envolvimento necessário, a motivação para cooperar ou identificação com a empresa. É provável que seja uma forma de defesa a que os trabalhadores têm recorrido. Até que ponto isto é eficiente, ainda não é possível dizer.”

<sup>92</sup> As empresas utilizam ainda como método de participação os chamados Planos de Sugestão também conhecidos como Núcleo de Inovações Tecnológicas, destacados como uma das inovações mais importantes. Analisamos que o Plano de sugestão é uma forma que as empresas encontraram de apropriar-se do saber operário, daqueles que têm mais condições de sugerir por estarem diretamente manipulando os equipamentos. Com isso a empresa retira ao máximo a criatividade, rentabilidade e qualidade dos trabalhadores.

salários, a terceirização, o desemprego estrutural, etc., são responsáveis pela crise de representação e postura defensiva do movimento sindical, mas também a burocratização das direções sindicais, a ausência de uma política sintonizada com as bases, as velhas posturas corporativas associadas ao novo corporativismo societal.

Este último aspecto consideramos fundamental para uma reflexão profunda acerca do papel estratégico do movimento sindical na atualidade.

Mattos (2003, p. 3), explica o processo de crise do sindicalismo brasileiro a partir de três níveis de problemas:

1) as transformações no mundo do trabalho, decorrentes da chamada reestruturação produtiva; 2) a permanência dos elementos centrais da estrutura sindical corporativista; 3) as opções políticas das lideranças sindicais da CUT num quadro marcado pelos condicionantes relacionados aos dois níveis anteriores. Opções que parecem reforçar uma lógica, a da inexorabilidade das transformações relacionadas à reestruturação (e por consequência a própria dinâmica do capitalismo), associada à naturalização da estrutura sindical, o que os leva a buscar direcionar o movimento sindical para negociações limitadas, em busca do que poderia ser ‘menos pior’.

No Brasil, esta crise do movimento sindical começou na primeira metade dos anos 1990, tendo como marco emblemático a greve dos petroleiros, em 1995. A nosso ver, este é um aspecto importante para a compreensão do porquê somente a partir dos anos 1990 se instalaram governos abertamente neoliberais no Brasil (Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso), imprimindo os chamados planos de estabilização monetária e a reforma do Estado - exigência para que o país se inserisse na “nova era da globalização”.

Seguindo a lógica imperialista, essa reforma do Estado tornou-se vital. Conforme argumenta Teixeira (1995, p. 137): “O Estado enfrenta uma brutal crise fiscal, sem precedentes na história, causada, dentre outros fatores, pela queda na massa de salários. Além disso, coloca-se a necessidade de um Estado menos interventor que cumpra a função de garantir as liberdades do mercado”.

Quer dizer, aquele Estado “arremedo” do Estado de Bem Estar Social, que se desenvolveu no Brasil, necessitava ser reformado, tornar-se “enxuto e ágil”. Na verdade, esta reforma do Estado visa retirar todas as conquistas alcançadas pelos trabalhadores na Constituição de 1988, momento em que a classe trabalhadora estava mais ofensiva e pressionando por incorporação de medidas e direitos sociais progressivos, que já não cabem na ordem neoliberal. Isto é, estava na essência dessa reforma um projeto de maior concentração de riqueza, subordinado aos planos do Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Mundial, instituições que se constituem em sustentáculos do imperialismo.

Nesse momento, as elites dirigentes abandonam qualquer perspectiva de desenvolvimento autônomo nacional que comportava certo sistema de proteção social para reprodução da força de trabalho e inserção subordinada ao atual padrão de desenvolvimento capitalista mundializado.

Welmovick (2002), analisando a realidade latino-americana e particularmente a brasileira, demonstra que nos anos 1990 ocorreu um retrocesso inédito da dependência das economias destes países, submissão dos governos e instabilidade política. Defende a tese de que há em curso um processo de recolonização da América Latina, como um movimento de alcance estrutural que busca a subordinação destes países, a uma condição semelhante à do século XIX, transformando as burguesias nacionais hoje “sócias menores” em “administradores coloniais” e os governos em “fantoques do imperialismo”.

O autor Identifica alguns aspectos desse processo de recolonização tanto no terreno político quanto econômico e militar. Destaca o processo intenso de desnacionalização ocorrido nos últimos anos, que teve início com a chamada crise da dívida, quando através do *Plano Brady* os governos passaram a assumir a dívida privada, trocando pagamento dos juros da dívida por ativos das empresas públicas, planos a serviços do pagamento da dívida pública com graves implicações sociais. (WELMOVICK, 2002).

Segundo Welmovick (2002), no Brasil, assim como em toda a América Latina, ocorrem acentuados processos de fusões, privatizações e absorções. Por esses processos, empresas multinacionais se apropriaram das indústrias e empresas nacionais, ou seja, um verdadeiro processo de desnacionalização. No caso do Brasil, que é a maior economia latino-americana e uma das últimas a entrar no processo de globalização, tem 70% das empresas que viveram processos de fusões ou aquisições nos últimos cinco anos, entregues ao capital estrangeiro<sup>93</sup>.

Em consonância com tais processos, estão as reformas (da previdência, fiscal, tributária, trabalhista, administrativa e patrimonial, universitária, sindical e trabalhista, a lei de falências e patentes, etc.) que o governo federal realiza ou tenta realizar através do Congresso Nacional e Projetos de Lei-(PL) que têm atingido duramente todo o serviço público, além da privatização de estatais (CVRD, TELEBRÁS, quebra do monopólio do petróleo, etc).

---

<sup>93</sup> Ex: Cofap e Metal Leve (autopeças), Continental e Prosdócimo (eletrodomésticos), Bom Preço (alimentação), bancos (Real, Bamerindus, Econômico); setor automobilístico (95%), farmacêutico (79%), alimentos (57%), higiene e limpeza (87%). A participação do capital estrangeiro no país atualmente é de 59%.

Assim, nos anos 1990, o Brasil viveu uma série de processos de mudanças tanto no âmbito da estrutura produtiva e no Estado, assim como na correlação de forças entre as classes, que basilaram a crise do movimento sindical, cujas evidências empíricas podem ser verificadas através das dificuldades de mobilização das categorias, participação insuficiente dos trabalhadores nas suas entidades representativas, dificuldades em desenvolver lutas de caráter tanto econômico quanto político. Isto, apesar dos constantes ataques ao emprego, aos direitos sociais e trabalhistas conquistados, evidenciando uma crise de representação.

Os anos 1990 não permitem um balanço positivo sobre o sindicalismo brasileiro. A escalada grevista dos anos 1980 foi interrompida logo no início da nova década. Foram 557 greves em 1992, 653 no ano seguinte, 1034 greves em 1994, 1056 em 1995 e, no ano mais agitado da década sob este aspecto 1258, que se reduziram em 1997, para 630 (dados do DIEESE) - números pouco expressivos quando comparados, por exemplo, com as quase 4000 paralisações de 1989. Mesmo nos anos em que o número de greves foi elevado, a distância em relação aos momentos de maior mobilização da década anterior foi grande, também pelo fato de o número de trabalhadores envolvidos e do número de jornadas perdidas ter apresentado uma queda bastante significativa. (MATTOS, 2003, p . 2).

Tais observações empíricas e reflexões teóricas nos fazem concluir que, a crise que atinge a classe trabalhadora tem dupla determinação: objetiva, devido às condições de vida e trabalho no contexto da reestruturação produtiva, que necessitam da desmobilização dos trabalhadores; subjetiva, isto é, como os trabalhadores analisam os elementos objetivos e os reelaboram individual e coletivamente, formando a consciência que os orienta na prática cotidiana, como sujeito individual, categoria ou classe.

Desse modo, a crise capitalista e as alternativas de enfrentamento inegavelmente refletiram objetiva e subjetivamente sobre o operariado individual e suas formas organizativas, tanto no interior das empresas, como no sindicalismo classista, alterando profundamente as estratégias e táticas do sindicalismo, lançando-o numa profunda crise.

Assim sendo, se num período anterior o sindicalismo era caracterizado por ações de confronto e resistência, chegando mesmo a discutir questões como o controle da produção pelos trabalhadores, num período posterior, mediante o avanço do neoliberalismo e reestruturação produtiva, passou a vigorar a *negociação e participação, por dentro da ordem*, cujos exemplos mais significativos foram as câmaras setoriais, os bancos de hora, e os exemplos mais recentes relativos à postura da CUT em relação à Reforma da Previdência e à política econômica adotada pelo atual governo, Lula da Silva.

O sindicalismo propositivo é estritamente falando, um método de ação sindical: elaborar propostas próprias para negociá-las com empresários e os governos (neoliberais). Dentro desse método, é certo que o conteúdo das propostas pode

variar. Contudo, o próprio método impõe, de antemão, limites importantes. Se o objetivo é participar dos fóruns decisórios com os governos (neoliberais) e empresários, é preciso ser comedido e realista nas propostas; caso contrário, desliza-se para o confronto, que é o que o método propositivo pretende evitar. Portanto, o método propositivo condiciona uma postura conciliatória com o neoliberalismo. (BOITO JR., 1999, p. 159).

Nesse sentido, vale a pena ressaltar, nos anos 1990, alguns aspectos relativos ao enfrentamento da automação e das inovações organizacionais que passaram a fazer parte da pauta de reivindicação dos sindicatos brasileiros: participação em fóruns tripartite (trabalhadores, patronato e governo) para discussão dos processos a serem implementados pela empresa; participação nas decisões através das comissões de fábricas ou mesmo dos espaços de participação forjados pelas empresas (ex. CCQs); participação da representação sindical não só nas discussões, mas nas formulações, normatizações e criação dos instrumentos de aplicação das políticas; luta pela redução da jornada de trabalho e melhoria do poder aquisitivo dos trabalhadores, participação nos lucros, luta contra demissões, reciclagem dos trabalhadores. Essa pauta significou um real esforço dos sindicatos, frente à reorganização industrial, que não se rebelaram contra as máquinas, quebrando-as, mas tentaram intervir nos processos lutando para que os ganhos do avanço tecnológico fossem de usufruto mais coletivos. Porém, esta estratégia tem sido limitada, a nosso ver mesmo insuficiente, pois a participação nas câmaras setoriais, nos fóruns tripartite, resultaram em tentativas por parte do governo e do patronato de acordos e conciliação de interesses, que só trouxeram redução de direitos (banco de horas) e não reduziram o desemprego.

As experiências pioneiras em São Paulo demonstraram isso. Como exemplo, podemos citar a relação produtividade do trabalho e redução de custo de trabalhadores na indústria automobilística. A Volkswagen, em 1989, teve um faturamento de US\$ 3,74 bilhões nas vendas com 35.843 operários; em 1996 atingiu 9,2 bilhões com um efetivo de 29.616. A Ford no ano de 1989 atingiu US\$ 2,3 bilhões com 16.396 operários; no ano de 1996 conseguiu US\$ 4,8 bilhões com 12.191 trabalhadores. Com isso percebe-se que as empresas alcançaram seus objetivos de reduzir custos (às custas de demissões, redução de postos de trabalho) e aumento da produtividade. Isto colocou o movimento sindical numa encruzilhada e todo o debate que resultou dessa situação foi fundamental.

As empresas sob argumento de que diante da crise internacional não teriam alternativa a não ser diminuir custos (demissões, redução de direitos), responsabilizaram os

trabalhadores. Como se pronunciou a corrente sindical Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)<sup>94</sup>:

Assistimos então uma verdadeira inversão de papéis. Ao invés dos trabalhadores apresentarem a pauta de reivindicações, mobilizar os trabalhadores para obrigar as empresas a atenderem, ainda que em parte nossos pedidos, são as empresas que ameaçam os trabalhadores e apresentam uma pauta de reivindicações. Dessa forma vai se consolidando uma idéia de que, frente à globalização, é necessário que os trabalhadores aceitem ceder parte do que tem para garantir a competitividade das empresas. O papel dos sindicatos passa a ser então o de administrar esse processo, ou seja, de discutir com os trabalhadores e resolver de quais direitos e benefícios abriremos mão para ajudar as empresas e, por outro lado, utilizar o seu peso político para pressionar o poder público para obter vantagens para as empresas na política econômica e fiscal. Uma inversão completa de papéis. (MTS, 2000, p. 6).

Essa posição revela a situação de defensiva dos sindicatos com as políticas implementadas pelas empresas, a exemplo da “Lei do Contrato Provisório”, apoiada pela Força Sindical, o “banco de horas” e outros como o acordo da Volks, a partir da crise da Bolsa de Hohg Kong, exemplo relatado pelo MTS (2000, p. 7):

A VW imediatamente tornou pública a ameaça de demitir 10 mil trabalhadores para fazer frente a esse novo quadro que se abria. A alternativa, segundo a empresa naquele momento seria reduzir jornada e salários dos trabalhadores. A reação imediata dos trabalhadores e do sindicato foi correta. Não aceitavam nenhuma das duas alternativas, nem demissão em massa, nem redução de salários. E convocou uma manifestação, com paralisação da produção dia 11 e 12 em São Bernardo, que foi um grande sucesso. No entanto, iniciou-se, a partir daí, um processo de negociação em base a uma pauta apresentada pela empresa, e que tinha como objetivo possibilitar uma redução de custos da ordem de 200 milhões de dólares anuais. E o acordo final, aprovado em assembléia e assinado com a empresa, acabou prevendo o fechamento de mais de 4000 postos de trabalho, transformação do banco de horas em banco de dias, diminuição o adicional noturno, do adicional de horas extras, aumento da participação dos trabalhadores no pagamento do transporte da alimentação, etc., além disso, o acordo prevê também a vinda de uma planta de São Bernardo, da produção de um carro mundial da empresa. Ou seja, houve demissão em massa e houve redução de salário indireto dos trabalhadores, através da diminuição dos benefícios.

Em seguida, o documento destaca a audiência do Presidente do Sindicato com o Presidente da República da época (Fernando Henrique Cardoso), no qual o representante dos trabalhadores levou a proposta de redução do IPI (Imposto sobre produtos industrializados) para as montadoras e formação de um fórum tripartite para debater e encontrar soluções conjuntas.

Nós achamos completamente equivocado apontar esse caminho para enfrentar a ofensiva neoliberal que pretende diminuir emprego e eliminar direitos dos trabalhadores. Mais precisamente acreditamos que esse caminho nos leva a

---

<sup>94</sup> Movimento por uma Tendência Socialista - corrente interna à CUT que incluía setores que defendem os princípios do sindicalismo classista, independente, antiimperialista, anticapitalista, a defesa da unidade dos trabalhadores e da luta direta como forma de garantir as reivindicações. Reunia militantes do PSTU, da esquerda do PT e independentes.

colaborar com as empresas em seus objetivos. E não pelo acordo em si. Várias vezes já dissemos que acordo é resultado de relações de forças. É da natureza do sindicato participar de negociações e o resultado delas nem sempre é favorável a nós. Depende das circunstâncias, da relação de forças no momento. Todos que estamos em frente de algum sindicato, certamente já passamos pela experiência de assinar acordos que consideramos ruins, particularmente nestes últimos anos, de defensiva do nosso movimento. O problema que apontamos é a assimilação pelo sindicato da lógica da empresa. É o que leva o sindicato a dizer que um acordo desse é uma vitória, um exemplo a ser seguido. Vitória de quem? É importante compreender a relação de forças existente, pois ela determina muitos elementos da nossa política. No entanto, a relação de forças não pode determinar toda a nossa política. Parte fundamental da nossa ação, particularmente em uma situação defensiva como esta, é buscar criar condições para mudar essa situação. E, nesse caso que estamos analisando, a primeira condição para isso é dizer a verdade aos trabalhadores, que eles foram derrotados pelas circunstâncias e que a empresa conseguiu impor as condições dela, e que, portanto, temos de acumular forças para, o mais rápido possível, reaver os direitos que a empresa nos retirou nesse momento. Não podemos apontar uma derrota como um exemplo a ser seguido. Ao contrário, é preciso alertar todos os trabalhadores sobre a situação dada e buscar a unidade de todos para evitar que circunstâncias como aquelas se repitam. (MTS, 2000, p. 8)

Tendo em vista o clima de medo, insegurança e ansiedade que foi instaurado no espaço da produção, a partir da ofensiva do capital, traduzindo-se em ações como as dispensas e perdas de empregos, fechamento de postos de trabalho e de empresas, redução salarial, aceleração dos ritmos de produção, subtração de direitos sindicais e políticos conquistados, além do quadro de desregulamentação, flexibilização, privatização, desindustrialização, terceirização, etc., o movimento sindical foi levado a um profundo refluxo e a redefinição dos objetivos estratégicos da luta, com uma pauta de reivindicação e lutas em muito rebaixada.

Em outras palavras, o movimento sindical passou a assumir postura defensiva, abandonando as perspectivas anticapitalistas, concentrando como eixo de luta a preservação da jornada de trabalho regulamentada, os direitos sociais, trabalhistas e políticos conquistados e o emprego; *estratégias neocorporativistas, de influência propositiva e concertação social*, nas palavras de Alves (2000).

Evidentemente, os processos denominados por Antunes de heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, no qual se observa um processo de intelectualização do trabalho manual e, como reverso da mesma moeda, a desqualificação do trabalho, dificultaram a unidade da classe que potencializava as greves, as grandes mobilizações e as ações mais ofensivas e anticapitalistas.

Alves (2000), chama-nos a atenção de que é preciso considerar a questão da “perda da subjetividade antagônica do trabalho” que se expressa nas novas estratégias sindicais e, principalmente, tem se revelado incapaz de “apreender as determinações

histórico- ontológicas da nova crise do mundo do trabalho, como decorrência do próprio desenvolvimento da lógica do capital sob a mundialização”. Portanto, necessário analisar a crise do sindicalismo em seus aspectos objetivos e subjetivos. Nesse sentido, aponta como um traço essencial desse novo momento a “*nova captura da subjetividade operária para a lógica do capital*” que busca dar uma nova qualidade à subsunção real do trabalho ao capital, aprofundando-a e articulando o consentimento operário e o controle do trabalho.

Tumolo (2002) em seu livro “Da contestação à conformação” analisando a trajetória da CUT afirma que na correlação de forças estabelecida na luta de classes no Brasil, o capital vem acumulando vitórias sobre a classe trabalhadora. A estratégia implementada pelo capital no Brasil, vem resultando num processo de ajustamento da CUT à ordem capitalista.

Apesar das profundas transformações econômicas vem ocorrendo neste fim de século, expressas, principalmente, pela conformação da nova ordem mundial da acumulação de capital e o decorrente processo de reestruturação produtiva, com a gradual inserção da economia brasileira, se constituírem como elemento fundante para se entender a mudança na trajetória política da CUT, outros elementos devem ser agregados, particularmente os de ordem política. Pode-se mencionar, além de outros, a derrocada dos países socialistas liderados pela ex-URSS, tendo como símbolo a queda do muro de Berlim, fracasso da experiência revolucionária sandinista, que serviu, durante algum tempo, como modelo ou referência para diversos movimentos sociais no “campo de esquerda”, inclusive no Brasil, e principalmente as duas derrotas de Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, notadamente naquela de 1989. (TUMOLO, 2002).

Em que pese a vitória de Lula em 2002 e após três anos de mandato, que tem provocado mudanças importantes no sindicalismo brasileiro, Tumolo ainda analisa elementos internos à própria CUT que resultaram nessa mudança de estratégia e que vale a pena serem destacados:

- o processo de burocratização sufocando a democracia interna, desencadeado principalmente no III CONCUT realizado em 1988 em Belo Horizonte (o maior de todos os congressos), no qual a direção majoritária conseguiu aprovar a mudança estatutária, alterando os critérios de escolha dos delegados nos fóruns da central, operando a redução do número de delegados. Sendo que o IV CONCUT foi realizado apenas com a presença de 1554 delegados;
- a permanência dos aspectos fundamentais da estrutura sindical oficial, apesar das tentativas de superação;
- a política de relações internacionais que se manifesta pela filiação à CIOSL (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres), viagens, contatos e cursos junto às centrais sindicais de linhagem social-democrata, que têm financiado várias atividades da CUT, inclusive as de formação sindical;
- a disputa com outras centrais sindicais brasileiras, particularmente a Força Sindical;
- determinada política interna que se expressa pela participação no entendimento nacional, nas câmaras setoriais, etc. (TUMOLO, 2002).

Esses elementos procuram explicar o processo de burocratização da CUT, considerando seus aspectos mais endógenos. Entretanto, eles só têm sentido, se vistos articulados a um contexto mais geral, das determinações objetivas que levaram à vitória do capital no final do século passado e imputou uma derrota ao movimento sindical internacionalmente conduzindo-o a políticas defensivas e conciliadoras.

## **CAPÍTULO 4 - AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES SÓCIOECONÔMICAS DO MARANHÃO E AS LUTAS SINDICAIS DOS METALÚRGICOS E FERROVIÁRIOS**

Neste capítulo faremos uma breve caracterização sócio-histórica e econômica do Maranhão com o objetivo de verificar a sua inserção na nova divisão internacional do trabalho, a partir da qual o estado sofreu um conjunto de modificações, dentre as quais a implantação da ALUMAR e CVRD. Discutiremos também, a partir desse processo, a nova configuração do operariado metalúrgico e ferroviário, enfatizando suas lutas, ascenso, descenso, desafios e perspectivas atuais.

### **4.1 Estratégias econômicas e a inserção do Maranhão na nova divisão internacional do trabalho**

O estado do Maranhão, um dos 26 estados da federação brasileira, situa-se na região Nordeste do país já, na fronteira com a região Norte. É considerado Meio Norte ou Nordeste Ocidental, juntamente com o Piauí, por localizar-se numa zona de transição, apresentando aspectos geo-econômicos diferenciados: o Sertão - a região semi-árida, com vegetação de caatinga e mata de cocais, depressões, rios temporários, solo pedregoso e baixo índice de pluviosidade. Do ponto de vista sócioeconômico, esta região apresenta problemas graves como a elevada concentração fundiária e de renda, alto índice de analfabetismo e desnutrição, produtivamente destaca-se a pecuária extensiva e a agricultura. A região da Floresta Equatorial Amazônica - cujas terras são férteis, possuindo rios perenes e elevado índice pluviométrico. Nessa região são expressivas a questão indígena e os conflitos agrários, economicamente destacam-se o extrativismo e a expansão agropecuária; o Cerrado - região de semi-árido e solo com baixa produtividade, onde está instalado o pólo de produção de soja para exportação a partir de produtores do centro-sul do país; e o Litoral<sup>95</sup>. (RIOS, 2005, p. 19).<sup>96</sup>

A população atual do estado é de 5.638.321 habitantes. Sua capital, São Luís, encontra-se ao norte da Ilha que tem o mesmo nome e da qual fazem parte quatro municípios: São Luís (maior município cuja população atualmente é de 959.124 habitantes), Paço do

---

<sup>95</sup> O Litoral Maranhense é dividido em três partes: o Litoral Ocidental (da Baía do Gurupi à Baía de Cumã), o Litoral Ocidental (da Baía de Tubarão ao Delta do Parnaíba, onde encontramos os Lençóis Maranhenses) e o Golfão Maranhense, que compreende a parte central incluindo os municípios de Icatu e Alcântara, sendo a principal reentrância do litoral maranhense onde se encontra a Ilha de São Luís. (RIOS, 2005, p. 50-51).

<sup>96</sup> O Maranhão possui a segunda maior costa marítima do país com cerca de 670 km. Tem uma área de mangues que atinge 500.000 hectares, o que significa praticamente 50% dos manguezais do país, com florestas que atingem até 40 metros de altura, possuindo ainda a maior área contígua de manguezais. (Ecossistemas de Manguezais. Série Não me Toque. IBAMA-MA).

Lumiar, Raposa e São José de Ribamar. As principais atividades econômicas desenvolvidas no estado são: a prestação de serviços (comércio, bancos, serviço público nas três esferas), atividades industriais (setor alimentar, químico, minerais não metálicos, metal-mecânico, madeireira, bebidas), agricultura de subsistência, pecuária, além do pólo de exportação de soja na região sul do estado, mais precisamente no município de Balsas.

O Maranhão apresenta peculiaridades em relação aos demais estados nordestinos por situar-se entre o Norte e o Nordeste: não possui a seca muito rigorosa como os demais Estados, apresenta uma rica bacia de rios perenes (Parnaíba, Itapecuru, Tocantins, Gurupi, Munin, Mearim, Pindaré, Maracaçumé, Turiaçu, Pricumã, Preguiças, do Peria).

Nos anos 1980 o Maranhão era um estado basicamente agrícola, muito embora em vários períodos de sua história tenha tido momentos de industrialização, a partir de diversos setores (indústrias têxtil, babaçu, madeireira), conforme a propensão natural do estado e os interesses nacionais e internacionais em jogo.

Em sua constituição histórica o Maranhão teve sua formação marcada pela intensa concentração de terras. Sendo um dos estados que mais recebeu africanos, em conseqüência do tráfico negreiro, constituiu inicialmente uma forte estrutura latifundiária baseada na agricultura produtora de arroz, algodão e cana-de-açúcar, graças à força de trabalho escravizada.<sup>97</sup>

Com o fim da escravidão legal, formou-se um campesinato que tinha como alternativa a agricultura de subsistência (produção de arroz, feijão, milho, mandioca) a partir da força de trabalho familiar, que se estabeleceu na área de ocupação mais antiga: o Litoral, a Baixada e as margens do Itapecuru. Esta pequena produção, onde a grande maioria era constituída de posseiros, co-existiu com o latifúndio, cuja atividade produtiva principal era a pecuária extensiva com a força de trabalho existente (pequenos produtores), com quem estabelecia uma relação designada de “aforamento da terra”. Os pequenos produtores complementavam as suas rendas com a coleta e quebra do coco babaçu para comercialização. (GINSTELINK, 1989, p. 13).

---

<sup>97</sup> No período colonial, através do incentivo da companhia do Comércio do Maranhão e Grão-Pará, o Maranhão desenvolveu a cultura do algodão, da cana-de-açúcar e do arroz para exportação. O algodão era cultivado no Litoral, inicialmente, e depois nos vales dos rios Munin, Pindaré, Mearim, Itapecuru e Grajaú. A produção da cana-de-açúcar, entretanto, entrou em decadência devido ao ascenso da produção das Antilhas e o algodão superado pela concorrência norte-americana. No século XIX a economia maranhense foi redefinida em função da abolição da escravatura, da emergência do trabalho assalariado, do liberalismo como ideologia política no Estado brasileiro, da segunda fase da expansão industrial européia. Assim, com a queda da produção do algodão e dos engenhos de cana de açúcar, o Maranhão, que chegou a ser o 2º maior produtor de arroz do país e maior exportador de algodão (75% do algodão tecido na Inglaterra vinha deste Estado), teve que recorrer a outras atividades inclusive a industrial.

A pesca também funcionava, em alguns casos, como um complemento, a exemplo das populações próximas aos campos da Baixada e em outros como atividade principal, no caso das populações do Litoral.

Uma primeira fase de industrialização no estado se iniciou nas últimas décadas do século XIX, quando foram implantadas fábricas têxteis avançadas tecnologicamente, usinas de beneficiamento de açúcar, indústrias de chumbo para munição, além da fabricação de prego, calçados, roupas e produtos cerâmicos<sup>98</sup>. A indústria têxtil entrou em decadência, praticamente desaparecendo, isto porque a economia algodoeira, que sustentava a indústria têxtil, entrou em derrocada com a industrialização do sul do país, com o incentivo à produção de algodão nessa região, retirando o Maranhão da disputa do mercado. (FEITOSA; RIBEIRO, 1995, p. 141).

Isto tem a ver com o processo de formação sócio-econômica brasileira, articulado ao capitalismo internacional que na primeira metade do século passado firmava as bases da indústria no sudeste brasileiro, a partir do modelo de substituição de importações. Nesse período, à região Nordeste coube o papel de produtora de alimentos (agricultura e pecuária), fornecedora de força de trabalho para as regiões de maior industrialização e, o Maranhão, particularmente, serviu como espaço de expansão da fronteira, absorvendo trabalhadores nordestinos tanto pela fuga das secas, como pela expulsão por conflitos agrários.

Durante o século XX, o Maranhão viveu um longo período de estagnação, não obstante a produção de arroz elevada e o babaçu destacando-se como produto importante na produção de oleaginosas e produtos de limpeza (sabão e detergentes). Até os anos 1980 o processo de industrialização do estado foi bastante reduzido e a agricultura baseou-se na pequena produção, coexistindo com a alta concentração de terras e, do ponto de vista político, com a dominação oligárquica.

No final dos anos 1920 aconteceu um movimento migratório para o estado, oriundo de outros estados nordestinos, principalmente de Pernambuco, Ceará e Piauí, motivado tanto pela expulsão gerada pela crise açucareira de 1929, quanto pelas secas que ocorreram no período. Segundo Ginstelink (1989, p.12), este fenômeno provocou uma instabilidade parcial do padrão de exploração do grande latifúndio tradicional, pois a demanda camponesa por terra aumentou, elevando os preços dos aforamentos e gerando maior poder de barganha para o latifúndio, que passou a sustentar-se principalmente da renda

---

<sup>98</sup> Com o fim da escravidão, os fazendeiros e donos de escravos que perderam seus capitais investidos em escravos buscaram os centros urbanos para investir em outros setores, como a indústria. Em 1889 o Maranhão possuía 17 fábricas, sendo 10 de tecelagem (três em Caxias, uma em Codó e seis em São Luís)

da terra e da comercialização do produto dos camponeses, ficando a pecuária relegada a uma atividade secundária.

Essa estrutura econômica marcada pela primazia do rural sobre o urbano, baseada na agricultura e na pecuária extensivas e no latifúndio, favoreceu o surgimento do grupo oligárquico, cuja figura central era Vitorino Freire. A dominação vitorinista no Maranhão se sustentava nos grandes fazendeiros, nos grandes comerciantes e industriais, utilizava o clientelismo, o fisiologismo e o autoritarismo na relação com a população, o aparato estatal em benefício de seus apoiadores, a corrupção para garantir seus representantes nos cargos públicos. Ao mesmo tempo, reprimia as lutas das classes trabalhadoras.

O período de 1950 a 1960 marcou o início da implantação e consolidação da indústria do babaçu, que culturalmente era utilizada para autoconsumo dos maranhenses, passando a ser produto de exportação, matéria-prima para as indústrias química e alimentar tanto para o exterior quanto para o centro-sul do país. Apesar da importância do babaçu para a economia maranhense, essa indústria entrou em crise a partir dos anos 1970. No entanto, diversamente da indústria têxtil e da açucareira, atravessou a crise com a inclusão de outros produtos, a exemplo da soja, que passou a ser produzida no sul do estado a partir grupos do sul do país.

Na década de 1960, o Maranhão viveu mudanças políticas com a derrocada do vitorinismo<sup>99</sup> e a emergência do governo Sarney. O novo governo assumiu a partir da vitória eleitoral de 1965, com uma ampla composição política conhecida por Oposições Coligadas e com um discurso progressista que não se materializou. Como decorrência desse processo, começou a se formar, gradativamente, uma nova oligarquia que perdura nas estruturas do poder do estatal nos últimos 40 anos.

Na realidade, o anseio dos maranhenses por mudanças chocou-se com a ausência de um programa voltado para tal fim e mesmo com a falta de vontade política por parte das “Oposições Coligadas”, deparando-se também com a situação nacional, sob o regime de ditadura militar, que levou o país à integração subordinada ao capitalismo internacional. Apesar de os movimentos sociais e populares clamarem pelas reformas de base, a ditadura acabou por fechar todos os espaços de participação política.

Nesse sentido, o governo Sarney aliou-se ao projeto da ditadura militar, contando com o seu apoio no processo de modernização conservadora. Tal processo favoreceu a expansão do capital na Amazônia, aprofundou a concentração fundiária através da venda das

---

<sup>99</sup> Oligarquia dirigida por Vitorino Freire, que dominou o Maranhão nos anos de 1930 a 1960.

terras maranhenses a grandes empresários do sul e sudeste, desconsiderando os posseiros que nelas viviam há várias gerações. Com isso, intensificaram-se a violência, a grilagem de terras e a expulsão dos trabalhadores<sup>100</sup>.

A partir daí, o sistema de apropriação das terras feito pelos agricultores sofreu alterações com a penetração dos grileiros e fazendeiros de outros estados e com a instalação do sistema administrativo dos municípios e o desenvolvimento do sistema rodoviário:

[...] chegam fazendeiros e grileiros para apropriar-se das terras livres, não legalizadas do ponto de vista jurídico, mas já preparadas a custo de muito suor pelos posseiros. Os fazendeiros, comprando terras do estado, instalaram-se em terras recentemente trabalhadas por famílias camponesas, para implantar grandes projetos de pecuária. Os grileiros apropriaram-se de forma fraudulenta, nos cartórios da região de São Luís, Imperatriz e Goiás, das terras dos posseiros para fins de especulação. Estes grupos ignoraram o processo real de apropriação da terra que o campesinato vinha realizando desde a década de 50. (GINSTELINK, 1989, p. 13)

Tal processo contribui para desencadear intensos conflitos agrários e expansão da fronteira agrícola para o interior do Maranhão, principalmente para a região do Vale do Pindaré, Buriticupu e Bico do Papagaio, regiões conhecidas nacional e internacionalmente pela violência dirigidas aos trabalhadores rurais.

Os governos posteriores seguiram a mesma lógica do governo Sarney (1966-70) prometendo crescimento e Modernização (Maranhão Novo), através da expansão capitalista.<sup>101</sup>

No final da década de 1970, o Maranhão passou por mudanças econômicas e sociais, que contribuíram para compor o seu perfil atual. Tais mudanças ocorreram sintonizadas com a economia mundial e, pelo desenvolvimento de uma política regional, conjugada com interesses locais, que aprofundaram a expansão capitalista no estado.

No plano nacional, no final dos anos 1970, o país vivia sob o regime de ditadura militar que já enfrentava crise econômica, política e social: inflação “galopante”, crescimento da dívida externa, déficit público, falta de legitimidade do regime, além do ressurgimento do movimento operário.

Do ponto de vista econômico, os militares investiram na descentralização da industrialização do eixo sul e sudeste, buscando nas regiões Norte e Nordeste uma alternativa

---

100 Pe Vito Asselin em seu livro Grilagem, de 1982, denunciou o processo de apropriação fraudulenta de terras no Maranhão, quando instalou-se a grilagem oficializada, apoiada por todo o aparato estatal (governo, cartórios, judiciário e polícia).

<sup>101</sup>Em maior ou menor medida, os governos de Pedro Neiva de Santana, Nunes Freire, João Castelo (governos biônicos), Luis Rocha, Cafeteira e Lobão (governos eleitos), foram comandados e submissos à oligarquia Sarney.

de expansão da acumulação capitalista. Esse processo ocorreu em conjunção com o capital estrangeiro, que desde a década de 1960 rastreava reservas minerais no país, situadas principalmente na Amazônia.

A descoberta da Serra de Carajás, em 1967, com aproximadamente 18 bilhões de toneladas de ferro (a maior do mundo), além de jazidas de cobre, manganês, bauxita, níquel, cassiterita e ouro, representou o elemento catalisador para a expansão capitalista na Amazônia, sob o argumento da sua industrialização para ocupação e integração, tendo em vista a “segurança nacional”. Em outras palavras, o capital estrangeiro, frente ao esgotamento das reservas naturais da Europa, EUA e Japão, buscou em países como o Brasil, suprir suas necessidades de produtos naturais, inclusive contribuindo com o financiamento desse processo através do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), do Banco Mundial, dentre outras instituições financeiras do imperialismo.

A política governamental adotada para esta realidade estava expressa no Programa Grande Carajás (PGC).<sup>102</sup> O governo objetivava, com esse programa, gerar divisas para o equilíbrio da balança de pagamentos do país. A Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e o PGC, enquanto organismos estatais, cumpriram papel fundamental no financiamento, com a garantia de isenções fiscais e criação de infra-estrutura básica para a instalação de empresas nacionais e transnacionais na região.

Isto ocorreu em sincronia com a necessidade do grande capital internacional, que frente à crise capitalista emergente, precisava estabelecer estratégias de acumulação mais flexíveis. Tal estratégia incluía a incorporação das inovações tecno-organizacionais recentes, promovendo o aumento da produtividade do trabalho. Foi em consequência desse processo que empresas transnacionais buscaram novas regiões, articuladas ao sistema produtivo global, visando a expansão das formas flexíveis de produção, como alternativa às regiões industriais tradicionais em crise, baseadas nos padrões tayloristas/fordistas de produção. E, neste sentido, ocorreu o deslocamento de indústrias das antigas regiões industrializadas, dos países avançados para áreas rurais ou de urbanização recente nos próprios países ou para países semi-industrializados, ou recém-industrializados, onde os recursos naturais e força de trabalho são fartos e a organização sindical, frágil ou mesmo inexistente (TARSITANO NETO, 1995, p. 71).

---

<sup>102</sup> O PGC foi oficializado em 1980 pelos decretos-lei n°s 1813 (24/11) e 1825 (22/12) e extinto em março de 1990 pela reforma administrativa do governo Collor de Melo.

Buarque, em seu ensaio “Padrões Tecnológicos e Ocupação da Fronteira”, destaca que as grandes descobertas e o acesso a novas fontes de recursos naturais são fundamentais para o processo de acumulação e expansão capitalista. Chama atenção para a análise de Marx sobre a acumulação primitiva do capital, ressaltando o progresso técnico como dimensão mediadora das descobertas e da exploração econômica de novos territórios. No caso da Amazônia, analisa que o progresso técnico e a mudança nos padrões tecnológicos tendem a influenciar no processo de sua ocupação. Especificamente na década de 1970, intensificou-se a integração da região à economia nacional de produtos, terras e capital. Isto aconteceu num momento em que o capitalismo entrou em estagnação e começaram a se desenvolver novas tecnologias que se estenderam por todo o mundo. (BUARQUE, 1995, p. 32)

Esse período coincidiu com o desenvolvimento da indústria pesada no Brasil e a construção da nova divisão internacional do trabalho, facilitada por avanços no sistema de transportes que, por sua vez, favoreceu a transferência para os países do chamado terceiro mundo, de unidades e setores industriais completos. Em particular, setores industriais de elevada demanda de recursos naturais e energéticos, com alto nível de poluição e de grande demanda de força de trabalho, que tendem a um novo perfil da economia mundial. (Idem).

Tarsitano Neto (1995) aponta que as multinacionais agiram decisivamente na reorganização da economia, utilizando estratégias diversas, favorecidas amplamente pelo contexto da “globalização”.

Os agentes dominantes desse processo de reestruturação econômica são evidentemente as empresas multinacionais, que foram também as principais responsáveis pela aceleração dos investimentos relacionados com a realocação de atividades produtivas para as regiões periféricas durante os anos 80, frequentemente através de *joint ventures* e outros tipos de alianças estratégicas entre elas. Há evidência também de que as empresas multinacionais têm introduzido novos métodos fordistas de produção (ou pós-fordistas) a fim de reduzir custos, maximizar economias de escala e aumentar parcelas de mercados como, por exemplo, a produção paralela e o controle de fontes rivais de abastecimento, entrada de novas áreas e estágios mais lucrativos da cadeia de produção, subcontratação internacional, acompanhada pelo maior controle de produção (através dos recentes avanços da informática) embora os estágios de maior valor agregado permaneçam concentrados nos países industrializados. (TARSITANO NETO, 1995, p. 74).

Tarsitano Neto (1995, p. 79) destaca a indústria do alumínio como exemplo dessa reorganização. Até os anos 1970 essa indústria possuía uma estrutura oligopolística clássica formada pelas “seis irmãs do alumínio”: Alcoa, Reynolds, Kayser (norte-americanas), Alcan (canadense), Pechiney e Alusuisse (européias), que controlavam a produção, distribuição e os preços do alumínio primário. Estas indústrias representavam juntas, 73% da economia do setor, correspondente a 95% dos EUA, Europa e Japão. Nos anos 1973 e 1979, com as crises

do petróleo, ocorreu a reorganização dessa indústria, forçando as empresas a buscarem fontes de energia alternativas em outras regiões e com menor custo, a exemplo da energia hidráulica no Brasil, Venezuela e Indonésia. Tarsitano Neto explica como se deu essa reorganização: “A produção do metal primário é deslocada ou realocada nos países de industrialização recente. As atividades de alto valor agregado de pesquisas e desenvolvimento, bem como o planejamento estratégico e o setor financeiro estão concentrados nos países industrializados.”

No âmbito desses países de industrialização recente, a penetração foi facilitada pela ação dos governos, pela sua capacidade de produção de fontes energéticas mais baratas, pela associação das empresas estrangeiras com grupos ou empresas nacionais, o que diminuía as dificuldades financeiras, tecnológicas e de comércio.

No Brasil, isto ocorreu aliado ao desenvolvimento de uma política regional que favoreceu e regulou a penetração dessa indústria na Amazônia Oriental através da Mina do Rio Trombetas, da Hidrelétrica de Tucuruí e dos complexos Albras/Alunorte (Consórcio CVRD e Nippon Amazon Aluminium Company - NAAC) no Pará e ALUMAR no Maranhão.<sup>103</sup>

Conforme já afirmamos, no final da década de 1970 e mais incisivamente nos anos 1980, o Estado brasileiro passou a desenvolver políticas regionais visando a descentralização da industrialização do centro-sul do país, passando a atuar decisivamente nas

---

<sup>103</sup> O processo de formação, desenvolvimento e acumulação capitalista, no Brasil, contou histórica e decisivamente com a intervenção estatal. No Maranhão, isto tem ocorrido desde as primeiras iniciativas até a industrialização recente, de acordo com as conjunturas que vêm se processando historicamente. Entretanto, sabemos que o desenvolvimento industrial brasileiro ocorreu de forma desigual, centrado na região sudeste, com a política desenvolvimentista implementada nos anos 50, a partir do modelo nacionalista. (LIMA, 1996, p. 49), assim caracterizou esse momento: "Investiu-se na indústria pesada, foram instaladas diversas fábricas e novos ramos industriais, destacando-se o automobilístico, de grande poder germinativo, que alterou radicalmente o perfil industrial do país. O Estado passou a garantir a infra-estrutura básica e as políticas de incentivo para novos investimentos, eliminando as barreiras fiscais para a integração econômica nacional. As propostas de desenvolvimento autônomo foram progressivamente abandonadas no início dos anos 60”.

Com o objetivo de enfrentar os graves problemas sociais, econômicos e políticos das demais regiões, o Estado passou a adotar medidas, visando a recuperação e o desenvolvimento destas regiões de industrialização insuficiente. Com esse espírito foram criadas as Superintendências de Desenvolvimento Regional, entre as quais a SUDENE (1959) e a SUDAM (1966).

Evidentemente, a intervenção das Superintendências de Desenvolvimento Regional contribuíram significativamente para o desencadeamento de processos de industrialização das regiões Norte e Nordeste, "não obstante as flutuações conjunturais entre 1970 e 1983, a indústria nordestina cresceu a taxas ligeiramente mais elevadas que as médias nacionais, assinala Lima (1996, p. 62); porém, concentrando ações através de incentivos fiscais e creditícios, infra-estrutura e apoio à implantação de pólos industriais (Recife, Fortaleza e Salvador). O Maranhão, por exemplo, foi alvo dos investimentos da SUDENE e SUDAM e do Projeto Grande Carajás. No entanto, conforme Gistelink, apesar de ser alvo desses dois órgãos de desenvolvimento regional "nem sempre conseguiu fatias substanciais como outros estados". Na avaliação de Tsuji (1993, p. 59), essa priorização de alguns centros reproduz o modelo centro-periferia, ou seja, o modelo brasileiro no qual o eixo girava em torno da Grande São Paulo e Grande Rio, sendo o Nordeste e a Amazônia regiões de pouco crescimento e progresso. Assim, Tsuji (1993, p. 59) argumenta que tanto a SUDAM quanto a SUDENE desenvolveram políticas através de incentivos e da atuação direta, trazendo também para o Maranhão poucos resultados objetivos. A política de incentivos veio funcionar somente dentro do Programa Grande Carajás, mas isto só na história recente.

regiões Norte e Nordeste. Os estados do Maranhão e Pará foram alvo de ações e projetos que incluíam a exploração dos recursos naturais, de segurança nacional, de colonização, objetivando a ocupação da Amazônia de acordo com os interesses internacionais, apesar do discurso nacionalista (“integrar para não entregar”).<sup>104</sup>

Castro (1995), em seu artigo intitulado “Industrialização, Transformações Sociais e Mercado de Trabalho”, analisa que no processo de expansão do capital para a Amazônia oriental podem-se distinguir três grupos: as empresas do setor madeireiro e da construção civil; as empresas siderúrgicas e as empresas do setor mineiro-metalúrgico. Com relação às madeireiras e empresas da construção civil, assinala que tiveram um papel importante na constituição de um mercado de trabalho para cidades do Pará (Marabá, Parauapebas) e Açailândia-MA, formando uma primeira geração de operários com vistas à abertura de grandes obras (estradas, ferrovias, aeroportos, centros urbanos, distritos e parques industriais, construção da hidrelétrica de Tucuruí). No final dos anos 1970, houve uma forte expansão do setor da construção civil, empresas como a Camargo Correa e Andrade Gutierrez e outras subcontratadas contribuíram para a absorção de um grande número de trabalhadores sem grandes exigências de qualificação.<sup>105</sup>

Sobre as empresas siderúrgicas, Castro (1995) destaca que começaram a ser instaladas em áreas localizadas no corredor da Estrada de Ferro Carajás a partir de 1987. Estas empresas utilizam o carvão vegetal no seu processo produtivo e têm ação altamente danosa à natureza, uma vez que retiram esse insumo da floresta.<sup>106</sup> A referida autora destaca os empreendimentos mineiro-metalúrgicos de grande porte, ligados ao PGC, entre os quais ressaltamos a CVRD, ALUMAR, ALBRAS e ALUNORTE. No Maranhão, o desenvolvimento do PGC foi decisivo para as transformações ocorridas, na medida em que o estado foi incluso no setor mineiro-metalúrgico desse programa, no qual encontrava-se ainda o Projeto Ferro Carajás, Mineração Rio Norte (exploração da bauxita), Albrás/Alunorte e ALUMAR (alumina e alumínio), além de projetos de exploração de ouro, cobre e manganês pela Companhia Vale do Rio Doce. Assim, o Maranhão foi incluído na nova divisão internacional do trabalho, como espaço de transnacionalização do capital: espaço de transformação de minérios pelas

---

<sup>104</sup> Contribuiu para esse processo a construção das rodovias Belém-Brasília, BR 316 (Teresina a Belém), MA 222 (Santa Inês a Açailândia).

<sup>105</sup> A autora destaca que na construção do Projeto Ferro Carajás CVRD e suas subsidiárias chegaram a contratar cerca de 8.000 trabalhadores em 1980. Em 1982 eram 27.482. Em Serra Pelada, na área de garimpo, foram 70 mil homens, muitos oriundos de canteiros de obra desativados. (Castro, 1995, p. 97)

<sup>106</sup> Minas Gerais é o estado do Brasil que mais produz ferro-gusa, compreendendo 93% da produção do país. Esse destaque ocorre devido à disponibilidade de recursos naturais. Em grande parte, associa-se a destruição da Mata Atlântica às guserias, em função da extensa utilização de carvão vegetal.

empresas CVRD, ALUMAR, METALMAN; implantação da Base Espacial em Alcântara<sup>107</sup>, as siderúrgicas na Região Tocantina, Pindaré e Rosário<sup>108</sup>, além da dinamização do setor primário (modernização da agricultura, expansão da pecuária para exportação).

Essa redefinição foi favorecida pelas características naturais da região: as reservas minerais da Região Norte, a localização estratégica da Ilha de São Luís e a capacidade portuária para exportação marítima dos produtos; e também por elementos de ordem política: interesses de grupos econômicos locais e estrutura oligárquica associada a interesses de grupos estrangeiros, assim como a intervenção decisiva do Estado, criando todo um conjunto de políticas consoante com os interesses desses grupos, excluindo definitivamente a participação popular. (MOREIRA, 1980)

Acompanhando esse processo foi desenvolvida intensa propaganda governamental a partir do PGC, da redenção do Maranhão com promessas de criação de um milhão de empregos, gerando expectativas não só para a população maranhense, como também nos estados vizinhos. Isto trouxe como consequência o aumento desordenado da população de São Luís, embora o Maranhão permaneça como um dos estados da federação de maior população rural, conforme podemos ver na tabela a seguir:

---

<sup>107</sup> Através do Decreto n° 7.820 o Governo do Maranhão, em 1980, desapropriou 52.000 ha de terras do município de Alcântara, que dista 22km de São Luís, para a instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). O projeto, de responsabilidade do Ministério da Aeronáutica, inclui-se no Projeto Missão Espacial Completa Brasileira, associado ao Estado Maior das Forças Armadas. Esta área desapropriada corresponde a metade do município, desapropriando cerca de 2 mil famílias ou 10 mil pessoas (segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara) que foram deslocadas para agrovilas. O movimento social denuncia as condições de vida e trabalho nas quais foram lançadas estas famílias, muitas descendentes de quilombos, que sobreviviam das pesca e da agricultura em suas áreas de origem.

<sup>108</sup> No Maranhão foram instaladas, nos anos 1980, 8 siderúrgicas: Maranhão Gusa (MARGUSA) em Rosário, Companhia Vale do Pindaré, Viena Valadares, Gusa Nordeste, Siderúrgica do Maranhão (SIMASA), Ferro do Maranhão (FERROMAR) e a Companhia Siderúrgica do Maranhão (COSIMA) todas em Açailândia, e a Gusa Industrial em Pindaré-Mirim. Estas siderúrgicas utilizaram financiamento da SUDAM e SUDENE e produzem o ferro gusa (para produção do aço) com o uso do carvão vegetal. Com isso, há uma grande destruição da floresta nativa. Vale dizer que o Brasil é o único país ainda produz ferro gusa utilizando essa tecnologia altamente prejudicial à natureza.

Tabela 1- População Urbana e Rural do Maranhão

População	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Pop.Urbana	442.995	752.027	1.255.156	1.972.421	2.711.175	3.355.577
%	18%	25%	31%	40%	51%	59,5%
Pop. Rural	2.034.376	2.240.886	2.741.248	2.957.832	2.551.008	2.28.804
%	82%	75%	69%	60%	48%	40,5%
Total	2477.371	2992.686	3996.4Q4	4.93Q.253	5.222.183	5.638.381

Fonte: Censo IBGE 2000

Conforme podemos observar na tabela 1, em 1960 a população maranhense estava em absoluta maioria (82%) no meio rural e apenas 18% nos centros urbanos. Esse quadro começou a se alterar nos anos 1980, passando a 69% no meio rural e 31% no urbano, registrando-se em 1996 a inversão desse percentual: 51% nas cidades, 48% no campo. O censo 2000 mostra que 59,5% dos maranhenses estão nas cidades e 40% no campo, portanto, o Maranhão permanece com uma grande população no meio rural, tendo ainda um grande peso a agricultura e a pecuária como atividades econômicas.

Tabela 2 - Quadro Demográfico do Maranhão (15 maiores cidades)

Nº de Ordem	Município	1991	1996	2GGG	2GG4
1	São Luís	757.377	78Q.833	867.69Q	959.124
2	Imperatriz	3Q2.863	225.892	23Q.45Q	231.95Q
3	Caxias	16Q.12Q	133.783	139.155	142.971
4	Timon	115.6Q1	118.428	128.595	141.1Q9
5	S. J. de Ribamar	76.837	89.794	1Q7.333	126.271
6	Codó	112.7Q9	1Q4.217	11Q.761	113.889
7	Açailândia	91.162	78.234	88.24Q	1QQ.841

Nº de Ordem	Município	1991	1996	2GGG	2GG4
8	Bacabal	1Q2.679	89.848	91.737	95.335
9	Paço do Lumiar	57.918	55.729	76.161	93.796
10	Santa Luzia	124.9Q6	53.287	72.41Q	78.716
11	Barra do Corda	44.392	73.Q39	77.75Q	78.154
12	Santa Inês	7Q.459	68.942	68.152	75.188
13	Pinheiro	85.674	64.317	67.888	71.828
14	Balsas	45.346	48.344	60.155	69.662
15	Chapadinha	57.728	59.521	60.646	63.610

A tabela 2 nos mostra onde essa população urbana se concentra e onde a população mais cresceu. Podemos ver que as maiores cidades são exatamente a capital São Luís, que em 1991 possuía população de 757.377 e 959.124 em 2000, ou seja, 17% da população do Estado. É em São Luís, em função dos grandes projetos, que se concentra o maior contingente populacional. A segunda maior cidade é Imperatriz, representando todo o crescimento da região Tocantina correspondendo a 302.863 em 1991 e, 231.950 em 2000. Percebe-se pelos dados que no período há uma redução da população em Imperatriz. Isto ocorreu em função da criação de novos municípios, emancipados dessa cidade (São Francisco do Brejão, Cidelândia, São Pedro D'água Branca, Vila Nova dos Martírios, Davinópolis e Governador Edison Lobão). Observa-se também o crescimento de Açailândia, a 6ª cidade com uma população de 100.841, crescimento em função do pólo industrial de Pequiá e das siderurgias implantadas, e Balsas que de 45.346 em 1991 passou para 69.662 em função da migração em torno dos projetos de soja.

Assim, vê-se que o Maranhão, com um contingente populacional de 2.992.686 em 1970, passou para 5.638.381 em 2004, demonstrando o crescimento da população devido à integração do Maranhão à nova divisão internacional do trabalho, materializada no desenvolvimento de grandes projetos.

O Estado atuou decisivamente nesse contexto, buscando tornar a estrutura urbanística e a infra-estrutura industrial condizentes com o novo momento econômico do

Maranhão. Em decorrência disto, foram criadas várias instituições ou órgãos públicos, realizado o zoneamento de São Luís, sendo reservado o Distrito Industrial no setor sul da Ilha. A energia elétrica necessária às empresas foi providenciada através da interligação dos sistemas Norte (Eletronorte com a Hidrelétrica de Tucuruí) e Nordeste (Chesf com Boa Esperança e Paulo Afonso). Com relação ao abastecimento de água, foi criado o sistema Italuís. (MOREIRA, 1980).

Muitas vantagens foram ofertadas a essas empresas para que se instalassem no Estado, segundo Feitosa:

Em que pese a Alcoa não se constituir em projeto específico do Carajazão, sendo uma parte do poderoso capital financeiro internacional do setor de alumínio, por ter se localizado num espaço circunscrito ao paralelo 8° entre os Rios Parnaíba, Xingu e Amazonas, e mesmo tendo sido extinto em 1989 pelo governo Collor, o PGC vem obtendo todas as vantagens oferecidas pelo Decreto-lei n° 1.813, além de outras vantagens fora desse âmbito, como é o caso do subsídio de energia disciplinado pela portaria n° 1.655. (FEITOSA, 1994, p. 108)

Moreira (1980, p. 129) destaca as vantagens asseguradas a essas empresas: 17 decretos- lavra para a bauxita de grau metalúrgica, detendo o maior volume de reserva do minério situado na região de Trombetas, incluindo Oriximiná e Faro-PA, com previsão de abastecimento suficiente para a ALUMAR por um período de 40 anos, pagamento de 475 a menos do megawatts de energia consumida (quando a portaria 1.655 do Ministério das Minas e Energia garante apenas 155 por setor); área física, isenção de imposto de renda por 10 anos, isenção de IPI nas compras de máquinas e equipamentos nacionais e manutenção do crédito do IPI referente a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, isenção de ICM, além de, em dezembro de 1980, ter sido inserida na Sudene podendo receber recursos do Finor.

Vale ressaltar ainda as vantagens quanto à força de trabalho:

O custo da mão-de-obra nas indústrias de alumínio, em 1985, era estimado em US\$ 23 por hora nos EUA, US\$ 18 no Canadá, US\$ 16 na Austrália, US\$ 15 na Europa (com o dólar super valorizado na época), contra US\$ 4 a 6 no Brasil. A tecnologia utilizada pela ALUMAR é o que há de melhor no mundo. A média mundial de consumo de energia tonelada de alumínio é de 16.700 kw/h. A ALUMAR opera com um consumo avaliado em cerca de 15.000 kw/h. A produtividade física da mão-de- obra da ALUMAR é de 7 a 8 h/homem por tonelada, o que corresponde ao coeficiente técnico das usinas mais modernas. Finalmente, é preciso lembrar que a segunda fase do projeto, que duplicou a capacidade de produção, não significou praticamente nenhum custo para a Alcoa, devido à entrada da Camargo Correa. (GISTELINK, 1989, p. 105)

Feitosa e Ribeiro (1995, p.60) registram que no período entre 1981 a 1990 no Maranhão ocorreu a implantação de cerca de 1.030 novas empresas de pequeno e médio

portes, fundamentais na expansão do setor industrial e, conseqüentemente, da sua participação na composição da produção interna do Maranhão. Para os autores ocorreu, nas décadas de 1970/80, uma ênfase na luta travada pelos capitais locais, contra capitais externos, geralmente em posição secundária, com apoio de incentivos fiscais do FINOR e FINAN.

Com relação ao financiamento desse processo de industrialização no Maranhão, estes autores apontam quatro vertentes principais: o capital comercial e agroexportador local; grandes capitais nacionais de outras regiões atuando na construção civil e montagem de infraestrutura dos grandes projetos e processo de produção do setor mínero-metalúrgico, como a Camargo Correa, Construtora Brasil e o setor madeireiro; o capital estatal - atuando no setor de extração e exportação de minérios como o ferro, manganês dentre outros (a exemplo da CVRD); o capital multinacional - voltado para extração e processamento dos minérios.

Todo esse processo trouxe inúmeros problemas para a população maranhense, uma vez que além de não gerar os empregos prometidos, provocou um crescimento caótico da cidade, sem nenhuma preparação ou políticas governamentais correspondentes.

Com relação à questão do solo urbano, a ALUMAR e CVRD quando foram implantadas desapropriaram cerca de 12 mil pessoas, porém, vale ressaltar que estas pessoas não foram expropriadas apenas de suas moradias, mas também do local de trabalho, considerando que estas famílias eram, na sua maioria, pescadores, catavam caranguejo, sururu, e outros mariscos, assim como produziam hortifrutigranjeiros. (FEITOSA; RIBEIRO, 1995, p. 62)

Entretanto, vale ressaltar que a despeito de toda desintegração econômica, política, cultural e social, esse processo gerou uma nova configuração do operariado, que passou a vivenciar toda a problemática referente à relação capital/trabalho em empresas de grande porte, modificando o perfil do movimento operário no estado.

De qualquer maneira, a existência desses pólos industriais, com suas fábricas e seus operários, mesmo em número pequeno, representa algo diferente para a realidade social ainda agrícola, porém pouco ou quase nada de qualidade de vida têm acrescentado à vida do povo maranhense, pelo contrário, não contribuem com o aumento da arrecadação fiscal (isenção), são co-responsáveis pelo alto custo de vida, pelo encarecimento dos aluguéis de imóveis, pela valorização das terras rurais e urbanas, pelo inchaço dos centros urbanos, das periferias habitacionais tipo palafitas. Enfim, até o momento, esse ensaio de desenvolvimento industrial do Maranhão tem piorado a condição de vida do seu povo, senão vejamos: 43,8% da população é analfabeta, a mortalidade infantil é superior a 12%, existe apenas 1 leito hospitalar para cada 790 habitantes, sendo que a maioria são de hospitais particulares em São Luís; 33% da população vive em palafitas, etc.

Além disso, governa no estado uma oligarquia Sarney que tem hoje seus interesses econômicos, não só no latifúndio e atividades primárias, mas bastante diversificada nas áreas financeira (Digibanco), Industrial (Sharp), Comercial (Lusitana), da Comunicação (Sistema Mirante) e da Educação (CEUMA). Isto sem tirar os pés do

latifúndio com toda a violência no campo garantida com seu poder político.  
(Caderno de Teses do 3º CECUT-MA, 1991, p. 15-16)

A partir dessa caracterização inicial, podemos afirmar que dos estados nordestinos o Maranhão é o estado com maior potencial hídrico, portanto, com menos problema de seca. Ainda assim, com todas as políticas a partir do Programa Grande Carajás, da implantação de indústrias, o Maranhão apresenta nos últimos anos, o pior Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, conforme podemos ver no quadro abaixo.

Tabela 3 - Quadro socioeconômico

	Mort. Infantil %	Analfabetismo	Renda Per capita	Urbanização	Part. PIB	Cresc. Pop.	IDH
<b>BRASIL</b>	28,7	12,8	6.950	79,4	100	1,9	0,766
<b>NORDESTE</b>	43,0	24,6	3.014	69,1	13,1	1,3	0,680
Sergipe	41,9	23,5	4.514	71,4	0,68	2,0	0,682
Piauí	34,6	28,6	1.941	62,9	0,47	1,1	0,656
Ceará	38,1	24,7	2.858	71,5	1,80	1,4	0,700
R.G. Norte	43,2	23,7	3.490	73,3	0,82	1,6	0,705
Paraíba	46,8	27,6	2.959	71,1	0,86	0,8	0,661
Alagoas	60,0	31,8	2,649	68,0	0,63	1,3	0,649
<b>MARANHAO</b>	47,6	26,6	1.796	59,5	0,86	1,5	0,636
Bahia	39,8	21,6	3.957	67,1	4,36	1,1	0,688
Pernambuco	46,3	23,2	3.962	76,5	2,65	1,2	0,705
<b>NORTE</b>	28,6	15,6	3..9Q7	69,9	4,6	2,9	Q.727
Amazonas	29,4	15,3	7.169	74,9	1,73	3,3	Q,727
Pará	28,1	16,3	3.435	66,5	1,81	2,5	Q,723
Acre	34,3	23,1	3.351	66,4	Q.16	Q,3.3	Q,697
Rondônia	25,2	11,5	9.321	64,1	Q,51	2,2	Q,735
Roraima	17,9	12,Q	3.623	76,1	Q,1Q	4,6	Q,746

Amapá	25,4	11,2	4.523	89,Q	Q,19	5,7	Q,753
Tocantins	29,6	17,2	2.59Q	74,3	Q,26	2,6	Q,71Q
CENTRO-OESTE	21,Q	9,7	6.559	86,7	6,9	2,4	Q,848
Mato Grosso	22,2	11,1	5.65Q	79,4	1,21	2,4	Q,773
Mato G. Sul	19,5	1Q,1	6.5Q5	84,1	1.15	1,7	Q,778
Goiás	21,3	1Q,8	4.898	87,9	2.Q9	2,5	Q,776
D. Federal	18,5	5,2	15.795	95,6	2,76	2,8	Q,844
SUDESTE	2Q,7	7,,5	8.774	9Q,5	57,8	1,6	Q,857
Minas Gerais	21,4	1Q,9	6.261	82,Q	9,47	1,4	Q,773
Espírito Santo	21,5	1Q,6	7.148	79,5	1,88	2,Q	Q,765
Rio de Janeiro	2Q,Q	6,3	1Q.16Q	96,Q	12,35	1,3	Q,8Q7
São Paulo	18,Q	6,1	1Q.642	93,4	33,4Q	1,,8	Q,82Q
SUL	18,4	7,Q	7.692	8Q,9	17,6	1,4	Q,86Q
Rio G. Sul	15,7	6,1	9.129	81,6	7,85	1,2	Q,Q,81 4
Santa Catarina	17,5	5,7	8.541	78,7	3,88	1,9	Q,822
Paraná	21,4	8,6	7.511	81,4	6.Q7	1,4	Q,787

Fonte: RIOS, Luiz. Geografia do Maranhão, 2QQ5.

A tabela acima permite visualizar a situação do Maranhão em relação ao Nordeste e aos demais estados e regiões do país. Em termos de mortalidade Infantil, o Brasil possui um percentual de 28%, sendo que no Maranhão o índice é bastante elevado, 43%, estando abaixo apenas da Paraíba (46%) e Alagoas (60%); o Rio Grande do Sul é o estado com o menor índice de mortalidade infantil (15,7%). Em termos de analfabetismo, o índice no Brasil é de 12,8%, no Nordeste, 24,6% e no Maranhão, 26,6%, ficando acima apenas do Piauí (28,6%), da Paraíba (27,6%) e de Alagoas (31,8%), sendo que o menor percentual entre as regiões é no Sul, e no Centro-Oeste no Distrito Federal, com apenas 5,2%. A *renda per capita* no Brasil é de 6.950, no Nordeste 3.014, o maior índice está no Distrito Federal 15.795, e o pior índice no Maranhão 1.796. O Maranhão alcança ainda os índices mais críticos em taxa de urbanização 59,5 e IDH 0,636.

Como se pode constatar, o estado do Maranhão está, juntamente com Alagoas e Piauí, ocupando os piores lugares no que tange aos indicadores sócioeconômicos. Esses dados revelam que todo esse processo de inserção do Maranhão como espaço de transnacionalização do capital, pouco benefício trouxe para os trabalhadores e a população em geral, pois o número de empregos diretos e indiretos foi reduzido e é quase insignificante se comparado com o prometido e com os sacrifícios e os prejuízos trazidos à população trabalhadora, com as desapropriações dos lavradores, dos pescadores, oleiros, etc., ainda com a devastação das matas, áreas de brejos e a dizimação dos animais selvagens, acentuados com a implantação das grandes empresas ligadas ao PGC. Dentre essas empresas, as duas mais importantes são a ALUMAR e a CVRD.

#### 4.1.1 A ALUMAR e a COMPANHIA VALE DO RIO DOCE: principais alavancas do processo de transnacionalização do capital

Neste item trataremos de desenvolver uma caracterização da ALUMAR e da Companhia Vale do Rio Doce como principais alavancas do processo de transnacionalização do capital, abordando o histórico das empresas, o processo produtivo, o modelo de gestão e as mudanças que se processaram a partir da década de 1990, que influíram no sindicalismo.

##### 4.1.1.1 O Consórcio de Alumínio do Maranhão SA – ALUMAR

A ALUMAR - Consórcio de Alumínio do Maranhão SA, foi implantada em São Luís em 1982, como consórcio integrado de produção de alumina e alumínio, a partir da transformação da bauxita extraída do Rio Trombetas no Pará. Tendo como acionistas a ALCOA<sup>109</sup> Alumínio- SA, ALCAN Alumínio do Brasil S/A<sup>110</sup> e a BILLITON Metais, iniciou suas atividades em 1984, com um investimento de capital na ordem de US\$ 1,7 bilhão, e em 1991 passou a contar com a construtora Camargo Corrêa como acionista.

---

<sup>109</sup> A ALCOA Alumínio SA, subsidiária majoritária da ALCOA Inc. norte-americana, foi fundada em 1889. Instalou-se no Brasil desde 1965 e possui no país um quadro de 6000 funcionários, produzindo % do total de alumínio primário produzido no Brasil. Além do Maranhão, possui fábricas em Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Pernambuco. Mineradoras em Porto Trombetas Pará e em Minas Gerais. (Alcoa.com.br)

<sup>110</sup> A multinacional ALCAN Inc.do Canadá fundou em 1940 a ALUBRASIL, que se transformou posteriormente em ALCAN Alumínio do Brasil. A ALCAN atua no mercado de embalagens e alumínio sendo líder global no setor, assim como na reciclagem do alumínio. Em 2003 desenvolveu processo de fusão com a PECHINEY francesa, tornando-se a “nova Alcan”. Esta empresa possui 88 mil funcionários em cerca de 60 países, 10 jazidas de bauxita, 9 refinarias de alumina, 24 *smelters* com capacidade de fundição de 3.3 toneladas de alumínio, 35 unidades de chapas e folhas, mais de 100 operações de embalagens e embalagens especiais. No Brasil encontra-se nos seguintes Estados: Maranhão, Pará, Bahia, Minas Gerais, São Paulo.

A ALUMAR tem as características dos consórcios, formados a partir das "irmãs do alumínio", em vários países, ou seja, é um consórcio integrado de produção de alumina e alumínio, composto por grupos empresariais que são concorrentes no mercado internacional e consorciados no Maranhão. A empresa no estado tem a responsabilidade pela administração do consórcio, incluindo as políticas de segurança, meio ambiente e de recursos humanos, sob comando da ALCOA, já que esta é detentora da tecnologia utilizada e é a acionista majoritária. Em outras palavras, a ALUMAR - Consórcio de Alumínio do Maranhão, recebe dos acionistas o capital e a matéria-prima (bauxita), transforma-os no produto final (alumina e alumínio) que é entregue proporcionalmente aos investidores, tendo como referência padrões internacionais de qualidade e produtividade.

A empresa é composta por duas fábricas: a Refinaria, que transforma a bauxita em alumina e a Redução, onde ocorre a transformação da alumina em alumínio. O processo produtivo é desenvolvido em 3 etapas: Inicia-se no porto, construído pela própria empresa na confluência do Estreito dos Coqueiros com o Rio dos Cachorros, com capacidade para aportar navios com até 50 mil toneladas de minérios. A bauxita e outros elementos necessários ao processo produtivo (coque, piche, carvão e soda cáustica) são introduzidos na ALUMAR através do porto, por onde também sai a produção destinada a exportação.

A bauxita, o carvão, o coque e o piche são levados através de correias transportadoras para seus devidos reservatórios, concluindo a etapa denominada mineradora, que consiste na extração da bauxita em Trombetas e transportação para a empresa em São Luís.

A **etapa química** é realizada na Refinaria, que tem como acionistas a ALCOA Alumínio - S/A (54,%), a BILLITON Metais S/A (36,%) e ALCAN Alumínio do Brasil (10%). Nesta etapa ocorre o processo de separação do óxido de alumínio da bauxita, passando, em seguida por um processo de preparação, sendo misturada à soda cáustica e depois triturada, tornando-se pastosa. Após isto, é levada à digestão para ser aquecida, em vasos de alta pressão, solvendo a alumina. A partir daí seguem os processos de sedimentação e filtração, nos quais há a separação das impurezas, ou seja, é separado o resíduo da bauxita. No processo denominado precipitação, a alumina é tri-hidratada, e posteriormente, através da calcinação (hidrato calcinado a 10000° C) é convertida em um pó branco e fino.

Esse processo consiste na separação da alumina dos demais componentes da bauxita, quando é acrescentada a soda cáustica, e exige maior atenção no tratamento, pois, quando a alumina é extraída, produz resíduos altamente poluentes, principalmente o óxido de ferro e o titânio, que formam a chamada lama vermelha. Cada tonelada de alumínio gera de 1

a 1,8 tonelada de resíduo, pois ainda é acrescida água para a lavagem. Para reservar estes resíduos, são construídos os "lagos de resíduo de bauxita" ou "lagos de lama vermelha", como depósitos dos resíduos poluentes. Esse processo de transformação da bauxita em alumina é denominado processo Bayer.

Segundo a direção da empresa, estes lagos são duplamente impermeabilizados com uma camada de argila compacta e uma membrana sintética de PVC e construídos com alto rigor técnico, garantindo a proteção do solo e dos mananciais subterrâneos. Entretanto, técnicos e grupos ecológicos argumentam que a segurança desse revestimento é questionável e pode romper-se e atingir o lençol freático. Importa destacar que tais lagos de lama têm dimensões semelhantes à de um campo de futebol e que a ALUMAR já construiu na Ilha de São Luís três lagos de lama vermelha.

A terceira etapa é a **metalúrgica**, realizada na Redução, que tem como acionistas ALCOA (54%) e a BILLITON (46%). Esta etapa tem como matéria-prima a alumina vinda da Refinaria. Trata-se da separação da alumina do oxigênio, através de um processo eletrolítico para obtenção do alumínio. A redução é composta pelas seguintes áreas: Eletrodos (anodos verdes, cozimento de anodos e chubamento de hastes), sala de cubas (seis prédios com 608 cubas eletrolíticas) e lingotamento. Os lingotes são comercializados e transformados nos produtos à base de alumínio.

#### 4.1.1.2 Principais mudanças na gestão da força trabalho e a nova configuração do trabalhador da ALUMAR

A instalação, tanto da CVRD como da ALUMAR, no Maranhão significou um fato novo que trouxe alterações para a sua realidade, conforme trabalhamos no item anterior. Essas modificações encontraram forte resistência dos setores organizados, considerando os impactos sócio-ambientais que causariam. Como relata Feitosa (1994, p. 368):

Essa empresa foi instalada em São Luís sob a mais gritante ilegalidade. A partir de uma simples carta de intenções assinada sob forma de contrato entre sua subsidiária ALCOMINAS e CDI (Companhia de Direitos Industriais). Sua implantação contrariou um documento elaborado por uma comissão técnica, constituída pelo próprio governo, no qual constavam orientações para a sua não implantação na Ilha de São Luís, pelos possíveis riscos de contaminação que poderia provocar ao solo, à água e ao ar.

À medida que se conscientizou do que representaria a instalação de uma planta de alumínio numa Ilha, espaço crítico, como é considerado São Luís, pelos estudos de geologia, realizados inclusive pela CVRD, a população organizou-se para resistir à implantação da ALCOA em São Luís, no que se destacou a luta travada por uma associação ecológica denominada Comitê de Defesa da Ilha de São Luís. Essa ação organizada acabou ficando em diversos seminários e reuniões, nalguns estudos e publicações sobre a questão, na eleição de alguns vereadores de oposição e numa

Ação Popular movida contra a empresa que, segundo consta, a Justiça local não teve o interesse em julgar o mérito da questão.

Analisamos que a implantação da ALUMAR de forma arbitrária e sob protestos desencadeou a necessidade de a empresa buscar sua legitimação, visando superar a imagem de multinacional invasora, usurpadora, destruidora do meio ambiente e das tradições culturais. O Gerente de Recursos Humanos, em 1999, expressou sua visão sobre a construção da empresa.

Aqui, nós encontramos uma realidade muito difícil. Uma mentalidade americana implantando um projeto desse tamanho, num governo complicado. O americano, por ter o capital se sentia extremamente poderoso. Essa relação não foi boa... o governo, órgãos e pessoas achando: agora eu vou tirar o que puder. Essa relação não começou legal. Bom, refletiu dentro da formação do quadro.

Rodava 15 mil pessoas aqui dentro, quando cheguei. Eu não sou especialista em construção, entendo de produção e produtividade. Então, quando cheguei, tive que estancar uma série de coisas. O cabide de empregos era enorme, a quantidade de pessoas sem qualificação era muito grande, porque trabalhavam aqui com volume. Então, o cara não era muito bom, contrata outro e outro, bota cinco para fazer a função de um. Quando nós terminamos a construção, que foi em 1989, aí começou o processo de aculturar para a produtividade. O salário era muito bom, ganhava-se aqui o salário de São Paulo mais 15%, trabalhava-se pouco, porque tinha muita gente. À medida em que você foi quebrando isso, o salário teve que ser ajustado ao mercado. Não sei se estou me fazendo entender. Aqui todos tinham bons salários, quantidade de serviço pequena e um número enorme de benefícios. Então, era uma curva totalmente torta. O Espírito do "me dá" estava mais do que caracterizado, cada linha que fechava e fechava com uma semana antes do prazo, era distribuído um bônus de 2 salários para todo mundo. (DURANS, 2000).

A fala do Gerente de RH mostra as relações que se estabeleceram a partir da instalação de uma empresa do porte da ALUMAR num estado ainda com base fortemente agrária e com uma estrutura política oligárquica e servil. Se no primeiro momento, da construção, “rodavam cerca de 15 mil trabalhadores”, o gerente demonstra a necessidade de superar esse momento para investir na busca da produtividade, tendo em vista superar “o paternalismo e os salários fora da realidade do mercado.”

A tabela 4, comparativa entre os salários base dos metalúrgicos da ALUMAR e os metalúrgicos do ABC, mostra que a empresa conseguiu seu intento.

Tabela 4 - Salário base dos metalúrgicos da ALUMAR e do ABC-SP

ANO	ALUMAR	ABC -SP
1990	NCz\$15.600,00	NCz\$ 33.331,00
1991	Cr\$ 177751,89	Cr\$ 391054,16
1992	Cr\$ 387154,30	Cr\$ 887357,83
1993	Cr\$ 7020000,00	Cr\$13759200,01
1994	354,18 URV	694,19 URV
1995	R\$ 346,11	R\$ 870,21
1996	R\$ 373,57	R\$ 896,25
1997	R\$ 476,10	R\$ 902,37
1998	R\$ 510,60	R\$989,25
1999	R\$ 537,72	R\$ 1.100,23
2000	R\$ 570,20	R\$ 1.351,40
2001	R\$ 631,49	R\$ 1.410,88
2002	R\$ 695,25	R\$ 1493, 66
2003	R\$ 819,72	R\$ 1582,44

Fonte: SINDMETAL

Por outro lado, para construir uma nova imagem que respondesse às expectativas da população e do grande número de pessoas que se deslocaram para São Luís em busca de emprego e renda, a ALUMAR adotou a tática de investir em propaganda nos meios de comunicação, "patrocinando" a atividades culturais, esportivas, de lazer, bem como em programas sociais. A empresa apresenta seus argumentos sobre a relação com a comunidade:

Desde que entrou em operação, em 1984 até os dias de hoje, as relações da ALUMAR com a comunidade se aprofundaram. A empresa gerou emprego e renda, 92% de seus empregados foram recrutados do Maranhão e dos US\$ 430 milhões que movimentou, anualmente, uma fatia considerável fica aqui mesmo, na forma de impostos, salários, compras e serviços, gerando negócios em cadeia e assim movendo a economia. O investimento nos vários programas comunitários de educação, saúde, cultura e meio ambiente, a política voltada para a valorização dos

seus empregados como o principal ativo da empresa e o desenvolvimento da consciência ambiental que ultrapassa a fronteira da fábrica fazem da ALUMAR um exemplo de desenvolvimento com responsabilidade, integrado ao cotidiano e ao futuro de São Luís e do Estado do Maranhão. (Site: ALUMAR.com.br/2004).

Em contraponto a tal discurso estão as comunidades rurais próximas à área do Distrito Industrial, que denunciam a opressão que sofrem, a destruição dos manguezais, rios, nascentes e brejos, de onde retiravam seus alimentos. Em visitas às comunidades próximas à área da ALUMAR pudemos constatar, a partir de contatos diretos com moradores, o quanto a instalação dessas empresas significou fator de desagregação cultural, político, social e econômico. Na realidade, aqui há um paradoxo que expressa a lógica capitalista da acumulação. A ALUMAR gerou um certo número de empregos com a implantação de uma mega planta de produção de alumínio, às custas da expulsão de mais de 10 mil famílias.<sup>111</sup> Cabe questionar: qual a alternativa de vida e trabalho que foi garantida às pessoas remanejadas? Isto não estaria intimamente relacionado ao aumento da violência urbana em São Luís, especialmente na área Itaqui-Bacanga ?<sup>112</sup>

Em 1990, quando finda o processo de construção, a empresa intensifica o processo de produção de alumina e alumínio e a busca da produtividade.<sup>113</sup> Conforme o discurso do Gerente de RH:

Parar aquilo e iniciar uma linha de produção chocou. Então eu tive um *turn over* muito grande em 1990, 1991 e 1992. Mas, associamos isso com um nível relação mais justa e aí passamos a falar em processos de equilíbrio entre você conceder e a empresa pagar e eu diria que hoje o nível de participação tá muito melhor. Não tá 100% ainda, mas as pessoas que estão aqui já com seus 10 anos de empresas, já são

---

<sup>111</sup> Comunidades seculares situadas em Pedrinhas, Maracanã, Coqueiro, Rio dos Cachorros, dentre outras, foram dizimadas ao serem desalojadas, destruindo a cultura, tradições e raízes de um povo, além de suas condições de vida e trabalho. Em visitas realizadas por nós à Comunidade de Pedrinhas constatamos, a partir de depoimentos de membros da comunidade, o medo e a indignação sentido por estes, inclusive por conta do valor das indenizações que receberam. Além disto, reclamam que, após a instalação da ALUMAR os efeitos sobre o meio ambiente são desastrosos: secamento de rios e mangues, redução da população de caranguejos e siris, além da vegetação, principalmente nas áreas de brejo; a Festa da Jussara realizada pela comunidade de Maracanã está ameaçada a cada ano, pela escassez do fruto. Denunciam ainda, que hoje não podem mais penetrar na mata para retirar seu sustento, bem como a madeira e a palha para construção de suas casas. Por outro lado, a empresa ostenta um Parque Ambiental, para justificar as atrocidades cometidas contra o meio ambiente, pelo qual possui o certificado do ISO 14000.

<sup>112</sup> Área Itaqui-acanga é um conjunto de bairros populares dos mais pobres de São Luís, situado próximo aos Distrito Industrial, muitos dos bairros foram construídos a partir do remanejamento das populações quando da implantação da ALUMAR e CVRD.

<sup>113</sup> Na fase I, a produção da empresa foi estimada em 500.000 ton/ano de alumina e 110.000 ton/ano de alumínio primário. Na fase II, iniciada em 1986, a produção aumentou para 245.000 ton/ano de alumínio e na fase III para 328000 ton/ano de alumínio, primário e atualmente a Redução tem a capacidade de 360.000 ton/ano. A Refinaria, a partir de 1997, tem a capacidade de produzir 1.300.000 ton/ano de alumínio.

Essa produção é destinada tanto para o mercado interno, quanto para exportação. Detalhando melhor: alumínio primário 80% para exportação e 20% para o mercado interno; alumina 22% para exportação, 14,5% para o mercado interno, consumo interno (Redução).

peças com uma cultura de participação muito maior que antigamente. Agora, mudar cultura não é fácil. Hoje ninguém entra para trabalhar sem um treinamento de pelo menos seis meses. É o tempo que a gente acha suficiente para a pessoa entender a linguagem, entender a filosofia, e saber que um dos valores da ALUMAR é a integridade. Você fala de segurança, comunidade, meio ambiente e pessoas, na dissecação disso um dos princípios é a integridade. E então essa relação de "me dá" já começou a deixar de existir. As pessoas sabem que fazendo por aquilo elas vão ter retorno às vezes, nem sempre em dinheiro, às vezes em crescimento pessoal ou satisfação. (Gerente de Recursos Humanos).

O relato do gerente demonstra as dificuldades da empresa em criar uma cultura de participação segundo seus interesses, entretanto, afirma a superação da mentalidade paternalista e a adequação da mentalidade dos trabalhadores segundo os interesses da empresa, a partir do que chama de relações mais justas.

De acordo com o gerente de RH de 1990 a 1992, houve um *turn over* muito grande, conforme podemos perceber na tabela 5. A tabela mostra a evolução das demissões de 1990 a 2004.

Tabela 5 - Quadro de Demissões de 1990-2004

ANO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Nº de Demissões	323	388	256	315	111	318	154	306	102	83	79	156	96	104	133

Fonte : Dados fornecidos pelo SINDIMETAL-MA

Ao analisar a tabela 5, fornecida pelo Sindicato, podemos observar que essas demissões foram elevadas no início dos anos 1990. Entre 1990 a 1993 foram demitidos 1282 trabalhadores. Em 1994 houve outro corte (111 demissões) tendo se elevado em 1995 (318 demitidos).<sup>114</sup>

Essa situação relaciona-se com o conjunto de ações que visam adequar a força de trabalho segundo os seus valores, tendo como chefe o setor de Recursos Humanos, com destaque o setor de capacitação, já nos primeiros anos da década de 1990.

Nesse sentido, foram desenvolvidas ações a partir da "nova" concepção da relação capital/trabalho, visando compor o novo perfil de trabalhador: polivalente, com nível de escolaridade mais elevado, capaz de compreender os novos processos de organização e gestão e adaptado às novas tecnologias, com iniciativa, criatividade.

<sup>114</sup> Inferimos que a redução em 1994 tem a ver com o auge da luta sindical. A elevação das demissões em 1995 relaciona-se com as derrotas do sindicalismo combativo no interior da empresa, conforme trabalharemos no item posterior.

Assim, as mudanças implementadas foram estruturadas a partir de ações estratégicas oriundas da área de R.H. elaborando plano de ação em consonância com as necessidades destes setores,<sup>115</sup> definidas da seguinte forma: Educação, treinamento e desenvolvimento, envolvimento dos funcionários, bem-estar e satisfação dos funcionários, gestão e planejamento, desempenho e recompensa.

1) Educação, Treinamento e Desempenho - na área de educação, treinamento e desempenho foram desenvolvidas ações para adequação da força de trabalho ao novo momento da empresa, uma vez que, neste terreno, é que se age diretamente sobre o componente subjetivo, desenvolvendo todo um trabalho ideológico, com vistas a eliminar as resistências, facilitar a implementação das inovações e, sobretudo, assegurar o consentimento dos trabalhadores sobre o domínio da empresa.

Segundo o Diretor do Centro de Treinamento da ALUMAR-CTA/Redução, durante a década de 1980, o perfil do trabalhador requerido pela empresa não exigia grande qualificação. Nesse período, início de implantação e funcionamento da fábrica, existia um grande número de estrangeiros, principalmente americanos e australianos que garantiam o suporte de instrutoria no procedimento de partida e operação dos equipamentos. A partir de 1990 a empresa mudou o perfil do trabalhador e passou a exigir tempo mínimo de experiência, 2º grau completo, testes psicológicos adequados, habilidades físicas. Isto porque, mediante o processo de qualidade, para que o trabalhador possa contribuir mais e compreender os ganhos que podem ser alcançados nas operações, este precisa de conhecimento técnico especializado do processo, além de conceitos básicos de física, química e matemática adquiridos no 2º grau. Em outras palavras, necessita de um trabalhador que desenvolva atividades práticas, mas que tenha o conhecimento teórico do processo. Nesse sentido, foram desenvolvidos vários programas: o Programa de Complementação Educacional -destinando aos funcionários que desejassem concluir o 2º e/ou 3º graus, desenvolvido em convênio com o CEFET, respeitando a escala de trabalho; Programa de Língua Inglesa-para funcionários indicados pelas chefias, segundo a necessidade da língua no local de trabalho, com subsídios total ou parcial pela empresa; cursos de aperfeiçoamento profissional -em nível de pós-graduação, através de convênios com instituições de Ensino Superior para cursos como Engenharia de Produção, Qualidade e Segurança no Trabalho; Formação técnica - química e

---

<sup>115</sup> A área foi dividida em 7 células: 1- Gerência; 2- Relações trabalhistas e Sindicais, administração de serviços, comunicação e envolvimento com funcionários; 3- Treinamento e Desenvolvimento, Recrutamento e Seleção; 4- Suporte exclusivo à Redução, suporte exclusivo à Refinaria; 5- Remunerações e benefícios, administração de pessoal; 6- Qualidade de vida - Viva a Vida, S. Social, Saúde; 7- Jurídico.

segurança do trabalho; Cursos de Aperfeiçoamento Profissional, Programas de Reciclagem Operacional e Gerencial; Programas de *trainess on the job*; Treinamento Introdutório de novos funcionários - visando apresentar as políticas da empresa, as estruturas administrativa e operacional, os benefícios e fornecer noções de segurança, saúde e higiene, e integração do funcionário na área do trabalho; treinamentos institucionais, externos (cursos, congressos, seminários fora da empresa).

2) Gestão e Planejamento - para a operacionalização do sistema de treinamento há todo um procedimento que inclui o levantamento das necessidades de treinamentos - LNT, o Planejamento das Atividades, Execução, e Acompanhamento das Atividades Previstas.<sup>116</sup>

#### Estrutura e Organização do Trabalho

A empresa é toda organizada em equipes. Em nível de cada área, organizam-se as chamadas equipes líderes que são coordenadas pelos gerentes de área, sendo membros integrantes os superintendentes e demais subordinados. Estas equipes têm a função de gerenciar, monitorar, avaliar e principalmente implementar melhorias nos processos produtivos e administrativos. Reúnem-se semanalmente para avaliar os processos, identificar problemas e indicar possíveis soluções além de repassar informações diretamente aos funcionários.

Através dessa estrutura, a empresa busca desenvolver todo um processo de envolvimento dos funcionários com a alta direção no sentido de estabelecer uma “inteligência cooperativa” do conjunto dos empregados. Neste sentido, desenvolve vários programas:

#### Envolvimento de funcionários

- Café da manhã com o Diretor de Operações - espaço criado para que os funcionários de áreas diversas conversem direta e informalmente com o diretor de operações.
- Sistema de Reconhecimento ao Mérito - no qual são avaliados os esforços individuais e/ou de equipes no processo de melhoria contínua, de acordo com os valores das empresas, aqui destaca-se o “Plano de Sugestões”.

---

<sup>116</sup> Um exemplo, destacado pelos entrevistados, da implantação de novos processos no qual o CTA teve importante desempenho é o TPM (Manutenção Total de Produção), processo iniciado em 1994 integrando a a política básica de Manutenção Autônoma. Para a introdução do TPM, o CTA inicialmente fez o levantamento das necessidades, os cargos e quantas pessoas precisavam de treinamento, estabelecendo um número de turmas a serem treinadas de acordo com a escala. Foram selecionadas áreas em que o programa pudesse alcançar melhores resultados estabelecendo áreas piloto e para os operadores foi colocado como requisito básico a vontade e disposição de contribuir para que a empresa tivesse sucesso nesse programa. Assim, passaram a implementar uma gama de treinamentos em ação, e atualmente já atinge toda a empresa. O TPM é uma metodologia que visa realização da manutenção dos equipamentos pelos próprios operadores, objetivando a eliminação de perdas de tempo e de capital, de modo a elevar os ganhos em produtividade.

- Programa Anual de Participação nos Resultados - o funcionário individualmente ou em equipe recebe um bônus ou aumento de acordo com o desempenho, e tem ainda publicado o reconhecimento (inclusive as melhores sugestões) no "ALUMAR Notícias" (informativo da empresa).
- Diálogos Diários de Segurança - DDS - reuniões diárias dos setores com as chefias cujo tema central é a segurança, mas também são discutidas questões comportamentais, opiniões, avaliações e sugestões que são encaminhadas à superintendência.
- Premiação por Cumprimento do Plano Operacional. Trimestralmente nas áreas em que são cumpridos os objetivos, os funcionários participam de sorteio de prêmios.
- Reuniões Mensais de Avaliação e Planejamento onde são discutidas questões relativas à segurança, produção, meio ambiente, situação do grupo está perante as políticas da empresa, e a participação do mesmo no alcance das metas previstas no Plano Operacional.
- Combinação de Funções - processo no qual o funcionário passa a ser responsável pela totalidade do trabalho, não só por uma tarefa. Visa permitir a ampliação dos conhecimentos e a autonomia do empregado, envolvendo-o desde o planejamento até a avaliação. A partir daí, ele passa a ter autoridade para implementar mudanças e fazer controles.
- Programa de Reconhecimento e Incentivo aos Bons Resultados de Segurança - relacionado ao desempenho do empregado na questão da segurança, evitando acidentes sem afastamento. São distribuídos vale - compras de supermercados locais, para os funcionários que atingem os critérios.

#### Controle Médico de Saúde Ocupacional:

- Promoção da Saúde - atividades educacionais, para o ambiente de trabalho ou na comunidade em que vive o empregado. Prevenção de Doenças: fluorose, proteção respiratória, preservação e conservação auditiva, prevenção dermatológica, lombalgia e *heat stress*, primeiros-socorros, higiene pessoal. - prevenção de DSTs e doenças causadas pelo fumo.
- Proteção da Saúde - atividades e estudos dirigidos para o ambiente de trabalho visando a análise das condições ambientais e seus efeitos sobre a

saúde. Avaliação da capacidade laborativa do empregado, diagnóstico precoce e orientação para o imediato tratamento de doenças, estímulo ao uso de métodos de condicionamento físico para prevenção de doenças músculo - esqueléticas através de programa de exercícios físicos.

- Recuperação da Saúde - tratamento de doenças para a rápida recuperação e integração ao trabalho. Encaminhamento do empregado para tratamento no estado ou fora dele, acompanhamento do empregado afastado, instalação de clínica.
- Reabilitação Profissional - ações conjuntas com órgãos previdenciários visando a reabilitação do empregado incapacitado ao trabalho.
- Segurança - juntamente com a Saúde, constituem valores essenciais para a empresa.
- Programa de Apoio e Recuperação de empregados - PARE - recuperação dos funcionários dependentes de álcool, drogas e que tenha problemas emocionais que afetam o trabalho.
- Higiene Industrial - manutenção de locais limpos e saudáveis, proteção dos funcionários de agentes potencialmente danosos ao meio ambiente.

#### Serviços de Apoio aos Funcionários

- Transporte, restaurante, Associação Atlética da ALUMAR (área de lazer para o empregado e família com piscinas, salões de jogos, quiosques, playground, bar/restaurante, salão de festas, quadras poliesportivas, centro de atividades físicas e danças de salão, ambulatório médico, hidroginástica, campo para escotismo);
- Programa SUPERAR (visa oportunizar trabalho para deficientes, integrando-os no quadro de pessoal, com igual possibilidade de crescimento);
- Plano de Aposentadoria Suplementar - PAS - benefício adicional aos funcionários, para suplementar a aposentadoria da Previdência Social. A empresa subsidia 50% do valor da contribuição.
- Parque Ambiental - espaço sócio-cultural, técnico-científico e educacional que tem por objetivo: "preservar conservar, e recuperar os ambientes naturais, integrar a planta industrial da fábrica, como centro de produção e demonstração da capacidade da moderna indústria, encontro do homem

com a beleza, harmonia e equilíbrio expressos na natureza. Acesso garantido à comunidade”. (ALUMAR, 1998).

- Fornecimento de material escolar/cesta básica - distribuídos anualmente, no natal, para todos os funcionários e para os que têm filhos em idade escolar (até 12 anos), no início do ano letivo. (Doc. ALUMAR, 1998)

#### Mensuração da Satisfação dos Funcionários:

Pesquisa de opinião junto aos funcionários para mensurar o nível de satisfação, bem-estar e motivação dos mesmos. É realizada por uma empresa de Consultoria Independente e aborda os itens: valores, comunicação, performance, qualidade, liderança, treinamento e desenvolvimento, motivação, remuneração e benefício, imagem da empresa e ações sobre a pesquisa.

Dentre estes, vale ressaltar o Programa Viva a Vida, criado para envolver os trabalhadores no que denominam “processo de qualidade de vida”, voltado para as áreas de cultura, esporte, lazer, ambiente de trabalho e saúde.

Com esse conjunto de ações desenvolvidas, a empresa avança na consolidação do seu modelo de fábrica toyotizada. No modelo implementado pela ALUMAR observa-se um significativo investimento em tecnologia, no entanto constata-se uma ênfase no elemento humano do processo produtivo, ou seja, na organização e gestão do trabalho, que aprofunda a subordinação do trabalho ao capital com conteúdos aparentemente mais democráticos e humanitários.

Isto ocorre também em função do processo produtivo, que exige uma elevada participação da atividade humana, situação apresentada da seguinte forma pelo Gerente de Recursos Humanos:

A ALUMAR tem como premissa eliminar toda e qualquer função que não seja enobrecedora da mão-de-obra. Todo desgaste físico, esforço mecânico e motor que levem a condição de insegurança, falta de higiene (na concepção de saúde da total harmonia física) será foco de eliminação. Vamos investir recursos e junto com as pessoas, buscar alternativas de eliminação. (Gerente de RH)

Baseado numa concepção que retira do foco de análise a questão de classe, os interesses antagônicos, a empresa busca mistificar a relação conflitante existente entre capital e trabalho, tentando repassar a imagem de que estes são harmônicos e que a automação existe para melhorar a condição de pessoas. É o que expressa a fala do gerente de R.H.

Eu sou defensor de eliminar por completo funções absurdas, atividades deprimentes ao ser humano. Não há coisa pior no mundo do que a pessoa trabalhar numa função que não exija raciocínio, meramente burocrática, que uma máquina não faça. Por

mais que essa atividade seja prioritária no processo, se puder ser usada a máquina, que se resguarde o potencial humano para atividades mais nobres. A automação não veio para substituir o homem, veio para substituir funções menos nobres.

O gerente conclui esta análise apontando o papel do setor de R.H nesse processo:

Somos o fiel da balança, o ego auxiliar da empresa, uma área híbrida onde o senso de justiça se faz presente. Não acreditamos que as coisas existam dissociadas. Não existe capital sem trabalho e nem trabalho sem capital. Posições antagônicas são colocadas por representantes classistas tanto empresariais quanto de trabalhadores.

Portanto, o setor de R.H teria o papel de harmonizar, intermediar os interesses divergentes, repassando para os trabalhadores a concepção corporativa de que o engrandecimento da empresa representa o crescimento de todos. Constatamos isto nos diversos processos ora implementados que visam criar “nova” relação capital/trabalho, um novo perfil de trabalhador, polivalente, com nível de escolaridade mais elevado, capaz de compreender os novos processos, com iniciativa e criatividade e ao mesmo tempo, elevar a participação deste trabalhador na empresa. E, neste sentido, o setor de R.H desempenha papel fundamental, com destaque para o setor de treinamento e capacitação - CTA.

Mais que tentar eliminar do interior da fábrica os conflitos de classe, a direção da empresa busca a adesão dos trabalhadores às suas políticas. Nesse aspecto, concordamos com Cardoso e Francisco (1998, p. 76) quando afirmam que:

O empresariado e a gerência não possuem ‘falsas ilusões’ de que a participação operária ocorrerá voluntariamente, nem que os conflitos de classe desaparecerão como em um ‘passe de mágica’ ao primeiro ‘toque’ de um programa de qualidade. A obtenção desse consenso passa, necessariamente, por formas de incentivos materiais e simbólicos que possibilitam a concretização da integração dos trabalhadores aos requisitos da produção, através do fortalecimento da subordinação da força de trabalho ao capital.

Sabendo-se que a ALUMAR é a empresa de maior porte no Maranhão, um estado portador de grandes desigualdades econômicas e sociais, as políticas sociais desenvolvidas pela empresa, mesmo com esse caráter produtivista e meritocrático, têm um impacto na subjetividade do trabalhador, pois ser trabalhador da ALUMAR (ou da CVRD), representa um certo *status social*, que garante certas condições de acesso a bens de consumo, condições de vida e trabalho muito acima da média. Ainda mais, considerando que no contexto neoliberal, as políticas sociais de caráter universalista, sofrem grande retração com os sistemáticos cortes nos investimentos sociais.

Assim, os trabalhadores da ALUMAR são conscientes de que os salários e benefícios que possuem nesta empresa, dificilmente encontrarão em outra. Na realidade, é difícil obter, no estado, empregos nas funções que ocupam nesta fábrica, geralmente encontram na ALBRAS, ALUNORTE, Vale Sul, todas no Pará, ou em outros estados.

#### 4.1.2 A Companhia Vale do Rio Doce – CVRD

A Companhia Vale do Rio Doce surge no início do século passado, quando em 1904 foi criada a Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas (CEFVM). Já na primeira década, a empresa Inglesa *Brazilian Hematite Syndicate*, criada para explorar ferro em Minas Gerais, adquiriu ações da CEFVM, fazendo a unificação destas empresas e posteriormente, transformando-se na Itabira *Iron Ore Company*. Convém lembrar que, nesse período, o Brasil possuía uma economia agro-exportadora, apesar de alguns esforços de industrialização e, em âmbito internacional, o capitalismo tinha como país hegemônico a Inglaterra, que desde 1890 até 1914 teve uma grande expansão industrial, carecendo da ampliação dos mercados para seus produtos industrializados.

Nos anos 1940, já no contexto da “Era Vargas”, que desde 1930 implementava política de substituição de importações e vigorava o nacionalismo, a Vale do Rio Doce vinculou-se a empresários brasileiros, gerando duas empresas nacionais: a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia e a Companhia Itabira de Mineração. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) mesmo foi criada em junho de 1942, pelo decreto-lei 4.352 assinado pelo presidente Getúlio Vargas, como sociedade anônima de economia mista, e no final da década de 1940 já era responsável por 80% da exportação de ferro do país.

Em 1952 o governo brasileiro assumiu o controle definitivo da empresa e iniciou o processo de exportação de minérios para o Japão e EUA. Em 1967, a Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da norte-americana *United States Steel Corporation* “descobriu” a maior jazida de ferro do mundo, Carajás no Pará. Esta empresa em 1970 associou-se à CVRD tornando-se sócia majoritária da CVRD em Carajás.

A primeira usina de pelotização da CVRD foi criada em 1969 em Tubarão-MG, com a capacidade de produção de 2 milhões de toneladas de ferro ao ano. Na década de 1970 a CVRD iniciou estudos e investimentos para a exploração de Carajás. Em 1972 a empresa estabeleceu acordo com a canadense *Alcan Aluminium Ltda* para exploração da bauxita do rio Trombetas no Pará. Em 1974 esta empresa já era a maior exportadora de ferro do mundo.

No ano de 1974 a CVRD recebeu concessão para construção, uso e exploração da Estrada de Ferro Carajás (870 km entre Parauapebas e São Luís-MA), através do Decreto 77.608. A partir de 1977 a empresa assumiu Carajás como prioridade, passando na década de 1980 a exportar o minério pelo Porto do Itaqui, em São Luís do Maranhão.

No início dos anos 1980, com a aprovação do Projeto Grande Carajás, o Governo Federal garantiu todas as condições à CVRD (empréstimos, concessão de incentivos fiscais e importação de máquinas e equipamentos). Nesse período, ocorreu a incorporação da Amazônia Mineração (AMZA) ao projeto, bem como a transferência das famílias dos trabalhadores para Carajás. Com a construção da EFC, vários conflitos foram gerados, acarretando impactos sócio-econômicos para as famílias atingidas, no corredor da ferrovia (São Luís, Vitória do Mearim, Rosário, Santa Inês, Açailândia (MA), até Parauapebas no Pará). Em 1986 ocorreu o início das operações do terminal Portuário da Ponta da Madeira em São Luís.

Diante desse quadro, verifica-se a intervenção estatal nos âmbitos estadual, municipal e federal no sentido de criar o complexo industrial Vale do Rio Doce que, em 1993, atingiu o primeiro lugar no mercado nacional. Através do PGC houve a inversão de recursos de diversas origens: públicos, privados, nacionais e internacionais, criando todas as condições para a sua expansão. Nesse sentido, é importante atentar para o caráter do Estado, que durante os anos 1970/80, favoreceu o capital privado nacional e internacional, gerando toda a infra-estrutura básica para o seu desenvolvimento.

Nos anos 1990, em função da crise internacional e das alternativas de enfrentamento, o capital requisitou a saída do Estado de suas funções produtivas, passando a explorar diretamente atividades que obtiveram elevados investimentos públicos. Encontra-se aí a lógica das privatizações, como forma de beneficiamento do capital privado. Em nossa análise confirma-se, no momento atual do capitalismo, o caráter do Estado burguês como “comitê executivo dos negócios da burguesia”, como apontavam Marx e Engels no Manifesto Comunista. (MARX; ENGELS, 1998).

Partindo dessa lógica, é que já no contexto do governo Fernando Henrique Cardoso, como parte dos ajustes neoliberais, a Vale do Rio Doce foi incluída no chamado Programa de Desestatização, sendo privatizada em maio de 1997. O Consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (empresa também privatizada), dirigida por Benjamin Steibruch, adquiriu 41,73% das ações da empresa, por 3.338 milhões de reais. Pós-privatização, já em 1998 a Vale alcançou 46% de crescimento em relação ao ano de 1996, e em 1999 atingiu o maior lucro de sua história (1,251 bilhões de reais). Em 2002 foi

inaugurada a usina de pelotização de São Luís. A CVRD tem como acionistas o Bradesco (majoritário), BNDES, Banco do Brasil e empregados que foram incentivados a comprar ações.

O caso da CVRD é um exemplo da estratégia do grande capital internacional contemporaneamente. A partir de investimentos internacionais, com a participação decisiva do capital nacional estatal e privado, desenvolveu um complexo industrial numa região pouco explorada e com grande potencial de riquezas naturais e de força de trabalho. Com a privatização, a CVRD que é a maior empresa de mineração diversificada da América, passou ao domínio do capital privado, sob a lógica da financeirização, na qual o capital financeiro (Bradesco) associa-se ao capital produtivo, visando a valorização de capitais. Como afirma Chesnais, sobre o processo de financeirização é preciso ter cuidado com análises precipitadas sobre autonomia ou autonomização, pois não significa dizer que atualmente não exista relação entre as esferas da produção, comércio e finanças. A esfera financeira valoriza a riqueza criada no setor produtivo, passando a assumir a forma de rendimentos, uma parte elevada permanece na esfera financeira e outra parte retorna para o setor produtivo, como por exemplo o Bradesco como acionista majoritário da CVRD, ou seja, ocorre aqui a fusão do capital bancário e industrial, formando o capital financeiro. (Chesnais, 1998, p. 15)

No Brasil, a Companhia Vale do Rio Doce iniciou suas operações no sudeste, avançando posteriormente para outras regiões do país. Atua em 13 estados: Pará, Maranhão, Sergipe, Tocantins e Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Além disso, possui empresas coligadas e controladas nos EUA, Argentina, Chile e Peru, França, Noruega, Bahrain; escritórios em Nova York, Bruxelas, Gabão, Tóquio e Xangai.

A CVRD tem dois focos principais de atuação: mineração (extração dos minérios de ferro e pelotas, além de manganês, ferro-ligas, bauxita, caulim, alumínio e alumina) e logística, extensa rede ferroviária, portuária e de terminais. Tem como pilares, além da logística e da mineração, a energia, transporte e alumínio.

No caso da região Norte, que diretamente nos interessa, a CVRD possui um complexo que inclui Mina (extração e beneficiamento de ferro), a Estrada de Ferro (890 km de Parauapebas-PA a São Luís) e o Porto onde o minério é descarregado e colocado em navios cargueiros para exportação.

A CVRD é a empresa com maior número de empregados diretos e indiretos na região. Segundo dados do sindicato, são 3.197 empregados da Vale de São Luís-MA a Carajás-PA e em todo o Brasil são em torno de 16 mil. Entre trabalhadores diretos e indiretos

em todo o complexo Vale chegam a 60 mil, considerando a existência de 2 mil empreiteiras. Com esse contingente de trabalhadores, o chamado complexo Vale possui políticas de gestão que respondem a esse mercado segmentado entre estáveis e instáveis.

O núcleo estável da Vale é formado por profissionais qualificados e de forma geral, profissionais que não são comuns no mercado da região. Dessa forma, a empresa relaciona-se com esses trabalhadores segundo critérios de competência e produtividade, que rebatem nos salários, nas condições de trabalho e salários indiretos. Por exemplo, os trabalhadores que residem no núcleo de Carajás possuem transporte, habitação, restaurante, hospital, escola para seus filhos, viagens aéreas para toda a família no período de férias para a cidade natal, clube e teatro.

Os demais trabalhadores da CVRD, que não residem no núcleo de Carajás, possuem uma série de benefícios que, após a privatização, estão permanentemente ameaçados: 14º salário, licença prêmio a cada quinquênio, assistência médica, farmácia, adicional noturno, auxílio educação, transporte, equipamentos de segurança, adicional de periculosidade e insalubridade, fundação para a casa própria, cooperativa de alimentação e restaurante unificado.

Mesmo no âmbito dos trabalhadores das empreiteiras, há situações diferenciadas. Em geral recebem salários mais baixos, têm jornadas de trabalho maiores, dormem em acampamentos e repúblicas (quando estão fora das suas cidades), e seus contratos têm menor prazo.

Do ponto de vista da organização e gestão do trabalho, a CVRD possui uma estrutura inspirada no modelo japonês. A empresa possui um modelo estruturado a partir de um conselho de administração, com comitês de assessoramento, que são fóruns de discussão para definição de implementação das políticas e diretrizes, avaliação e análise dos resultados. Este conselho é formado pelos comitês: Estratégico, Financeiro, Governança e Ética, Desenvolvimento Executivo e Auditoria. Segundo seu discurso a CVRD parte do pressuposto de que:

Nas empresas modernas, todos - patrões e empregados - sabem que, para poderem atuar de forma competitiva e conquistar o seu lugar no mercado precisam se ver como parceiros numa espécie de modelo "ganha-ganha". O importante é atingir as metas individuais e corporativas, pois todos serão beneficiados. Nesse sentido, é fundamental que exista um clima positivo de bem-estar e satisfação. Assim, o trabalho rende mais e todos se comprometem com o sucesso da empresa, que é também o sucesso de cada um. Nesse sentido, tendo em vista o grande número de empregados, a empresa procura manter um canal harmônico, buscando sempre conciliação. Isto ocorre através da gestão de clima organizacional. Na qual busca estar permanentemente presente nas diversas áreas de atuação dos empregados, (Site, CVRD.com.br/2004).

O RH tem interesse em garantir um sistema de relações trabalhistas que seja atuante e rápido na identificação de conflitos e na resolutividade dos mesmos. Esse modelo tem como objetivo sistematizar as ações voltadas para a Gestão das Relações Trabalhistas na Vale, evidenciando riscos e falhas e propondo novas alternativas em função do bem-estar de todos, bem como tornando uniforme o tratamento das mesmas.

Por meio do discurso da empresa, percebe-se que aos empregados da Vale são garantidas condições de trabalho, salariais, estabilidade relativa e, para alguns (do núcleo Carajás), de moradia, lazer e saúde, diferenciadas na região. Esta situação funcional tem um simbolismo importante para os trabalhadores e suas famílias, que vai implicar nas suas organizações classistas, como veremos nos próximos itens.

## **4.2 O processo de organização dos trabalhadores: principais reivindicações, lutas e tendências atuais**

Neste item trataremos do processo de organização dos trabalhadores metalúrgicos e ferroviários maranhenses, considerando o histórico dos sindicatos (SINDIMETAL e STFEM), as principais lutas por estes desenvolvidas e problemas enfrentados principais tendências face aos desafios postos pelo capitalismo contemporâneo.

### 4.2.1 O Sindicato dos Metalúrgicos do Maranhão

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Siderúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, Eletrônico, Refrigeração, Informática e nas Empresas de Manutenção e Montagem do Estado do Maranhão - SINDMETAL/MA foi fundado em 21/05/1959 enquanto Associação dos Operários da Retífica e das Oficinas Mecânicas. Na época de sua fundação o Estado do Maranhão possuía um desenvolvimento industrial incipiente, sendo que o setor metalúrgico era tênue quanto ao peso econômico e político, reunindo operários de pequenas oficinas de veículos, serralharias, fundições e retíficas: Oficina Saci, Oficina Fusca, Retífica Sobral e empresas de médio porte como a FEM, MEBRAE, ITAL, MECON. Essa associação tinha por finalidade reivindicar os direitos dos empregados das oficinas, principalmente a carteira assinada e a garantia dos salários.

Na década de 1980, quando ocorreu a implantação da ALUMAR e de outras empresas no Maranhão, no contexto do Projeto Grande Carajás, conforme apontamos no item 4.1, ao Sindicato dos Metalúrgicos foram colocados novos desafios que exigiram mudanças da entidade. Dessa forma, o sindicato da época, caracterizado pelos dirigentes atuais como

burocrático, assistencialista, conciliador, ligado ao patronato, começou a receber filiações de trabalhadores inseridos num contexto em que estava estabelecida explicitamente a contradição entre trabalho e capital, numa empresa multinacional.

O sindicato veio ter um impulso, ter cara de sindicato mesmo na década de 80 com a implantação de uma das maiores plantas de alumínio do país, que foi a ALCOA, que posteriormente adquiriu o nome de ALUMAR. A implantação da ALCOA no Maranhão, trouxe um conglomerado de outras empresas e o sindicato sentiu a necessidade de realmente ter uma organização maior. Uma organização mais concreta. E essa organização passou a existir basicamente em 89 quando o sindicato começou realmente a organizar a categoria. Começou a ter a convenção coletiva de trabalho, começou a reivindicar as coisas dos trabalhadores concretamente e a partir daí se evoluiu. (Entrevista com dirigente do SINDMETAL).

A implantação da ALUMAR teve importância capital para a nova configuração da categoria metalúrgica. Multinacional, com produção prioritariamente destinada ao mercado internacional do alumínio e com um processo produtivo que exigia uma força de trabalho qualificada, a ALUMAR enfrentou dificuldades no recrutamento dos trabalhadores, que não puderam ser absorvidos imediatamente do contingente existente. No Maranhão, havia abundância de força de trabalho, mas um operariado frágil técnica e politicamente.

Na verdade, há que se ressaltar que, juntamente com os recursos naturais disponíveis e os incentivos fiscais, esse é um dos aspectos que atrai as grandes empresas transnacionais para regiões de pouco desenvolvimento industrial, ou seja, o grande número de operários que, embora sem grande qualificação técnica, fundamentalmente não tenham acumulado muitas experiências político-sindicais, a exemplo dos operários do centro-sul do país ou mesmo da Europa. Além disso, o preço da força de trabalho muito abaixo no mercado internacional, contribui para uma elevada taxa de apropriação da riqueza produzida.<sup>117</sup>

Dessa forma, na fase inicial, de construção, a empresa recrutou um grande número de trabalhadores maranhenses para o setor da construção civil, os chamados "peões". Como afirmou o Gerente de Recursos Humanos, em entrevista, "trabalhavam cerca de 15 mil operários na área da ALUMAR no período da construção".<sup>118</sup> O trabalho qualificado foi requisitado de outros estados, Minas Gerais e São Paulo, principalmente. No Estado, essa força de trabalho era egressa da Universidade Federal e da Escola Técnica Federal do Maranhão e do SENAI. Além disso, havia um grande número de estrangeiros das matrizes que garantiam a instrutoria técnica .

<sup>117</sup> Conforme apontamos no item 4.1, Gistelink (1989) demonstrou o preço da força de trabalho por hora nas indústrias de alumínio em 1985: US\$ 23 nos EUA, US\$ 18 no Canadá, US\$ 16 na Austrália, US\$ 15 na Europa e US\$ 4 a 6 no Brasil.

<sup>118</sup> Já no ano de 1988, durante a data-base, ocorreu uma greve dos operários das empreiteiras, tendo destaque a atuação da Montreal, empresa da construção civil.

A partir do momento em que a ALUMAR ia sendo implantada, da sua construção até o seu funcionamento, o sindicato teve a necessidade de se reorganizar tanto física quanto estruturalmente na questão da organização concreta da classe trabalhadora. E, passou cumprir o papel de um sindicato que é: organizar, conscientizar politicamente os trabalhadores e logicamente correr atrás dos seus direitos e reivindicar algumas conquistas que aconteceram ao longo desse tempo. (Entrevista com o Vice-presidente do SINDMETAL).

Segundo um ex-dirigente sindical demitido por questão política, o despertar dos operários da ALUMAR para a luta contra a exploração contou significativamente com a experiência dos trabalhadores de outros Estados, que falavam da importância da luta sindical contra a exploração das empresas. Além disto, destacou que contribuiu também para o início da luta, a entrada na empresa de trabalhadores que haviam sido dirigentes estudantis e ainda militantes de organizações de esquerda.

Lembro quando um companheiro vendia pra nós o jornalzinho Tribuna Operária, do PC do B. Isso foi no ano de 84. Depois ele chamou um grupo, dos mais interessados e nós formamos a chapa junto com o pelego. Só nas eleições de 88 é que concorreram duas chapas, uma da oposição União Metalúrgica, que contava com o apoio dos funcionários da ALUMAR e a da situação que teve apoio aberto da direção da empresa.

Depois teve também um companheiro nosso que foi do DCE e da UNE que tinha grande experiência com organização e contribuiu muito para a nossa luta, se transformando numa grande liderança da Oposição (Ação Metalúrgica). (Dirigente do “Ação Metalúrgica”).

Conforme apontavam Marx e Engels (1998), a luta do proletariado contra a burguesia começa com o próprio nascimento do capitalismo, e os sindicatos (*trade-unions*) condensam a luta imediata, econômica dos trabalhadores. No caso do Maranhão, um estado com um desenvolvimento industrial hipertardiado em relação ao Sul e Sudeste do país, e mesmo em relação a certas regiões do Nordeste, a implantação da ALUMAR trouxe uma situação inteiramente nova para o sindicato existente, que teve de se adequar às novas exigências do capital. O despertar ou o início de um processo de conscientização dos trabalhadores, deu-se a partir dos problemas e necessidades sentidos no chão da fábrica, que foram problematizadas por outros elementos que possuíam algum nível de informações teóricas e experiências político-sindicais adquiridas anteriormente. Por isso, o Vice-presidente diz que a entidade só veio ter cara de sindicato, na década de 1980, ou seja, cumprir o papel de defesa dos interesses da categoria.

Assim, os trabalhadores da ALUMAR passaram a buscar o sindicato para transformá-lo em uma ferramenta de luta por melhores salários e condições de trabalho. Num primeiro momento, os trabalhadores da empresa se uniram aos dirigentes sindicais e

participaram da diretoria. No ano de 1988 houve eleições sindicais nas quais concorreram duas chapas: a chapa da situação, que congregava os antigos dirigentes do sindicato e contava com o apoio da direção da ALUMAR, e a chapa da Oposição denominada União Metalúrgica, que tinha o apoio majoritário dos funcionários da ALUMAR. Vencedora a chapa da Oposição (União Metalúrgica) iniciou-se um novo momento na história do sindicato. Importante ressaltar que os trabalhadores da ALUMAR eram amplíssima maioria no sindicato. Em 1994, por exemplo, no auge da luta política, dos 1984 filiados, 1427 eram desta empresa. Os demais estavam distribuídos nas empresas: MARGUSA, SÃO MARCOS, ENCO-ZOLKZACK, FEM, MEGALUX, RETÍFICA PADRÃO, etc.

O período de 1988 a 1994 foi muito rico em lutas e mobilizações, que tiveram como centro questões econômicas (reposição de perdas salariais, aumento real, pagamento de insalubridade, reajuste mensal integral, pagamento da participação nos lucros, etc.)<sup>119</sup>, sociais (garantia de boas condições de trabalho, de saúde, garantia de emprego, contra demissões, garantia do emprego dos trabalhadores vítimas de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho), além de questões políticas mais gerais da classe trabalhadora maranhense, pois logo se filiaram à CUT e passaram a participar e discutir questões locais, estaduais e nacionais, através das Plenárias Populares e Sindicais, dos Congressos da Central, assim como das greves gerais<sup>120</sup>.

Sobre as principais lutas travadas pelo sindicato, o Vice-presidente, em entrevista, destacou a luta cotidiana “de correr atrás de direitos”, chamando atenção para a primeira grande conquista que, em sua opinião, foi a realização da primeira Convenção Coletiva de Trabalho. É considerada como a primeira grande conquista exatamente por demonstrar um maior nível de organização do sindicato. No que se refere às convenções coletivas, realizadas

---

<sup>119</sup> Há que se destacar como fato relevante a luta dos eletricitistas e instrumentistas contra a extinção dessa função na empresa. Em julho de 1989 o SINDMETAL ingressou com ação na Justiça do Trabalho (com base na lei 7.369) como uma das formas de luta pelo pagamento do adicional de periculosidade (30%) destinado a estes trabalhadores. A ALUMAR argumentou o não pagamento da periculosidade em função de ter um rígido programa de segurança e prevenção, e por não ser uma empresa de concessão de energia. Porém, mediante perícia que atestava a existência de risco de vida para os eletricitistas e instrumentistas, foi dada sentença favorável aos trabalhadores, em primeira instância. A empresa recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho - TST, já foi julgado e ganho pelos trabalhadores e hoje encontra-se em fase de execução. Nesse ínterim, segundo os eletricitistas e o SINDMETAL, a ALUMAR exerceu todo tipo de pressão e ameaças aos trabalhadores para que fizessem acordo, sendo aceito por uns e rejeitado por outros.

<sup>120</sup> Destacaram-se ainda as lutas pela implantação da 5.<sup>a</sup> turma no turno de revezamento, as campanhas salariais, as greves gerais convocadas pela CUT. Na greve, que ocorreu em 1993, houve o bloqueio da BR que dá acesso à fábrica, paralisando um contingente significativo da empresa e das empreiteiras.

o entrevistado ressaltou que o sindicato tem conseguido negociar reajustes salariais no nível da inflação para cima, mesmo nas em conjunturas adversas<sup>121</sup>.

Há uma estimativa de que 60% das categorias conseguiram fechar um reajuste abaixo da inflação, apenas 40% conseguiram da inflação para cima. E a gente tem conseguido essa coisa positiva. A gente não tem fechado abaixo da inflação e muitas vezes com ganhos reais também e isso nós consideramos uma conquista, uma vitória mesmo que ela não seja, aquela conquista. (Vice-presidente).

O Vice-presidente destaca ainda a negociação do turno de revezamento, que acontece a cada dois anos e o sindicato tem conseguido manter essa conquista. “Foi uma negociação muito longa que durou uns dez anos para ser definida. É um turno considerado, na sua jornada de trabalho, um dos melhores turnos do mundo, não só do país. Considerando a carga horária e a forma de funcionamento”.<sup>122</sup>

Há um destaque também para a campanha de sindicalização, pois o sindicato travou uma luta ferrenha contra a empresa para garantir a sindicalização dos trabalhadores.

A gente sabe que aí entra na questão da luta de classes. Toda empresa tem a sua política que bate com a política do sindicato. Ou seja, eles estão sempre colocando algo para os trabalhadores, buscando afastar esses trabalhadores e a não aproximação ao sindicato. (Vice-presidente).

Pode-se constatar que, nesse momento, o sindicato firmava-se como dirigente das lutas dos trabalhadores, lutando pelo reconhecimento da base, daí a importância da campanha de sindicalização (entendida como conquista), no sentido da afirmação como representante da categoria junto à empresa. É nesse último aspecto que se destacam as conquistas relativas às condições de trabalho, salário e jornada (Convenção Coletiva de Trabalho, o turno de revezamento e as campanhas salariais).

Em 1991, ocorreram eleições para a direção do SINDMETAL com a participação de uma única chapa, reunindo as diversas forças políticas e independentes presentes na categoria. Ainda nesse ano ocorreu a primeira demissão de liderança sindical com estabilidade. Em 1992, foram mais quatro dirigentes entre membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e diretores, seguindo demissões nos anos seguintes. Nesse momento, ficava evidente que o sindicato se a tornara direção da luta dos trabalhadores, com respaldo de base, por outro lado, a empresa começava a implementar

---

<sup>121</sup> Não tivemos condições de mensurar essa afirmativa, mas a consideramos no mínimo estranha, uma vez que as categorias, em geral, no país passaram nos anos 1990 por uma situação de arrocho salarial.

<sup>122</sup> Informações de trabalhadores da empresa, após a realização da entrevista, dão conta de que no início de 2006 a empresa retirou essa conquista.

ações de retaliação e buscava desestabilizar o núcleo dirigente combativo que se consolidava. Na verdade, encontram-se aí, nas formas de enfrentamento às políticas repressivas da empresa, as razões mais imediatas para as cisões que ocorreram posteriormente no sindicato.

Constata-se que no período de 1990 a 1995 houve uma grande redução de postos de trabalho. Segundo dados do sindicato entre 1990-94 foram demitidos 1.393 trabalhadores (ver tabela 5). No mesmo período, entretanto, houve aumento da produção de alumínio e alumina, conforme podemos ver na tabela abaixo.

Tabela 6 - Produção de alumina e alumínio de 1990 a 2004

ANO	PRODUÇÃO DE ALUMINA (1000 ton)	PRODUÇÃO DE ALUMÍNIO (1000 ton)
1990	943,206	264,275
1991	961,727	352,174
1992	995,947	357,387
1993	1016,188	358,667
1994	1097,771	362,631
1995	1097,864	365,27
1996	1214,20	366,40
1997	1215,00	362,60
1998	1221,00	357,00
1999	1162	360,90
2000	1244,00	368,70
2001	1105	324,3
2002	1270,00	360,60
2003	1300,20	375,80
2004	1380,20	373,70

Fonte: In: Guterres, 2005.

A tabela demonstra que a empresa tem conseguido aumentar a produtividade do trabalho ano a ano, alcançando seus objetivos. Como não tivemos acesso ao número de trabalhadores contratados no mesmo período, não temos condições de aferir em que medida estes postos de trabalho foram repostos. Apesar da limitação dos dados, podemos inferir que esse elevado número de demissões relaciona-se com a necessidade da empresa de se reestruturar, reduzindo custos e elevando a produtividade do trabalho, nas palavras do gerente de recursos humanos, “aculturar para a produtividade”. Isto passava também por eliminar os sujeitos indesejáveis que não se adaptavam aos requisitos da empresa, a exemplo dos sindicalistas que, como veremos, tiveram seu núcleo combativo eliminado, devido também à introdução de novas tecnologias.

Sobre a questão da introdução de novas tecnologias, o Vice-presidente do sindicato destacou:

A ALUMAR trabalha com um sistema de produção muito antigo. Mas, ela atua hoje com o avanço tecnológico e com outros parâmetros. O eixo principal é exatamente a produção japonesa e aí com novas formas de gerenciamento eles têm colocado isso no dia-a-dia. Com esse sistema, eles conseguiram colocar em prática o principal objetivo deles, que é reduzir os custos e aumentar a produtividade (objetivo de toda empresa). Produzir mais em menos tempo. Isso recai sobre os ombros dos trabalhadores no final de tudo. E a gente pode dar exemplos concretos: A ALUMAR chegou a ter quase 3000 trabalhadores e tinha uma produção X. hoje ela tem basicamente 1900 trabalhadores com X+Y, produção maior. (Entrevista com o Vice-presidente).

Em entrevista realizada com vários diretores em 1999, estes registraram como esse processo ocorreu:

Tem o exemplo da linha 2 na Redução. Na sala de controle tinha 18 operadores, com a automação ficaram só dois. Pra mim os grandes motivos pra redução da mão-de-obra são a automação, a terceirização e novos métodos de gerenciamento (Padronização de tarefas, Alcoa *Bussines Sistem* /ABS, TPM, 5S, *Job Combination*) e Viva a Vida, que envolve a família do empregado para pressionar ele a não participar do Sindicato. (DURANS, 2000).

Esta fala resume bem a ofensiva da empresa aos trabalhadores e revela tanto a redução de postos de trabalho, pela intensificação da automação, como os novos métodos de gerenciamento do trabalho (ABS, 5S, TPM, etc.), com destaque para o Programa Viva a Vida, que tem um componente ideológico muito forte, que extrapola o âmbito da fábrica e vai até o ambiente familiar, cooptando pais, esposas e filhos para não se envolverem com a luta sindical.<sup>123</sup>

---

<sup>123</sup> Tivemos oportunidade de estabelecer contatos com esposas de vários funcionários da ALUMAR, tanto de empregados demitidos, quanto dos que permanecem na empresa. As esposas dos demitidos por questão política lembram “a época de ALUMAR”, quando tinham condição de vida melhor, comparando com a situação de penúria em que se encontram. As esposas dos trabalhadores dizem que lembram permanentemente a situação

É como argumenta Dias (1997, p. 93) no capitalismo industrial “racionalizar a produção é racionalizar um modo de vida”. O capital necessita criar condições para a adaptação psicofísica do trabalhador que inclui as diversas esferas de sua vida desde a fábrica. “Racionalizar a relação-corpo mente, redefinir o erótico, a sexualidade: disciplinar o gasto das energias físicas e mentais fora do espaço fabril, para preservá-las para a racionalização do trabalho. Ampliar para a sociedade o campo da disciplina da fábrica.”

A fala deste operário entrevistado revela as conseqüências da automação e da redução dos postos de trabalho na empresa.

A ALUMAR é uma empresa multinacional, ela se moderniza a cada dia. Tem áreas em que o trabalho era feito por um elevado número de operadores, esse número se reduziu para menos da metade, para muito menos da metade e foi todo computadorizado. As máquinas fazem o que era feito antes pelos trabalhadores. Isso aí reduziu muito o quadro de funcionários. Com isso teve também a questão da sobrecarga. Em algumas áreas, as pessoas foram sobrecarregadas. E para a pessoa se manter empregado, resolveu fazer o serviço de mais dois e continuar trabalhando. (Operário da Redução entrevistado).

O debate sobre as inovações tecnológicas e suas conseqüências para as classes trabalhadoras foi intenso por toda a década de 1990, considerando que no capitalismo, cujo valor preponderante é a produção da mais-valia, baseado na concorrência desenfreada entre os próprios capitalistas, sobrevive no mercado quem consegue inovar, aumentar a produtividade, vencer a concorrência e acumular capital. Ao contrário dos argumentos apresentados pelo gerente de RH, “A ALUMAR tem como premissa eliminar toda e qualquer função que não seja enobrecedora da mão-de-obra. Todo desgaste físico, esforço mecânico e motor que levem à condição de insegurança, falta de higiene (na concepção de saúde da total harmonia física) será foco de eliminação”; na realidade mais do que preocupação com o empregado, o centro desses cuidados são os resultados, as metas de produção.

Então, para nós, é importante desmistificar esse discurso empresarial sobre o caráter das inovações tecnológicas, mostrando sob controle de que classe e a serviço de quais interesses estão. Como afirma Katz (1995, p. 12):

A exploração é o impulso central da mudança tecnológica sob o capitalismo. Este traço não provém da “perversidade” da classe dominante nem da “maldade oculta” dos gênios inovadores, mas da forma como está organizada a produção e o usufruto do produto social. Sob a compulsão da concorrência, os capitalistas introduzem melhoramentos na maquinaria para elevar a taxa de mais-valia, ou seja, a parcela de

---

das famílias dos demitidos, e recomendam como exemplo que estes não se envolvam na luta sindical.

trabalho realizado pelos operários da qual se apropriam os senhores dos meios de produção.<sup>124</sup>

Na ALUMAR, observa-se ainda que a introdução de equipamentos de última geração contribuiu para o aumento da extração da mais-valia relativa, sem prescindir da mais-valia absoluta. Como destacam os entrevistados, há uma sobrecarga de trabalho para os que permanecem no emprego, ou seja, uma superexploração da força de trabalho.

Na pesquisa que realizamos sobre a empresa e sobre o sindicato, observamos também que, entre 1990 e 1994, houve uma acirrada disputa ideológica entre capital e trabalho no chão da fábrica. De um lado, a direção da empresa, tentando compor o perfil técnico e ideológico da força de trabalho, avançando na implementação dos novos métodos de gerenciamento, segundo o modelo japonês e, de outro, os trabalhadores tentando organizar-se como categoria para melhoria de suas condições de vida e trabalho, desenvolvendo atividades de formação política e organizativa.

Naquele período, os trabalhadores vinham alcançando uma forte mobilização de base, (assembléias gerais, cursos, seminários, reuniões, paralisações, greves) tendo em vista o enfrentamento dos seus problemas, buscando as soluções possíveis, através da auto-organização e da pressão à direção da empresa, construindo um sindicalismo classista, combativo. Isto significou uma resistência e um entrave aos planos da empresa. Dessa forma, podemos afirmar que, para a empresa implementar seus planos, foi necessário derrotar o movimento sindical no interior da empresa.

Mota e Amaral (1998, p. 33) discutem que o patronato tem como objetivo central, no processo de reestruturação produtiva, fazer recuar o movimento dos trabalhadores e as forças sociais e políticas aliadas, para agirem basicamente no campo econômico-corporativo. Têm a intenção de fazer os trabalhadores recuarem de uma concepção ético-cultural que embasou e sustentou a construção das classes trabalhadoras enquanto força autônoma e revolucionária, construindo assim uma nova subjetividade.

Na ALUMAR, o desenvolvimento das lutas, assim como o enfrentamento às políticas da empresa, às demissões e à superexploração de trabalho, fizeram vir à tona várias divergências concernentes às estratégias e táticas a serem adotadas pelo sindicato, que expressavam concepções políticas e ideológicas presentes no movimento sindical brasileiro.

---

<sup>124</sup> Conforme afirma KATZ, “a existência do capital não é uma indicação indispensável para o progresso tecnológico... o homem não esperou o aparecimento da mais-valia para iniciar a transformação técnica e continuará inovando quando desaparecerem todas as formas de exploração” (1995, p134).

Nesse sentido, formaram-se dois blocos: a direção majoritária (União Metalúrgica) ligada à Corrente Sindical Classista (CSC)<sup>125</sup>

A Oposição (Ação Metalúrgica) que era um grupo mais heterogêneo do ponto de vista das influências partidárias, pois reunia militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e independente, que no âmbito da CUT-MA formavam o que ficou conhecido como “Bloco de Esquerda”.

As diferenças político-ideológicas presentes no movimento sindical aprofundaram-se a ponto de um rompimento na diretoria que polarizou a categoria. Sobre o início do processo de ruptura, a Oposição, em seu Boletim Informativo - “Avançar para Construir a Democracia Operária” (julho/1994) assim se pronunciou:

É indiscutível que desde o nascedouro da atual diretoria intitulada 'União Metalúrgica', e que neste ano concluirá o seu mandato, as divergências foram aparecendo - a princípio despolitizadas e posteriormente colocadas do ponto de vista político-sindical - entretanto os companheiros da direção majoritária, não 'quiseram' contribuir para uma solução negociada no momento em que essas crises chegaram a seu ponto máximo.

No nosso entendimento, o ponto que culminou com a ruptura entre nós, da forma como se apresenta hoje, passa pela incompreensão política que os companheiros têm do Sindicato enquanto órgão de massa. Pelo método antidemocrático no tratamento das divergências internas; como a falta de solidariedade com companheiros de pensamento diferente da sua corrente política. A junção de todas estas características se materializou na atitude dos companheiros em relação à suspensão de contrato dos companheiros da oposição.

Desde a primeira suspensão já estava claro para nós que a ALUMAR iria começar um processo de sucessivas suspensões, no entanto, os companheiros não 'quiseram' discutir com a categoria formas de barrar esse processo, como exemplo: não convocar Assembléia até hoje para discutir nossas propostas sobre o referido assunto.

A partir dessa ruptura não nos restou outra alternativa a não ser criarmos o boletim (Ação Metalúrgica) para que pudéssemos expor nossas opiniões acerca destes e de outros problemas, que se passaram e passam até hoje em nossa diretoria" (Avançar para Construir a Democracia Operária - julho / 94 - Oposição)

Para a Oposição, as divergências que, inicialmente, foram despolitizadas posteriormente se acirraram e tiveram como centro a concepção de sindicato como organismo de massa e não como correia transmissora de uma corrente política. Destacam o caráter antidemocrático da direção majoritária com relação ao enfrentamento às divergências políticas. Acentuam a falta de solidariedade com os sindicalistas que tiveram os contratos suspensos, responsabilizando a direção majoritária por não enfrentar devidamente as demissões políticas, uma vez que todos os demitidos compunham a Oposição. Em face, de tal

---

<sup>125</sup> Tendência sindical ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

situação a Oposição passou a fazer o debate diretamente com a base, denunciando a direção majoritária, utilizando como instrumento o Boletim Informativo.

O grupo União metalúrgica, majoritário na direção, assim se manifestou em documento à CUT-MA sobre o processo:

Durante esses três anos de participação dos companheiros que compõem hoje o grupo Ação Metalúrgica, fizeram um trabalho que tem levado a categoria à desmoralização, com sucessivos ataques a direção do Sindicato, ajudando claramente o patronato no seu intento que é o de desgastar a diretoria combativa do SINDMETAL;

Agora neste ano eleitoral, a oposição apareceu com um boletim (des) informativo que mais confusão jogou na cabeça dos trabalhadores e procuraram em todos os fóruns da nossa central sindical enlamear a diretoria do sindicato;

Fomos acusados de antidemocráticos inúmeras vezes, no entendimento dos companheiros da oposição só há democracia quando, mesmo suas posições sendo minoritárias, são encaminhadas. (Extraído do ofício circular da Direção do SINDMETAL para a executiva da CUT e sindicatos filiados e oposições reconhecidas pela CUT-MA - 29/09/94).

Para o grupo majoritário, a prática de relação direta com a base e a edição do Boletim Informativo pela Oposição levava à desmoralização da direção do sindicato. Para ele, a Oposição com tais ações em nada contribuiria para o fortalecimento da categoria, apenas para semear confusões e infamar a diretoria. No entanto, é fato que o combate às demissões não foi feito devidamente e que, apesar de saberem que os demitidos não contribuíam financeiramente com o sindicato exatamente por estarem privados do salário, no ano de 1994 impediram a inscrição da chapa da Oposição sob argumentação da inelegibilidade dos demitidos. E mesmo quando os nomes dados como inelegíveis foram retirados, não aceitaram o registro da chapa da Oposição.

Essa polarização no SINDMETAL foi amplamente debatida e acompanhada por todo o sindicalismo cutista no estado. Nas eleições de 13 e 14 de setembro de 1994 ocorreram dois processos eleitorais da categoria. Tendo em vista o não deferimento da chapa da Oposição, a direção minoritária decidiu realizar eleição com cédula na qual constavam as duas chapas. O grupo União Metalúrgica realizou seu processo com cédula de votação na qual constava apenas a chapa 1 (União Metalúrgica).

A apuração da votação realizada pela diretoria minoritária foi realizada publicamente, com amplo acompanhamento da base da categoria, dirigentes da CUT/MA e sindicatos filiados. Ainda assim, o resultado constatou a falta de *quorum*, uma vez a listagem dos sócios aptos a votar, fornecida pela secretária geral do Sindicato e pela comissão eleitoral, continha 1.984 sócios, sendo necessários 1.323 votantes para obter o quorum de 2/3, quando votaram apenas 1.094. Por outro lado, a apuração da votação realizada pela força

majoritária foi feita às portas fechadas em uma sala do sindicato, resultando em um número de 1.263 votantes, satisfatório para obter um *quorum* de uma listagem de 1.880 sócios aptos. (Resoluções do 6º CECUT-MA, 1995).<sup>126</sup>

É importante assinalar que a categoria metalúrgica vivenciava um processo de definição dos rumos de sua luta. Na nossa avaliação, estava posto o controle do aparato sindical (por parte da direção majoritária) e a necessidade da quebra do sindicalismo classista no seio de uma empresa multinacional, que poderia consolidar-se e ser utilizado como instrumento para apoiar outras categorias, fazendo avançar o sindicalismo classista no Maranhão. Quer dizer, houve, ainda que momentaneamente, uma aliança entre a direção majoritária do sindicato e a direção da empresa, para derrotar a oposição.

A partir do processo eleitoral de 1994 a categoria metalúrgica, observando o não funcionamento das instâncias e da democracia no sindicato, passou a negar a entidade, ou melhor, passou a rejeitar a sua direção, ocorrendo como consequência, muitas desfiliações. Nesse ano, o sindicato possuía 1984 sócios, sendo que destes, 1427 eram trabalhadores da ALUMAR. Já no ano de 1999 o sindicato possuía 1050 associados, sendo 558 da ALUMAR.

Os números nos indicam uma expressiva redução no número de filiados do sindicato e, em particular na empresa, pois de 1427 sócios da ALUMAR, restaram apenas 558. Por outro lado, em termos percentuais, do total dos sócios do sindicato, 71% eram desta empresa em 1994 e já no ano de 1999, do total de filiados, o percentual da ALUMAR era de 53%. Estes números exigem uma interpretação e são indicadores não desprezíveis. Na avaliação de um dirigente da oposição:

A resistência e a luta no interior da empresa foi destruída devido à burocratização da direção do Sindicato, que passou a aplicar métodos antidemocráticos como a expulsão dos militantes de oposição da diretoria, não garantia do direito de participação na eleição sindical destes militantes, acordo com a empresa sem prévia consulta e deliberação da base. Então, tudo isto facilitou a demissão da maioria dos militantes da oposição, fazendo com que muitos deixassem de acreditar no Sindicato, passando da ação para a passividade. Esta foi a principal contribuição da direção burocrática do Sindicato. (Dirigente da oposição).

Esta fala da oposição revela como as práticas do grupo majoritário - realizar acordos com a direção sem a participação da base, a expulsão membros da oposição da direção do sindicato, impedimento da participação dos mesmos nas eleições - contribuíram

---

<sup>126</sup>A Oposição denunciou como fraudulento o processo realizado pela diretoria majoritária e ainda tentou vários processos realizando assembleias massivas, nas quais deliberou por entrar com ação na Justiça do Trabalho. Entretanto, não conseguiram êxito. No Congresso da CUT-MA no ano seguinte, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos teve seus direitos na Central suspensos, como punição.

para a burocratização do sindicato e destruíram a luta e a resistência no interior das empresas. Mostra ainda como a categoria metalúrgica, que avançava em experiências significativas de lutas, de enfrentamento ao patronato e aos seus projetos de reestruturação produtiva foi fragilizada.

Percebemos que, se do ponto de vista subjetivo a direção majoritária teve responsabilidades em relação à redução no número de filiados, por outro, é importante verificar objetivamente os elementos que também contribuíram para a fragilização da luta e da resistência dos trabalhadores na ALUMAR. Um desses aspectos foi o fechamento de empresas contratadas, como a ENCOZOLCZACK, a LIMASA e a BRASNORTE. Pode-se apontar ainda como outro ponto importante o processo de terceirização. Tudo isso colocou a categoria na defensiva, em especial pela demissão da quase totalidade da oposição (Ação Metalúrgica) e pelo medo que se estabeleceu no interior da empresa.

O Sindicato hoje se encontra pouco freqüentado devido a todas as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e começa a ser questionado onde a maioria dos filiados é os poucos metalúrgicos que ainda trabalham na ALUMAR; pois os trabalhadores terceirizados não encontram nenhuma justificativa para se aliarem a um sindicato, fazendo com que ocorra uma dessindicalização em massa. É muito difícil para os sindicatos aglutinarem numa mesma empresa operários 'estáveis' e os terceirizados. (Membro da oposição que permanece na empresa).

Vemos nesse relato que este operário faz uma elaboração crítica para a situação de dessindicalização em massa na empresa, relacionada às mudanças no mundo do trabalho, com destaque para a terceirização, como um dos problemas que dificulta inclusive a ação conjunta de trabalhadores estáveis e instáveis.

Na minha opinião, o trabalhador prefere se manter no emprego, porque o método que a empresa utiliza para coibir essa coisa de movimento é a demissão. Então, nós vimos muitos companheiros, pais de família que participaram do movimento, serem demitidos até por justa causa. De alguns a gente tem resultado, de outros não. Tem uns que até hoje estão desempregados. Então, com isso, a empresa intimidou quem ainda tinha alguma esperança de continuar no movimento. Porque é uma coisa legal, uma maneira que você tem de reivindicar, né? Mas com essas demissões, a empresa conseguiu inibir. Então, aquele movimento não existe mais a nível de ALUMAR. O que o Sindicato faz é ir para a porta da fábrica, entregar panfletos e só. Não existe mais aquele movimento de pé de ouvido. Só se fala de trabalho. (Operário Entrevistado).

Consideramos bem adequado ao nosso estudo o conceito trabalhado por Alves (2000) da captura da subjetividade operária pela lógica do capital. O autor analisa, tendo como referência o ABC paulista, que a partir de 1994 o crescimento do desemprego estrutural

debilitou o poder de barganha do movimento sindical, além disso, no novo (e precário) mundo do trabalho, ocorreu uma nova cisão no “pólo moderno do mercado”:

Por um lado, os operários ‘sobreviventes’ da nova ordem do capital, os mais qualificados (e os mais organizados), tornam-se alvos prioritários dos vários mecanismos de consentimento à nova lógica da parceria com o capital; por outro, os demais - a massa de operários menos qualificados, instáveis, temporários e subcontratados na borda da cadeia produtiva - são excluídos da Produção Enxuta e compõem uma nova exclusão social no Brasil. O novo (e precário) mundo do trabalho tende a exercer um efeito sociopsicológico perverso sobre a nova classe operária, instigando seus sentimentos corporativos, debilitando a solidariedade de classe e contribuindo para o desenvolvimento de uma crise do sindicalismo em uma nova dimensão político-ideológica. (ALVES, 2000, p. 25.).

Evidentemente, as experiências sindicais de metalúrgicos do ABC/SP e de São Luís-MA guardam entre si profundas diferenças. O que queremos ressaltar é o atual momento de subordinação do trabalho e a generalização das características do capitalismo atual. Assim, vemos a ALUMAR trabalhar a integração dos trabalhadores, buscando o envolvimento, a busca da autonomia no processo produtivo, a premiação produtivista, o incentivo ao trabalho em equipe, os treinamentos e incentivo à qualificação, etc. Tudo isso no sentido de criar uma cultura do trabalho que modele comportamento técnico-operativo, mas também crie uma subjetividade não conflitiva. Como analisam Mota e Amaral (1998, p.30),

Estas sociabilidades emergentes relacionam-se com a necessidade que tem o capital, neste momento, de criar novas formas de subordinação do trabalho. Ou seja, que permitam flexibilizar a produção e intensificar a produtividade do trabalho longe da tradição conflitiva que sempre permeou a relação entre patrões e empregados.

As falas dos operários revelam até que ponto a empresa tem alcançado seu intento:

Não, não existe resistência. Já existiu. Mas hoje, desconheço por parte dos funcionários da ALUMAR, qualquer forma resistência. A empresa conseguiu, de certa forma, colocar o trabalhador contra o sindicato. Que sindicato é só greve, que não é só questão salarial, mas é a principal, né? E através disso ela conseguiu dividir muito as opiniões e até ganhar a luta contra o sindicato, pois lá dentro não existe mais nenhum movimento. A direção da ALUMAR sabe que não existe nenhuma possibilidade de existir movimento grevista lá dentro. Aliás, a ALUMAR oferece muitas coisas, muitos programas que você não encontra lá fora. Agora, eu quero dizer que, o que ela dá, ela tira também. O que ela diz estar dando ao funcionário na realidade está tirando.

O que a gente vê é o seguinte: dentro da fábrica uma campanha explicitamente contra o sindicato e seus diretores lá dentro. A prova disto é a seguinte: ao longo dessa jornada de trabalho da gente dentro do Sindicato, foram alguns diretores que tiveram o contrato suspenso, por perseguição da empresa e alguns foram demitidos de maneira sumária, arbitrária. É muito difícil lutar contra uma multinacional, com conseqüências que na maioria das vezes só sobra para o trabalhador, pois, por mais que ele tenha consciência, que ele queira se expor pra defender outros colegas, mas na maioria das vezes quando ele é punido, os outros lhe viram as costas.

Assim, podemos perceber que embora muitos falem em processos democráticos, as empresas combinam coerção e busca de um consenso. Entretanto, consideramos esse consenso no interior da fábrica como impossível, obviamente pelos interesses contraditórios que convivem na fábrica. O que na verdade ocorre é que uma parcela dos trabalhadores silencia por medo das conseqüências e outra parcela é cooptada ideologicamente pela direção da empresa.

Por exemplo, do ponto de vista da empresa, todos os programas desenvolvidos, a remuneração que os operários recebem, são suficientes para que haja uma satisfação dos trabalhadores. Tanto é que apresentam sempre os dados da pesquisa de satisfação. No entanto, os trabalhadores e o sindicato apresentam outra análise.

O salário não é satisfatório, até pelo que se faz na empresa. A gente sabe que a empresa tem condições de pagar melhor e não paga porque tem que acompanhar os planos do governo. A gente sabe que o que vamos produzir já está vendido. Não é nenhuma questão de disputar mercado. Os produtos quando são produzidos, já estão vendidos, a empresa já sabe o lucro que tem. Agora, a questão salarial a gente nem discute se acomodou com o que a empresa oferece.

Guterres (2005), em pesquisa sobre os programas de qualidade e relações sociais, mostra que a questão salarial “não é vista como uma questão preocupante” pela empresa, citando entrevista com um funcionário: “Somos considerados pela empresa os melhores funcionários do grupo ALCOA, temos conhecimentos diversificados na área de segurança do trabalho, informática, qualidade, batemos recorde de produção, enfim, somos trabalhadores de primeiro mundo, mas nosso salário é equivalente ao de países de terceiro mundo”. (GUTERRES, 2005).

A questão da terceirização é um dos elementos centrais para a crise do sindicalismo nos anos 1990, no Brasil, como tática utilizada pelas empresas para aumentar a taxa de exploração e quebrar as potencialidades de ações coletivas que visem a defesa dos interesses das categorias. Para os trabalhadores, dentre os principais problemas enfrentados na empresa, um dos mais graves é terceirização. A terceirização é tomada como um problema, tanto por ocasionar a redução de postos de trabalho efetivos, quanto pela intensificação do trabalho para os que permanecem no emprego estável. Além disto, destacam a precarização dos trabalhadores das terceiras. Com isto, percebemos que na área da ALUMAR, devido aos processos de terceirização, quarteirização, etc., há uma fragmentação do operariado: contratos, salários, lutas e problemas diferenciados, mas que têm em comum, na raiz, a exploração da multinacional sobre a força de trabalho.

Na ALUMAR há um processo de terceirização de setores de atividades muito intenso, o que faz com que haja trabalhadores desempenhando a mesma função com salários diferenciados. "Na questão da terceirização nós temos a elétrica, o porto, temos a área de segurança, meio ambiente, o restaurante, transporte, etc. porque se formos contar as áreas terceirizadas, todos os setores da ALUMAR estão minados de serviços terceirizados." (Operário entrevistado)

A precarização do serviço é muito grande, o pessoal reclama muito, principalmente com relação ao salário. As pessoas que eram da ALUMAR e foram contratadas pela ENEZA basicamente recebem o mesmo salário. Mas, as pessoas que exercem a mesma função que o pessoal da ALUMAR, recebem diferente. Quer dizer, a mesma função, mas, com salário diferente. Não existe isonomia salarial. (Operário Entrevistado).

Diretores do SINDMETAL, em entrevista coletiva, apontam a questão da terceirização como um dos problemas mais graves a ser enfrentado na atualidade.

Uma outra batalha que o Sindicato vem enfrentando é o problema do trabalho temporário. Por exemplo, dentro da ALUMAR tem a COBRAÇO, que é uma contratada, e dentro da COBRAÇO tem umas cinco subempreiteiras. Então, o que acontece: o trabalhador entra pela COBRAÇO, aí ele passa três meses no serviço temporário aí é demitido. Aí tem uma tal de TEMPO que ele passa três meses e é demitido novamente e contratado pela PRO-TEMPO, nessa ele passa mais três meses. Aí tem mais duas lá que eu não lembro o nome no momento. Resultado: o trabalhador fica um ano dentro da empresa renovando de contrato e mais contrato e quando dá um ano, ele não recebe 13% salário, férias, tá entendendo? As empresas encontram essa válvula de escape, porque o trabalhador tá dentro da mesma empresa, com holerite daquela empresa, farda, equipamento... aí ele fica circulando ali. Assim, não tem empresário que não enrique e trabalhador que ao final do ano não esteja lascado. (Entrevista coletiva com diretores do sindicato)

Esta fala denuncia claramente como o processo de terceirização tem sido perverso para os trabalhadores na área da empresa, as sub-contratadas extorquem ao máximo os trabalhadores, privando-os de direitos conquistados no século XIX em muitos países, e no Brasil no início do século passado. Isto revela a ferocidade do capital na atualidade, que mantém a reprodução do trabalhador no limite, em condições semelhantes às dos operários no início do capitalismo industrial.

As conseqüências para a organização dos trabalhadores metalúrgicos são graves. Segundo o Vice-presidente, o sindicato atua em torno de 50 empresas, 40 delas na área da ALUMAR. São empresas de diversos portes a exemplo da CEM (antiga FEM subsidiária da CSN que foi privatizada), da São Marcos de porte médio, entre outras.

A maioria das empresas está num patamar de 20 funcionários. A ALUMAR hoje tem 1.900 funcionários, 800 são sindicalizados. A base total já foi estimada em 15 mil, hoje estamos em torno de 6 mil. Desses são filiados em torno de 1.300. Houve um grande problema... que é a questão das empreiteiras. No canteiro da ALUMAR existe em torno de 40 empreiteiras. E aí a ALUMAR, com essas empreiteiras está em torno de 5 mil trabalhadores. A situação dos trabalhadores das contratadas, não é só na ALUMAR, mas em toda planta ela se difere da dos trabalhadores da empresa-mãe. Eles têm menores salários, as condições de trabalho são piores, há toda uma gama de problemas. Com relação à segurança, ficam expostos a equipamentos que não têm a mesma qualidade e a outra questão... os benefícios que a empresa principal concede aos seus funcionários, dificilmente, são poucas as empresas que concedem. Então, há na verdade uma degradação na condição de trabalho na condição de vida do trabalhador. (Entrevista com o Vice-Presidente do sindicato).

Pelos dados acima, vê-se que no Maranhão a categoria metalúrgica gira em torno da ALUMAR, ou seja, das 50 existentes, empresas 40 estão no seu canteiro de obras. Então, as ações dessa empresa têm inflexões diretas na categoria. Pelos dados apresentados pelo Vice-presidente, atualmente a empresa possui 1900 empregados, destes 800 são filiados ao SINDIMETAL, em termos percentuais, 42%, muito abaixo do que foi em 1994 (71%) e em 1999 (53%).

Corretamente, o Vice-presidente aponta a degradação das condições de trabalho e de vida do trabalhador e denuncia ainda a interferência das empreiteiras na organização da categoria, utilizando-se de ações para burlar a legislação trabalhista e prejudicar os trabalhadores.

Atualmente há um agravante: as empresas contratadas no canteiro de obras, tanto na ALUMAR como na CVRD, migram para o campo da construção civil. Então, hoje o movimento sindical já começa a se articular para buscar saída para esse problema que é um problema que tem atingido muito a categoria metalúrgica. Aqui em São Luís tem sido algo bastante profundo nessa situação de migração. Sobretudo porque há um incentivo pelos próprios empresários. Primeiro: eles sabem que não existe atuação do sindicato da construção civil, e eles chegam a ponto de colocar os trabalhadores nos ônibus para se associarem a esse sindicato. Para o sindicato dos metalúrgicos é o inverso. Com isso, quem perde são os trabalhadores, sem contar que o próprio empresário está ludibriando o Estado, o município e o próprio INSS, a carga tributária é menor na construção civil, o piso é menor e a entidade sindical, já que ela não existe, então facilita essa migração. (Vice-presidente).

O SINDMETAL alerta também para a precária fiscalização e o restrito interesse dos órgãos responsáveis que legalizam essa situação. Para se contrapor, o sindicato tem conduzido a luta, tanto política quanto judicialmente: “Temos ações impetradas contra algumas empresas. Algumas inclusive esperando apenas questão de tempo no enquadramento defendido na primeira instância... infelizmente a nossa justiça é um pouco morosa, é uma das mais lentas do mundo, a gente fica à mercê da justiça, ou seja, a gente passa cinco, seis anos para ter a resolução de um problema desse”. (Vice-presidente).

Assim, os trabalhadores apontam as conseqüências da implantação desse modelo sobre suas condições de trabalho e de vida:

Com isso, ocorre a sobrecarga de trabalho dos trabalhadores que, por sua vez, vem acompanhada de stress, pressão relativa à produtividade, à qualidade, à pressão de fatores externos, do próprio local de trabalho. No caso da ALUMAR nós sabemos que o processo de fabricação de alumínio é muito perigoso, penoso, perdendo apenas para a extração do carvão mineral. (Vice-presidente).

O entrevistado aponta o *stress*, a pressão para gerar a produtividade e a qualidade exigidas pela empresa como fatores de pressão e sobrecarga de trabalho. Conforme demonstrado no item 4.1.1.1 e ressaltado pelo entrevistado, o processo produtivo da ALUMAR é dos mais agressivos aos trabalhadores e à natureza. Isso desemboca em outro problema que é a questão da saúde dos metalúrgicos.

O sindicato tem denunciado problemas relativos a doenças, acidentes de trabalho, embora a empresa argumente não gerar acidentes. “Nós divergimos nesse sentido, porque acompanhamos o dia-a-dia, sabemos o que acontece lá dentro da ALUMAR. Isso tem sido motivo de grande preocupação dentro do Sindicato. Tem sido bandeira do Sindicato. Temos dado atenção especial na questão da segurança no trabalho”. (Vice-presidente).

Como forma de enfrentamento à questão, o sindicato tem realizado vários seminários, tendo lançado um vídeo de 15 minutos, participado ainda de um seminário internacional sobre a produção de alumínio e os impactos na vida do trabalhador e no meio ambiente.

Atualmente estamos reativando a discussão sobre as doenças ocupacionais devido aos casos que têm surgido de lesões, queimaduras e acidentes. A empresa se esconde, por nós aqui no estado não termos uma tecnologia para diagnosticar essas doenças. Mas, nós sabemos na prática que existem muitos companheiros doentes, embora na maioria a gente não tem aquela prova concreta, através do diagnóstico. Hoje sabemos que o alumínio e os materiais que a empresa trabalha são materiais de alta densidade tóxica. Não só para os trabalhadores da ALUMAR, mas para a comunidade. (Vice-presidente).

O Sindicato, no ano de 1999, em decorrência de um “Diálogo Internacional sobre o Alumínio”, fez um levantamento de dados sobre os impactos da produção de alumínio na situação da Ilha de São Luís.

Nós demos uma volta com os pescadores na região da ALUMAR. Fotografamos e comprovamos vários peixes mortos. O conto dos próprios pescadores mostra a diferença de antes e depois da ALUMAR. Além disso, falam de problemas advindos da água, como coceiras, doenças de pele e coisas desse tipo. Nós temos também um companheiro que teve um problema e nós o encaminhamos para a FIOCRUZ, onde foi comprovado que ele estava intoxicado com vários metais: chumbo, alumínio e outros. Então a gente tá com esse cuidado: sempre discutindo com a empresa. Nós

sabemos que não vamos parar esses danos. Mas, nosso objetivo é fazer com que a empresa amenize e repare esses danos, sobretudo nas pessoas. Porque quando você adquire uma doença e sai da empresa, fica complicado. Está entregue à própria sorte, à margem do processo produtivo e muitas vezes vai viver com um benefício qualquer da previdência. (Vice-presidente).

Esse é um dos aspectos mais grave da presença desta empresa em São Luís, uma mega planta industrial de alumínio numa ilha, com danos para a saúde dos trabalhadores, para o meio ambiente e para a população.

De modo geral, pudemos perceber que os metalúrgicos maranhenses nos anos 1980/90 viveram um processo muito intenso de lutas, mobilizações e derrotas com a ofensiva da empresa sobre os trabalhadores, que fragmentou o trabalho e o coletivo dos trabalhadores. Assim, em nossa pesquisa buscamos perceber também, diante dos problemas e desafios contemporâneos, quais as ações e projetos que estão implementados sendo postos em prática e que tendências apontam.

Em entrevista, o já citado Vice-presidente destacou: o assistencialismo, a construção da sede de lazer, as reivindicações da categoria, a implantação do centro de referência do trabalhador e o trabalho de formação.

No que concerne ao assistencialismo, o entrevistado, embora tenha apresentado uma visão crítica dessa prática que tem marcado a ação sindical desde a era Vargas, ressalta que o SINDMETAL, bem como outras entidades, ainda precisam dessa ação, principalmente considerando a situação do trabalhador nos dias atuais.

Sabemos que esse é um papel secundário, mas infelizmente as entidades sindicais ainda não conseguiram se libertar dessa questão. Em função até das condições dadas pelo atual governo (e pelos governos anteriores). Esperamos que com o atual governo isso moderadamente venha modificar, o que seria um papel totalmente cumprido pelo governo. (Vice-presidente).

Sobre o projeto da Sede de Lazer, percebemos que o sindicato pretende contrapor a ofensiva ideológica da empresa junto aos empregados e suas famílias, através do Programa Viva Vida e também das ações de lazer que incluem a Associação Atlética da ALUMAR, para garantir um lazer independente.

O projeto de construção da sede de lazer da entidade com piscina vem no sentido de dar maior conforto para o associado. A gente sabe que o trabalhador metalúrgico já tem um trabalho muito pesado, a situação diária é muito pesada, ela consome muita energia e os trabalhadores precisam muito de momentos de lazer.

O nosso objetivo também é contrapor exatamente a isso, porque na Associação da ALUMAR você paga e os critérios são muito rígidos. Há uma política punitiva muito forte. E os trabalhadores chegam a dizer pra nós que freqüentam por não ter outra opção. Mas que eles não se sentem à vontade. Infelizmente quando se fala em

estrutura não se pode comparar a um monstro desse, né? Sobretudo quanto à questão econômica. (Vice-presidente).

Com relação às reivindicações atuais da categoria, o entrevistado reafirma a convenção coletiva de trabalho através da qual tem reivindicado a redução da jornada de trabalho. “É uma bandeira nossa a redução da jornada de trabalho sem redução do salário. A princípio para 40 horas semanais. Isso a gente já vem tentando, batendo há alguns anos. Mas, infelizmente, não tem conseguido”. (Vice-presidente).

Outro projeto em curso, segundo o entrevistado, reivindicado desde o ano de 1995, junto à Prefeitura de São Luís, ao Governo do Estado e ao Ministério do Trabalho é o Centro de Referência do Trabalhador.

Felizmente hoje surge como uma questão nacional: o governo, o Ministério do Trabalho hoje buscam fazer a implantação em todos os estados, o que já existe nos estados mais evoluídos. Aqui em São Luís está em processo de discussão. Já tivemos discussões na época do ex-Prefeito Jackson Lago, fizemos visitas à Alemanha, com quem tivemos uma parceria e troca de informações com metalúrgicos alemães. É interessante destacar que nesses países, a legislação é muito rígida, cumprem critérios mais rígidos. Aqui, a gente sabe que existem as leis, mas dificilmente se segue. São burladas. É papel do sindicato interferir nessas questões. Nós estamos fazendo isso. Aí entra a questão da correlação de forças, lógico que ao falar da ALUMAR, você não está falando de uma simples empresa, mas de uma multinacional que tem poder econômico e político muito grande. Mas, na medida do possível a gente tem enfrentado de igual pra igual, lógico que com dificuldades. (Vice-presidente).

Na opinião do entrevistado, o SINDMETAL possui uma política de formação, mantendo um departamento de formação que desenvolve cursos, seminários, etc. No ano de 2004 foram realizados dois cursos para dirigentes: um sobre a Origem do Sindicato e Evolução da Sociedade Humana e outro sobre Reestruturação Produtiva. Essas atividades foram realizadas em âmbito estadual com caráter intersindical, incluindo os sindicatos: hoteleiros, asseio e conservação, vigilantes e as oposições dos sindicatos da construção civil e dos motoristas. Afirma ainda que participaram de atividades nacionais da CUT e da Federação dos Metalúrgicos, e de uma atividade na Alemanha sobre a produção de alumínio, trocando experiências com metalúrgicos alemães.

No que diz respeito às ações, além da categoria de unificação com os movimentos sociais e com outros sindicatos, o entrevistado destaca que como filiados à CUT, mantêm boa relação com todos os sindicatos, mais precisamente com aqueles próximos à sua corrente político-sindical.

É lógico que existem relações mais estreitas. Mas, de uma forma geral, nós temos relação boa com todos os sindicatos, no que diz respeito a essa questão de categoria. Lógico que existe uma tendência e isso todo mundo sabe quando você faz parte, para uma aproximação maior isso fica um pouco mais dificultoso. As pessoas

acham que é uma forma de inserção. Mas, a nossa convivência com os demais sindicatos tem sido muito boa. Com relação a outros movimentos sociais, a gente busca cumprir esse papel, que é inclusive estatutário. A gente busca estar integrado também com outros movimentos sociais, movimento popular, sempre buscando apoiar naquilo que é necessário, apoio material e humano. A gente tá sempre colocando isso, fazendo alguma doação, dentro da medida do possível, daquilo que é estipulado. (Vice-presidente).

Conforme já discutimos anteriormente, um dos problemas graves destacados pelos entrevistados é a questão dos danos causados pela ALUMAR à natureza, nesse sentido observamos a preocupação do sindicato com a questão ambiental. Um exemplo é a exibição de um vídeo-denúncia os impactos resultantes da implantação da empresa na Ilha de São Luís, levando os resultados desse trabalho para o Fórum Carajás, que se reúne permanentemente com movimentos sociais, sindicatos, ambientalistas, órgãos de governo como o IBAMA, ONGs, dentre outras entidades dos estados do Maranhão e Pará.

Esse fórum continua essa discussão. Já se teve seminário aqui, em Belém, sempre tratando dessa questão do corredor Carajás. Não só dentro do Maranhão, mas os impactos desde a extração da bauxita até a fabricação do alumínio primário. Então o fórum cobre essa discussão dos impactos ambientais e na saúde do trabalhador. (Vice-presidente).

Interrogamos ainda sobre sua concepção acerca de sindicalismo. Segundo o Vice-presidente, na atualidade defendem o “Sindicato Cidadão, aquele que deve estar inserido em todas as discussões e usado mais como instrumento político de mudanças, fazendo com que o trabalhador venha a discutir política”. Por outro, entendem que o inimigo que enfrentam é o sistema capitalista - “o sistema é nosso maior inimigo. O sindicato só existe porque existem os patrões. É uma luta de classes. Os patrões querem parceria na lógica deles, unilateral. Pode até acontecer essa parceria, desde que seja na nossa lógica, dos trabalhadores.”

Em nossa análise, esta fala do Vice-presidente expressa algumas armadilhas que cercam o sindicalismo na atualidade. Inicialmente, vemos como positiva a preocupação da diretoria em ter o sindicato como um instrumento político de mudanças, que deve participar de todas as discussões, proporcionando a discussão política no seio da categoria. Partem também da contradição capital/trabalho, ressaltando que o sindicato só existe porque existem os patrões, ou seja, há uma luta de classes. No entanto, assumem o discurso da parceria, que é uma tentativa de quebrar, ainda que no plano ideológico, a resistência operária e dissimular a incompatibilidade de interesses de classes.

#### 4.2.2 O Sindicato dos Ferroviários

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Maranhão e Pará foi fundado em 1985 como Associação dos Funcionários da CVRD, administrada pelos gerentes da empresa, tendo os trabalhadores, em seguida, assumido a sua direção. Em 1987 a Associação conseguiu sua Carta Sindical, expedida pelo Ministério do Trabalho. Reunia trabalhadores das estatais: Companhia Vale do Rio Doce (os ferroviários) de São Luís-MA a Parauapebas-PA, e da Rede Ferroviária Federal - RFFSA.

Nos anos 1980, este Sindicato também desenvolveu várias lutas e greves por salários; mobilizações pelo pagamento de horas extras, jornada de trabalho de 6 horas, luta contra demissões, como exemplo a luta contra os demitidos no Governo Collor de Melo. Dentre essas lutas, o Presidente e o Vice-presidente do sindicato destacam a greve realizada em 1987, como uma greve histórica que contou com a adesão da quase totalidade dos trabalhadores dos setores operacional e administrativo.

Ficamos cinco dias parados daqui (São Luís) até o interior do Pará. A ferrovia parou, principalmente os setores produtivos. A adesão foi em massa, quase 100% da categoria. Foi uma luta interessante e essa luta aconteceu aqui, mas também em outros estados onde a Vale tem, influência como no Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Sergipe. (Presidente do sindicato).

Na avaliação atual dos entrevistados, esta greve vitoriosa “jamais se repetirá” em função da situação em que se encontram hoje, principalmente após a privatização da CVRD e com o desenvolvimento da política de Recursos Humanos implementada pela empresa, que tem como centro a “Qualidade de Vida”. Na opinião do Presidente e do Vice-presidente do sindicato, hoje os trabalhadores têm verdadeiro pavor de uma possibilidade de greve.

Como o SINDMETAL, o Sindicato dos Ferroviários também teve no seu interior lutas internas e disputas ideológicas, no início dos anos 1990. Apesar da direção da época ter conduzido esse momento de greves e lutas, tinha forte oposição na base e não era identificado com o sindicalismo classista. Na avaliação dos atuais diretores:

O Presidente da época era uma pessoa inteligente, comprometida na época com os interesses dos trabalhadores. Mas, por interesses políticos partidários, ele começou a deixar a desejar, os trabalhadores começaram a sentir isso e começaram a se organizar para tirá-lo do comando do Sindicato, porque já entendiam que ele estava comprometido com a direção da Vale. Ele foi candidato a vereador, a deputado estadual pelo PDT. Mas, teve seu valor, sua importância, marcou sua passagem. Ele que comprou essa sede. Não era assim, era aquela parte da frente, que está tudo desmoronando. Mas, ele perdeu a eleição para o nosso grupo. Então o nosso principal desafio no campo administrativo primeiro era restaurar a credibilidade da

entidade que estava devendo muito. Não tinha crédito na praça. Não tínhamos praticamente patrimônio nenhum. (Presidente do sindicato).

Na fala, o Presidente destaca o desafio administrativo com muita relevância e muito orgulho por terem assumido a direção do sindicato, reestruturado a sede administrativa com uma boa reforma na parte final do prédio, uma vez que, sendo um prédio colonial, no Centro Histórico de São Luís, tombado, têm que respeitar as normas de conservação do patrimônio histórico. “Nós reorganizamos toda a parte da estrutura da entidade, dos arquivos que não existiam. E é isso que você está vendo hoje aqui: uma sede reformada, digna de receber o sócio da entidade e as pessoas que vêm aqui nos visitar”. (Presidente do sindicato).

Na primeira metade da década de 1990 as correntes político-sindicais que atuavam neste sindicato eram PDT, PT, PCdoB, estando na diretoria sindicalistas ligados ao PDT e na oposição militantes ligados ao PT e PCdoB, com apoio e assessoria da FASE<sup>127</sup>. Após todo um processo de disputa, houve o esfacelamento da oposição, com demissões de vários dirigentes e, posteriormente, uma certa conciliação com o que restou desta. O grupo que está na direção do sindicato atualmente, já no terceiro mandato assim se caracteriza: “Nós somos da CUT. Nós somos ligados a ala ... quero dizer... não é conservadora é... da Articulação da CUT<sup>128</sup>. Mas, entre as ações políticas que tem aí, com todos os partidos de oposição da nossa central e nossa consciência, nós estamos mais com a nossa consciência”. (Presidente do sindicato).

Do ponto de vista da sua história, os dirigentes enfatizam os desafios que tiveram que enfrentar no campo político, ou seja, as principais lutas travadas nos vinte anos de existência do Sindicato. Além da greve de 1989, outro grande momento ressaltado foi a luta contra a privatização da CVRD em 1997. Avaliam como um momento muito difícil para a categoria. A empresa, que possuía 23 mil trabalhadores em todo o Brasil, antes da privatização demitiu cerca de seis mil, com o intuito de saneá-la para a venda. Isto deixou a categoria recuada, com medo das demissões, fato que impediu a participação efetiva dos funcionários da empresa nas atividades e lutas contra a privatização (seminários, reuniões, acampamentos em frente à Vale, atos públicos na Praça Deodoro em São Luís, num grande

---

<sup>127</sup> A FASE era uma Organização Não-Governamental, com financiamento de instituições italianas, que nos anos 1980/90, prestava assessoria aos movimentos populares e sindicais. No Maranhão contribuía para criar e apoiar oposições cutistas.

<sup>128</sup> Articulação Sindical é a corrente majoritária da Central Única dos Trabalhadores, que defende o sindicalismo propositivo, tendo como objetivo estratégico o desenvolvimento com distribuição de renda, o que tem refletido nas táticas conciliadoras do sindicalismo cutista.

Seminário intitulado “O Brasil Vale muito” organizado pelo Sindicato com a participação de grandes nomes nacionais que estavam contra a privatização da CVRD).

Sobre a participação da categoria na luta contra a privatização da empresa os diretores assim se pronunciaram:

Os trabalhadores não se mobilizaram muito. Mas, eles tinham um sonho: achavam que com a privatização da Vale eles iam ter a oportunidade de se livrar de algumas pessoas inconvenientes, para eles os gerentes imediatos, e eles iam ganhar melhor. Isso não passou de um sonho. Os gerentes, a maioria continua lá e começou a política de sucateamento da empresa com as demissões, com a redução das conquistas. (Presidente do sindicato).

Vemos que a participação limitada dos trabalhadores da CVRD na luta contra a privatização foi determinada tanto pela ação da administração para sanear a empresa, demitindo seis mil empregados, semeando o medo e colocando-os em defensiva, quanto mediante a imobilização criando expectativas de que alguma coisa de positiva viesse a acontecer, como por exemplo, a demissão dos chefes imediatos e a melhoria salarial, o que não ocorreu. Como lembra o Presidente do sindicato, na época em que a empresa era estatal, os empregados conquistaram um conjunto de benefícios que representavam um diferencial significativo com relação às demais empresas no estado, isto é, possuíam um padrão de vida superior em relação à maioria da população trabalhadora. Dentre as conquistas, podemos destacar: 14º salário, licença prêmio a cada cinco anos, assistência médica, farmácia, adicional de turno, auxílio educação, transporte e equipamentos de segurança de qualidade, adicional de insalubridade e periculosidade, fundação para a casa própria, órgão para aposentadoria, cooperativa de alimentação, restaurante unificado. “Os trabalhadores da Vale perderam com a privatização e quem ganhou na verdade foram os acionistas. Isso aí você vê no dia-a-dia. Uma coisa que acontece hoje naturalmente com essa nova visão de capitalismo no Brasil e no mundo: os empresários puxam cada vez mais o lucro em cima principalmente da classe trabalhadora”.

O Presidente do sindicato analisa o momento atual, pós-privatização, e como a luta sindical se encontra no interior da empresa.

Na luta contra a privatização os trabalhadores não se engajaram muito com medo de retaliações. Hoje, infelizmente, as nossas grandes lutas no campo jurídico com a Vale, não são nem os acordos coletivos que a gente tem, são as brigas jurídicas para manter aquilo que a todo momento está ameaçado de tirar, que está garantido inclusive na Constituição de 88, como a jornada de 6 horas. A Vale não se conforma e de vez em quando vem pra ofensiva, no objetivo de comprar a consciência do resto que ficou de assistência para a classe, como a assistência médica. Não ficou praticamente nada no campo social. Então nós ficamos reduzidos a pó, com relação ao que éramos no passado. (Presidente do sindicato).

O entrevistado expressa a gravidade do momento da ofensiva do capital sobre as conquistas dos trabalhadores, ressaltando o significado da privatização para os trabalhadores, ou seja, aumento da exploração e ataque às conquistas. Isso colocou a luta dos trabalhadores em um outro patamar. Como bem ressaltou o Presidente, “o centro da luta hoje é a luta jurídica pela manutenção da jornada de trabalho de 6 horas, além de algumas outras conquistas, como a assistência médica, mas que estão permanentemente ameaçadas” (Presidente do sindicato).

Como podemos demonstrar no item de caracterização das empresas, a CVRD atua em vários estados do Brasil. Na Região Norte, incluindo o Maranhão, estrutura-se enquanto um complexo que envolve mina/ferrovia/porto. Como explica o Presidente do sindicato: “a mina extrai o ferro, joga nos trens pela ferrovia e vem até Porto da Ponta da Madeira em São Luís. Aqui as composições diárias são em torno 16 trens. Cada trem tem 206 vagões e cada vagão carrega em média 100 toneladas de minérios. É um monstro, uma serpente”. (Presidente do sindicato).

Com base nessa estrutura da empresa organiza-se o movimento dos trabalhadores, que são distribuídos entre mineiros e ferroviários. São 9 sindicatos majoritários em todo país e 14 sindicatos menores (secretárias, engenheiros, etc.). Estes sindicatos se articulam em âmbito nacional para discutir as lutas, pensar as pautas e unificar propostas a serem debatidas com a empresa, principalmente na época da Convenção Coletiva. Por exemplo, reúne-se no Coletivo dos Sindicatos que discute a pauta única para a data-base que é 1º de junho.

Do ponto de vista político-sindical existem três blocos: CUT Vale, que é o maior grupo e reúne cinco sindicatos alinhados com a Articulação Sindical; Coadunação, que agrupa sindicatos que romperam com a CUT e estão na construção da CONLUTAS<sup>129</sup>; e o grupo Renovação, que é um grupo mais plural e independente, com uma política mais conciliadora. O maior sindicato é o dos ferroviários de Vitória, seguido pelo dos ferroviários do Maranhão e dos minérios.

---

<sup>129</sup> A CONLUTAS é uma Coordenação Nacional de Lutas que surgiu após a aprovação da Reforma da Previdência e das políticas neoliberais implementadas pelo Governo Lula da Silva, as quais tiveram o apoio explícito da CUT. A partir daí registram-se várias rupturas e tentativas de construção de uma nova direção para a luta social no Brasil. Esta coordenação coloca como desafio a luta unificada da classe em sua configuração atual, ou seja, todos os setores explorados e oprimidos, para potencializar o processo de mobilização por emprego, salário, terra, saúde, moradia, etc; que seja capaz de levar uma luta conseqüente contra a espoliação imperialista e a exploração capitalista e abrir rumo ao socialismo; reafirma os princípios históricos construídos pela esquerda socialista no interior da CUT; pretende aglutinar não só sindicatos, mas desempregados, setor informal, movimentos sociais e estudantil.

Agora mesmo nós vamos entrar num período de sentar com o conjunto dos sindicatos a nível nacional para discutir uma nova política de enfrentamento com relação à empresa. Porque com o advento da privatização os trabalhadores conquistaram um espaço importante, garantido em lei, que é o assento no Conselho de Administração da Vale. E esse assento é para ser dos trabalhadores. Na teoria tá lá, mas na prática ainda falta se consumir. É uma luta que nós vamos travar com a empresa, vai ser através de uma eleição e nós vamos disputar com a empresa. A Vale vai chamar o processo eleitoral e nós vamos disputar. Então, todos os sindicatos a nível nacional vão estar reunidos em torno dessa bandeira. É uma vaga dentro do Conselho de Administração que está acima da Presidência da empresa, é quem elabora toda a política econômica e social, ou seja, tudo. (Vice-presidente do sindicato).

Outro aspecto destacado com muita ênfase é a terceirização. Segundo os entrevistados em todo o complexo Vale há em torno de 60 mil empregados, entre funcionários da empresa, de empreiteiras e coligadas, sendo mais de 2.000 empreiteiras em todo o país. “Hoje, depois da privatização nós temos 16 mil funcionários. Ela foi privatizada já com cerca de 14 mil. Aí ela ficou com 10/11 mil. Hoje ela tá com 16 mil. Mas, como é esses 16 mil? Meninos, garotas, estagiários, ganhando menos de 1/3 daquilo que ganhavam aqueles que foram demitidos”. (Presidente do sindicato).

De acordo com os dirigentes, o Sindicato do Maranhão possui 70% de sindicalizados numa base de 3.197 trabalhadores que estão dispostos de São Luís (MA) a Carajás (PA), além dos 244 aprendizes, 15 menores aprendizes, 180 do SENAI, 238 estagiários.

Com relação às terceirizações, após a privatização houve um avanço muito grande. Se fosse terceirização onde fosse possível, aceitável, não estratégico, que não são atividades fins da empresa, tudo bem. Mas ela avançou e avançou bem em pontos cruciais para nós, como atividades fins mesmo da empresa. (Presidente do sindicato).

Após a privatização, a empresa desenvolveu uma experiência de terceirização através de cooperativas, que segundo os dirigentes era um modelo perverso, que deixava o trabalhador completamente desamparado. Através da ação do sindicato, com denúncias junto ao Ministério Público a empresa desistiu desse modelo. “Era uma forma de burlar. Seria uma forma interessante se fosse usada de forma correta. Eles colocavam gerentes da própria empresa para serem “testa de ferro” dela. Aí os trabalhadores recebiam seu percentualzinho. Não tinham carteira assinada, nem FGTS, não tinham nada”. (Vice-presidente do sindicato)

Recentemente nós conseguimos tirar uma carta de intenção da Vale, em que foi traçado um calendário. A Vale não aceitou o fim da terceirização, mas aceitou que o conjunto desses sindicatos passasse a, de certa forma, fiscalizar os gestores. Então, nós tivemos três reuniões a nível de Rio de Janeiro com a Vale. E a prática de que a maioria dos contratos não vai um ano, não dá direito do trabalhador nem gozar

férias, conforme vencida. Tinha que tá mudando de empreiteira pra outra, vamos passar agora a fiscalizar. (Vice-presidente do sindicato).

Tal qual na ALUMAR, as empreiteiras utilizam o cadastramento no setor da construção civil para burlar a legislação e melhor explorar os empregados.

O pessoal que dá manutenção na linha férrea é ligado à construção civil. Muitas das vezes construção civil de Belém, que eles não têm nem acesso. São feitos acordos coletivos sem os trabalhadores terem acesso ao representante dele. Então, nós conseguimos na segunda reunião do Rio avançar nessa situação. Nós vamos ter o poder, a garantia da Vale de poder tá fiscalizando. Agora mesmo nós estamos aguardando da Vale uma relação de todas as empreiteiras, contratos, número de funcionários. Então, você recebe denúncias de funcionários, na porta das empresas. Se você chegar 7 horas da manhã você observa que entra praticamente 45 ônibus da Vale e 60 de empreiteiras. E você tem denúncias absurdas. Por exemplo, um companheiro chegou dizendo que foi levar um atestado médico pro patrão e ele demitiu o cara na mesma hora. Porque o cara tá com atestado médico, tá doente não pode trabalhar, tem que ir pra rua. Coisa absurda. Então, com esse avanço que nós tivemos com a Vale, nós achamos que vai melhorar de fato alguma coisa. Agente vai estar presente, vai denunciar. (Vice-presidente do sindicato).

Os entrevistados explicam como tem ocorrido as terceirizações, com a demissão de funcionários pela Vale e contratação pelas empreiteiras, numa situação rebaixada.

Parte do contingente de terceirizados hoje são ex-companheiros nossos. A Vale tem uma pirâmide salarial. O cidadão atingiu o pico dessa pirâmide, já é descartável. Quantos companheiros nossos de fábrica que entraram conosco há 20 anos atrás, hoje estão se sujeitando a humilhação das terceirizadas. Ele se especializou naquilo, o setor dele passou para a terceirizada e ele tinha passado, coitado, 15, 20 anos lá dentro. Foi ela que ensinou o trabalho, não existe concorrente no mercado. Então, ele se sujeita a sair da posição em que ele tava, fazendo a mesma coisa, mas com um salário menor, carteira de benefícios menor. (Vice-presidente).

No que concerne à saúde do trabalhador na área da Vale os sindicalistas destacam que as maiores reclamações são dos trabalhadores da ferrovia que atuam na manutenção, devido à exposição ao benzeno. Na área do porto, as demandas são também de excesso de peso e trabalho repetitivo. Há também os que trabalham na ferrovia com dormentes, pedra brita, trilho e motores, e se reclamam constantemente de problemas na coluna, dos ruídos e da poeira.

Essa questão das doenças ocupacionais, a maioria que nós temos são as doenças ergométricas. Se você observar as áreas de produção da empresa, para cada 10 funcionários nós temos 2 ou 3 com problemas de coluna. E outro, também o número de óbitos por acidente de trabalho. Pra você ter uma idéia, nós tivemos só no ano passado entre trabalhadores de empreiteiras e da Vale foram 11 óbitos, praticamente uma morte por mês, no Brasil todo. Mas, considerando uma empresa como a Vale

deixar morrer 11 trabalhadores, 11 pais de família por ano. (Vice-presidente do sindicato).<sup>130</sup>

Instigados sobre a questão da articulação com outros movimentos sociais ou outros sindicatos, os dirigentes justificam que possuem muitas dificuldades para superar os limites da própria categoria, por exemplo: a base extensa tendo que atender de São Luís a Carajás-PA; de São Luís a Timon-MA e de Açailândia-MA a Tocantins, e o número de diretores liberados.

Para um conjunto de 33 diretores, onde apenas dois são liberados. Então, nós atendemos às necessidade nossas, atendemos as questões a nível nacional, temos a nossa vida particular, ainda temos o movimento que na medida do possível estamos atendendo. Entre algumas diretrizes e o conjunto de situações que estão lá fora, organizado pelo Partido (PT) e pela Central (CUT). Entre as questões lá fora e nossa consciência, a gente vai mais pela nossa consciência. Porque são coisas que a gente faz no dia-a-dia, a gente tá vendo que são coisas emergenciais, mas nós nunca abandonamos o movimento lá fora. Nós somos gratos inclusive à ajuda que eles nos deram em alguns momentos. Mas, também estamos sempre solícitos para ajudar a quem nos precisa. (Presidente do sindicato).

A fala do Presidente do sindicato deixa claro que, a partir de uma situação objetiva, das dificuldades postas pelo número de trabalhadores liberados e as atividades que precisam cumprir, priorizam as “ações voltadas exclusivamente para a categoria, para poder aproximá-los do sindicato”, ou seja, os acordos coletivos, a luta pela jornada de trabalho, a manutenção das conquistas ameaçadas, a reestruturação organizativa da entidade, etc. “a postura voltada única e exclusivamente para os interesses dos trabalhadores da categoria”. Assim, entre as questões fora da categoria, a exemplo dos chamados do Partido e da Central, argumentam: “agimos de acordo com a nossa consciência”. (Presidente do sindicato).

Essa consciência orienta as ações do sindicato nos projetos e ações estratégicas para o enfrentamento dos problemas. Nesse sentido, os entrevistados expressam uma concepção bastante recuada e defensiva, destacando não terem grandes projetos. Analisam que, em função da privatização, da perda de direitos, das ameaças constantes às conquistas que ainda restam, o sindicato tem como alternativa ações que facilitam ou aproximam a base da direção, tendo como mediação o trabalho assistencial. Dessa forma, ressaltam o trabalho de terapia ocupacional para os aposentados, desenvolvido na sede do sindicato com objetivo de recuperar a sua auto-estima; a Colônia de Férias próximo à Praia do Araçagi, espaço

---

<sup>130</sup> Esse é um dado importante que a sociedade não tem conhecimento, significa o descaso da empresa com a saúde e com a vida dos trabalhadores. Em contato com um trabalhador de uma empreiteira da Vale, ele denunciou que, nestas empresas, quando os trabalhadores sofrem pequenos acidentes de trabalho, escondem o fato, assumindo toda a responsabilidade, às vezes informando que foram acidentes domésticos. Isto porque, se responsabilizarem as empresas, são imediatamente demitidos.

amplo com quadras, quiosques, casas para temporada à disposição dos sócios; o projeto de farmácia popular na sede do sindicato. “Tivemos vários momentos bons na época de estatal. Resgatar esse tipo de atividade é uma forma de manter os sócios hoje”. (Presidente do sindicato).

Agora, é notório que o país, como o mundo, passa por transformações e você sabe que esse exército de desempregados não é à toa. É tipo uma fábrica, eles fazem isso pra poder barganhar a mão-de-obra. E pelos trabalhadores hoje, coitados, tão lá trabalhando nas suas empresas e têm o sindicato como órgão protetor deles (fiscalizador), sonham, clamam para que realmente ele seja isso. Mas ao mesmo tempo, eles não querem que o sindicato deles os exponha ao perigo tipo uma greve. Isto é, não coloque eles em uma situação de risco. Eu te falo isso com toda honestidade, se nós botarmos uma bandeira vermelha hoje e formos para a porta da empresa, rebentar ônibus, cortar pneu de ônibus, eles tiram a gente no outro dia. Tiram. Não adianta você empurrar, massificar uma situação na consciência das pessoas se ela não está voltada para isso. E a minha classe é, de certa forma, elitista. É uma classe que precisa se trabalhar com cuidado. É diferente de uma classe menos favorecida, as vezes vivendo já no limite do limite, onde qualquer coisa pra ela é lucro. Não é o caso dos trabalhadores da Vale, não significa que a gente seja omissos, não. Agora, a resposta é em alguns momentos, mas só que hoje, pela conjuntura, ele sabe que qualquer passo diferente daquele que é seguro é buraco certo. Então, a gente faz o que eles querem, a gente procura orientá-los. (Vice-presidente do sindicato).

Esta fala do Vice-presidente do sindicato expressa a concepção de sindicato que possuem como órgão protetor e fiscalizador dos coitados dos trabalhadores, que sonham e clamam para que este cumpra o seu papel. No entanto, ressaltam que os trabalhadores não querem um sindicato que os coloque em situações de risco como uma greve. Há nesse discurso uma leitura bastante utilitarista da relação base-direção. A direção não pode problematizar e propor reflexões críticas e ações ousadas, deve seguir a base que tem uma consciência elitizada.

Ao mesmo tempo, a direção do sindicato não desenvolve nenhum trabalho de formação política.

Não. A gente não conseguiu fazer o trabalho de formação, por conta da situação com essas disponibilidades. Pra você ter uma idéia nós dois que somos liberados pra entrar na Vale precisamos de autorização. E se eu não insistir muito eles não dão a liberação. Nós não temos o direito de ir e vir naquela empresa, apesar de sermos empregados. Para entrarmos lá tem que ser com segurança, a qualquer setor que a gente vá. Então, agente tem muita dificuldade para fazer um trabalho desse, de forma liberal. Nossos diretores são espalhados daqui até o Pará. Em São Luís, dos 33 diretores, nós temos 8. Aí como é que vai trabalhar só dois liberados? É diferente de uma categoria pública. É diferente de uma base centralizada. (Presidente do sindicato).

Para os dirigentes entrevistados, o balanço da atuação do Sindicato é bastante positivo, mesmo com as dificuldades estruturais conseguiram uma boa atuação, que se reflete na sindicalização.

Você pode observar o número de filiações crescentes, apesar da forma passiva de se conseguir as coisas. Mas, nos acordos, o índice de rejeição a política da Vale tem sido muito grande. Agora nós conseguimos levar, sem partir para as mobilizações radicais, mas nós temos dado uma renovada no discurso, trazendo assessoria de peso na área trabalhista e mais seis advogados na área cível que também é assistencialismo. E temos também um assessor jurídico nosso no Rio de Janeiro. E tudo isso com muita democracia e transparência, como a gente conduz a coisa tem nos dado um crédito muito grande. Pra você ter uma idéia, nós conseguimos tirar na urna já na última rodada de negociação, já com 90 dias, conseguimos arrancar mais 3% de reajuste e num momento em que a Vale nos dava 24 horas de dissídio. Na consulta que fizemos colocamos: 1) Sim à proposta da empresa 2) Não à proposta da Vale. O ponto 2 estava desdobrado em ( ) Dissídio ( ) Greve. Nós conseguimos tirar 23% dizendo greve e 29 pelo dissídio. Ficou dividido entre 50% sim e os outros 50% não. Quer dizer, a gente conseguiu tirar isso hoje, num universo de 2.000 trabalhadores. (Vice-presidente do sindicato).

Em nossa análise, apesar do discurso dos dirigentes, esses números apontados na última convenção coletiva são instigantes. São 50% dos trabalhadores rejeitando a proposta da empresa, destes 23% pela greve da categoria, isto sem nenhuma batalha ou defesa da direção pela greve. Estes números podem ser melhores pensados e podem apontar uma tendência diferente da base em termos de expectativas com a sua direção política.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas três últimas décadas do século passado assistimos à conformação de uma crise global da sociedade contemporânea, que se manifestou mais precisamente na crise do Estado de Bem Estar Social e no colapso do socialismo real. (PAULO NETTO, 2001, p. 66). Vimos que, a partir desta crise, foi engendrada uma nova estratégia capitalista baseada na acumulação flexível e na concepção neoliberal de Estado, que significou a reorganização do ciclo de produção e reprodução do capital, segundo o atual estágio das forças produtivas. Concluimos que tal estratégia só pôde ser posta em prática pelo capital a partir da derrocada de uma experiência da sociedade pós-capitalista desenvolvida na URSS e no Leste Europeu.

Essa nova estratégia baseou-se centralmente numa ofensiva brutal ao trabalho, que alterou a legislação social e trabalhista, retirando direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, visando a redução dos custos do trabalho e a elevação da produtividade nas empresas. Isto ocorreu acompanhado de uma ofensiva neocolonizadora por todo o mundo, com o recrudescimento do imperialismo norte-americano que, para ampliar mercados e avançar sobre as riquezas de outros países, não oscila em recorrer a guerras bombardeios, ocupações, etc.

No âmbito dos países do chamado terceiro mundo e dos países “em desenvolvimento” tal ofensiva tem se revelado desastrosa, muitos retrocedendo inclusive à condição de neocolônias, considerando a dependência e subserviência dos governos e projetos das classes dominantes subordinados aos EUA, às instituições representativas do imperialismo (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), e às empresas transnacionais.

O Brasil, desde o governo Collor de Melo, tem colocado em prática o modelo econômico do Consenso de Washington, que se materializa através de mudanças na estrutura produtiva, com as privatizações, fusões e absorções de empresas, nas reformas constitucionais (previdência social, fiscal, tributária, administrativa e patrimonial, universitária, sindical e trabalhista), que representaram uma grande ofensiva aos direitos da classe trabalhadora brasileira.

Esta classe que, a partir do modelo de desenvolvimento implementado no país no século XX, foi crescendo numericamente e, com as experiências cotidianas de vida, de trabalho e de condições salariais, avançou na construção de uma certa identidade classista, que foi muito importante para o desencadear das lutas operárias do final da década de 1970.

O final dessa década e os anos 1980 foram de ascenso do movimento sindical no Brasil que, a partir das greves, das mobilizações e lutas, conquistou um sistema de proteção social do trabalho, incorporado na Constituição de 1988. Do ponto de vista político, desenvolveu lutas pela anistia e pelo fim da ditadura militar, aprofundando experiências mais coletivas, de classe, com a construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

A crise econômica mundial desse período e as alternativas de enfrentamento entraram em choque com essas experiências e, particularmente a derrocada do socialismo real, que inflexionou nas lutas do trabalho também neste país, fizeram emergir no seio do movimento um grande debate interno sobre concepção, estratégias e táticas sindicais, recolocando o “velho” debate da II Internacional: reforma ou revolução.

Assim, pudemos concluir que, no Brasil, a experiência dos últimos 25 anos do chamado “novo sindicalismo”, mediante a realidade objetiva e as elaborações individuais e coletivas realizadas pelos trabalhadores brasileiros conduziram, majoritariamente, ao sindicalismo cidadão, propositivo, ou seja, os sindicatos, frente à crise e a reestruturação produtiva, acabaram por incorporar a lógica burguesa em suas ações, conforme apontaram estudos de vários autores.

No que se refere ao sindicalismo maranhense, em especial à categoria metalúrgicos e ferroviários, demonstramos como o movimento do capital para enfrentamento da sua crise contemporânea, incorporou o estado do Maranhão enquanto espaço de transnacionalização do capital, tendo em vista a importância da região Norte, com suas riquezas naturais e potencialidade da força de trabalho a baixo custo. Nesse sentido, essa incorporação trouxe mudanças significativas, principalmente com o Projeto Grande Carajás, que trouxe em seu bojo empresas como a Vale do Rio Doce, a ALUMAR (multinacional), além de outros projetos, que não são objetos de nosso estudo, a exemplo da Base Espacial de Alcântara e do pólo de soja para exportação, no sul do estado.

Evidenciamos como isso refletiu no movimento sindical maranhense, modificando as feições da classe trabalhadora, principalmente metalúrgicos e ferroviários. Estas categorias viveram experiências de organização, mobilização e lutas, que ascenderam na primeira metade dos anos 1990, entrando rapidamente em declínio, em função da ofensiva do capital e das políticas de reestruturação desenvolvidas pelas empresas.

A partir do levantamento de dados empíricos, verificamos que metalúrgicos e ferroviários maranhenses, organizados no SINDMETAL e STEFEM respectivamente, guardam especificidades em sua trajetória, mas também muitos aspectos comuns, até mesmo

pelo contexto no qual estão inseridos, vez que são fruto da mesma raiz - o processo de industrialização dos anos 1980.

Destacamos que já no final dos anos 1980 e, principalmente, na primeira metade dos anos 1990, estas categorias viveram mobilizações expressivas por melhores salários e condições de trabalho, desencadeando, assim, a necessidade de colocar os seus sindicatos como instrumento de defesa dos interesses dos trabalhadores. O SINDMETAL, sendo de início um sindicato conciliador, sem grande representatividade na base, foi progressivamente tomado pelo grupo União Metalúrgica. Os ferroviários construíram seu sindicato, assumindo a Associação dos Gerentes da CVRD, colocando-a nos “trilhos” da luta pelos interesses da categoria. Isto ocorreu numa conjuntura, tanto estadual quanto nacional, “favorável” às lutas dos trabalhadores, pode-se dizer, num contexto em que estes estavam mais ofensivos, em busca da afirmação de um novo modelo de sindicalismo. Como afirma Boito Jr:

Depois de um longo período em que a quase totalidade dos sindicatos oficiais esteve a serviço da ditadura militar, a crise econômica e política do final dos anos 70 criou a oportunidade para a afirmação de um novo sindicalismo a partir da luta dos metalúrgicos do ABC. Desde então, a luta sindical de massa reconstituiu-se, e parte do sindicalismo brasileiro afirmou-se como reivindicativo e político. (BOITO JR, 1999, p. 126).

Ferrovários e metalúrgicos maranhenses viveram também acirrados processos de disputa político-sindical pela direção das lutas: enfrentaram demissões de dirigentes, repressão política por parte das empresas, que se aproveitaram das contendas para dispensarem os sujeitos mais aguerridos, portanto, indesejáveis, dentre outras retaliações.

As categorias enfrentaram duríssimos ataques do capital, seja através dos processos de introdução de novas formas de organização e gestão do trabalho e da automação, seja ainda, no caso dos ferroviários, por conta da privatização da CVRD e RFFSA, que geraram conseqüências objetivas, cujas materializações mais importantes são as terceirizações, as demissões, a redução das conquistas sociais e implementação de direitos através de critérios de merecimento e produtividade. Em um estado com indicadores sociais nada animadores, isto toma dimensões exponenciais.

Essa realidade reflete a necessidade de o capitalismo atual intensificar a exploração da força de trabalho, visando enfrentar os problemas decorrentes das suas contradições. Assim, nestes tempos, há pouco espaço para reformas que tenham retornos positivos para os trabalhadores, ou seja, a ampliação ou mesmo manutenção de direitos e conquistas trabalhistas. Como discute Tumolo (2002, p. 104):

Para além do desemprego, que assola também os países centrais, convertendo-se num dos problemas mais graves da atualidade, e do conjunto de perdas sofridas pelos trabalhadores, talvez o exemplo mais cabal seja a generalização mundial da extração da mais-valia absoluta, inclusive para os países centrais. Desde o período da subsunção real do trabalho ao capital e do advento do imperialismo que propiciou uma determinada divisão internacional do trabalho, a extração preponderante da mais-valia absoluta foi se circunscrevendo à periferia do sistema, de tal maneira a permitir, nos países centrais, a preponderância da mais-valia relativa. Tal quadro se altera com o novo padrão de acumulação, que tem como uma de suas características mais marcantes a globalização da tendência de predominância de extração da mais-valia absoluta, o que implica a globalização da superexploração da força de trabalho.

Constatamos na pesquisa, por exemplo, a magnitude do alcance da terceirização para a fragmentação objetiva das categorias, que recai certamente na fragilização das experiências objetiva e subjetiva dos trabalhadores. Verificamos que essa fragmentação no interior das empresas gerou um violento retrocesso nas práticas sindicais e no próprio perfil dos sindicatos, o que deixa claro que as transformações objetivas no interior das empresas afetaram a subjetividade do operariado. O SINDMETAL, por exemplo, analisa que a redução do número de trabalhadores com a reestruturação produtiva foi acompanhada da ofensiva patronal sobre os sindicatos, impondo negociações por empresa, fortalecendo as formas de participação promovidas pela própria empresa, que priorizam ações individuais ou das equipes de trabalho, em oposição à representação/negociação coletiva. Como afirma o ex-presidente do sindicato:

O sindicato foi forçado a assumir uma posição cada vez mais defensiva, regredindo na já limitada ação de defesa da classe metalúrgica. É cada vez mais visível a diminuição do número de trabalhadores nas fábricas. Por trás disso há um fortíssimo processo de terceirização do trabalho que tanto qualifica quanto desqualifica e torna muito menos estável a condição operária. (GUTERRES, 2005, p. 74).

Por outro lado, ressalta Guterres (2005) que a falta de poder de barganha da entidade e os fortes mecanismos internos de coerção da ALUMAR, pressionando o trabalhador a retirar o nome do sindicato para poder receber promoções, contribui para a redução do interesse em participar do seu sindicato.

A ação sindical frente à implantação de programas de qualidade está associada principalmente à manutenção do emprego, ao não rebaixamento salarial e à não precarização das condições do trabalho. São fatores que preocupam o movimento sindical porque a reestruturação produtiva está se desenvolvendo em meio de uma crise econômica. A manutenção de um patamar elevado de desemprego atinge diretamente a organização sindical. A flexibilização da mão-de-obra, do contrato de trabalho, trouxe um agravante a mais à ação do sindicato: a fiscalização por parte dos diretores sindicais foi extremamente prejudicada devido aos inúmeros meios de escamotear o contrato de trabalho. Assim, tem sido comum encontrar trabalhadores de outras categorias exercendo atividades metalúrgicas, e muitas práticas que

anteriormente eram proibidas por lei agora são casos aceitos pela Justiça Trabalhista, os trabalhadores não possuem muito espaço para discussão e nem o sindicato para negociação. Essa é uma forma de manter os trabalhadores afastados do sindicato na medida em que os trabalhadores, ainda que convivendo e participando do mesmo processo produtivo, estão excluídos dos benefícios alcançados pelo SINDMETAL em negociações coletivas da categoria. As preocupações sindicais, além do enfraquecimento da base, estão no sentido de garantir aos trabalhadores os mesmos benefícios da empresa contratadora da mão-de-obra. (GUTERRES, 2005, p. 74).

Para Antunes (1999, p. 47), o capital desencadeou mudanças no seu próprio processo produtivo, através da adoção de novas formas de acumulação chamadas flexíveis, em decorrência da concorrência intercapitalista e da necessidade de controlar as lutas sociais originárias do trabalho. “Opondo-se ao contra-poder das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas de sociabilidade”. O capital conseguiu fazer isto no plano ideológico, disseminando um subjetivismo baseado no individualismo exacerbado e num ideário fragmentador, que acabou por corroer as formas de solidariedade e ação coletiva. A base material deste subjetivismo encontra-se, sem dúvida, nesse modelo de fábrica toyotizada.

De fato, trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, e inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador produtivo. Reengenharia, *lean production*, *team work*, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, fazem parte do ideário (e da prática) cotidiana da fábrica moderna. Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade de trabalho, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da empresa enxuta merecem destaque, e são citadas como exemplos a serem seguidos, aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade. (ANTUNES, 1999, p. 53).

Verificamos que, seguindo a tendência internacional, tanto a ALUMAR (ver tabela 3), quanto a CVRD (cuja meta era atingir 25 bilhões de reais em 2010 e já em 2004 alcançou 23 bilhões, segundo dados do sindicato) tiveram sucesso na redução dos custos e elevação da produtividade.

Assim, frente à ofensiva do capital, verificamos o retorno de práticas sindicais anacrônicas que aparentemente mantêm a unidade dos trabalhadores, mas que em essência, reforçam a subalternidade e não apontam para uma ação que vá além dos limites impostos

pelas empresas. Dessa forma, constatamos a reedição do assistencialismo como forma tanto de comunicação com a base e manutenção do vínculo, como de compensar as perdas de direitos conquistados. Quer dizer, frente aos ataques às conquistas e à restrição do espaço para o avanço da luta pela ampliação de direitos, os sindicatos vêm como alternativa o retorno de uma prática inaugurada no Brasil nos anos 1930, ou seja, como órgão de prestação de assistência, o que os leva a desviar-se do seu papel de dirigente das lutas e dos interesses de classe. Como consequência, vê-se a redução do campo de atuação dos sindicatos, em especial nas ações que lhes são próprias, inerentes: as mobilizações e ações grevistas, a luta por melhores salários, a luta pela diminuição da jornada de trabalho, melhoria nas condições de trabalho e de vida - saúde, educação, previdência, lazer, etc., assim como a luta política.

Por outro lado, percebemos ainda nos depoimentos dos dirigentes sindicais um forte corporativismo, pois, mediante a situação dos trabalhadores nas empresas, desenvolvem ações voltadas tão-somente para a defesa das conquistas ameaçadas do núcleo que se mantém no emprego, o que é compreensível, mas preocupante.

Esta tendência neocorporativista é identificada inclusive nas dificuldades para implementar ações que tenham um corte classista. O STEFEM reconhece que no Maranhão o meio ambiente está bastante agredido, embora o processo de trabalho da ALUMAR seja mais danoso que o da CVRD, porém não consegue desenvolver nenhum trabalho em conjunto com as comunidades próximas à área da empresa (área Itaqui-Bacanga), onde se concentra um grande número de desempregados, subempregados, empregados domésticos, trabalhadores do mercado informal e trabalhadores das empreiteiras da VALE. Nem mesmo com estes últimos conseguem manter uma articulação e unificação das reivindicações, visando reduzir diferenças salariais, de condições de trabalho e de direitos.

Retomando Antunes (2002), lembramos que a classe trabalhadora é composta por todos os assalariados (do sexo feminino e masculino), ou seja, os estáveis, os precarizados, os trabalhadores do setor produtivo, dos setores de serviços, o proletariado rural, assim como os trabalhadores que não estão conseguindo vender sua força de trabalho, em função do desemprego. Quer dizer, todos os que, para sobreviverem, necessitam da venda da sua força de trabalho mediante o assalariamento. Esta compreensão é importante para a retomada da noção de classe trabalhadora, no sentido de contrapor o corporativismo, que se exacerba nesses momentos de crise, assim como para as definições das estratégias e táticas sindicais mais amplas.

Nesse sentido, Bihl (1998, p. 238) nos chama atenção de que: “o movimento operário só pode renascer hoje se avançar com os dois pés no chão, se lutar tanto fora quanto

dentro do trabalho. O sindicalismo deve preocupar-se com o que se passa além da simples esfera do trabalho e das empresas, que constitui seu terreno imediato de ação e de preocupação.”

Para os diretores entrevistados do STEFEM, os argumentos para essa falta de articulação vão desde as dificuldades estruturais da ofensiva das empresas, até o volume de trabalho e número de diretores liberados. No entanto, registramos esforços do sindicato no sentido de fiscalizar as empreiteiras.

Consideramos bastante acertada a reflexão de Birh (1999, p. 238) quando analisa que o proletariado não é a única classe explorada no modo de produção capitalista, porém é sobre ele que mais incide o peso da exploração, da alienação e da dominação, tanto que destaca como legítima a constituição de organizações próprias de defesa e de representação de seus interesses imediatos e históricos - os sindicatos. Entretanto, as organizações do proletariado e os movimentos específicos fora do trabalho não podem ser indiferentes entre si. “A autonomia dos movimentos sociais em relação à luta de classes do proletariado não deve ser sinônimo de indiferença, nem, *a fortiori*, de hostilidades recíprocas (... ) sem essa articulação o movimento operário se condenaria a mancar e, na pior das hipóteses, a se fechar na degenerescência corporativista”. (BIRH, 1999, p. 238).

O SINDMETAL, por sua vez, desenvolve esforços para enfrentar a ofensiva com maior politização, tentando romper o corporativismo com a realização de cursos, seminários, congressos, envolvendo não só a categoria metalúrgica, mas outras. O sindicato tem buscado participar de espaços não só no estado, a exemplo do Fórum Carajás, mas em âmbito nacional e até em outro país (Alemanha). No entanto, pelos depoimentos da oposição dos membros da Ação Metalúrgica há referência de que, apesar do discurso, existe uma prática burocrática e centralizadora, eliminando as oposições.

Historicamente, os capitalistas sempre buscaram retirar das mãos do operariado o controle da produção, bem como sua capacidade de pensar os processos de trabalho e os processos sociais nos quais estão inseridos. Trata-se, portanto, de um grande desafio recompor a capacidade de pensar o processo produtivo e as relações sociais capitalistas como um todo. Com isso, desenvolver o sentimento de pertencimento de classe (usando as palavras de Antunes) e nesse aspecto, o trabalho de formação torna-se vital. Todavia, o trabalho de formação está intimamente ligado à leitura que se faz da realidade. Depende fundamentalmente das concepções teórico-metodológicas que o grupo possui e da visão estratégica da mudança social, que subsidiam as práticas sindicais. Portanto, a ausência do trabalho de formação no STEFEM e a linha adotada pela direção do SINDMETAL refletem a

sua visão de mundo, a concepção sindical e a forma como deve ser conduzida a luta dos trabalhadores.

Enfim, constatamos que os ataques do capital sobre os trabalhadores impactaram nestes sindicatos de tal forma que causou grandes prejuízos do ponto de vista das táticas e estratégias utilizadas, assim como da concepção sindical. No caso dos sindicatos, objeto do nosso estudo, as principais questões que constituem alvo de movimentação são: a convenção coletiva de trabalho, a terceirização (com enfrentamentos diferenciados: enquanto o SINDMETAL procura contatar oposição na construção civil, o STEFEM busca na negociação com a empresa garantir a fiscalização sobre as terceiras), a saúde do trabalhador (principalmente na ALUMAR, onde o processo produtivo é mais lesivo à saúde do trabalhador) e a manutenção das conquistas permanentemente ameaçadas.

Verificamos, ainda, os principais projetos em execução, que representam a materialização do pensamento estratégico do sindicato. Nesse sentido, metalúrgicos destacaram a área de lazer, o centro de referência do trabalhador, o assistencialismo, o trabalho de formação, a redução da jornada de trabalho. Ferroviários afirmam não terem grandes projetos, voltam-se basicamente para os interesses da categoria.

No entanto, cabe ressaltar que, esse corporativismo não é privilégio apenas dessas categorias. No Maranhão ocorre um retrocesso das lutas unificadas dos trabalhadores como ocorria nos anos 1980 e primeira metade de dos anos 1990: as campanhas e conquistas como o “sábado à tarde livre” dos comerciários; “pela moralização do judiciário” do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal (SINTRAJUFE); “contra a repressão da ALUMAR”, do SINDMETAL; pela “Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da corrupção do orçamento da união”; “movimento dos transportes e pela constituição da Companhia Maranhense de Transportes (CMTC)”; as greves unificadas do funcionalismo público federal; “contra as privatizações” da Companhia Maranhenses de Produtos Pecuários (COPEMA), das Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR), do Banco do Estado do Maranhão (BEM) e da CVRD; as greves gerais, as lutas pelo Sistema Único de Saúde, as participações nas Conferências Estaduais, etc.

Na realidade, esta dificuldade em unificar as lutas das categorias tem a ver também com a ausência de um elemento propiciador dos debates, das ligações entre as categorias, das campanhas desenvolvidas em conjunto, função que era minimamente cumprida pela CUT-MA. Na verdade, de 1994 a 1999, as categorias da base da CUT sofreram grande ofensiva por parte da classe patronal, com as derrotas sofridas em âmbito nacional, principalmente a partir da greve dos petroleiros ocorrida em 1995. No Maranhão, a

oligarquia Sarney, reciclada com a presença da governadora Roseana na direção do Estado, empreendeu forte perseguição aos sindicatos combativos, ao mesmo tempo em que favoreceu o empresariado com as privatizações e liquidações de empresas.

Diante dessa realidade, e a partir da leitura dos clássicos, pudemos perceber que os problemas, soluções e debates colocados para a classe trabalhadora na atualidade parecem ser temáticas novas, mas, na verdade, são postas e repostas segundo o estágio das forças produtivas e o enfrentamento das lutas de classes em cada momento histórico. Por exemplo, podemos recuperar, no período estudado por Marx, o impacto da introdução da maquinaria para os trabalhadores, gerando a dispensa da força de trabalho, sempre no sentido da elevação da produtividade do trabalho e da taxa de lucro; a defesa de Proudhon das cooperativas autônomas, dos pequenos comércios e do banco do povo, como formas de melhorar a condição de vida do povo, propostas estas contestadas por Marx, que assegurava que os trabalhadores precisavam ir à raiz dos problemas; as propostas de mudança sociais através de reformas e da ampliação da participação dos trabalhadores no parlamento; o debate acerca do papel dos sindicatos no contexto da social democracia, dentre outras questões.

Acerca do papel dos sindicatos na atualidade, dos seus limites e suas potencialidades, evidentemente, não entendemos que estes possuem em si a tarefa histórica de proceder às transformações sociais. Como discutimos no capítulo II, os sindicatos foram muito importantes nas lutas dos trabalhadores europeus, para suas conquistas econômicas, principalmente na Inglaterra no século XIX, na Alemanha e nos Estados Unidos, precisamente no século XX. No entanto, são por definição, estruturalmente limitados para dirigirem as lutas mais gerais, de poder, da classe trabalhadora, por estarem presos aos problemas imediatos das categorias que representam, ou seja, sempre estiveram mais vinculados às questões econômicas, do que às lutas emancipatórias de toda a classe.

O lugar reservado para pensar a política para a classe como um todo, pensar o poder para a classe trabalhadora, em geral, foi ocupado pelo partido político. No entanto, tanto o sindicato, como o partido político, enquanto organismos historicamente determinados, podem ou não cumprir esta tarefa de enfrentamento à dominação capitalista e preparar a construção de uma nova sociabilidade.

Nesse sentido, é bom lembrar, no contexto da II Internacional, que Bernstein atribuía aos sindicatos o papel de dirigir o assalto na luta emancipatória da classe operária, enquanto que, por outro lado, Rosa Luxemburgo identificava os obstáculos erigidos pelos sindicatos à luta dos trabalhadores na Alemanha, e a necessidade de criar novos organismos de poder que, para ela, eram os conselhos (de fábrica, de operários, de soldados).

Lênin discutiu a importância dos sindicatos, chamando atenção de que estes deviam funcionar como escola preparatória para a guerra dos proletários contra a dominação burguesa, através das greves, que possibilitariam o avanço da consciência dos trabalhadores. Porém, na Rússia, foram os conselhos (*soviets*) que cumpriram exatamente o papel de organismos de massas e que, num dado momento, alcançaram o poder dual, um dos elementos indicadores da situação revolucionária.

Trotsky entendia os sindicatos, as cooperativas e os *soviets* como organismos de massa dos trabalhadores, sendo um campo fértil para a atividade educativa do partido junto aos operários. O partido teria então, o papel fundamental na organização revolucionária do proletariado, como organização de combate de sua vanguarda que deveria agir em todos os órgãos de massa, inclusive no campo sindical.

Portanto, para a tradição marxista, sindicatos e partidos são ferramentas importantes para a auto-organização dos trabalhadores contra a opressão e a exploração capitalista e são historicamente determinadas. Consideramos bastante acertada a reflexão de Arcary (2005) quando afirma que nos últimos 150 anos o movimento operário foi o centro das intervenções dos partidos socialistas, particularmente nos países industrializados ou urbanizados. No entanto, “a questão da relação das classes com as suas representações nunca foi simples...”

A forma partido, uma ‘invenção’ do século XIX, conheceu seu apogeu histórico no século XX. Foi um canal para traduzir as pressões sociais: como se sabe, não há outra forma de traduzir interesses senão formulando um programa. Um programa pode ser parcial e atender a demandas parciais (e pode-se expressar através de sindicatos, movimentos, grupos de ação ou iniciativa de ONGs, etc.), ou pode ser um programa para toda a sociedade, visando a luta pelo poder. Nesse caso, a forma de organização mais eficiente, embora não seja a única, são os partidos” (ARCARY, 2005, p. 204).

Concluimos, assim, que as determinações do capitalismo contemporâneo fragmentam os coletivos de trabalho e as referências político-ideológicas dos trabalhadores, que enfrentam dificuldades objetivas de visualizar a classe como um todo e implementar ações que caminhem no sentido de superar a fragmentação e buscar a unidade classista. Ao mesmo tempo, observa-se uma crise nas próprias formas tradicionais de enfrentamento à ofensiva capitalista.

O fenômeno da crise política e dos partidos é internacional e atinge, em diferentes proporções, a representação política de todas as classes. No Brasil, em especial, a forma partido está indissolivelmente associada ao eleitoralismo carreirista, à representação parlamentar baseada em clientelas e à disputa de cargos públicos para

troca de favores, e tem sido crescentemente desprezada pela maioria do povo, como uma via oportunista de ascensão econômico-social. (ARCARY, 2005, p. 2004).

Por outro lado, mesmo com essa crise, constatamos que existem lutas e reações em muitas partes do mundo, quais sejam os movimentos antiguerras, antiglobalização, anti-racismo, em defesa da diversidade sexual, feministas, ambientalistas, e movimentos a partir da especificidade de país (movimentos dos sem terra e sem teto no Brasil, piqueteiros na Argentina, *cocaleros* na Bolívia, etc.), greves de funcionalismo público, dentre outras.

Como se vê, os sindicatos, em especial os pesquisados, têm por desafio superar a fragmentação e o corporativismo exacerbado, para reconstruírem a luta coletiva pela emancipação da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

- ALUMAR. Visão ALUMAR. São Luís: 1998. (Texto mimeografado, sem notas tipográficas)
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Editorial Bomtempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo. Cortez: Editora Ensaio, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: e ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Editorial Bomtempo, 1999.
- \_\_\_\_\_. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas. **Cadernos ANDES**, Brasília, n. 21, p. 8 - 16, nov. 2005.
- ARAÚJO, Rita de Cássia de. Crise econômica e desenvolvimento do capitalismo. **Revista Estudos**, n. 44. Globalização e crise. São Paulo: Humanitas, 1998.
- ARCARY, Valério. **As esquinas perigosas da história**: situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo: Xamã, 2004.
- BRAGA, Ruy. **A reestruturação do capital**: um estudo da crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.
- BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**: ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- BIANCHI, Álvaro. Neoliberalismo e resistência operária contra FHC. In: **A Crise Brasileira e o Governo FHC. Coleção Fora da Ordem**. São Paulo: Xamã, 1997.
- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Bomtempo Editorial, 1998.
- BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã Editora, 1999.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara. 1987.
- CADERNOS DE FORMAÇÃO MARXISTA. **III Internacional Comunista. Manifestos, Teses e Resoluções do 1º Congresso**. v. 1. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1988.

CADERNOS DE FORMAÇÃO MARXISTA. **III Internacional Comunista. Manifestos, Teses e Resoluções do 3º Congresso.** v. 3. São Paulo: Editora Brasil Debates. 1988.

CADERNO DE TEXTOS DO XX CONGRESSO DO ANDES, Brasília, 2001.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: A nova fábrica de consenso. **A reestruturação produtiva e as novas demandas postas ao Serviço Social na contemporaneidade.** São Paulo: Cortez, 1998.

CHESNAIS, François (Coord). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos.** São Paulo: Xamã, 1998.

COGGIOLA, Osvaldo; KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995.

DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade (im)possível na ordem do capital:** reestruturação produtiva e passivização. Textos Didáticos. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997.

DRUCK, Maria da Graça. Terceirização: (des)fordizando a fábrica. **Um estudo do complexo petroquímico.** São Paulo: Edufba: Bomtempo Editorial, 1999.

DUMÉNIL; LÉVY. **Imperialismo na era neoliberal.** Rio de Janeiro: Perspectiva, 2003.

DURANS, Cláudia Alves. A reestruturação produtiva e os impactos sobre os trabalhadores: o caso da ALUMAR em São Luís-MA. **Dissertação de Mestrado.** UFPB, 1999.

ENGELS, Fredrik. **A situação da classe operária na Inglaterra.** Porto: Afrontamento, 1975

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. O processo sócio - econômico do Maranhão: história do desenvolvimento. **Dissertação de Mestrado.** UFPA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA). Belém - PA, 1994.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes; BRITO, Évila Ribeiro. Desenvolvimento industrial do Maranhão: ensaio sócio - econômico e histórico. In: CASTRO, Edna et al (Orgs.). **Industrialização e grandes projetos:** desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995.

FREDERICO, Celso. **Crise do socialismo e movimento operário.** São Paulo: Cortez. 1994. (Coleção Questões de Nossa Época v. 33).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1996. (Coleção Estudos Culturais em Educação).

GISTELINCK, Frans. **Carajás, usinas e favelas.** 1988. (Sem Notas Tipográficas).

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel.** São Paulo: Bomtempo Editorial, 1999. (Coleção Mundo do Trabalho).

GUTERRES, Luis Carlos Rego. **Os efeitos da implantação dos programas de qualidade nas relações sociais de trabalho**: um estudo da indústria de alumínio no Maranhão. São Luís, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

Katz, Cláudio. O enfoque marxista da mudança tecnológica. In: **Neoliberalismo ou crise do capital?**. São Paulo: Xamã, 1995.

LEITE, Márcia Paula. **O futuro do trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Scritta, 1994.

LENINE, VI. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. **Sobre os sindicatos**: história e política 5. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. **O estado e a revolução**. São Paulo: Editora Instituto José Luís: Rosa Sundermann, 2005.

\_\_\_\_\_. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. 6. ed. São Paulo: Global Editora, 1981. (Coleção Bases 35).

\_\_\_\_\_. **Obras escolhidas. Tomo I**. Lisboa: Edições Avante!. 1977.

\_\_\_\_\_. **Obras escolhidas. Tomo II**. Lisboa: Edições Avante!. 1977.

LIMA, Jacob Carlos. **Trabalho, mercado e formação de classe**: um estudo sobre operários fabris em Pernambuco. João Pessoa: EDUFPB, 1996.

LOUREIRO, Maria Isabel. **Rosa Luxemburgo**: vida e obra. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1999.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. São Paulo: Editora Expressão Popular 1999.

\_\_\_\_\_. **Intervenções na fundação do Partido Comunista Alemão**. São Paulo: Publicações Liga Bolchevique Internacionalista, 1987.

MANDEL, Ernest. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Zahar. 1980.

MARX, Karl. **O capital** - Livro I - O processo de produção do capital. v. 1. São Paulo: DIFEL, 1984.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editorial Boitempo, 1998.

\_\_\_\_\_. **A comuna de Paris**. Traduzido do original espanhol *La Internacional, la comuna, Cuestiones de la Problemática Marxista* pela Equipe Aldeia Global. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora, 1979. (Coleção Fundamentos 14).

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2000.

MOREIRA, José Cursino Raposo. A implantação da Alcoa em São Luís: uma análise espacial da inserção do Maranhão no Pólo de Alumínio da Região Norte do Brasil. **Dissertação de Mestrado**. UFMG - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEP/AR. Belo Horizonte, 1989.

MOTA, Ana Elizabete (Org.) **A nova fábrica de consenso: a reestruturação produtiva e as novas demandas postas ao Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: **A nova fábrica de consenso: a reestruturação produtiva e as novas demandas postas ao Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.

PAULO NETTO, José. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RIOS, Luiz, **Geografia do Maranhão**. São Luís: Central dos Livros, 2005.

SAGRA, Alicia. História das internacionais socialistas. **Cadernos Marxistas**. São Paulo: Editora Instituto José Luís: Rosa Sundermann, 2005.

SANTOS FILHO, Milton. Grandes Projetos e o Sistema Financeiro Internacional. In: **Industrialização e Grandes Projetos**. Desorganização e Reorganização do Espaço. EDUFPA, 1995.

TARSITANO NETO, Frederico. A divisão internacional do trabalho e a nova indústria do alumínio na Amazônia. In: **Industrialização e grandes projetos**. Desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995.

TEIXEIRA, José Soares. O capital e suas formas de produção de mercadoria: rumo ao fim da economia política. **Revista Crítica Marxista**, 2000.

TEIXEIRA, José Soares. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de o capital. São Paulo: Editora Ensaio, 1995.

TROTSKI, Leon. **A concepção marxista do sindicato**. 2. ed. São Paulo: Publicações Liga Bolchevique Internacionalista, 2004.

\_\_\_\_\_. **Programa de transição**. São Paulo: Instituto José Luís; Rosa Sundermann, 2004. (Série Cadernos Marxistas).

TSUJI, Tetsuo. **Cenários do Maranhão para o ano 2007**. São Luís: EDUFMA, 1993.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação**: formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

WELMOVICK, José. Situação mundial: o cabo de guerra se tensiona.. In: **Marxismo Vivo. Revista de Teoria e política Internacional**, n. 5, 2002.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1986.

## APENDICE

## APENDICE A – Roteiro de Entrevista

- 1 Histórico do Sindicato (quando surge, principais empresas, número de trabalhadores na base, etc.)
- 2 Principais lutas travadas e atividades desenvolvidas
- 3 Principais conquistas obtidas
- 4 Como a introdução de novas tecnologias e novas formas de organização e gestão impactaram na luta sindical.
- 5 Quantos trabalhadores há na base e quantos são sindicalizados.
- 6 Como o sindicato se relaciona com os trabalhadores das contratadas, quais as situações desses e como estão organizados? Quantas empresas contratadas existem na área da ALUMAR/CVRD.
- 7 Quais as atividades que o sindicato desenvolve atualmente. Quais projetos em execução?
- 8 Contra quem lutam? Quem são os inimigos que enfrentam?
- 9 Como se articulam com outros sindicatos? Quais?
- 10 Se articulam com outros movimentos sociais? Quais e como?
- 11 Há alguma articulação com os movimentos populares próximos à área da empresa
- 12 Qual o papel do movimento sindical hoje? Quais os desafios e perspectivas?
- 13 Quais os principais problemas enfrentados pela categoria e como o sindicato os enfrentam?
- 14 Quais os impactos da privatização para a luta dos trabalhadores da CVRD?